

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Relatório de actividades de 2004

Apresentação	2
Introdução e Enquadramento Estratégico	5
Ambiente	8
Direcção de Serviços de Gestão Ambiental.....	8
Divisão de avaliação ambiental.....	15
Divisão de licenciamento.....	26
Divisão do Domínio Hídrico.....	33
Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental.....	39
Divisão de Monitorização ambiental.....	40
Divisão do Laboratório.....	71
Direcção de Serviços do Litoral e Conservação da Natureza e infra-estruturas.....	79
Ordenamento do Território	119
Direcção de Serviços de Gestão Territorial.....	119
Divisão de Ordenamento do Território.....	123
Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana.....	140
Apoio à Administração Local e Subregional	148
Direcção Regional da Administração Local.....	148
Divisão de Apoio Jurídico.....	154
Divisão de Modernização Administrativa e Formação.....	159
Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica.....	164
Planeamento e Desenvolvimento Regional	170
Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional.....	170
Departamento de promoção do desenvolvimento regional e da cooperação.....	172
Divisão de apoio à gestão de programas e projectos.....	177
Divisão de acompanhamento das Dinâmicas Territoriais.....	181
Gestão Administrativa, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos e Aprovisionamento	184
Divisão de gestão financeira e patrimonial.....	185
Divisão de recursos humanos.....	198
Sistemas de Informação e Comunicação	204
Gabinete de Tecnologias de informação estatística.....	204
Gabinete de informação, Documentação e Comunicação.....	215
Gabinete de Informação e Documentação.....	252
Apoio Jurídico	255
Gabinete Jurídico.....	255
RIME-Conclusão	261
Divisões Subregionais	263
Gabinetes de Apoio Técnico	301

Apresentação

Tendo a actual equipa da Presidência da CCDRC sido renovada com efeitos a partir de 6 de Outubro de 2004, a actividade relatada no presente relatório corresponde em parte significativa a períodos de tempo em que as funções de Presidente foram desempenhadas pelo Dr. Paulo Pereira Coelho, e interinamente pelo Dr. Girão Pereira, aos quais é aqui mais que merecida uma sincera palavra de agradecimento pelo modo como desempenharam esta função.

Ao longo do último trimestre do ano de 2004, para além da gestão corrente das diversas actividades, valerá a pena realçar, pelo seu significado estruturante e estratégico, o seguinte conjunto de actividades desenvolvidas:

- 1) Início de uma aposta reforçada na utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação enquanto plataforma de suporte a um funcionamento mais eficaz e eficiente da CCDRC, nomeadamente através da uniformização de endereços de correio electrónico e utilização preferencial deste veículo de comunicação;
- 2) Desenvolvimento de hábitos de trabalho em equipa enquanto forma de combater disfunções, atrasos e silos intraorganizacionais, dentro de uma lógica de afirmação da CCDRC enquanto entidade una e indivisa, decorrente da agregação de diferentes serviços. Exemplos desta orientação incluem reuniões semanais do Presidente com os Vice-Presidentes, com chefias, e a indicação da vantagem de estas promoverem reuniões regulares com os respectivos colaboradores;
- 3) Preparação de um novo esqueleto de suporte a uma eventual nova lei orgânica da CCDRC, a ser aprofundado logo que da parte da tutela seja considerado oportuno retomar este tema e desejavelmente levá-lo a bom termo;
- 4) Identificação da gestão de recursos humanos enquanto aspecto vital ao sucesso da CCDRC, centrada em modelos de gestão e liderança participativas, com crescentes graus de envolvimento de todos na melhoria de funcionamento dos serviços. Foi definida uma rotina mensal de actualização da afectação das pessoas que colaboram com a CCDRC, e dados os primeiros passos de um projecto que visa introduzir uma renovação gradual nas abordagens de gestão das pessoas ao longo do ano de 2005, a partir de um diagnóstico efectuado por empresa da especialidade;
- 5) Criação de práticas reforçadas de comunicação interna dentro da CCDRC, através de uma multiplicidade de canais (correio electrónico, sessões técnicas, contributos do mês, sessões

- técnicas, políticas de porta aberta e permanente disponibilidade da parte da Presidência para contactar e ser contactado por todo e qualquer colaborador da CCDRC);
- 6) Estabelecimento de rotinas de fornecimento de informação de apoio à gestão da CCDRC, através do envio periódico de elementos com teores previamente definidos para a Presidência (por exemplo, no que se refere a recursos humanos, situação económica e financeira, evolução do PO Centro, etc.);
 - 7) Adopção de posturas da parte da Presidência que de modo transparente, e por partilha de informação, contribuem para eliminar ruídos internos, disfunções de transmissão de comunicação e demoras desnecessárias;
 - 8) Implementação de uma cultura de gestão direccionada cada vez mais para lógicas de valor acrescentado centradas na identificação e optimização de processos, celeridade e qualidade dos serviços prestados aos utentes, em detrimento de lógicas puramente hierárquicas e estanques de visão exclusivamente centrada em serviços ou departamentos;
 - 9) Arranque de uma intervenção manifestamente estruturante do ponto de vista dos espaços físicos, com o começo dos trabalhos da primeira fase de intervenção no edifício da Fábrica dos Mirandas;
 - 10) Liderança, pelo exemplo, da construção de um modelo e de uma cultura organizacional suportada por modelos modernos de liderança, assente nos princípios anteriormente enunciados, diluindo eventuais divergências e combatendo qualquer tipo de discriminação entre colaboradores que não aquela que decorre do alinhamento com a estratégia traçada para a CCDRC, a meritocracia e a identificação com o tipo de cultura organizacional que se pretende implementar;
 - 11) Definição dos contornos iniciais do que se pretende que venha a ser uma explicitação clara da estratégia e cultura organizacional da CCDRC;
 - 12) Introdução de reorientações significativas na gestão do PO Centro e definição dos contornos gerais do projecto QUERER 2013, de planeamento do período de programação financeira para 2007-2013, incluindo a criação, enquanto estrutura informal da Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional dentro da própria CCDRC.

Uma palavra final de apreço para todo e cada um dos 581 colaboradores que diariamente ajudam a fazer a CCDRC, e com isso a desenvolver a Região Centro. Apesar de diversos tipos de dificuldades e vicissitudes, a que muitas vezes somos alheios (precaridade das relações laborais e espaços físicos, indefinições de lei orgânica e constantes alterações ao nível da Presidência), esta família CCDRC tem permitido chegar até onde estamos e seguramente vai continuar a dar o seu melhor para, vestindo a camisola, projectar esta casa cada vez mais alto e mais longe. Quando conscientemente optei por não trazer comigo para a CCDRC nenhum tipo de colaborador mais próximo, fi-lo por estar plenamente consciente das capacidades e méritos de muitos dos seus

colaboradores, dedicados, competentes e merecedores de total confiança. Os poucos meses que levo de funções reforçaram plenamente esta minha convicção e crença nas capacidades da matriz humana da CCDRC. Por isso, e por tudo quanto fizeram ao longo de 2004, os meus sinceros agradecimentos e felicitações.

Pedro Manuel Saraiva

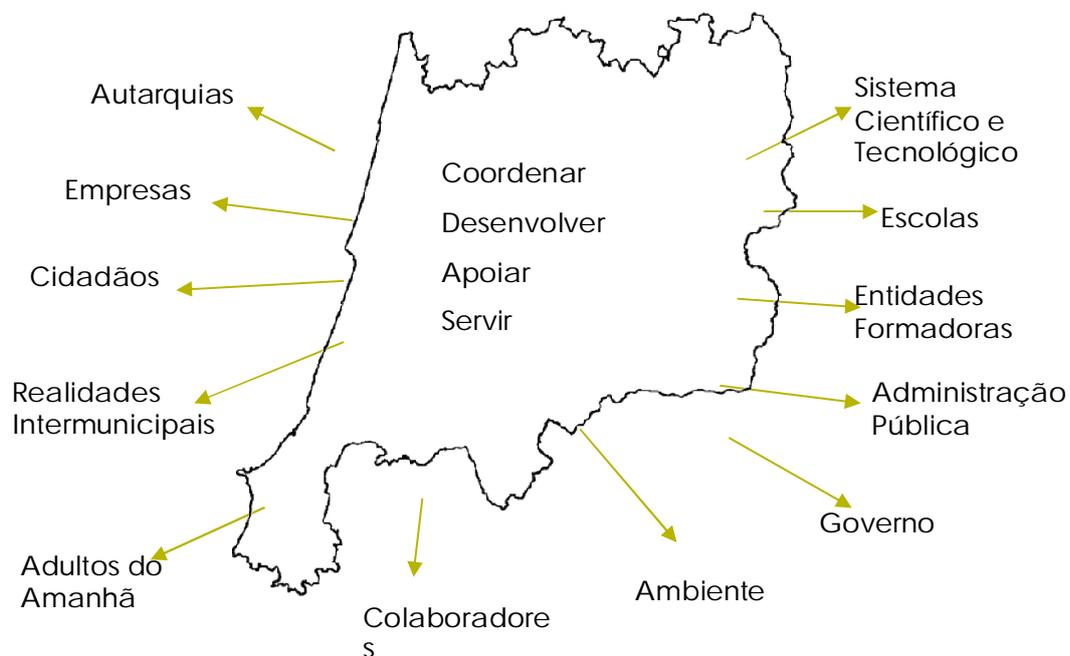
Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Introdução e Enquadramento Estratégico



Quando um satélite fotografa o planeta Terra durante a noite, facilmente se constata que as zonas onde a luz brilha mais intensamente são aquelas onde existe mais inovação, qualidade de vida e bem estar económico. A CCDRC tem como principal vocação contribuir para que mais luzes e com maior potência venham cada vez mais a reforçar o peso relativo da Região Centro neste retrato simbolicamente inspirador do mundo em que vivemos.

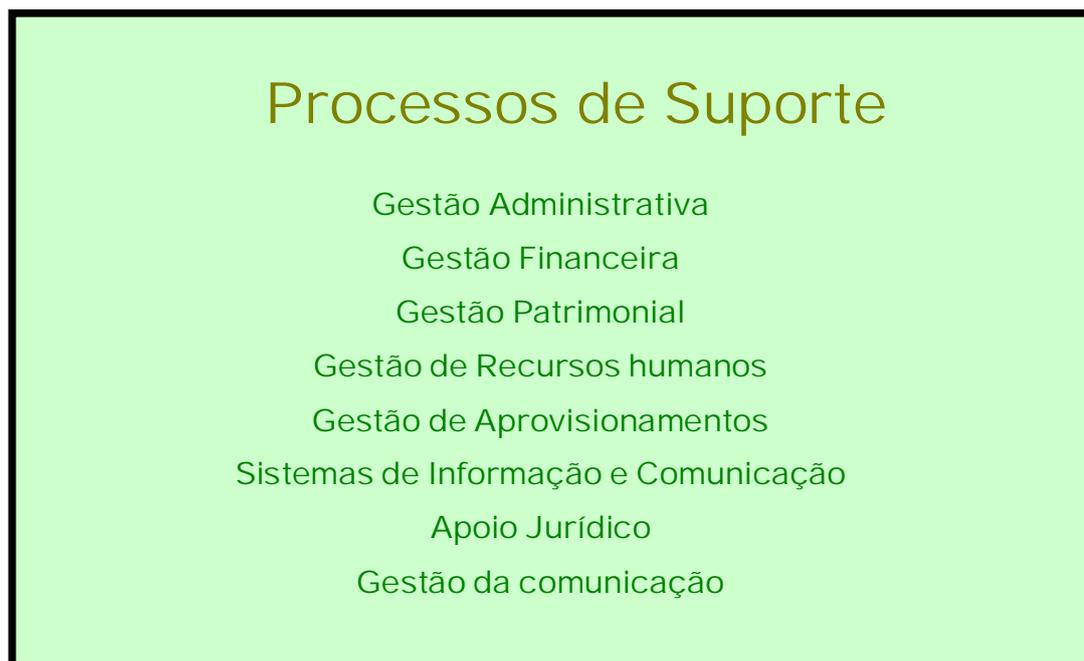
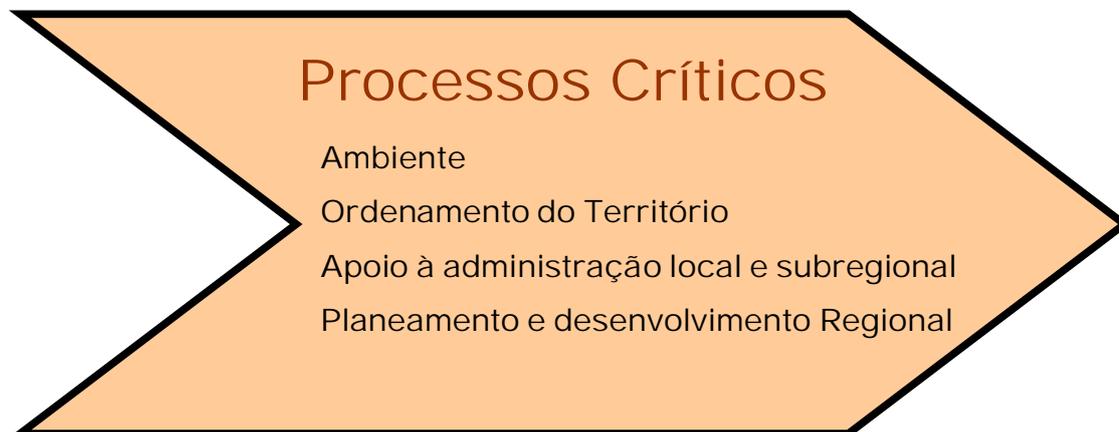
Uma Missão Centrada em Partes Interessadas



O contributo da CCDRC para esta visão decorre de uma missão voltada para fora, através da qual a CCDRC interage com um conjunto alargado de partes interessadas, ajudando com isso a Coordenar, Desenvolver, Apoiar e Servir a Região Centro e os seus múltiplos agentes.

Macroprocessos

A operacionalização da vocação estratégica da CCDRC é alcançada através de um conjunto de macroprocessos, tanto de suporte como críticos, que seguidamente se ilustram:



O presente relatório de actividades encontra-se estruturado e percorre sequencialmente as actividades relacionadas com cada um destes macroprocessos.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Directora de Serviços:	Eng ^a Maria Luísa Lobo
Chefe de Divisão de Avaliação Ambiental:	Eng ^a Cristina Tadeu
Chefe de Divisão do Domínio Hídrico:	Eng ^o António Carvalheira
Chefe de Divisão do Licenciamento :	Eng ^o Miguel Leão

1 – Introdução

A Direcção de Serviços de Gestão Ambiental (DSGA) assegura, nos termos da lei (DL n.º 127/2001, de 17 de Abril):

- “o licenciamento e a participação no licenciamento de projectos e actividades em matéria de ambiente”;
- “a intervenção nos processos de avaliação de impacte ambiental”; e
- “a promoção de planos, projectos e estudos no domínio da Gestão Ambiental”.

Compreende as Divisões de:

- ✚ Avaliação Ambiental (DAA),
- ✚ Licenciamento (DL), e
- ✚ Domínio Hídrico (DDH).

- 8 -

As competências de cada uma das três Divisões são, também, as definidas no DL n.º 127/2001, de 17 de Abril, com excepção, no caso da DDH, da emissão de “Licenças de Pesquisa e Captação de Águas” e de “Licenças de Extracção de Inertes” que, por despacho do responsável pela então DRAOT-Centro, ficaram na dependência da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, sem prejuízo das delegações que nas restantes matérias foram, entretanto, atribuídas às Divisões Sub-Regionais.

No sentido de analisar o trabalho realizado durante o ano de 2004, apresentam-se de forma sistemática os principais indicadores tradutores das diferentes actividades. De notar que, sempre que houve necessidade de elaborar trabalho desta natureza, se verificou a insuficiência das bases de dados existentes que não nos permitem obter, por via informática, uma leitura directa e imediata dos elementos globais necessários à sua persecução, acrescido do facto de, durante o ano em análise, terem ocorrido problemas com a rede. Houve, assim, mais uma vez, que recorrer ao estudo dos registos manuais existentes, de forma a elaborar o presente relatório de actividades.

2 – Volume global de correio entrado

Em termos gerais, podemos dizer que a DSGA, no período em análise, foi responsável pelo seguimento de aproximadamente 20%. (i.e. 1/5) das cerca de 75 000 entradas da CCDRC (registadas na base de dados geral, a qual não engloba telecópias e correio electrónico), sendo que a DAA processou 1 a 2% do total dessas entradas. a DL 6 a 7% e a DDH 10 a 11%.

Gráfico 1 – Distribuição do correio entrado na CCDRC

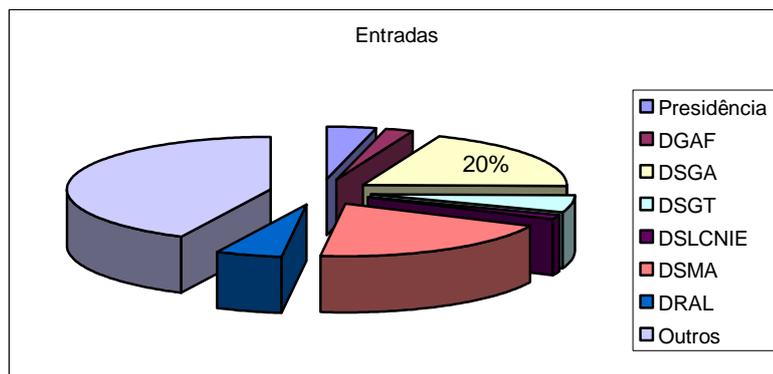
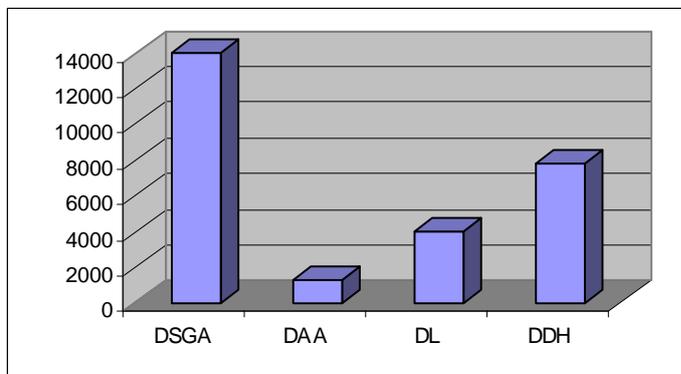


Gráfico 2 – Distribuição do correio entrado na DSGA



3 – Volume global do correio saído

No que se refere ao correio saído, verifica-se um valor global da ordem dos 13 000 documentos, sendo que destes cerca de 8 200 foram ofícios, 4 000 Notas e Mensagens de Serviço e 650 telecópias (fax).

Gráfico 3 – Distribuição do correio saído da DSGA

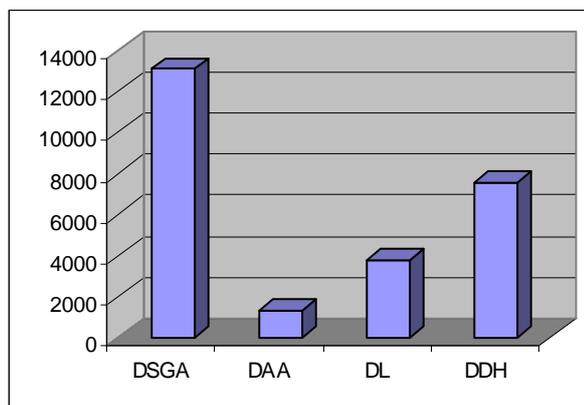
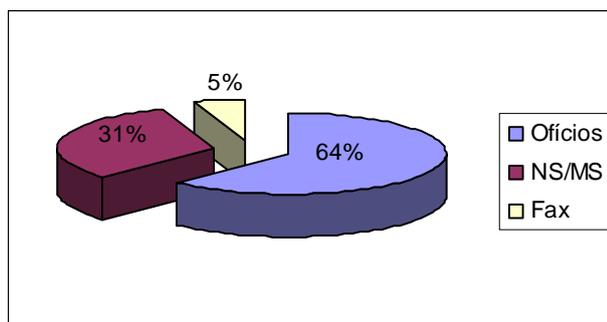


Gráfico 4 – Correio saído da DSGA (tipologia)

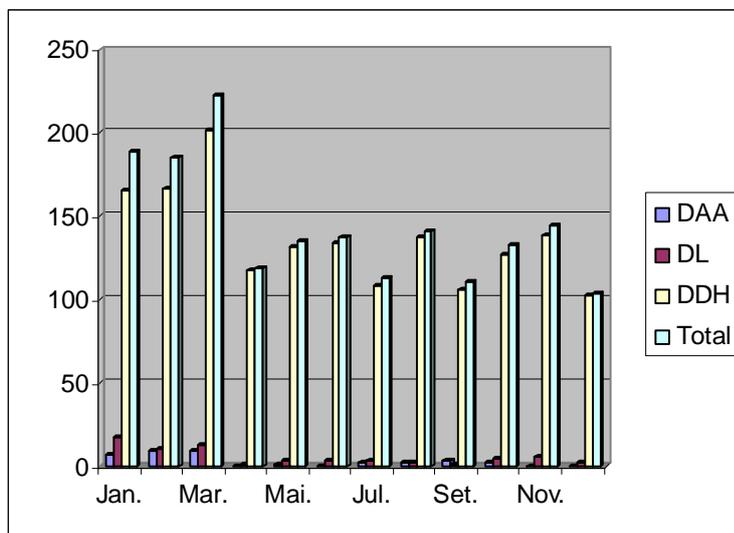


4 – Atendimento do público

Durante o período em análise foram recebidos na DSGA, com atendimento personalizado, 1 700 utentes, o que corresponde a uma média mensal de 140 atendimentos, e para um valor médio de 20 dias de atendimento por mês, a uma média diária de 7 utentes.

A presença dos utentes é maioritariamente dirigida à DDH, face aos hábitos estabelecidos durante anos pela anterior Direcção de Serviços da Água. Verificou-se uma diminuição no atendimento médio diário durante o ano em análise.

Gráfico 5 – Distribuição do atendimento na DSGA



5 – Guias Emitidas/Receitas Geradas

Durante o período em análise, o valor das guias emitidas foi o representado no Quadro I.

Quadro I – Valor das guias emitidas

2004	DAA	DL	DDH	Total DSGA
Guias (€)	77 167	9 007	218 014	304 188
%	25	3	72	100

As receitas obtidas pela DSGA até 31 de Dezembro de 2004, foram, em valor aproximado, as que se apresentam no Quadro II, que evidencia uma pequena sub-cobrança, inferior a 5%.

Quadro II – Valores cobrados

2004	Pareceres P. 393/2004	Participação* Licencia.º Industrial	Arrematações Venda de árvores	Ocupação de terrenos	Total DSGA
Guias (€)	197 226	53 371	34 511	4 588	289 696
%	68	18	12	2	100

*corresponde às comparticipações devidas pela participação da Divisão de Licenciamento, no licenciamento industrial (e que nos são remetidas pelos Ministérios da Economia e da Agricultura).

De salientar que a actividade da DDH gerou a emissão de um valor global de guias de cerca de 357×10^3 (€), entre as guias que foram emitidas pela própria Divisão e as guias emitidas pelas Divisões Sub-Regionais, relativas a processos de licenciamento que decorreram na DDH, posteriormente enviados às DSR para cobrança e entrega dos respectivos alvarás.

6 – Representação em Comissões e Grupos de Trabalho

Os dirigentes e técnicos da DSGA estiveram envolvidos nos seguintes grupos de trabalho e comissões:

Quadro III – Comissões e Grupos de Trabalho

Designação	Direcção de Serviços Divisões
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental da PETROGAL	DSGA
Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais – INSAAR 2002	DSGA e DDH
Comissão de Acompanhamento do sistema de pré-tratamento dos efluentes das suiniculturas no âmbito da SIMLIS	DDH
Comissão de Acompanhamento ao abrigo do art. 16.º do DL n.º152/97 de 19 de Junho	DDH
Comissão de Acompanhamento ao abrigo do art. 9.º do DL n.º235/97, de 3 de Setembro	DDH
Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos – SNITURH	DDH
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica de Edifícios) – CT28/SC4	DL
Subcomissão Técnica de Normalização (Avaliação de Desempenho Ambiental) – CT150/SC4	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector Cimenteiro	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para	DL

o Sector do Vidro de Embalagem	
Grupo de trabalho para verificação do protocolo: DRCME/DRAOT-C/ARS-C/IDICT-IGT	DL
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica Ambiental) – CT28/SC8	DL
Subcomissão Técnica de Normalização (Auditorias Ambientais) – CT150/SC2	DL
Sub Comissão de avaliação para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector dos transportes	DL

e, ainda, em Reuniões, Seminários e Conferências diversas.

A DSGA colabora activamente com os Institutos da Água, do Ambiente e dos Resíduos e fomentou, durante o ano em análise, a definição de modos de actuação comum entre os serviços homólogos das cinco CCDR.

7 – Recursos Humanos Utilizados

A Direcção de Serviços contou com a participação de apenas 10 técnicos, da carreira técnica superior e de 4 técnicos da carreira técnica, distribuídos pelas três Divisões conforme o Quadro IV, para além dos respectivos dirigentes.

Quadro IV – Recursos Humanos do Quadro de Pessoal (actuais)

Categoria	DSGA	DAA	DL	DDH	Total
Directora de Serviços	1	-	-	-	1
Chefes de Divisão	-	1	1	1	3
Assessores Principais	-	-	1	-	1
Técnicos Superiores Principais	-	-	-	1	1
Técnicos Superiores 1.ª Classe	-	1*	2	1	4
Técnicos Superiores 2.ª Classe	-	-	2	2	4
Técnicos Especialistas Principais	-	-	-	1	1
Técnicos Principal	-	-	-	1	1
Técnicos de 1.ª Classe	-	-	-	1	1
Técnicos Prof. de 2.ª Classe	-	-	1	-	1
Vigilantes da Natureza	-	-	-	3	3
Assistentes Adm. Especialistas	1	1	-	1	3
Assistentes Adm. Principais	-	-	2	1	3

Assistentes Administrativos	1	1	-	1	3
Auxiliar Administrativa	1	-	-	-	1
Motorista de Ligeiros	-	-	-	1	1
Total	4	4	9	15	32

*- Um Téc. Sup.1ª. requisitado, anualmente, ao Ministério da Educação

Para além dos 32 funcionários do quadro, a DSGA dispõe de 10 aquisições de serviço (2 na DAA, 3 na DL e 5 na DDH), pelo que no todo somos 42 elementos.

Verifica-se, assim, que em termos de recursos humanos, as Divisões dispuseram de muito poucos colaboradores, quer da carreira técnica superior e/ou carreira técnica, quer da carreira administrativa. Em todas as Divisões essa carência é completamente desproporcionada face ao volume de trabalho e aos prazos curtos de resposta impostos pelas legislações (principalmente as relativas à Avaliação e ao Licenciamento Ambientais).

Há, contudo, que salientar o empenhamento e a boa interligação dos técnicos das três Divisões da DSGA, na realização de análises e pareceres conjuntos, nomeadamente em todas as situações de Avaliação ou Licenciamento Ambientais, para as quais tal colaboração se torna desejável e indispensável, pese embora a enorme sobrecarga a que todos estão sujeitos.

8 – Gestão de processos e meios informáticos

Para além da notória falta de pessoal técnico com formação adequada, um dos grandes problemas da Direcção de Serviços reside no facto de cada uma das três Divisões que a constituem possuírem sistemas de identificação dos seus processos totalmente independente sem qualquer elo em comum. Na realidade, devido ao facto dessas Divisões terem resultado de Divisões de três Direcções de Serviço independentes de uma anterior estrutura orgânica, cada uma delas tem o seu próprio método de identificação e registo dos respectivos processos.

9 – Análise final

A DSGA, criada na sequência do DL n.º 127/2001, de 17 de Abril, iniciou o seu funcionamento como tal nas instalações onde se encontra (Edifício da Rodoviária), em Julho de 2001, tendo completado três anos de funcionamento no período em análise.

Foi ocupar, portanto, as antigas instalações da Direcção de Serviços da Água (ex-Hidráulica do Mondego, que aí funcionou durante algumas décadas), substituição que não foi pacífica e que implicou um reajustamento total das instalações e do pessoal, incluindo o pessoal dirigente.

Em 2004, consolidaram-se as acções e os procedimentos iniciados e implementados nos anos anteriores, com vista à promoção da imagem externa, quer pela reformulação dos documentos emitidos, quer pela qualidade do atendimento ao público.

Para suporte destas orientações foram implantadas melhorias a nível do sistema informático e da organização do pessoal e dos serviços, que, todavia, são ainda insuficientes, quer porque a reorganização global no domínio informático (a cargo do GIDC), não concretizada no período em análise, quer porque os Serviços têm estado expectantes quanto à implementação da nova lei orgânica (DL n.º 104/2003, de 23 de Maio).

Para além do acompanhamento diário dos novos processos, tem-se procurado (e conseguido em grande medida) recuperar o passivo herdado do antecedente, apesar da notória falta de meios, quer instrumentais, quer de pessoal.

É de salientar a colaboração empenhada da quase totalidade dos que trabalham na DSGA, para a concretização dos objectivos definidos.

Pormenoriza-se, em seguida, a actividade desenvolvida por cada uma das Divisões da DSGA.

I -DIVISÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

I.1. Enquadramento

As competências atribuídas à Divisão de Avaliação Ambiental (DAA), criada no âmbito do DL n.º 127/2001 de 17 de Abril (ex-DRAOT) e integrada na Direcção de Serviços de Gestão Ambiental (DSGA), estão definidas no n.º 3 do art.º 7º do referido Decreto-Lei sendo de ressaltar, pela sua importância e complexidade, os processos de Avaliação de Impacte Ambiental, nas suas várias fases e componentes.

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é regido pelo DL n.º 69/2000, de 3 de Maio e pela Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

I.2. Actividades

I.2.1 Processos de AIA

No ano 2004, foram tratados **96 (noventa e seis)** processos de AIA, dos quais **62 (sessenta e dois)** foram iniciados neste ano, tendo os restantes **34 (trinta e quatro)** transitado do ano 2003. No

presente relatório listam-se os processos novos entrados na DAA no período de 1 de Janeiro de 2004 a 31 de Dezembro de 2004:

- Processos de Avaliação de Impacte Ambiental cuja “**Autoridade de AIA**” é a **CCDRC** – toda a gestão do procedimento é da responsabilidade da DAA – **23 (vinte e três)** processos, dos quais **4 (quatro)** Propostas de Definição do Âmbito (PDA) e **17 (dezassete)** Estudos de Impacte Ambiental (EIA).

- Processos de Avaliação de Impacte Ambiental cuja “**Autoridade de AIA**” é o **Instituto do Ambiente (IA)** – participação da DAA como membro da Comissão de Avaliação (CA), enquanto representante da CCDRC – **39 (trinta e nove)** processos, dos quais **1 (uma)** Proposta de Definição do Âmbito (PDA), **31 (trinta e um)** Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e **7 (sete)** Relatórios de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução com a DIA (RECAPE));

- 1 (**um**) pedido de “Dispensa de AIA”;

- Emissão de **31 (trinta e um)** pareceres sobre eventual necessidade de processo de AIA, particularmente quanto a projectos de “alterações”, no âmbito do ponto 13º do Anexo II do DL 69/2000, de 3 de Maio.

I.2.2 Outros processos:

- Análise de **14 (catorze)** pedidos de apreciação de projectos de aproveitamento de energias renováveis (Parques Eólicos - PE- e Pequenas Centrais Hidroeléctricas - PCH), na sua componente ambiental, ao abrigo do Despacho 51/2004, de 31 de Janeiro

- Emissão de **89 (oitenta e nove)** certidões/declarações relativas às incidências ambientais de determinados projectos com incidência no ambiente;

- Respondidos **162 (cento e sessenta e dois)** pedidos de informação ao IA sobre projectos candidatos a fundos comunitários, inseridos no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio QCA III.

I.2.3 Receitas Geradas:

Foram emitidas em 2004 guias no valor total de € 77 166,63, sendo que o valor de guias efectivamente pagas em 2004 foi de €69 808,77.

I.2.4 Expediente: Entradas:

Ofícios	951
Informações	17
Mensagens de Serviço	50
Notas de Serviço	130
Fax	330
Requerimentos	21
Cartas	2
Ordens de Serviço	1
Circulares	1

Saídas:

Protocolos	1
Ofícios Circulares	1
Comunicações Internas	3
Guias de Pagamento	6
E-mails	1
TOTAL	1 516

Informações	220
Fax	259
Mensagens de Serviço	154
Notas de Serviço	162
Ofícios	708
TOTAL	1 503

I.3. Meios Humanos:

I.3.1. Funcionários pertencentes ao quadro de pessoal

- Chefe de Divisão, Eng.^a Cristina Tadeu;
- Assessor Principal do Quadro de Pessoal (a tempo parcial), Eng.º Fernando Cabral Sacadura¹;
- 1 Técnico Superior requisitado, anualmente, ao Ministério da Educação, Dr. Joaquim Sequeira Marques²;
- 1 Assistente Administrativa, Especialista Sr.^a D. Isabel Sequeira;
- 1 Assistente Administrativa, Especialista Sr.^a D. Eracema Sousa³.

I.3.2. Colaboradores em situação precária, sem vínculo

- Licenciado em Biologia, Dr. José Carlos Correia, em regime de aquisição de serviços, inserido num projecto intitulado “*Corredores Ecológicos Fluviais*” (projecto na área da Conservação da Natureza), o qual terminou em Novembro de 2004;

¹ O Sr. Eng.º Fernando Cabral Sacadura **colabora** com a Divisão de Avaliação Ambiental a **tempo parcial**, encontrando-se a desempenhar funções na Direcção de Serviços de Gestão Territorial (DSGT), serviço ao qual está afecto e onde tem o seu gabinete de trabalho;

² A requisição do Sr. Dr. Joaquim Sequeira Marques está a decorrer pelo 3º ano consecutivo, sendo eventualmente renovada em Agosto de 2005.

³ A Sr.^a D. Eracema Sousa iniciou funções de apoio à DAA em 25 de Fevereiro de 2004, em acumulação com as funções anteriores, de apoio à Divisão de Recursos Humanos da ex-DRAOT-C, tratando de todos os assuntos de pessoal referentes aos funcionários sediados nos edifícios da Rodoviária Nacional, da Rua Padre Estevão Cabral e do Laboratório.

- Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, Dra Susana Castro Moreira, em regime de aquisição de serviços, inserida no projecto intitulado “Disponibilização de informação ao público no âmbito da Directiva 2003/4/CEE e Convenção de Aarhus”, o qual terminará no final do 1º Semestre de 2005.

I.3.3. Estagiários

No âmbito de estágio curricular, o finalista do curso de Gestão do Território, do Instituto Politécnico de Tomar, Luís Filipe Cunha, deu apoio à DAA, no período de 1 de Março a 31 de Maio de 2004.

I.3.4. Problema de meios humanos a resolver com urgência

- Verifica-se que a DAA tem um corpo de funcionários/colaboradores muito deficitário, face ao volume de trabalho e competências, sendo urgente resolver este problema, o que tem vindo a ser desde sempre referido e solicitado.
- Prevê-se, a curto prazo (Portugal já está em falta desde 27 de Junho de 2004) a transposição da Directiva Comunitária 2001/42/CE de 27 de Junho de 2001 (Avaliação Ambiental Estratégica), referente à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o que terá de implicar a afectação de meios técnicos e humanos adicionais.

I.4. Condições de trabalho/Instalações

A DAA tem afecto ao seu funcionamento as seguintes instalações: 4 gabinetes e uma sala de reuniões, que partilha com toda a Direcção de Serviços.

É fundamental dispor de boas condições de acesso à rede informática digital, a qual por varias vezes sofreu avarias no edifício onde funciona a DAA, implicando prejuízos para a sua actividade. De realçar que estes problemas surgem com menor frequência, desde que o GIDC se instalou, neste edifício.

Correntemente, regista-se a falta:

- o de equipamento informático e actualizado;
- o de impressora laser;
- o de fotocopiadora funcional, já que a existente, que é partilhada com todos os funcionários do piso em que está instalada, está constantemente avariada;
- o de um compartimento para arquivo de processos que são muito volumosos;
- o de estantes para o arquivo;
- o de consumíveis (papel, toners para impressoras, dossiers...);

- o de manutenção das instalações (tectos e paredes deterioradas).

I.5. Avaliação do Desempenho

- Todos os colaboradores desta Divisão pautam a sua actuação por um grande empenhamento e responsabilidade no seu trabalho, com seriedade e bom senso na avaliação dos projectos, ao que se junta uma grande capacidade de trabalho.
- É uma equipa pluridisciplinar, dinâmica, caracterizada por ser de uma faixa etária relativamente jovem. Só com o espírito de “missão” que a todos anima, tem sido possível dar cumprimento às tarefas, muito particularmente à Avaliação de Impacte Ambiental, face aos prazos que a lei impõe e à complexidade dos processos. Refira-se que, até ao momento, em todos os processos de AIA foi dado cumprimento aos prazos estipulados na lei, mas é com grande espírito de sacrifício que o mesmo tem sido conseguido. É urgente tomar medidas, quer no que toca à manutenção dos técnicos que estão em situação precária, quer na afectação de outros técnicos da CCDRC, com experiência em Avaliação de Impacte Ambiental, ou com vontade de trabalhar nesta área;
- A DAA, conforme tem vindo a ser realçado desde a sua formação, é uma estrutura extremamente frágil, dada a falta de meios humanos. Quando comparada com a responsabilidade que lhe é inerente mais grave se torna esta situação. A precariedade da situação laboral dos seus técnicos (veja-se que não há qualquer técnico do quadro de pessoal da actual CCDRC, na DAA, a não ser a própria chefe de divisão e as funcionárias administrativas) condiciona fortemente o desenvolvimento de trabalhos e impossibilita qualquer planeamento de actividades para o futuro.

Listagem dos processos cuja “Autoridade de AIA” é a CCDRC:

N.º	Projecto	Local Obra	Tipo_obra	Enquadramento	Tipo procº	tipodec_AIA
212	Pedreira da Cova de Água	Cova de Água	Indústria extractiva	Anexo II - 2 a)	EIA	Desconforme
213	Ampliação da Pedreira n.º 5222 "Vale da Vaca n.º 2"	Vale da Vaca - Rio de Loba	Indústria extractiva	Anexo II - 2 a)	EIA	Desconforme
219	Ampliação da Pedreira n.º 5595 "Nasce Água"	Nasce água	Indústria extractiva	Anexo II - 2 a)	Isenção de AIA	Em análise
222	Pedreira Cabeço Penedeiro	Cabeço Penedeiro	Indústria extractiva	Anexo II - 2a)	EIA	Favorável Cond.
223	Ampliação da área de exploração das Pedreiras de Vale da Pia e Sangardão	Ega e Furadouro	Indústria extractiva	Anexo II - 2a)	PDA	Aceite
225	Pedreira de argilas especiais Cova de Água	Cova de Água	Indústria extractiva	Anexo II - 2a)	EIA	Favorável Cond.
227	Pedreira de granito Fical	Ladário	Indústria extractiva	Anexo II - 2a)	EIA	Favorável Cond.
232	Projecto de Alteração das Instalações da Quimigal	Complexo Industrial	Indústria Química	Anexo II- 13)	EIA	Favorável Cond.
233	Pedreira de Granito "Monteiras"	Monteiras	Indústria extractiva	Anexo II - 2 a)	EIA	Desconforme
239	Aeródromo Municipal de Castelo Branco	Castelo Branco	Infra-estruturas	Anexo II - 10d)	EIA	Favorável Cond.
240	EIA das Pedreiras de Argila Vale de Coimbra nº 3, Alto dos Crespos nº 1 e nº 3	Pombal	Indústria extractiva	Anexo II- 2a)	EIA	Aguarda decisão
242	Ampliação da Pedreira de argila "Barrinho"	Bustos	Indústria extractiva	Anexo II- 2a)	PDA	Aceite

Listagem dos processos cuja “Autoridade de AIA” é a CCDRC (cont.):

244	Pedreira "Vale da Erva"	Vale da Erva	Indústria extractiva	Anexo II-2a)	EIA	Favorável Cond.
246	Ampliação da pedreira nº 5222 Vale da Vaca nº 2	Vale da Vaca	Indústria extractiva	Anexo II- 2 a)	EIA	Favorável Cond.
251	Coimbra Inovação Parque	Antanhol	Lot. Industrial	Anexo II- 10a)	PDA	Aceite
254	Dragagem da Bacia de Manobras a Norte do Porto de Pesca do Largo de Aveiro	Porto de Aveiro	Dragagem	Anexo II- n.º 10-e)	EIA	Em análise
255	Plano de Pormenor do Núcleo Turístico II - Torreira	Torreira				Suspenso
256	Pedreira nº. 5303 Fragas da Cela nº. 2	Cela - Moledo	Indústria extractiva	Anexo II- 2 a)	EIA	Desconforme
263	Pedreira Serra da Paramuna	Esmolfe	Indústria extractiva	Anexo II- 2 a)	EIA	Em análise
269	Ampliação do Estabelecimento Industrial da Novagrés	Aveiro	Indústria cerâmica	Anexo II- ponto 13	EIA	Em análise
271	Projecto de Loteamento Industrial Torre de Vilela	Coimbra	Lot. Industrial	Anexo II- 10 a)	PDA	Em análise
272	Pedreira nº. 5303 Fragas da Cela nº. 2	Cela	Indústria extractiva	Anexo II-2a)	EIA	Em análise
273	Ampliação da Pedreira n.º 5515 - "Pia das Lages n.º 2"	PNSAC	Indústria extractiva	Anexo II-2a)	EIA	Em análise

Listagem dos processos de AIA cuja “Autoridade de AIA” é o Instituto do Ambiente:

N.º	Projecto	Local da Obra	tipo_obra	enq_AIA	Tipo procº	tipodec_AIA
214	Transferência e Modernização da Unidade Industrial da Firma Correia & Correia	Zona Industrial da Sertã	Tratamento de Resíduos	Anexo I- 9	RECAP E	Favorável Cond.
215	A24/IP3 - Sublanço Fail/Viseu	Vários	Estrada	Anexo I - 7b)	EIA	Favorável Cond.
216	Parque Eólico de Videmonte	Vários	Industria da Energia	Anexo II - 3b) e i)	EIA	Favorável Cond.
217	Centro de Transferência de Resíduos da Biovia	Zona Industrial de Penela, lote 13 - 1ª fase	Tratamento de Resíduos	Anexo II - 11b)	EIA	Favorável Cond.
218	A25/IP5 - Sublanço Mangualde/Fornos de Algodres	Vários	Estrada	Anexo I - 7b)	RECAP E	
220	Parque Eólico de Alvaiázere	Alvaiázere	Industria da Energia	Anexo II 3i)	EIA	Favorável Cond.
221	Aproveitamento Hidráulico do Mondego - Execução da Regularização do Rio Pranto	Rio Pranto	Infra-estruturas	Anexo II - 10f)	EIA	Favorável Cond.
224	Via de Ligação curva do campo - Paredes	Curva do campo	Infra-estruturas	Anexo II 10-g)	EIA	Desconforme
226	Subsistema de Abastecimento de Água de Balsemão	Vários	Infra-estruturas	Anexo II- 10 g)	EIA	Desconforme

Listagem dos processos de AIA cuja “Autoridade de AIA” é o Instituto do Ambiente (cont.):

228	Truticultura de S. Jacinto	Ria de Aveiro	Piscicultura	Anexo II- 1f)	EIA	Encerrado
229	IC6 - Catraia dos Poços/Vendas de Galizes	Vários	Estrada	Anexo I- 7C)	EIA	Favorável Cond.
230	Parque Eólico da Lameira	Lameira	Industria da Energia	Anexo II 3i)	RECAP E	Favorável Cond.
231	A25/IP5- Boa Aldeia/IP3/EN2/Nó do Caçador	Vários	Estrada	ANEXO I- 7C)	EIA	Favorável Cond.
234	Linha Bodiosa-Paraimo, a 400KV	Vários	Linha Eléctrica	Anexo I-19	EIA	Em análise
235	Subestação da Bodiosa 400KV (220) 60kv	Vários	Subestação	Anexo II- 3b)	EIA	Favorável Cond.
236	Terminal de Armazenagem de Produtos Petrolíferos e GPL no Porto de Aveiro	Ilha da Mó do Meio	Infra-estruturas	Anexo II 3e)	EIA	Aguarda decisão
237	Subestação e linha eléctrica do Parque Eólico da Gardunha para a subestação de Castelo Branco a 150 kv	Vários	Linha Eléctrica	Anexo II - 3b)	EIA	Favorável Cond.
238	Linha Falagueira-Castelo Branco 1/2 a 150 KV-Troço Ródão-Castelo Branco	Benquerenças, Retaxo, Darnadas de Ródão, Vila Velha de Ródão	Linha Eléctrica	Anexo II - 3b)	EIA	Favorável Cond.
241	Recuperação Ambiental da Área Mineira da Urgeiriça	Urgeiriça	Indústria extractiva	Anexo I - 9	EIA	Em análise

Listagem dos processos de AIA cuja “Autoridade de AIA” é o Instituto do Ambiente (cont.):

243	Parque Eólico da Videira	Serra da Portela	Industria da Energia	Anexo II - 3i)	EIA	Favorável Cond.
245	Linha Batalha - Pego, a 400KV	Vários	linha eléctrica	Anexo I- 19)	EIA	Em análise
247	Pedreira n.º 4019 "Vale do Junco nº2"	Vale do Junco	Industria extractiva	Anexo II- 2a)	EIA	Desconforme
248	IC8 - Lanço Proença-a-Nova/IP2	Vários	Estrada	Anexo I - n.º 7- alinea b)	EIA	Em análise
249	Linha Pinhal Interior - Falagueira (ICPIFR), a 150 KV, e Subestação de Corgas	Vários	Linha eléctrica	Anexo I- 19)	RECAP E	Favorável Cond.
250	Origem de Água de Balsemão	Vários	Anexo II- alínea 10 g)	Anexo II- alínea 10 g)	EIA	Favorável Cond.
252	Pedreira Quinta Vale da Carvalha	S. João da Boavista	Indústria extractiva	Anexo II- 2 a)	PDA	Aceite
253	EN 339 Variante Norte e Sul à Covilhã	Vários	Estrada	Anexo I - n.º 7- alinea b)	EIA	Em análise
257	Construção da Passagem Superior Rodoviária PTT1 sobre o Rio Novo Príncipe	Rio Príncipe			RECAP E	Favorável Cond.
258	Alargamento e Beneficiação para 2 x 3 vias A1 (Sublanço Albergaria / Estarreja)	Vários	Estrada	Anexo I- 7C)	RECAP E	Favorável Cond.

Listagem dos processos de AIA cuja “Autoridade de AIA” é o Instituto do Ambiente (cont.):

259	Linha de Muita Alta Tensão Penamacor-Ferro a 220 kv	Vários	Linha Eléctrica	Anexo I - 19	EIA	Em análise
260	Sub.Est. de Paraimo a 400/220/60 KV	Vários	Subestação	Anexo II-n.º 3-b)	EIA	Em análise
261	Subestação de Penela 220/60 KV	Penela	Subestação	Anexo II-n.º 3-b)	EIA	Em análise
262	Obras de Melhoria das Condições de Abrigo nos Cais do Sector Comercial e Manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Figueira da Foz	Porto da Figueira da Foz	Dragagem	Anexo II-13º	EIA	Em análise
264	Subestação de Penamacor 60/220kv	Penamacor	Subestação	Anexo II- n.º 3-b)	EIA	Em análise
265	A17 - Auto-Estrada Marinha Grande/Mira; Lanço Louriçal/Mira	Vários	Estrada	Anexo I - n.º 7-alinea b)	EIA	Em análise
266	Alargamento e Beneficiação para 2X3 vias A1 (Sublanço Estarreja / Feira)	Vários	Estrada	Anexo I- 7C)	RECAP E	Favorável Cond.
267	Parque Eólico de Vale Grande	Vale Grande	Parque Eólico	Anexo II- 3i)	EIA	Em análise
268	Parque Eólico da Serra do Sicó (Sicó I e Sicó II)	Serra do sicó	Parque Eólico	Anexo II- 3i)	EIA	Em análise
270	EN 351 - Isna de Oleitos/Pontal do Laranjeiro IC8)	Vários	Estrada	Anexo I - n.º 7-alinea b)	EIA	Em análise

II - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

II.1. Enquadramento e Actividade

De acordo com as atribuições que lhe estão cometidas pelo D.L. n.º 127/2001, de 17 de Abril, a Divisão de Licenciamento, desenvolveu a sua actividade ao longo do ano de 2004, no âmbito:

1. Do Licenciamento Industrial;
2. Da Licença Ambiental;
3. Do Licenciamento de exploração de recursos geológicos;
4. Do Licenciamento de operações de gestão de resíduos sólidos;
5. Do Ar, ruído e resíduos;
6. Assuntos diversos.

No âmbito do licenciamento industrial procedeu à:

1. Análise e parecer sobre projectos de instalação ou de alteração de indústrias;
2. Participação em vistorias regulamentares e em acções de fiscalização com a entidade coordenadora do licenciamento;
3. Participação nos grupos de trabalho do regime transitório;
4. Apreciação de reclamações sobre questões ambientais.

No âmbito da licença ambiental procedeu à:

1. Avaliação, em conjunto com o Instituto do Ambiente, os pedidos de licença ambiental e de renovação;
2. Análise da conformidade dos resultados das monitorizações das emissões da instalação com as condições estabelecidas na licença ambiental;
3. Promoção da divulgação junto do público da decisão proferida, da licença ambiental e dos resultados das monitorizações.

No âmbito do licenciamento de exploração de recursos geológicos, procedeu à:

1. Análise dos pedidos de licença de pesquisa;
2. Análise dos Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística (PARP), relativos ao licenciamento ou à adaptação de pedreiras;
3. Proposta do estabelecimento da respectiva caução, montantes e faseamento;
4. Participação nas vistorias, iniciais e de 3 em 3 anos;

5. Participação em acções de fiscalização técnica.

No âmbito do licenciamento de operações de gestão de resíduos sólidos, procedeu à:

1. Análise dos pedidos de autorização prévia, para gestão de resíduos não perigosos;
2. Análise dos pedidos de licenciamento de aterros para resíduos inertes e dos não perigosos (RSU de sistemas municipais);
3. Análise dos pedidos de valorização interna de resíduos;
4. Análise dos pedidos de valorização agrícola de resíduos.

No âmbito da legislação do ar, ruído e resíduos, procedeu à:

1. Análise e parecer de relatórios;
2. Coordenação e apreciação de reclamações;
3. Emissão de pareceres sobre a aplicação da legislação;
4. Representação da CCDR nas Sub-Comissões de Normalização – Acústica de edifícios – Acústica ambiental;
5. Representação da CCDR na Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral.

Assuntos diversos, procedeu à:

1. Participação nas comissões de análise dos Estudos de Impacte Ambiental;
2. Participação em seminários e em acções de formação nos âmbitos da Divisão de Licenciamento;
3. Representação da CCDR na Sub-Comissão de avaliação para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas;
4. Representação da CCDR nas comissões de acompanhamento dos contratos de melhoria continua ambiental dos sectores do vidro de embalagem, indústria cimenteira e transportes.

II.2. Desempenho

Para além do referido no ponto anterior, apresentam-se alguns dos indicadores tradutores das actividades correntes da Divisão de Licenciamento, relativamente ao ano 2004:

Resultados em 2004

Gerais

n.º de documentos entrados	4720
n.º de documentos saídos (ofícios, fax, NS, MS)	3699
Informações e pareceres gerais (diversos + lic. Ambiental + AIA)	196

Licenciamento Industrial

Pareceres Projectos de instalação/alteração	130
Análise de projectos Tempo médio de resposta	41 dias
Vistorias e acções de fiscalização técnica	266
Grupos de trabalho regime transitório	18

Licença Ambiental

n.º estabelecimentos a nível Nacional	610
n.º estabelecimentos na Região Centro	178
n.º licenças ambientais emitidas a nível Nacional	66
n.º licenças ambientais emitidas na Região Centro	22
n.º de pedidos de licença ambiental analisados em 2004	20

Licenciamento de pedreiras

Análise de PARP	55
Análise de PARP Tempo de resposta médio	76 dias
Vistorias	0
Acções de fiscalização técnica	29
Acções de fiscalização técnica minas	2

Licenciamento de Gestão de Resíduos

Projectos de resíduos sólidos	26
Vistorias	11
Valorização interna e energética de resíduos	11 + 5
Valorização agrícola de resíduos	5
Planos de adaptação de aterros sanitários	7

Ar, Ruído e Resíduos

Pareceres sobre emissões atmosféricas, altura de chaminés e COV's	312
Pareceres sobre ruído	34
Análise de reclamações	428

Assuntos Diversos

Participação nas comissões de análise de EIA	28
Representação em grupos de trabalho (RAN)	9
Comunicações (seminários/cursos/sessões)	12
Orientações de estágios	1

Projectos e acções a desenvolver:

1. Monitorização no âmbito do licenciamento e avaliação ambiental 1ª fase, 2003 a 2005.
2. Monitorização no âmbito do licenciamento e avaliação ambiental 2ª fase, 2005 a 2006.
3. Estabelecer e aperfeiçoar procedimentos.
4. Concluir a nova Base de Dados da Divisão de Licenciamento.
5. Reduzir prazos de resposta às solicitações efectuadas.

II.3. Meios Humanos:

Para além dos técnicos referidos no Quadro IV, desempenharam funções na DL, três técnicos superiores em aquisição de Serviços.

II.4. Condições de trabalho/Instalações

À DL estão afectas cinco salas, para além das áreas comuns a toda a DSGA: sala de atendimento, sala de reuniões e sala de convívio.

Verificou-se, durante o período em análise, a necessidade de aumentar e reformular o espaço para arquivo vivo da Divisão.

Licenças Ambientais Emitidas em 2004

Processo	Estabelecimento	Rubrica PCIP	Localidade	N.º LA	Data Emissão	Validade
10.15.273	Lusiaves – Indústria e Comércio de Aves, SA	6.6-a) Instalação para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, com um espaço para mais de 40 000 aves	Cova do Telheiro – Guia Pombal	2/2004	19/04/2004	19/04/2014
01.01.308	Grésil – Cerâmica e Pré-Esforçados, Lda	3.5 – Instalação de fabrico de produtos cerâmicos por aquecimento, nomeadamente telhas, tijolos, refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75t por dia, uma capacidade de forno superior a 4 m ³ e uma densidade de carga enforçada, por forno, superior a 300Kg/m ³	Mourisca do Vouga – Trofa Águeda	3/2004	19/04/2004	19/04/2014
18.16.038	Avilourosa – Exploração Avícola de Lourosa, Unipessoal, Lda	6.6-a) Instalação para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, com um espaço para mais de 40 000 aves	Santa Bárbara – Sul S. Pedro do Sul	4/2004	23/04/2004	23/04/2011
18.24.005	Avilafões – Aviários de Lafões, Lda	6.5 – Instalação de eliminação ou valorização de carcaças e resíduos de animais com uma capacidade de tratamento superior a 10t por dia	Av. S ^{ra} . Da Ajuda, 14 – Carregal de Queirã - Vouzela	5/2004	01/06/2004	01/06/2009
01.02.035	Friedrich Grohe Portugal – Componentes Sanitários, Lda	2.5-b) Fusão de metais não ferrosos, incluindo ligas, produtos de recuperação, (afinação, moldagem em fundição) com uma capacidade de fusão superior a 4t por dia de chumbo e de cádmio ou a 20t por dia de todos os outros metais 2.6 – Instalações de tratamentos de superfície, de metais e matérias plásticas, que utilizem processos químicos ou electrolíticos, quando o volume das cubas dos banhos de tratamento for superior a 30m ³	Z. Ind. de Areeiros, Lt. 14/15 Albergaria-a-Velha	6/2004	09/06/2004	09/06/2014

Licenças Ambientais Emitidas em 2004 (cont.)

Processo	Estabelecimento	Rubrica PCIP	Localidade	N.º LA	Data Emissão	Validade
18.10.008	Savibel – Sociedade Avícola, SA	6.4-a) Matadouros com uma capacidade de produção de carcaças superiores a 50t por dia 6.5 – Instalação de eliminação ou valorização de carcaças e resíduos de animais com uma capacidade de tratamento superior a 10t por dia	Sobreiro – Pinheiro de Lafões Oliveira de Frades	11/2004	28/06/2004	28/06/2009
05.09.058	Correia & Correia, Lda	5.1 – Instalações de eliminação ou de valorização de resíduos	Z.I. da Sertã - Sertã	13/2004	14/07/2004	14/07/2011
06.05.032	Soporcel – Sociedade Portuguesa de Celulose, SA	6.1-a) Pasta de papel a partir de madeira ou de outras substâncias fibrosas 6.1-b) Papel e cartão com uma capacidade de produção superior a 20t por dia	Lavos – Figueira da Foz	19/2004	13/10/2004	13/10/2009
01.14.005	Metalúrgica do Levira, SA	2.6 – Instalações de tratamento de superfícies de metais e matérias plásticas que utilizem um processos químicos ou electrolíticos, quando o volume das cubas utilizadas nos banhos de tratamento realizado for superior a 30m ³	Oiã – Oliveira do Bairro	23/2004	29/10/2004	29/10/2009
01.01.011	Tupai – Fábrica de Acessórios Industriais, SA	2.6 – Instalações de tratamento de superfícies de metais e matérias plásticas que utilizem um processos químicos ou electrolíticos, quando o volume das cubas utilizadas nos banhos de tratamento realizado for superior a 30m ³	Raso de Paredes - Águeda	24/2004	10/11/2004	10/11/2014
10.09.228	Soalumínios – Anodização e Comércio de Alumínio, Lda	2.6 – Instalações de tratamento de superfícies de metais e matérias plásticas que utilizem um processos químicos ou electrolíticos, quando o volume das cubas utilizadas nos banhos de tratamento realizado for superior a 30m ³	Estrada de Marrazes – Pinheiro do Brejo – Marrazes - Leiria	25/2004	07/12/2004	07/12/2009

III -DIVISÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO

III.1. Enquadramento

À Divisão do Domínio Hídrico competem as atribuições constantes do n.º 5 do artigo 7º do DL n.º 127/2001, de 17 de Abril.

Integrou as funções da anterior Divisão de Utilização do Domínio Hídrico (DUDH), extensivas a toda a área de jurisdição da Direcção Regional do Ambiente, e as da extinta DSR Coimbra, que incluíam a actividade de fiscalização na área do distrito de Coimbra.

As atribuições de licenciamento e controlo das captações de água subterrânea, anteriormente atribuídas à então Divisão de Recursos Hídricos (DRH), mantêm-se consideradas da responsabilidade da actual Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (DSMA). Igualmente a DSMA passou a ser responsável pelo licenciamento e fiscalização das extracções de inertes no domínio hídrico.

Iremos fazer, de modo sistematizado, referência às actividades desenvolvidas nos campos técnico e de fiscalização, bem como aos meios humanos afectos e às condições e meios de funcionamento, após o que indicaremos valores numéricos relativos ao trabalho realizado em 2004.

III.2. Actividades

III.2.1 - No Campo Técnico

Como referido, o trabalho da DDH tem por base o disposto no D.L. n.º 127/01, de 17 de Abril, sendo de realçar as funções de licenciamento de utilizações do domínio hídrico, constantes do D.L. n.º 46/94, de 22 de Fevereiro (com as excepções, já citadas).

Para além destas, há a considerar diversos apoios a sectores e funções da DSGA, sendo sistematicamente de considerar as seguintes atribuições:

- **Licenciamento** da utilização do domínio hídrico e outras funções do D.L. 127/01;
- Colaboração em vistorias (da DSGA);
- Participação em grupos de trabalho;
- Participação em comissões de acompanhamento/avaliação (EIA, L. Ambiental, produção de legislação, aplicação de protocolos e outros);
- Atendimento diário e permanente ao público;
- Acções de fiscalização;
- Colaborações em acções de formação;

III.2.2 - Na Fiscalização

- Apreciação de reclamações;
- Informações com vista a licenciamento;
- Verificação de condições de actividade / Cumprimento de Alvarás de Licença;
- Participação em vistorias;
- Levantamento de Autos de Notícia;
- Fiscalização no âmbito da legislação sobre recursos hídricos e outros.

III.3. Meios Humanos:

Para além dos técnicos referidos no Quadro V, desempenharam funções na DDH:

- 2 Eng.º do Ambiente (após 01/06/2004);
- 3 Eng.º Técnicos em projecto.

III.4. Instalações e Meios Físicos

A DDH ocupa, para a sua actividade, 6 salas, distribuídas por três pisos do edifício onde se encontra sedeada a DSGA. O arquivo (cerca de 20 000 processos activos) está distribuído por 1 pequeno compartimento e por estantes nos corredores e gabinetes dos técnicos. Uma parte do arquivo, mais antiga, está sedeada nas instalações de Quinhendros e da Cioga do Campo.

Os gabinetes estão dotados de mobiliário na grande maioria antiquado e pouco funcional e possuem áreas, em termos de ocupação, reduzidas.

A cada funcionário está atribuído um computador fixo, constatando-se que o sistema informático terá de evoluir.

No último trimestre do ano procedeu-se a um reajustamento na distribuição dos funcionários pelas salas associando-os em função da actividade desenvolvida com separação das responsabilidades administrativas

A fiscalização dispôs preferencialmente de duas viaturas sendo, uma todo terreno e outra ligeira. Para além da inaptidão da viatura ligeira a algumas das solicitações em locais de difícil acesso, há que referir as situações de paragem por avarias e manutenção.

III.5. Desempenho

Apresentam-se, nos quadros seguintes, os dados relativos ao desempenho da DDH no período em análise (ano de 2004):

III.5.1 - Documentos

Documentos Recebidos		7 753
Processos Activos na DDH		20 340
Novos Processos		2 060
Ofícios Emitidos		4 624
Notas de Serviço		2 773
Protocolos		731
Informações		2 236
Alvarás:		
Suinculturas	528	
Aviários	247	
Vacarias	94	
Agro Alimentares	118	
Industrias Diversas	622	
Obras e Fossas	304	
Mini Hídricas	3	
ETAR Municipais	170	
Barcos e Pesca	17	
Total Alvarás		2 103
Dias de Fiscalização		232
Vistorias		742
Autos/Participações		40
Km percorridos		40 000

III.5.2 – Receitas

Receitas		
Mes	Emitidas na DDH	Geradas DDH
Janeiro	27.232,34 €	35.370,91 €
Fevereiro	7.014,99 €	14.001,78 €
Março	8.714,84 €	18.838,08 €
Abril	9.040,30 €	18.510,06 €
Maio	15.818,87 €	17.402,30 €
Junho	43.460,99 €	46.982,27 €
Julho	25.290,04 €	26.768,28 €
Agosto	18.891,10 €	82.180,96 €
Setembro	17.725,66 €	21.322,12 €
Outubro	20.031,93 €	30.852,97 €
Novembro	14.234,00 €	29.233,03 €
Dezembro	10.558,64 €	15.880,39 €
Total	218.013,70 €	357.343,15 €

A Divisão participou:

Ø no Grupo de Trabalho para a caracterização das unidades industriais, presentes na área

de jurisdição da CCDR – Centro, identificadas no âmbito da aplicação das Directivas 76/464/CEE e 80/68/CEE (Protecção de águas subterrâneas contra poluição causada por certas substâncias perigosas);

- Ø na Comissão de Acompanhamento no quadro da implementação do Sistema de Pré-Tratamento dos efluentes das suiniculturas no âmbito da SIMLIS;
- Ø no Grupo de Trabalho das agro-pecuárias de Montemor-o-Velho;
- Ø no “SNITURH – Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos”, e
- Ø no Grupo de Trabalho “INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais”.

Participou, ainda, em colaboração com as outras Divisões da DSGA, nas Comissões de Avaliação de:

- a) 7 projectos de Licença Ambiental;
- b) 9 projectos de Estudos de Impacte Ambiental e Propostas de Definição do Âmbito.

III.5.3 Situação/Actividade Técnica

Desde 2001 vimos referindo a necessidade de a Divisão ser contemplada com técnicos das áreas da Eng.^a Química ou Ambiental.

Dada a deficiência de meios técnicos humanos e a formação específica de um dos vigilantes da natureza tem este vindo a ser solicitado para o desempenho de tarefas de maior complexidade;

A área ocupada pela Divisão e a sua distribuição nada facilita o respectivo funcionamento, o mesmo sucedendo com uma boa parte de equipamento;

Face ao número de processos, aos meios e às solicitações e aos circuitos estabelecidos, são inevitáveis demoras na satisfação dos pedidos, para as quais contribuem factores como:

- a) Processos incompletos aquando do pedido do licenciamento;
- b) Necessidade de contactos com outras entidades;
- c) Necessidade de contactos dentro dos serviços;
- d) Dispersão dos diferentes sectores a contactar;
- e) Elevado número de solicitações versus meios;
- f) A dispersão e condições de arquivo;
- g) Dificuldade de fiscalização (meios humanos e logísticos);
- h) Outros factores imprevisíveis incluindo solicitações imprevisíveis que dificultam o desenvolvimento do serviço.

Face às condições que referimos não será de estranhar, ainda, a existência de processos em atraso, sendo de realçar os relativos às descargas de águas residuais urbanas, dada a quantidade de

pedidos, a relativamente complexa circulação de documentos para a obtenção dos diversos pareceres (fundamentais) e uma frequente não resposta rápida às solicitações complementares, por parte dos requerentes.

Neste ano de 2004 foi feito esforço apreciável de recuperação, objectivo alcançado não só com a emissão mais elevada (acréscimo de cerca de 20%) de Alvarás de Licença como pela revisão de situação de processos com remessa de um número elevado de recordatórias (± 1200).

III.5.4 Situação/Actividade Administrativa

O apoio administrativo face ao número de processos em movimento tem-se apresentado, apesar de todo o esforço do pessoal administrativo, com alguns pontos críticos, que terá obrigado ao recurso do apoio de todos os técnicos, bem como de um vigilante da natureza, com capacidades nesta área.

III.5.5 Situação/Actividade Fiscalização

Para além da fiscalização realizada pelos técnicos, sempre que estava em causa a verificação e análise de questões que, pela sua natureza ou profundidade, ultrapassavam as competências dos vigilantes de natureza (VN), há a destacar a fiscalização inerente às funções desses mesmos vigilantes, na área do distrito de Coimbra, visando:

- a avaliação de situações face a pedidos de licenciamento;
- a avaliação de reclamações;
- acções de vigilância (detecção de infracções);
- acções de fiscalização solicitadas por outras Direcções de Serviços.

As acções desenvolveram-se recorrendo sistematicamente a circuitos pré-estabelecidos e a planos mensais, sendo a frequência dos circuitos função das solicitações.

Como foi referido os VN são apenas três, coordenados por um técnico com bastantes anos de serviço em idênticas funções. É uma equipa manifestamente insuficiente para uma boa fiscalização. Não dispõem de equipamento de observação e orientação, nem de protecção individual. De notar que, cada um dos três VN afectos à DDH, participa, ainda:

- no apoio à condução;
- no apoio ao sector administrativo;
- no apoio ao licenciamento, nomeadamente das descargas de águas ruças (lagares de Azeite) e outros.

III.6. Resumo

A DDH tem uma vasta gama de missões a cumprir mas, face a limitações de meios disponíveis, quer físicos, quer humanos, tem tido dificuldades de satisfação atempada das solicitações. Torna-se imprescindível a tomada de orientações associadas a uma filosofia de simplificação e delegação, conjugadas com o legalmente estabelecido em termos de prazos. O objectivo terá de ser o cumprimento rigoroso do estabelecido/determinado, e uma resposta atempada às diversas solicitações, o que não é possível sem alteração das regras e das condições de trabalho. Com esta finalidade se justificam as propostas de delegações de competências nas DSR, de dilatação de prazos de validade de licenças e de continuidade e recrutamento de colaboradores.

No que se refere à fiscalização esta deverá ser melhorada, quer em qualidade, quer em quantidade, para além de dotada de meios modernos de actuação, actualmente muito limitados. De salientar que a fiscalização é, no terreno, uma imagem dos Serviços.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Director de Serviços: Dr. António Serrano
Chefe de Divisão dos Laboratórios: Dr. Mendes dos Santos

NOTA INTRODUTÓRIA

Este Relatório pretende, de uma forma sucinta e clara, dar conta da actividade desenvolvida pela **Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental** durante o ano de **2004**.

As atribuições legalmente cometidas à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental referem-se essencialmente à gestão, manutenção e implementação das redes de recolha de dados climáticos, hidrológicos, sedimentológicos, piezométricos e de qualidade das águas, à gestão de sistemas de informação regionais sobre águas de superfície e águas subterrâneas e à aplicação e validação a nível regional de modelos e métodos, com vista à avaliação, caracterização e preservação dos recursos hídricos regionais numa óptica quantitativa e qualitativa, bem como assegurar as acções relativas ao controlo e monitorização do ar, ruído e resíduos.

Além das competências legalmente atribuídas, a Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental continuou a desenvolver actividades nos domínios do abastecimento público de água, particularmente quando as origens de água são subterrâneas, mediante a prestação de assistência técnica às autarquias, do licenciamento de captações de água subterrânea e de extração de inertes.

Uma parte muito importante e essencial da actividade da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental desenvolve-se mediante a realização de trabalhos de campo.

I. RECURSOS HUMANOS

São **29** os funcionários do quadro e **16** em regime de aquisição de serviços afectos à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental e distribuem-se de acordo com as categorias, do seguinte modo:

Director de Serviços	1
Chefe de Divisão	1
Técnicos Superiores	5
Técnico	1*
Técnicos Profissionais	8**
Vigilantes da Natureza	3
Assistentes Administrativas	5
Auxiliares Administrativas	2
Auxiliar de Laboratório	1
Fiel de Armazém	1
Cantoneiro	1
Em regime de aquisição de serviços	16

* Destacado na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

** Foi um Técnico transferido para o GAT da Figueira da Foz

DIVISÃO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

I. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

I.1 EXPEDIENTE

Durante o **ano de 2004** o Sector Administrativo da DSMA processou a documentação que se apresenta no **Quadro I**.

As licenças emitidas constam do **Quadro II**.

As receitas da DSMA provenientes do licenciamento de captações constam no **Quadro III**.

Quadro I – Documentos entrados e/ou processados

TIPO DE DOCUMENTO	Nº DE DOCUMENTOS
Total de documentos entrados na DSMA	15 175*
Ofícios	17 113
Informações	825
Notas de Serviço	466

*

Corresponde a 20% das entradas totais da CCDRC

Quadro II – Licenças emitidas (Furos)

TIPO DE DOCUMENTO	Nº. DE DOCUMENTOS
Alvarás de Licença	1 601
Títulos de Legalização	284
Licenças de Captação	1 694
Certidões	0
Processos indeferidos	0

QUADRO III – RECEITAS DA DSMA (FUROS)

JANEIRO	37 457.21 €
FEVEREIRO	66 119.34 €
MARÇO	58 290.84€
ABRIL	33 566.48 €
MAIO	40 929.20 €
JUNHO	63 495.78 €

JULHO	52 816.89 €
AGOSTO	46 877.08 €
SETEMBRO	47 280.65 €
OUTUBRO	35 573.69 €
NOVEMBRO	42 431.16 €
DEZEMBRO	28 280.64 €
TOTAL	553 118.96 €

I.ii ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A monitorização continuou a ser uma das prioridades da DSMA.

Rede Piezométrica:

Nº total de piezómetros da rede = **124** (**118** mensais, **3** trimestrais, **3** semestrais)

Nº de medições efectuadas = **1 468**

Piezómetros à experiência não incluídos na rede = **2**

Rede Qualidade de Águas Subterrâneas:

Nº total de pontos de água da rede = **158**

Nº de medições efectuadas = **316**

Rede de Nitratos:

Nº total de pontos de água (poços) = **71**

Nº de medições efectuadas = **142**

Nº de colheitas de amostras de água = **142**

Em colaboração com outros serviços desta **CCDRC**:

- Apoio à DAA na análise de EIA's;
- Apoio ao Laboratório na colheita de amostras de água para análise.

Em colaboração com outras **Instituições**:

- Com o INAG - Revisão e optimização das redes de monitorização de águas subterrâneas;
- Com a Universidade de Aveiro;
- Com a Universidade de Coimbra, como entidade co-orientadora de estágios; e
- Instituto Superior Técnico de Lisboa

Foi dada continuidade à organização, selecção e triagem dos numerosos dados disponíveis a fim de os disponibilizar aos diversos utilizadores.

Foram, também, actividades dos técnicos da DSMA, emitir pareceres hidrogeológicos, proceder a vistorias e executar ensaios de caudal em captações de água subterrânea por conflitos entre utilizadores do domínio hídrico privado.

No âmbito da pesquisa e captação de águas subterrâneas para abastecimento público, foi prestada assistência técnica às seguintes Autarquias:

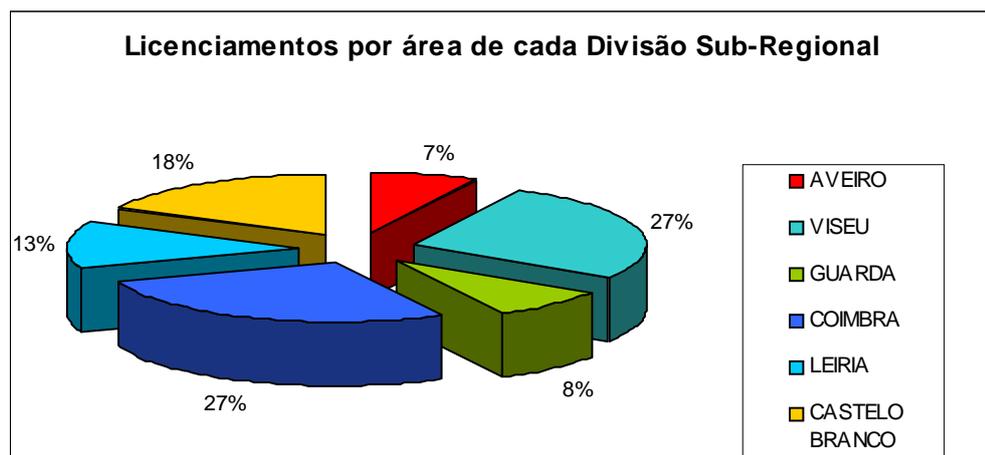
- C. M. Mealhada
- C. M. Soure
- C. M. Marinha Grande
- C. M. Pombal
- C. M. Batalha
- S. M. Fig^a da Foz
- S. M. Anadia
- C.M.Mont.-o-Velho
- S. M. Aveiro
- C.M.Porto de Mós

O licenciamento de captações de água subterrânea continuou, durante este período, a ser uma das actividades com maior volume de trabalho.

Nas páginas seguintes é representado o número e tipo de processos e sua distribuição nas áreas das Divisões Sub-Regionais desta CCDR-Centro.

DIVISÕES SUB-REGIONAIS DA CCDR CENTRO

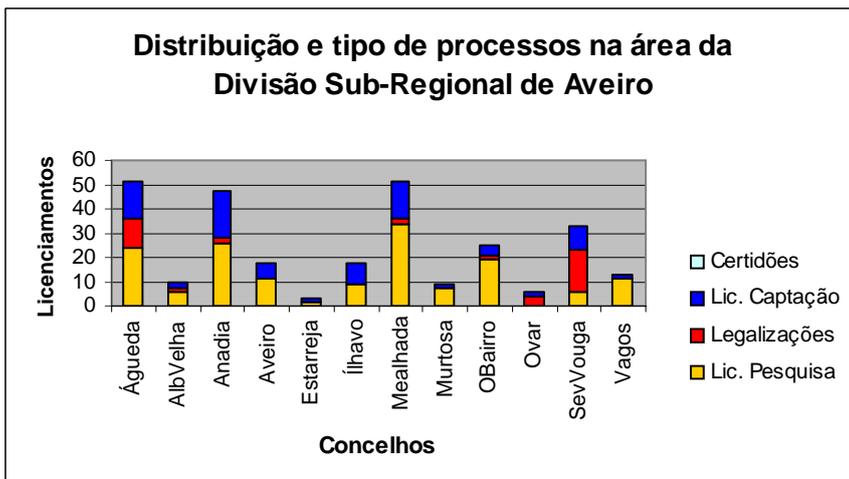
	AVEIRO	UISEU	GUARDA	COIMBRA	LEIRIA	CASTELO BRANCO
PESQUISA	155	314	136	506	161	329
LEGALIZAÇÃO	40	256	24	63	74	57
CAPTAÇÃO	89	447	158	459	255	286
CERTIDÕES	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	284	1017	318	1028	490	672



Os seguintes quadros e gráficos representam o nº e tipo de processo de licenciamento para cada concelho da área de jurisdição da CCDR, agrupados por área de Divisão Sub-Regional.

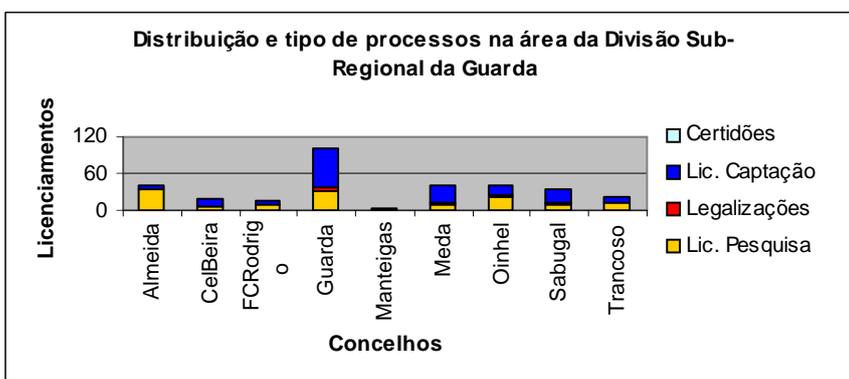
DIVISÃO SUB-REGIONAL DE AVEIRO - AVEIRO

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ÁGUEDA	24	12	15	0
ALB. VELHA	6	1	3	0
ANADIA	26	2	19	0
AVEIRO	11	0	7	0
ESTARREJA	2	0	1	0
ÍLHAVO	9	0	9	0
MEALHADA	34	2	15	0
MURTOSA	7	0	2	0
OLIV. DO BAIRRO	19	2	4	0
OVAR	0	4	2	0
SEVER DO VOUGA	6	17	10	0
VAGOS	11	0	2	0
TOTAL	155	40	89	0



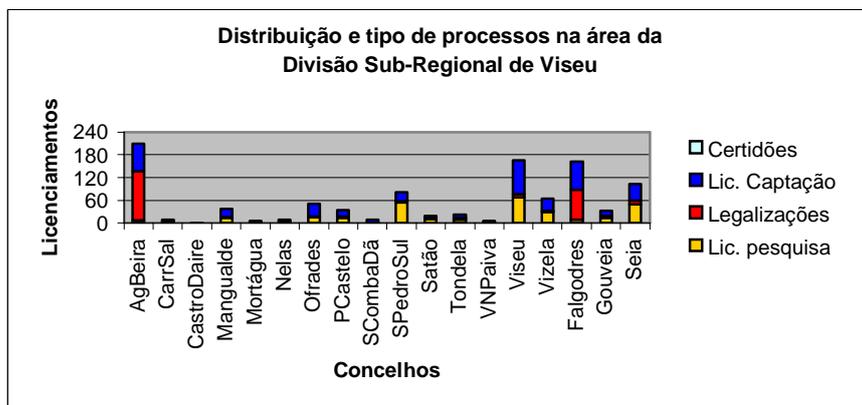
DIVISÃO SUB-REGIONAL DA GUARDA - GUARDA

PROCESSOS \ CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ALMEIDA	34	2	4	0
CELORICO BEIRA	5	2	12	0
F. CAST. RODRIGO	10	1	6	0
GUARDA	31	8	61	0
MANTEIGAS	2	0	2	0
MEDA	10	3	27	0
PINHEL	23	2	16	0
SABUGAL	9	4	23	0
TRANCOSO	12	2	7	0
TOTAL	136	24	158	0



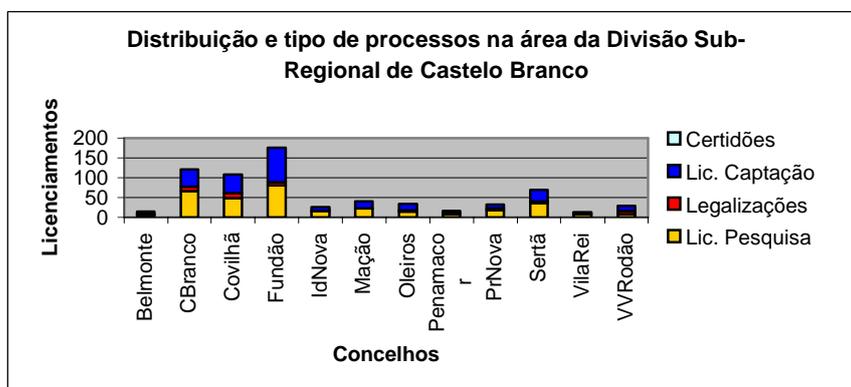
DIVISÃO SUB-REGIONAL DE VISEU - VISEU

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
AGUIAR DA BEIRA	7	131	71	0
CARREGAL DO SAL	3	2	3	0
CASTRO DAIRE	1	0	0	0
MANGUALDE	15	1	21	0
MORTÁGUA	4	1	0	0
NELAS	6	2	0	0
OLIV. DE FRADES	16	2	33	0
P. DO CASTELO	15	2	17	0
STA. COMBA DÃO	1	0	8	0
S. PEDRO DO SUL	54	3	25	0
SATÃO	11	1	8	0
TONDELA	9	5	8	0
V. N. DE PAIVA	3	0	3	0
UISEU	68	8	90	0
VOUZELA	29	3	33	0
F. DE ALGODRES	8	80	73	0
GOUVEIA	15	5	13	0
SEIA	49	10	43	0
TOTAL	314	256	447	0



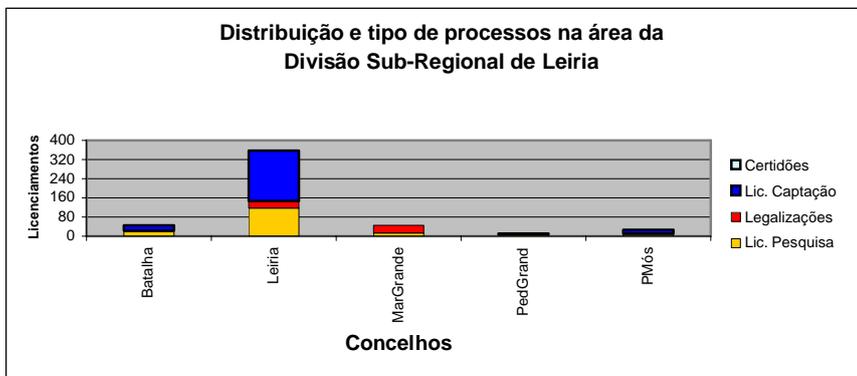
DIVISÃO SUB-REGIONAL DE CASTELO BRANCO - CASTELO BRANCO

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
BELMONTE	6	2	5	0
CASTELO BRANCO	66	11	44	0
COVILHÃ	49	12	47	0
FUNDÃO	80	8	87	0
IDANHA-A-NOVA	15	1	10	0
MAÇÃO	23	0	16	0
OLEIROS	14	4	15	0
PENAMACOR	8	2	6	0
PRÇA-A-NOVA	18	4	10	0
SERTÃ	35	4	30	0
VILA DE REI	8	0	4	0
V. V. DE RODÃO	7	9	12	0
TOTAL	329	57	286	0



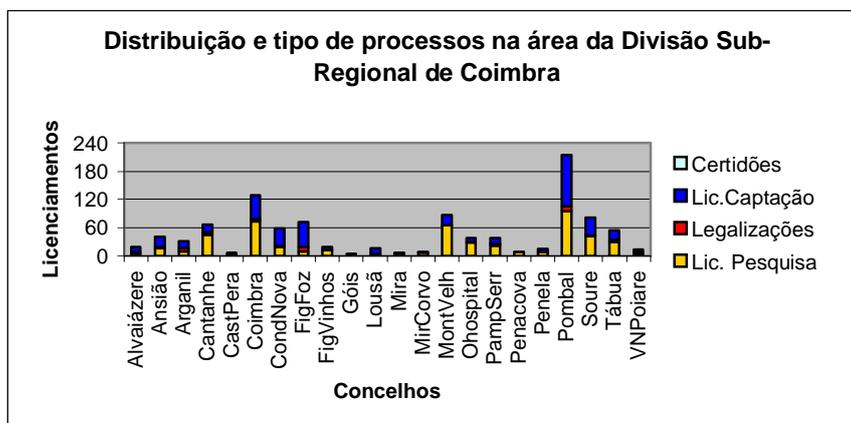
DIVISÃO SUB-REGIONAL DE LEIRIA - LEIRIA

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
BATALHA	18	7	21	0
LEIRIA	118	29	213	0
MAR ^a GRANDE	13	33	0	0
PED ^o GRANDE	6	1	4	0
PORTO DE MÓS	6	4	17	0
TOTAL	161	74	255	0



Ex-DIVISÃO SUB-REGIONAL DE COIMBRA - COIMBRA

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ALVAIÁZERE	5	3	10	0
ANSIÃO	16	2	22	0
ARGANIL	9	6	16	0
CANTANHEDE	44	6	16	0
CAST. DE PERA	2	0	4	0
COIMBRA	73	6	50	0
COND. ^{XA} -A-NOVA	18	4	36	0
FIG ^A DA FOZ	9	9	53	0
FIG. DOS VINHOS	11	0	7	0
GÓIS	3	1	0	0
LOUSÃ	4	0	11	0
MIRA	4	0	2	0
MIR ^A DO CORVO	6	1	1	0
MONT.-O-VELHO	64	1	21	0
OLIV ^A . HOSPITAL	28	2	8	0
PAMP. DA SERRA	22	3	12	0
PENACOVA	7	0	1	0
PENELA	8	0	6	0
POMBAL	95	11	109	0
SOURE	42	1	38	0
TÁBUA	30	4	20	0
V. N. DE POIARES	4	3	6	0
TOTAL	506	63	459	0



I.III.- HIDROMETRIA

São **6** os funcionários do quadro e **3** em regime de aquisição de serviços ao serviço da DMA no sector de hidrometria:

Técnico Superior	1
Hidrometristas	4 *
Cantoneiro	1
Aquisição de Serviços	3

* Foi um transferido para o GAT da Figueira da Foz

Dentro do Projecto de **Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Sedimentológica** foram feitas 2 (duas) aquisições de serviço, e no Projecto de **Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Hidrométrica, Levantamento Batimétrico em Cursos de Água**, foi feita 1 (uma) aquisição de serviços.

Em 2004 deu-se continuidade aos trabalhos de instalação e melhoramento das estações hidrometeorológicas.

Foi dado resposta às solicitações de particulares, empresas e entidades, no que respeita ao fornecimento de dados.

Foram recebidos, conferidos e tratados, os diversos boletins udométricos, meteorológicos, hidrométricos e limnigráficos das diversas estações hidrometeorológicas.

Foram calculadas todas as medições de caudal líquido efectuadas e registadas em livro próprio.

Foi dada continuidade à introdução em formato digital dos boletins udométricos.

Foi dado início à introdução em base digital dos dados de evaporação dos diversos postos meteorológicos.

Número e tipo de estações instaladas por bacia hidrográfica:

Bacia hidrográfica	N.º e tipo de estações		Soma	Observações
	udométrica	climatológica		
Rio Vouga	16	2	18	
Rio Mondego	49	3	52	
Rio Lis	7	2	9	
Rio Tejo	41	3	44	
	1		1	Estação do Arrimal fora da bacia do rio Lis
TOTAIS:	114	10	124	

Nestas estações estão também as de telemetria, “transmissão em tempo real”, incluídas no programa SVARH – Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos.

- Actividades nas estações

Durante o ano de 2004 foram prestadas manutenções e limpezas em todas as estações instaladas nas diversas bacias hidrográficas, assim distribuídas:

Bacia hidrográfica	N.º e tipo de estações		Soma	Observações
	udométrica	climatológica		
Rio Vouga	14	3	17	
Rio Mondego	63	3	66	
Rio Lis	12	3	15	
Rio Tejo	49	7	56	

	1		1	Estação do Arrimal
TOTAIS:	139	16	155	

Convém ainda salientar que enquanto não foram substituídas pelos novos equipamentos, foi dada assistência e manutenção a algumas estações “antigas” no meadamente udométricas e udográficas.

Rede hidrométrica

Número e tipo de estações instaladas por bacia hidrográfica:

Bacia hidrográfica	N.º e tipo de estações		Soma	Observações
	hidrométricas	qualidade		
Rio Vouga	11	3	14	
Rio Mondego	29	4	33	
Rio Lis	2	2	4	
Rio Tejo	17	3	20	
TOTAIS:	59	12	71	

Salienta-se que durante o ano existiram várias estações limnigráficas, “antigas”, em funcionamento, obrigando a uma maior atenção.

Ainda se mantêm em funcionamento transitando para o ano de 2005 três estações, sendo uma limnigráfica e duas hidrométricas, respectivamente nas bacias hidrográficas dos rios Vouga e Mondego.

- Medições de caudal líquido

Bacia Hidrográfica do rio Vouga			
Designação	N.º de medições		Observações
	Estação	Soma	
Pontão do Avelal	1		
Ponte da Arrancada	1		
Ponte da Minhoteira	5		
Ponte de Pouves	2		
Ponte da Redonda	2		
Ponte de Vale Maior	5		

Ponte de Vouzela	2		
Ribeiro	3		
Vila Nova de Monsarros	5		
		26	

Bacia Hidrográfica do rio Mondego			
Designação	Nº. de medições		Observações
	Estação	Soma	
Caldas de São Gemil	2		
Celorico da Beira (Gare)	2		Em uma vez estava o rio seco
Moinhos de Pepim	3		
Ponte A do Casal da Rola	3		
Ponte da Azenha Nova	4		
Ponte do Cabouco	5		
Ponte de Casével	8		
Ponte da Conraria	5		
Ponte do Dinha	2		
Ponte da Dobreira	4		
Ponte de Faia	2		
Ponte de Góis	3		
Ponte de Juncais	4		
Ponte de Lageosa do Mondego	2		
Ponte de Mocate	1		
Ponte da Mucela	2		
Ponte de Nelas	3		
Ponte de Prime	1		
Ponte do Ródão	8		Em duas vezes estava o rio seco
Ponte de Santa Clara (rio Dão)	2		Em duas vezes estava o rio seco
Quinta Carvalhal do Freixo	1		
Vila Franca da Serra	4		
		71	

Bacia Hidrográfica do rio Lis			
Designação	Nº. de medições		Observações
	Estação	Soma	
Açude de Arrabalde	5		Em duas vezes estava o rio seco
Ponte das Mestras	10		
		15	

Bacia Hidrográfica do rio Tejo			
Designação	Nº. de medições		Observações
	Estação	Soma	
Ponte do Barco	1		Em duas vezes estava o rio seco
		1	

Bacia Hidrográfica dos rios Vouga e Mondego – (OUTRAS)			
Designação	Nº. de medições		Observações
	Estação	Soma	
Nascente das Corgas	1		Em duas vezes estava o rio seco
Nascente de São João no Luso	10		
		11	

Número total de medições efectuadas nas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego, Lis e Tejo **113.**

Solicitadas por outras entidades **11.**

Nascentes

As nascentes existentes nas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, são controladas mensalmente com a execução de medições de caudal líquido.

No quadro são indicados o n.º de nascentes por bacia hidrográfica.

Distribuição das nascente por bacia hidrográfica

Bacia hidrográfica	N.º de Nascentes	Observações
Rio Vouga	1	Efectuado controlo mensal
Rio Mondego	9	Efectuado controlo mensal
Rio Lis	1	Efectuado controlo mensal
TOTAIS:		11

- Medições de caudal líquido

Nascentes das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis			
Designação	N.º. de medições		Observações
	nascente	Soma	
Anços	12		
A Transportar:	12		

Nascentes das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis			
Designação	N.º. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Transporte:	12		
Ourão	12		
Nascente do Lis, "Fontes"	12		
Alcabideque	12		
Arrifana	12		
Olhos da Fervença	12		
Ançã	12		
Alvorge	12		
Alcalamouque	12		
Olhos de Ansião	11		
Olhos do Dueça	11		
		130	

Redes de recolha, RQA, Praias Marítimas e Fluviais

- Recolhas de amostras de água

Foi dado apoio ao Laboratório tendo sido colhidas as seguintes amostras:

Bacia Hidrográfica (rio)	Número e tipo de amostras			Soma amostras por bacia	Quilómetros Percorridos		
	RQA	Praias Fluviais	Praias Marítimas		RQA	Praias Fluviais	Praias Marítimas
			170	170			
Vouga	12			12	9 650	12.132	3.854
Mondego	202	327		529			
Tejo	36			36			
SOMAS:	250	327	170		Total de quilómetros percorridos na recolha das amostras foi de: : : :		25.636
Total de amostras efectuadas até 30 de Set.:				747			

As amostras de RQA, ocupam 2 dias por mês num total de 5 equipas.

As amostras nas praias marítimas e fluviais, são iniciadas em Maio e terminam em Setembro, ocupando 2 dias por semana num total de 4 equipas.

As recolhas de amostras de água foram efectuadas por todos os técnicos em serviço na Divisão de Monitorização Ambiental.

Principais carências sentidas neste sector

Para se efectuar o trabalho de manutenção, exploração, conservação e execução do número mínimo de medições de caudal líquido necessárias para afinação e verificação das tabelas de curvas de vazão e execução de medições de caudal sólido, é necessário e urgente:

1 – Admissão de:

- Dois** técnico-profissionais para colaborar nas áreas de Hidrometria, Hidrologia e Sedimentologia.. Estes técnicos poderão ser transferidos de outros serviços desde que interessados em trabalhar nestas áreas.
- Três** cantoneiros para apoio nos diversos trabalhos a efectuar no campo.

2 - Viaturas

Dotar este sector com pelo menos uma viatura 4X4 tipo PICKUP com sistema de atrelagem.

Esta viatura passaria a efectuar as medições de caudal líquido e sólido por arrastamento, assim como no transporte dos barcos e equipamentos para os levantamentos batimétricos nos cursos de água.

I.III . QUALIDADE DO AR

Ü O Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, estabelece o regime geral da gestão da qualidade do ar ambiente transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de Setembro. Este diploma define os princípios e normas gerais da avaliação e da gestão da qualidade do ar, visando evitar, prevenir ou limitar as emissões de certos poluentes atmosféricos, bem como os seus efeitos nocivos sobre a saúde humana e sobre o ambiente na sua globalidade, deixando para posterior regulação a matéria específica atinente a cada um dos poluentes considerados.

Ü De acordo com o Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho (estabelece o regime geral da gestão da qualidade do ar), compete às Direcções Regionais do Ambiente do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (actuais CCDR), monitorizar a qualidade do ar na área da sua jurisdição e informar as autoridades competentes e o público em geral acerca da ocorrência das situações de excedência dos limiares citados.

Actividades Desenvolvidas

R Assegurou-se o controlo técnico e administrativo e a manutenção da operacionalidade das 8 estações de monitorização da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro.

R Procedeu-se ao cálculo diário dos “Índices da Qualidade do Ar” (índice provisório e índice definitivo), que são enviados para o Instituto do Ambiente para disponibilização ao público na página da internet *QualAr* (Base de Dados On-Line sobre Qualidade do Ar).

R Efectuou-se o tratamento mensal dos dados da qualidade do ar, assim como o tratamento anual dos dados da qualidade do ar no âmbito da Directiva 92/72/CE, referente à troca de informação do ozono.

R Procedeu-se ao envio dos dados trimestrais da qualidade do ar, em bruto, para o Instituto do Ambiente em cumprimento da Decisão do Conselho 97/101/CE, relativa ao intercâmbio de informação.

R Foi criado o Sistema de Vigilância Permanente da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (24 horas), durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, com o objectivo de cumprir o definido nos D.L. nº 320/2003, de 20 de Dezembro e nº 111/2002, de 16 de Abril, para a divulgação junto da população, em tempo útil, de situações de ocorrência de ultrapassagens aos valores limiar de informação e de alerta da população para os diferentes poluentes, via e-mail, SMS e fax:

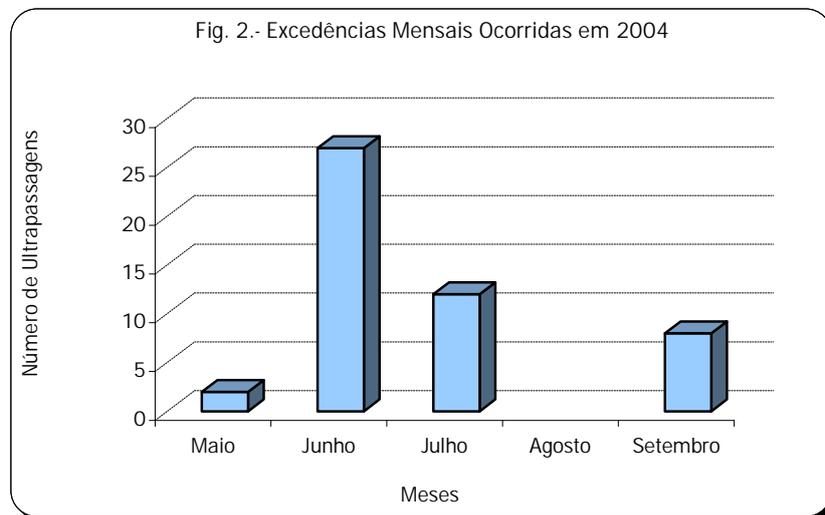
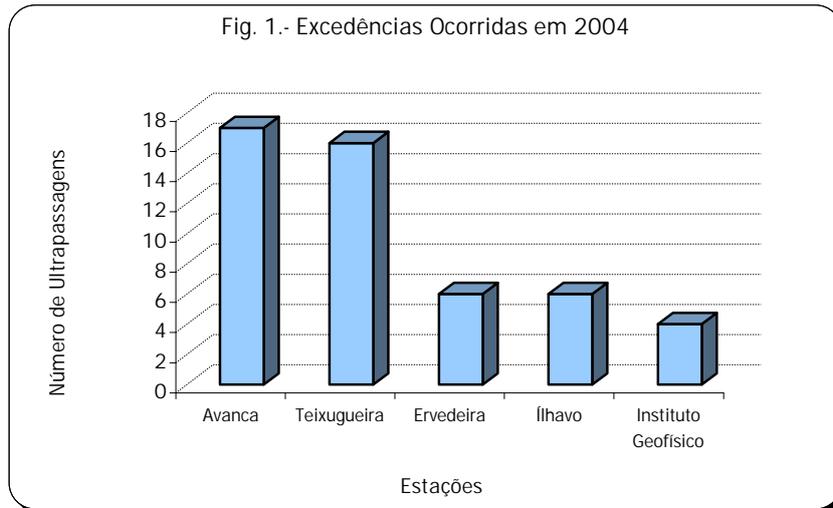
Ü este sistema funcionou com a aquisição de um computador portátil e um modem GSM e dos serviços de 3 técnicos que asseguraram a divulgação, hora a hora de todas as situações de ultrapassagem dos valores limiar de informação e de alerta, legalmente definidos para os vários poluentes às entidades consideradas pertinentes (câmaras municipais, governos civis, delegado de saúde, órgãos nacionais e regionais de comunicação social, MCOTA, Instituto do Ambiente, ONGA's).

R Informou-se a população da ocorrência de certos níveis de Ozono (ultrapassagens dos limiares de informação e de alerta da população) sempre que possível, nos restantes meses do ano.

R Foram executadas 2 campanhas da qualidade do ar, com amostradores passivos, nas “Aglomerações de Aveiro/Ílhavo e de Coimbra”.

Resultados Alcançados

No âmbito do Sistema de Vigilância Permanente da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar foram divulgadas ao público as seguintes situações de excedências ao limiar de informação e de alerta da população referente ao ozono (O₃):



R Elaboração dos relatórios anuais da qualidade do ar de 2003, com todo o tratamento estatístico legislado e suporte gráfico pertinente.

R Preparação de uma monofolha com o tratamento estatístico de 2003 que integra a brochura sobre qualidade do ar já publicada, no âmbito de projecto “*Qualidade do Ar – Reapetrechamento da Rede, Avaliação e Divulgação de Informação*”.

R Participação em reuniões técnicas realizadas no Instituto do Ambiente cujo objectivo é definir directrizes de implementação do disposto no D.L. nº 276/99, de 23 de Julho, que se refere às linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar.

R Realização de várias reuniões com entidades públicas no âmbito da instalação das novas estações da qualidade do ar. Foram levados a cabo os procedimentos administrativos para a mudança da estação de monitorização de Avança.

Dificuldades Sentidas

R Informa-se que a manutenção da rede de monitorização da qualidade do ar, nomeadamente a aquisição de consumíveis, peças de substituição, novos equipamentos e assistência técnica, foram exclusivamente assegurados por projectos no âmbito do Programa Operacional do Ambiente. Salienta-se ainda que as despesas de manutenção anuais de uma estação, ascendem, em média, a cerca de €12 500.

I.V - RESÍDUOS

Ü A *Portaria n.º 792/98, de 22 de Setembro*, regulamentou a obrigatoriedade anual de registo de resíduos, relativamente aos produtores de resíduos industriais, preconizado no *Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro*, atribuindo às ex- DRAOT (actuais CCDR), o tratamento, validação e carregamento informático dessa informação e seu envio ao Instituto de Resíduos até ao dia 30 de Setembro do ano imediato àquele a que se reportam os dados;

Ü De acordo com o *Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro*, os operadores de gestão de resíduos devem possuir um registo actualizado do qual conste: a quantidade e tipo de resíduos geridos; a respectiva origem e destino e a identificação da operação efectuada. Têm ainda o dever de guardar o registo aí referido e de o disponibilizar sempre que solicitado pelas entidades competentes.

Ponto da Situação

R Existe a Base de Dados *Industrias*, criada pelo Eng.º Francisco Póvoas, em 2001, que integra a informação relativa aos dados dos Mapas de Registo de Resíduos das Indústrias da Região Centro desde 1998:

Ü As indústrias estão identificadas pelo número de processo atribuído pela Divisão de Licenciamento e com o número dado pela Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia;

Û em cada processo está registada toda a correspondência trocada com as empresas, com as respectivas entidades coordenadoras, serviços internos e outras entidades;

Û toda a informação declarada pelos industriais nos Mapas de Registo de Resíduos, devidamente validada e tratada, está associada, por anos, a cada uma das firmas;

Û desde 2003, é também registada a informação relativa aos resíduos recepcionados pelos gestores de resíduos não urbanos (origem, tipo, quantidade e destino final).

Actividades Desenvolvidas

R Validação e carregamento informático dos Registos de Resíduos Industriais relativos a **4 426** estabelecimentos industriais que integram **12 727** fichas de resíduo (o procedimento de validação requereu a emissão de **646** ofícios de solicitação de esclarecimentos, **5** notificações de advertência para a proibição da queima de resíduos a céu aberto e **5** notificações de advertência para a necessidade de existência de licenciamento adequado para realização da operação de eliminação D1).

R Relativamente aos **123** pedidos de informação que não obtiveram qualquer resposta, elaborou-se uma notificação de advertência, em que foi concedido um prazo máximo de resposta de cinco dias úteis. Destes, apenas **21** ficaram sem resposta até à presente data.

R Foi solicitada às entidades gestoras de resíduos não urbanos e às entidades que exploram os aterros municipais e multimunicipais localizadas na Região Centro (total de **106**) informação sobre a origem, quantidade e tipologia dos resíduos geridos por origem em 2003. Esta informação foi carregada informaticamente e integrada na Base de Dados *Industrias*.

R Procedeu-se à confrontação da informação declarada pelos gestores com a constante no Registo de Resíduos. Verificaram-se dúvidas em **107** dos destinos indicados nos Mapas, tendo-se oficiado os respectivos industriais a comprovar os destinos dos resíduos mediante a apresentação das cópias das Guias de Acompanhamento de Resíduos;

R Elaboração de **904** participações escritas que resultaram em processos de contra-ordenação, por falta de cumprimento do registo de resíduos de 2003. Destes processos, até à presente data, **49** foram arquivados, **56** admoestados e **715** resultaram na aplicação de coima. O valor das referidas coimas perfaz o total de € **273 766,54** (revertendo 40% para a CCDR- Centro).

R Elaboração dos Relatórios resultantes do tratamento estatístico da informação (que serão disponibilizados ao público na página da Internet da Ex: DRAOT, à semelhança dos 2 anos anteriores):

Ü “Produção de Resíduos Industriais na Região Centro em 2003”

Ü “Produção de Resíduos Industriais na Indústria Cerâmica em 2003”

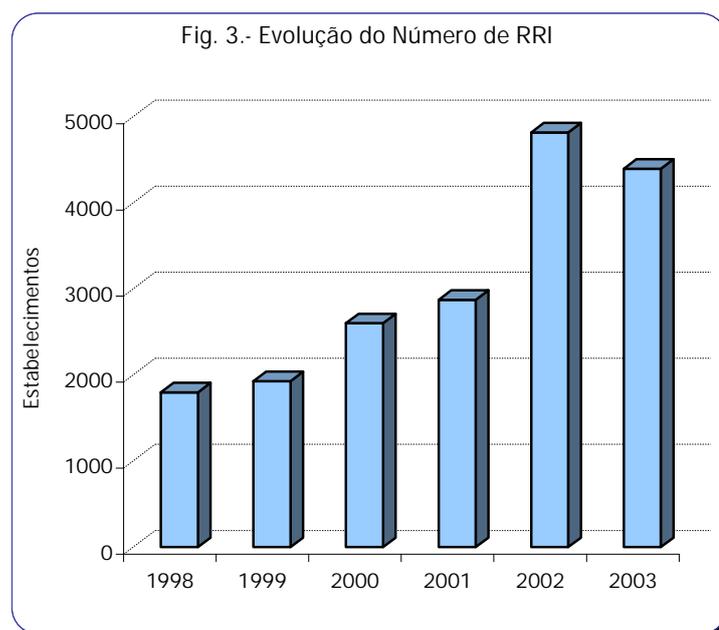
Resultados Alcançados

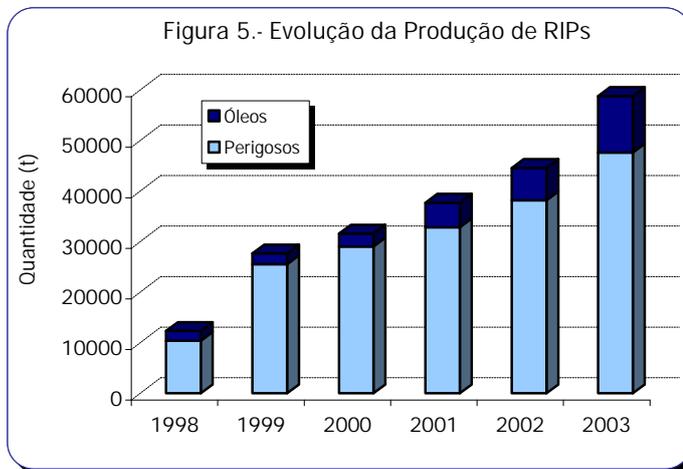
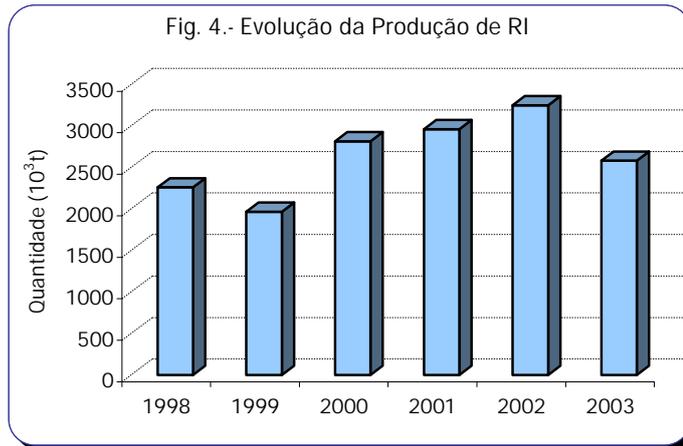
R Relativamente aos resultados obtidos do tratamento da informação dos Mapas de Registo de 2003:

Ü os estabelecimentos industriais que procederam ao Registo de Resíduos empregam **93%** dos trabalhadores da Região Centro, tendo por base os dados do Instituto Nacional de Estatística de 2002, relativos à mão de obra industrial;

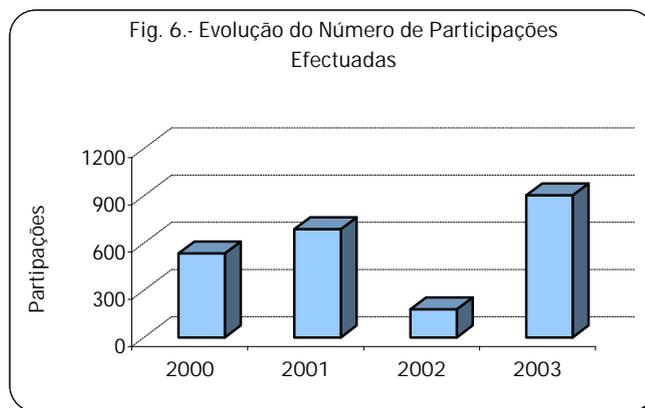
Ü as **4 397** indústrias que procederam ao registo de resíduos foram responsáveis pela produção de **2 582 851 t** de resíduos, dos quais cerca de 1,8% apresentam um carácter de perigosidade. De acordo com os dados declarados pelos industriais, **81%** dos resíduos tiveram como destino final operações de valorização, enquanto que o restante foi eliminado.

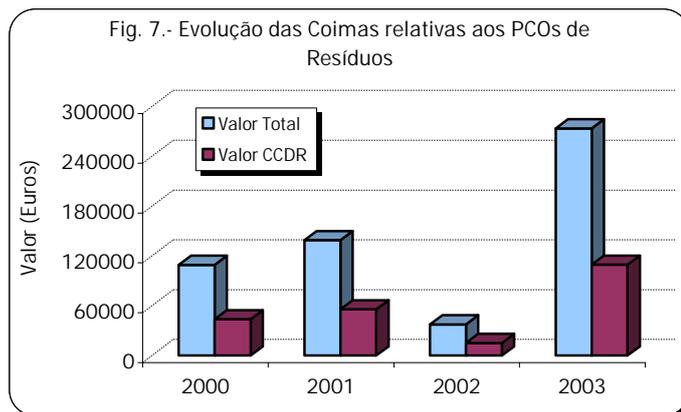
R Em complemento da informação acima, cumpre salientar a evolução muito favorável que tem sido verificada em termos de Registo de Resíduos desde 1998 a 2003 tal como se comprova através das representações gráficas a seguir apresentadas.





Relativamente à instauração de processos de contra-ordenação por falta de entrega dos Mapas de Registo de Resíduos, nas figuras seguintes é possível observar os resultados alcançados nesta Divisão desde o ano 2000.





I.VI - EMISSÕES GASOSAS

Enquadramento

Ü Os artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril (Este diploma veio revogar o D.L. 352/90, de 9 de Novembro.), que estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, aplicável a todas as fontes de emissão associadas a actividades de carácter industrial e respectivas instalações de combustão, estabelecem a obrigatoriedade do autocontrolo das emissões gasosas geradas, as quais poderão ter de se realizar em contínuo ou pontualmente, sendo neste último caso pelo menos duas vezes por ano.

Ü De acordo com o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril:

Ü os resultados da monitorização pontual, realizada duas vezes por ano, são remetidos à CCDR competente, à excepção das situações em que se preceda também à monitorização em contínuo de, pelo menos, um poluente, nas quais os resultados serão remetidos ao IA.

Ü De acordo com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril, compete à CCDR, a realização, para cada ano civil, do inventário regional de emissões de poluentes atmosféricos, na área territorial da respectiva jurisdição. Compete ainda, o envio ao IA, em suporte digital, até ao dia 30 de Junho de cada ano, dos dados relativos aos inventários regionais dos anos anteriores.

Ü Os valores Limite de Emissão (VLE) para as emissões atmosféricas provenientes das fontes fixas estão definidos na Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, a estabelecer os valores limite respeitantes às

emissões de poluentes atmosféricos dos estabelecimentos industriais (Aguarda-se ainda a publicação da nova Portaria prevista no D.L. 352/90).

Û De acordo com o ponto 3 do artigo 8.º do D.L. n.º 78/2004, de 3 de Abril, é obrigatória a disponibilização às CCDR de toda a informação relevante e actualizada pelas entidades detentoras da mesma, públicas ou privadas, incluindo operadores e entidades responsáveis pela produção de dados estatísticos, sempre que solicitada.

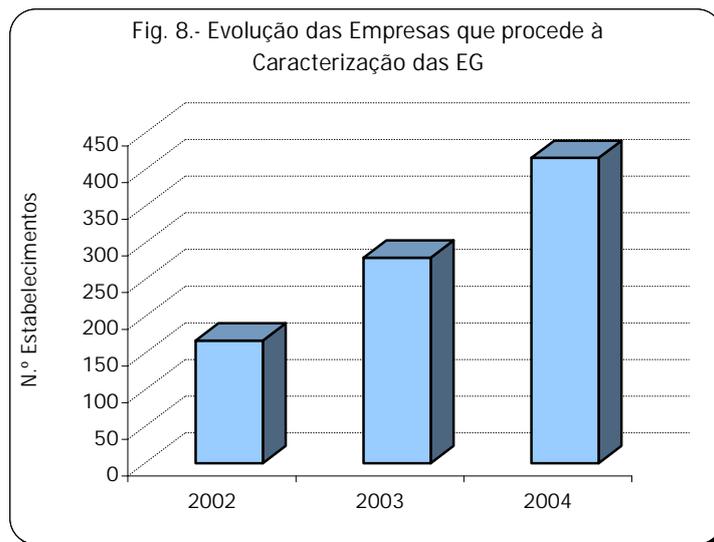
Actividades Desenvolvidas

R Envio do inquérito “*Cadastro de Fontes Poluidoras 2002/2003*” às indústrias consideradas relevantes em termos de emissões gasosas e respectiva informatização. Do total de **498** cadastros enviados foram recebidos e informatizados **447**.

R Em Junho de 2004, a competência da recepção e análise dos Relatórios de Caracterização das Emissões Gasosas passou para a DSMA. Do total de **726** caracterizações que deram entrada na CCDR- Centro, estes Serviços procederam à análise e informatização de **172**.

R Elaboração de **97** participações escritas que resultaram em processos de contra-ordenação, por falta de execução das 2 caracterizações de emissões gasosas obrigatórias. Destes processos, até à presente data, **5** foram arquivados, **6** admoestados e **74** resultaram na aplicação de coima. O valor total das coimas perfaz a quantia de € **31 900,00**; dos quais 40% revertem a favor da CCDR.

R O envio regular do Cadastro de Fontes Poluidoras desde 2002, assim como o levantamento de processos de contra-ordenação por falta de entrega das caracterizações desde 2003, resultou num acréscimo do número de empresas que procede anualmente ao envio das respectivas caracterizações (ver fig. 8).



R Elaboração dos Relatórios resultantes do tratamento estatístico da informação:

- Ü “Levantamento de Emissões Gasosas Industriais dos Distritos da Guarda, Viseu e Sub-Região do Baixo Vouga na Região Centro em 2003”;
- Ü “Inventário das Emissões Gasosas Industriais na Região Centro em 2003”.

I.VII - RUÍDO

Enquadramento e constrangimentos

O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, veio confirmar como competência das actuais CCDR a fiscalização em termos de Ruído Ambiental das Actividades Ruidosas Temporárias e Permanentes. Muito embora este Decreto-Lei atribua às Câmaras Municipais competência fiscalizadora das actividades por elas licenciadas, verifica-se que as mesmas continuam na sua esmagadora maioria a não possuir meios técnicos e humanos para o seu desempenho, e a solicitar cada vez mais a estes Serviços, a realização de ensaios acústicos para determinação da incomodidade provocada pelo ruído.

Salienta-se, que, neste momento, esta Direcção de Serviços não tem ao seu dispôr nenhum técnico habilitado na área do ruído, para dar seguimento ao elevado número de reclamações, que estão pendentes nestes Serviços.

I.VIII - LIXEIRAS E ATERROS

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

No âmbito das competências da Divisão de Monitorização Ambiental, foram efectuadas acções de monitorização aos sistemas integrados de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) e locais de destino final de resíduos industriais não perigosos, existentes na Região Centro.

As actividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Ø Análise qualitativa do biogás (em percentagem de CH₄, CO₂ e O₂) dos aterros sanitários e das lixeiras;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto) das águas contidas nos tanques de lixiviados das lixeiras;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto) do efluente final das E.T.A.R. dos aterros sanitários;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto) do efluente final das estações de transferência;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros G1, G2 e G3) das águas contidas nos piezómetros dos aterros sanitários;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros G1, G2 e G3) nas linhas de água (a montante e a jusante) existentes nas imediações dos aterros sanitários;
- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros G1, G2 e G3) nas linhas de água (a montante e a jusante) existentes nas imediações das lixeiras;
- Ø Registo fotográfico evolutivo das lixeiras e dos aterros sanitários;
- Ø Continuação da georreferenciação das lixeiras e aterros sanitários;
- Ø Verificação de assentamentos e deslizamentos (visual);
- Ø Medição de níveis piezométricos dos aterros; e
- Ø Visita a ecocentros

Deveriam ainda ter sido efectuadas as seguintes actividades:

- Ø Recolha de amostras para análise (parâmetros G1, G2 e G3) das águas contidas nos piezómetros das lixeiras;
- Ø Medição de caudal do biogás nas lixeiras e nos aterros;
- Ø Topografia nos aterros sanitários;
- Ø Medição dos níveis piezométricos nos piezómetros das lixeiras;

A ausência das actividades atrás mencionadas poderá introduzir algumas limitações em termos de interpretação dos resultados obtidos com as efectuadas. A título de exemplo, referimos as seguintes:

- Ø Devido à ausência de análises às águas subterrâneas, não existem dados conclusivos relativamente às possíveis contaminações de solos e aquíferos das zonas circundantes das lixeiras, limitando-se as apreciações a meras avaliações visuais que se resumem à observação da vegetação circundante;
- Ø Devido à ausência de medições dos níveis piezométricos, não se poderá garantir que nalguns casos os resultados das amostras colhidas nos tanques de lixiviados sofreram alguma influência devido à infiltração de águas subterrâneas;
- Ø A ausência de medições de caudal do biogás limita a tomada de decisões relativamente ao destino a dar ao metano (CH₄), isto é, embora seja possível determinar as características do biogás em função da composição, não é possível determinar se o caudal emanado é suficiente para efectuar a respectiva combustão e conseqüente “transformação” em dióxido de carbono (CO₂), chamando-se, neste caso, a atenção para o facto de o metano ser um gás potenciador do efeito de estufa, cujo efeito é aproximadamente 25 vezes superior ao do dióxido de carbono.

Em 2004 monitorizaram-se os aterros sanitários existentes e em funcionamento na Região Centro, sendo **sete** de resíduos sólidos urbanos (RSU) e **cinco** de resíduos industriais não perigosos.

Monitorizaram-se as antigas **76** lixeiras municipais, já seladas, existentes na Região Centro e as **3** do município de Cantanhede, que não foram seladas.

Monitorizaram-se ainda as estações de transferência de RSU dos sistemas existentes na Região Centro.

Visitaram-se ecocentros dos sistemas integrados de gestão de RSU.

As situações anormais encontradas foram alvo de relatório interno, tendo de algumas resultado coimas. Nalguns casos os processos jurídico-administrativos ainda decorrem. Houve casos em que em resultado dos relatórios, acima mencionados, se actuou em conjunto com o Instituto de Resíduos, junto da entidade alvo de monitorização.

Como resultado da acção desenvolvida junto dos sistemas gestores de RSU podemos afirmar que se notaram melhorias na exploração da maioria dos casos, sobretudo ao nível dos Centros de Tratamento e Eliminação de Resíduos Sólidos Urbanos.

Nos resíduos industriais também se notam melhorias significativas ao nível da exploração dos aterros sanitários.

I.IX - EXTRACÇÃO DE INERTES EM DOMÍNIO HÍDRICO

No decorrer do ano transacto, foram lançados, cinco concursos para desassoreamento e extracção de inertes, nos Rios Mondego e Vouga, assim como outros licenciamentos em Domínio Público e Privado, abaixo designados:

Concursos Públicos e outros pedidos de licença

RIO MONDEGO

- Em Pereira, concelho de Montemor o Velho, foi adjudicado o lote designado por Foz da Vala do Sul, à firma António de Jesus Miranda, Lda, Alvará n.º 22/04, para a extracção de 9 600 m³ de inertes.
- Em Formoselha, freguesia de Santo Varão, concelho de Montemor o Velho, foi adjudicado o lote designado por Formoselha IV, à firma António de Jesus Miranda, Lda, Alvará n.º 01/05 para a extracção de 9 900 m³ de inertes, ainda não iniciado.
- Câmara Municipal de Poiares, no sitio de Lenteiros, concelho de Vila Nova de Poiares, Alvará de Licença n.º 01/04, para a extracção de 350 m³ de inertes.
- Câmara Municipal de Poiares, no sitio de Lenteiros, concelho de Vila Nova de Poiares, Alvará de Licença n.º 17/04, para a extracção de 350 m³ de inertes, ainda não iniciado.
- Alberto Moita Tomás, sitio de Arrozeiras, freguesia de Currelos, concelho de Carregal do Sal, Alvará de Licença n.º 26/04, para a extracção de 500 m³ de inertes
- Areias do Mondego, Alvará de Licença n.º 36/04, sitio Rabaçal, freguesia de Vila do Mato, concelho de Tábua, para a extracção de 500 m³ de inertes, ainda não iniciada.

RIO VOUGA

- No sítio de Talhinhos, freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda, concurso público, adjudicado à firma Ribeiroescala - Construções, Lda, Alvará n.º 10/04, para a extracção de 8 590 m³ de inertes.
- No sítio de Covas, freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda, concurso público, adjudicado à firma Victor Frias, Lda, Alvará n.º 23/04, para a extracção de 9 260 m³ de inertes, ainda não iniciado.

- Junta de Freguesia de Eixo, Alvará n.º 06/04, (Vala do Poço do Grifo), freguesia de Eixo, Concelho de Aveiro, para a extracção de 1 000 m³ de inertes.
- Câmara Municipal de Sever do Vouga, Alvará n.º 09/04, sitio dos Murtinhos, freguesia de Pessegueiro do Vouga, concelho de Sever do Vouga, para a extracção de 500 m³ de inertes.
- Associação Pró Cidadão Deficiente, Alvará n.º 20/04, sitio dos Murtinhos, freguesia de Pessegueiro do Vouga, concelho de Sever do Vouga, para a extracção de 500 m³ de inertes.
- Câmara Municipal Águeda, Alvará n.º 29/04, (Rio Águeda), para a extracção de 1 040 m³ de inertes.

RIO ZÊZERE

- ABC, Alvará n.º 03/04, sitio de Cardal, freguesias de Dominguizo e Alcaria, concelhos de Covilhã e Fundão, para a extracção de 2 852 m³ de inertes.
- ABC, Alvará n.º 04/04, sitio de Branca, freguesia de Boidobra, concelho de Covilhã, para a extracção de 1 220 m³ de inertes.
- Carlos Manuel Dias Costa, Alvará n.º 05/04, sitio de Volta de S. Mamede, freguesia de Janeiro de Cima, concelho do Fundão, para a extracção de 827 m³ de inertes.
- Rocha Rosa & Gonçalves, Ld^a, Alvará n.º 07/04, sitio de Peixeira, freguesia de Barco, Concelho da Covilhã, para a extracção de 883 m³ de inertes.
- Blocozêzere – Fabrica de Blocos de Cimento, Ld^a, Alvará n.º 11/04, sitio de Lameiras, freguesia de Coutada, concelho da Covilhã, para a extracção de 1 153 m³ de inertes.
- Joaquim Manuel Pissarra, Alvará n.º 12/04, sitio de Estreitinho, freguesia de Alcaria e Dominguiso, concelho de Fundão e Covilhã, para a extracção de 1 977 m³ de inertes.
- Britabloco – Fabrica de Britas e Blocos, Ld^a, Alvará n.º 13/04, sitio a jusante do parque de campismo de Vallhelhas, concelho da Guarda, para a extracção de 1 030 m³ de inertes.
- Blocozêzere – Fabrica de Blocos de Cimento, Ld^a, Alvará n.º 14/04, (Ribeira de Caria), sitio Quinta da Ribeira, freguesia de Pêra Boa, concelho da Covilhã para a extracção de 565 m³ de inertes.
- Luciano Borges Leitão & Leitão, Ld^a, Alvará n.º 15/04, sitio de Meruge, freguesia de Ferro, concelho da Covilhã, para a extracção de 1 158 m³ de inertes.
- ABC, Alvará n.º 16/04, sitio Quinta da Branca, freguesia de Boidobra, concelho da Covilhã, para a extracção de 780 m³ de inertes.
- Lavareias – Materiais de Construção, Ld^a, Alvará n.º 21/04, sitio da Quinta dos Alvercões, freguesia de Boidobra, concelho da Covilhã, para a extracção de 578 m³ de inertes.
- Reis e Antunes & Irmão, Ld^a, Alvará n.º 24/04, sitio de Póvoa, freguesia de Janeiro de Cima, Concelho do Fundão, para a extracção de 606 m³ de inertes.

RIO CAVALOS

- Manuel Silva Dias, Alvará n.º 25/04, sítio de Babau, freguesia e concelho de Tábua, para a extracção de 80 m³ de inertes.

RIO TORTO

- José Dias Marques & Filhos, Lda, Alvará n.º 08/04, sítio de Urgueira, freguesia de Proença a Velha, concelho de Idanha a Nova, para a extracção de 3 780 m³ de inertes, ainda não iniciada.

RIBEIRA MEIMOA

- Fernanda Duarte Dias Mesquita, Alvará n.º 18/04, sítio da Quinta das Paulas, freguesia de Peroviseu, concelho do Fundão, para a extracção de 596 m³ de inertes.

- Isaura Farias Dias Santos Lobato, Alvará n.º 19/04, sítio da Quinta do Brejo, freguesia de Alcaria, concelho do Fundão, para a extracção de 862 m³ de inertes.

RIO ALVA

- Esteves & Castanheira, Alvará n.º 02/04, sítio de Bico dos Cubos, freguesia de Meda de Mouros, concelho de Tábua, para a extracção de 726 m³ de Inertes.

- Esteves & Castanheira, Alvará n.º 31/04, sítio de Bico dos Cubos, freguesia de Meda de Mouros, concelho de Tábua, para a extracção de 785 m³ de Inertes.

- Esteves & Castanheira, Alvará n.º 32/04, sítio de Bico dos Cubos, freguesia de Meda de Mouros, concelho de Tábua, para a extracção de 500 m³ de Inertes, ainda por iniciar.

RIO DÃO

- Alberto Moita Tomás, Alvará de Licença n.º 27/04, sítio de Longra, freguesia de Ferreirós do Dão, concelho de Tondela, para a extracção de 1 000 m³ de inertes.

- Maria Júlia Telles Figueiredo Curado, Alvará de Licença n.º 28/04, sítio de Vale das Figueiras, freguesia de Treixedo, concelho de Santa Comba Dão, para a extracção de 50 m³ de inertes.

- Augusto Samuel Santos, Alvará de Licença n.º 30/04, sitio de Aviosa, freguesia de Nagosela, Concelho de Santa Comba Dão, para a extracção de 500 m³ de inertes, ainda não iniciada.
- Areias do Mondego, Alvará de Licença n.º 33/04, sitio dos Malhões, freguesia de Papizios, concelho de Carregal do Sal, para a extracção de 500 m³ de inertes.
- Areias do Mondego, Alvará de Licença n.º 34/04, sitio dos Malhões, freguesia de Papizios, concelho de Carregal do Sal, para a extracção de 500 m³ de inertes.
- Areias do Mondego, Alvará de Licença n.º 35/04, sitio da Barca, freguesia de Papizios, concelho de Carregal do Sal, para a extracção de 500 m³ de inertes, ainda não iniciada.

RIO PAVIA

- Duarte de Sousa Rodrigues, Alvará de Licença n.º 37/04, sitio de Cisterna, freguesia de Lobão da Beira, concelho de Tondela, para a extracção de 400 m³ de inertes.

Para além do serviço administrativo prestado na elaboração de informações, relatórios, emissão de Alvarás de Licença, guias de pagamento e outros, foram efectuadas vistorias e fiscalização a todas as extracções, mais assiduamente aos lotes colocados a concurso, com acompanhamento da Topografia, procedendo-se ainda à execução de outras acções de fiscalização, na área desta Comissão, e em colaboração com outros serviços da CCDR.

As receitas arrecadadas por este sector nas emissões de alvarás de licença para extracção de inertes no ano de 2004, foram de **218 534.19 €**.

DIVISÃO DE LABORATÓRIO

A Divisão de Laboratório é a estrutura vocacionada para dar apoio laboratorial a todos os Serviços da CCDRC, realizar as análises de monitorização e de fiscalização da competência dos serviços e ainda prestar apoio de carácter analítico às autarquias, organismos do Estado, empresas e público em geral. O Laboratório desenvolve o seu trabalho no domínio das águas superficiais, subterrâneas, abastecimento, residuais domésticas e residuais industriais. Elabora também Estudos de Qualidade da Água.

A existência de laboratórios de análises devidamente equipados e dotados de pessoal qualificado, torna-se cada vez mais necessário como instrumento de gestão da qualidade dos recursos hídricos.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA E RECURSOS HUMANOS

Ao Laboratório da Água estão cometidas acções de:

- 1.1. – Monitorização da qualidade da água.
- 1.2. - Controlo de descarga de efluente.
- 1.3. - Controlo de estações de tratamento.
- 1.4. - Apoio à Fiscalização.
- 1.5. – Controlo de águas balneares fluviais e marítimas.
- 1.6. – Controlo de águas superficiais na área das captações.
- 1.7. – Controlo de água para suporte da vida piscícola.
- 1.8. – Estudos de Qualidade da Água:
 - Qualidade da Água Piscícola em Albufeiras da Zona Centro
 - Qualidade da Água Subterrânea.

Os estudos de qualidade da água baseiam-se nos resultados analíticos das amostras de águas superficiais que mensalmente e ao longo dos anos, se vêm fazendo às bacias hidrográficas da nossa área de jurisdição

O Laboratório programa ao longo do ano, controlo analítico a descargas de efluentes, tanto domésticos como industriais.

Do licenciamento das estações de tratamento de águas residuais (E.T.A.R.'s) faz parte o estabelecimento de valores para as descargas. Esses deverão ser cumpridos e isso implica um controlo analítico da descarga. Assim, foram controladas algumas das ETAR`S .

Damos apoio aos autos de contra ordenação levantados pela brigada de fiscalização fazendo determinações analíticas às amostras recolhidas. Neste âmbito ainda fazemos análises com vista a determinar a causa da morte de peixe.

Decorrentes das atribuições dadas pelo DL 236/98 continuaram este ano a serem controladas as praias balneares fluviais. Controlaram-se 95 praias. Monitorizamos também as praias marítimas num total de 44, inseridas no programa de Praias Balneares e do POOC. Foram amostradas algumas de quinze em quinze dias e outras semanalmente durante a época balnear que decorreu de 15 de Maio a 30 de Setembro. Foram determinados analiticamente 7 parâmetros e visualmente outros 5.

Foram analisadas ao longo do ano as águas superficiais na zona de captações públicas.

Ao longo do ano analisamos as águas superficiais para suporte da vida piscícola quer de salmonídeos quer de ciprinídeos.

Deu-se início aos estudos da Qualidade da Água para Suporte da Vida Piscícola em algumas albufeiras da Zona Centro. Assim, estão a ser controladas as albufeiras da Aguieira, da Idanha, das Corgas e do Porto de S. Miguel. Está também em execução o estudo da Qualidade da Água Subterrânea no Aquífero do Maciço Antigo, de Vieira de Leiria-Marinha Grande, de Viso-Queridas, do Cretácico de Aveiro e do Quaternário de Aveiro

Foi realizado trabalho analítico para o ICN, respondendo a um concurso lançado por esta entidade. Desenvolvemos ainda trabalho analítico significativo para o IA pois controlaram-se as 44 praias balneares marítimas. Foram amostradas algumas de quinze em quinze dias e outras semanalmente durante a época balnear que decorreu de 15 de Maio a 30 de Setembro. Foram determinados analiticamente 7 parâmetros e visualmente outros 5.

Continuamos a desenvolver acções conducentes à Acreditação do Laboratório. É uma tarefa difícil pois a localização do laboratório trás alguns problemas. No entanto, avançámos com tudo o que íamos podendo fazer. Neste campo, estão em fase de acabamento os documentos que envolvem o Manual de Procedimentos de Gestão da Qualidade, o Manual de Métodos Analíticos e o Manual de Procedimentos Operativos. Devido a dificuldades financeiras a calibração dos equipamentos não foi realizada.

Também este ano continuamos a colaborar com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra recebendo no nosso laboratório alunos do PRODEP. Costumamos também ter alunos a fazer Seminários ou Estágios Curriculares.

Como vem sendo corrente voltamos a fazer ensaios inter laboratoriais quer através do Programa Equase para a microbiologia, quer através da Relacre para a química.

Esta Divisão de Laboratórios fez, como tem vindo a fazer em anos anteriores, a divulgação na página da Internet da classificação da qualidade da água das praias balneares marítimas e fluviais. Esta página foi actualizada semanalmente e esteve presente desde o início da campanha balnear.

Também foi elaborado para a página da Internet da DRA um site sobre o Laboratório.

Os Quadros que se seguem apresentam o número de estações de amostragem quer por Bacia Hidrográfica, quer por Divisão

NÚMERO DE ESTAÇÕES DE 2004 (POR BACIA HIDROGRÁFICA)

	VOUGA	MONDEGO	LIS	TEJO	DOURO	TOTAL
RQA	9	11	8	11	1	40
CAPTAÇÕES	5	15	3	12	7	42
BALNEARES INTERIORES	13	43	3	30	8	97
PISCÍCOLAS	10	20	0	10	0	40
TOTAL	37	89	14	63	16	219

NÚMERO DE ESTAÇÕES DE 2004 (POR DIVISÃO SUB-REGIONAL)

	UISEU	GUARDA	DMA	C.BRANCO	LEIRIA	AVEIRO	TOTAL
RQA	3	3	10	8	9	7	40
CAPTAÇÕES	6	10	8	10	5	3	42
BALNEARES INTERIORES	117	17	30	19	12	2	97
BALNEARES MARÍTIMAS	0	0	20	0	8	16	44
PISCÍCOLAS	11	7	10	7	1	4	40
TOTAL	37	37	78	44	35	32	263

SITUAÇÃO ACTUAL

As instalações são deficientes em termos de localização e apertadas no que respeita à Microbiologia. O equipamento existente tem sido adquirido através de fundos comunitários, respondem sensivelmente a tudo o que é necessário.

O pessoal do quadro pertencente ao laboratório era em 30 de Setembro de 1 Assessor Principal a desempenhar funções de Chefe de Divisão e 1 Assistente Administrativo, sendo a mão-de-obra da parte analítica assegurada por 8 aquisições de serviço.

Os parâmetros determinados no Laboratório referentes às amostras correspondentes ao trabalho descrito em 1 são 38 sendo:

Químicos de base – 19

Metais – 14

Microbiológicos – 4

Biológicos – 1

TRABALHO REALIZADO

Apresentamos resumidamente, no quadro que se segue, alguns dados conducentes a aquilatar do trabalho realizado pelo laboratório

Designação		Nº Amostras	Nº Parâmetros
Rede de Monitorização	RQA	479	10 371
	Captações	496	10 588
	Piscícolas	486	5 346
Rede de Monitorização de Águas Subterrâneas		309	9 559
Poços		40	1 040
Rede de Monitorização das Zonas Vulneráveis		68	204
Protocolo ICN		60	1 820
Lagoas		9	153
Queijeiras		50	405
Projecto RivFunction		9	36
Monitorização de Lixeiros e Aterros	D.L. 152/02	68	1 688
	G1, G2, G3	38	889
	Anexo XVIII	49	953
Fiscalizações		190	1 733
Águas balneares Interiores		1 210	8 470
Águas balneares Marítimas (POOC)		60	480

Águas balneares Marítimas (Protocolo IA)	353	2 824
TOTAL	3 974	56 559

AVALIAÇÃO FINAL

A avaliação do trabalho realizado pode ser feita em termos quantitativos pelo número de amostras analisadas e pelos parâmetros determinados. Diremos então, que foram trabalhadas **3974 amostras**, tendo-se determinado **56559 parâmetros**. Houve assim um acréscimo de **11,19% no número de amostras** e um aumento de **26,56% no número de parâmetros** em relação ao ano anterior. Em termos quantitativos também é interessante analisar as receitas que este trabalho gerou.

Poder-se-á dizer que ao realizar-se as análises que a legislação em vigor obriga, obtivemos uma mais valia interna de **958 018,00 Euros**. Já por outro lado, ao executarmos trabalho para outras entidades, geramos receitas no valor de **85 261,65 Euros** sendo 72 114,00 € referentes ao protocolo com o Instituto do Ambiente, 4 597,65 € referente ao protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza e 8 550,00 € referente ao Projecto Rivfunction.

Em resumo, obtivemos uma mais valia de 1 043 279,65 Euros

Por fim salientamos que a mais valia obtida este ano corresponde a um **acrécimo de 31,19%** em relação ao ano anterior Estes valores foram obtidos tendo em atenção a Portaria. N.º 326/95 de 25 de Outubro de 1995 Anexo I que estabelece o preço das análises.

AVALIAÇÃO DAS DESPESA DE FUNCIONAMENTO

Do mesmo modo que no ponto anterior foi quantificado o trabalho realizado importa agora analisar as despesas de funcionamento.

Podemos salientar que tivemos uma despesa total de **141 031,14 €**

Para melhor explicitar a verba anterior apresentamos um quadro com as despesas distribuídas por rubricas Por ele se pode ver que a maior despesa é com pessoal.

QUADRO DE DESPESAS

DESIGNAÇÃO	RUBRICA	VALOR
Pessoal - Quadro	01.01.03	45 729,10
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.14	100 426,03
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.25	7 324,00
SUB TOTAL		153 479,13
Matérias-primas	02.01.01	8 777,93
Consumíveis	02.01.17	11 762,88
Combustíveis - Gases	02.01.02	5 460,42
Manutenção	02.02.19	11 410,05
Equipamento	07.01.10	-
SUB TOTAL		37 411,28
TOTAL		190 890,41

Tendo sido referido no ponto anterior, o valor da mais valia obtida, poderemos dizer que até ao fim de Setembro o Laboratório teve um **saldo positivo de 825 389,24Euros**

LIMITAÇÕES AO TRABALHO

As maiores limitações que se fazem sentir são as respeitantes ao pessoal e às instalações. Em relação ao pessoal referiremos que os oito elementos que desenvolvem o trabalho analítico, estão afectos a projectos que realizam cumulativamente com a rotina da monitorização.

Todos estes elementos acabam a aquisição de serviço em 31 de Dezembro de 2005

Em termos de instalações elas são deficientes em termos de localização, estrutura, acabamentos e apertadas no que respeita à Microbiologia

CONCLUSÕES

O trabalho que se realizou está aquém do que desejamos desenvolver devido a vários factores donde salientamos a falta de pessoal. Sem pessoal qualificado que pertença ao quadro não se pode pensar em verdadeiro Laboratório. Sobrevivendo à custa de estagiários e contratados não é possível ter

segurança para um trabalho eficiente e rentável. Também com equipamento cada vez mais sofisticado, a habilitação dos operadores terá de ser mais qualificada. Por último a certificação do Laboratório implica que este tenha uma estrutura definida.

Os resultados económicos que apresentamos traduzem que o laboratório ainda não é uma estrutura que se pague a si própria.

De qualquer modo, as receitas provenientes dos trabalhos efectuados para o exterior quase que cobrem as despesas de funcionamento do laboratório mais os vencimentos do pessoal do quadro. Como o restante pessoal está afecto a projectos co-financiados e previstos no PIDDAC, achamos que muito pouco sobrecarregamos o orçamento de funcionamento da CCDRC.

Por último, esperamos desenvolver todos os esforços para que o trabalho para o exterior e as acções de fiscalização consigam cobrir a maior parte das despesas.

Pelo trabalho que desenvolvemos achamos que é fundamental que a nova estrutura da CCDRCentro possua na sua Lei Orgânica uma Divisão de Laboratório.

Pensamos que é uma estrutura necessária com vista a responder a toda a Legislação quer Nacional quer Comunitária, aos anseios das populações e ao Ambiente Sustentado que todos desejamos.

“Condicionalismos e limitações sentidos na DSMA”:

. **Falta de recursos humanos** para uma pronta resposta a algumas das solicitações inerentes ao conteúdo funcional da DSMA, bem como na fiscalização das áreas da extracção de inertes e execução de furos e ainda na área da topografia para acompanhamento das extracções de inertes; e na área do Laboratório.

. **Frota de viaturas pouco operacional** quer em quantidade, quer em qualidade.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO LITORAL E
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E INFRA-ESTRUTURAS

Director de Serviços: Engº Mota Lopes
Chefe de Divisão de Infra-estruturas: Engº Santos Costa
Chefe de Divisão do Litoral e Conservação da Natureza: Dr. António Martins

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Decreto Lei nº 127/2001 de 17 de Abril estabelece que a Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-estruturas (DSLNCNI) assegure as competências da DRAOT Centro relativas à componente do Litoral, Conservação da Natureza e Infra-estruturas.

1.2. A DSLNCNI e as suas duas Divisões, a Divisão do Litoral e Conservação da Natureza (DLNCN) e a Divisão de Infra-Estruturas (DIE), enfermam de profundas carências em termos técnicos (ver Quadro I), administrativos e logísticos, pois:

- Apenas possui um administrativo de apoio à direcção e a uma das duas chefias;
- Não existe nenhum técnico superior do quadro no sector da Conservação da Natureza para além do chefe de divisão e não possui secretariado próprio;
- Existe apenas um técnico superior do quadro no sector do Litoral e em 2004 esteve ao serviço apenas a 60% do tempo em virtude de ter frequentado, com o estatuto de equiparação a bolseiro nos termos da lei, a pós graduação em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental na Perspectiva da União Europeia entre Outubro de 2003 e Setembro de 2005;
- No sector da topografia o responsável pela execução da maioria dos levantamentos passou à reforma;
- Os meios afectos à Divisão de Infra-estruturas são desproporcionados face à extensão da rede hidrográfica;

A DLCN que até meados de Dezembro de 2004 se encontrava instalada em 2 gabinetes na R. Padre Estevão Cabral, 72 2º, mudou-se em Dezembro de 2004 para as instalações da sede na Rua Bernardim Ribeiro, 80.

No quadro I, na página seguinte, é apresentado o quadro de pessoal e dos colaboradores da DSLCNI.

Quadro I – Quadro de Pessoal e colaboradores da DSLCNI

NOME	CATEGORIA	OBSERVAÇÕES
Chefias		
António Alfredo da Silva Mota Lopes	Director de Serviços	do Quadro
António Manuel de Almeida Martins	Chefe de Divisão - DLCN	do Quadro
João Santos Costa	Chefe de Divisão - DIE	do Quadro
Litoral		
Maria Margarida M. do Rosário Nunes	Técnico Superior de 1ª classe	do Quadro
Helena Cristina Alcoforado Duarte	Licenciada	Assistência Técnica ao POOC 2ª Fase
Pedro Manuel dos Santos Raposo	Licenciado	Assistência Técnica ao POOC 2ª Fase
Teresa Margarida Marques de Carvalho	Licenciada	Assistência Técnica ao POOC 2ª Fase
Paulo Jorge dos Santos Branco Caridade	Técnico Profissional de SIG	Assistência Técnica ao POOC 2ª Fase
Ana Cristina Correia Ferreira da Silva	Técnico Profissional	Assistência Técnica ao POOC 2ª Fase
Conservação da Natureza		
Maria Helena S.F.C. Pimentel	Licenciada	Corredores Ecológicos Fluviais
José Miguel dos Santos Lopes Raposo	Licenciado	Plano para uma utilização sustentável de áreas sensíveis - Ogas II
Gabriela Alexandra Fernandes da Silva	Licenciada	Estágio de Licenciatura
Susana M. Mendes Silveira	Licenciada	Plano para uma utilização sustentável de áreas sensíveis - Ogas II
Sílvia Margarida Carvalho Raimundo	Licenciada	CEM - Gestão dos espaços do Baixo Mondego da CCDRC
Miriam Sofia Machado da Silva	Licenciada	Estágio de licenciatura
Infra-Estruturas		
António Pedro B. Mendes Pereira	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro
Nelson Manuel L. Pereira da Silva	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro
Raquel Sofia Maçãs Ramos Dolgner	Licenciada	Projectos da Rede Hidrográfica
Francisco Alberto Teixeira da Costa	Licenciado	Estágio de Licenciatura e Hidrogest Centro 2ª Fase
João Pedro Miranda Braga	Licenciado	Estágio Licenc e Sist. trat. de águas resid. por plantas hidrófitas
Mauro Filipe Batista Oliveira	Técnico Prof. de Topografia	Sistemas de tratamento de águas residuais por plantas hidrófitas
Alexandre Nunes de Castro	Técnico Prof. de Topografia	Sistemas de tratamento de águas residuais por plantas hidrófitas
José Alberto Pinheiro Travassos	Técnico Prof. de Topografia	Sistemas de tratamento de águas residuais por plantas hidrófitas
Amílcar Manuel Ventura Roque	Desenhador Espec. Principal	do Quadro
António Joaquim de Carvalho	Técnico Prof. Espec. Principal	do Quadro
Gaspar da Costa Sobral	Topógrafo Especial	do Quadro
José Carlos Ferreira Carvalho	Técnico Prof. de Topografia	Hidrogest Centro 1ª/ 2ª Fase
Telma Patrícia Simões Graça	Técnico Prof. de Topografia	Hidrogest Centro 1ª/ 2ª Fase
Paulo Jorge Simões Mendes	Técnico Profissional de SIG	Hidrogest Centro 1ª/ 2ª Fase
Maria dos Anjos Fragoso	Assistente Administ. Especial	do Quadro
José Alberto Maleiro Travassos	Carpinteiro Principal	do Quadro
Leonel da Costa Ramalho	Cantoneiro	do Quadro
Apoio a toda a DSLCNI		
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha	Desenhador Especialista	do Quadro
Maria da Graça Cortesão Coutinho	Assistente Administ. Principal	do Quadro
Edmea Teresa Reis Silva	Vigilante da Natureza de 2ª Classe	do Quadro

1.3 No ano de 2004 deram entrada na DSLCNI 759 processos (380 de Infra-estruturas, predominantemente com incidência na rede hidrográfica e saneamento básico; 210 respeitantes ao Litoral, não se encontrando contabilizado neste valor a gestão de uma centena de processos com licenças decorrentes de anos anteriores, 32 respeitantes à Conservação da Natureza e 137 de carácter geral).

1.4 Nesse período a DSCLNIE, arrecadou 158.108,4 Euros respeitante fundamentalmente a: licenciamento e taxas de ocupação do Domínio Público Marítimo, pareceres diversos e cadernos de concursos. Importa aqui realçar que os serviços administrativos da DIE servem de balcão para a recepção de receitas provenientes de outros serviços da CCDRC (essencialmente DSMA, DSGA e Gabinete Jurídico, para além da própria DSLCNI) e que envolve o atendimento, arrecadação e depósito em instituição bancária de receitas provenientes de alvarás de licença, pareceres técnicos, extracção de inertes, custas judiciais, licenças de DPH, vistorias, arrematações, taxas, certidões ocupação de terrenos, declarações ambientais, cadernos de encargos, etc., e que em 2004 fez um valor total de 302 449,39 €

1.5. No que respeita ao pessoal, importa alertar que praticamente 50% dos colaboradores da Direcção de Serviços estão integrados em Projectos financiados no âmbito do QCAIII, o que cria uma efectiva limitação e gera alguma instabilidade na produtividade dos serviços. A título de exemplo, importa referir que não há qualquer técnico superior na área afectada à Conservação da Natureza, para além do Chefe de Divisão e os seis elementos que integram o grupo do litoral apenas existe um técnico superior do quadro.

1.6. Importa também referir a repercussão que têm nos trabalhos desta Direcção de Serviços as carências registadas:

- no Gabinete Jurídico, face à sua real falta de capacidade para dar resposta em tempo útil aos inúmeros processos de contra-ordenação que surgem e aos conflitos que envolvem contencioso em Tribunal;

- nas Divisões sub-regionais, que têm sobretudo incidência no apoio aos pareceres em projectos que incidam sobre a rede hidrográfica e nos escassos meios afectos à fiscalização.

1.7. Convirá realçar ainda o efeito que a dispersão física dos serviços tem na rentabilidade destes, com destaque para os serviços afectos à gestão do regime hídrico, que exigem uma estreita articulação com outras Direcções, muito particularmente com a Divisão do Domínio Hídrico da Direcção de Serviços de Gestão Ambiental, no “Edifício da Rodoviária”, com as acções que envolvam REN integrados na Direcção de Serviços de Gestão Territorial, que se encontra no Edifício da sede da CCDRC e, com a Divisão de Serviços de Monitorização Ambiental, muito particularmente no que respeita ao Laboratório, nos anexos ao edifício da antiga Fábrica dos Mirandas. Tal situação, para além de obrigar a uma maior morosidade no tratamento dos processos que envolvam a articulação com todos estes serviços, e que são a grande maioria dos processos, gera por vezes desarticulações.

1.8. Num outro plano, importa realçar:

- as reais dificuldades sentidas na aplicação do POOC Ovar Marinha Grande que, não obstante ser um Plano Especial de Ordenamento que vincula o público e o privado, teve o parecer favorável por parte das diversas entidades que participaram na sua Comissão de Acompanhamento e foi objecto de inquérito público, tem sido objecto de constante contestação, por parte de autarquias e privados, que dificultam o cumprimento da lei, sendo que a resolução de algumas matérias extravasa a competência dos serviços;

- a dispersão dos serviços da Água por três Direcções de Serviços distintas (DSGA, DSMA e DSLCNI);

- na área da Conservação da Natureza, a ausência a nível nacional de uma efectiva estratégia de descentralização de competências e/ou de participação/colaboração dos serviços no âmbito da Rede Natura (tal como previsto no DL 140/99 de 24 de Abril e na própria orgânica das ex-DRAOT) o que leva a que as efectivas competências legais destes serviços se resumam às acções de fiscalização e ao simples encaminhamento para o ICN dos projectos abrangidos pela Rede Natura e que retira sinergias e oportunidades;

- ao nível do Litoral de referir a necessidade de haver uma clara definição de quem de facto tem o ascendente sobre a orla costeira, se o INAG ou o ICN, não devendo ser descurada a coordenação e articulação de procedimentos a nível nacional, com particular destaque para a operacionalidade das necessárias intervenções de emergência no litoral, face à real vulnerabilidade da

costa da Região Centro a galgamentos marinhos e às intervenções pelo menos estruturantes que se julga urgente implementar;

2. LITORAL

No que respeita à orla costeira, cujos trabalhos têm sido desenvolvidos sob a orientação directa do Director de Serviços, foram abertos 210 novos processos respeitantes ao litoral, não se encontrando aqui contabilizados a gestão de uma centena de processos com licenças decorrentes de anos anteriores. No âmbito das actividades desenvolvidas no presente ano destacam-se as seguintes acções:

2.1 Gestão do POOC Ovar Marinha Grande (RCM 140/2000 de 20 de Outubro)

Neste domínio foi desenvolvido um conjunto de actividades, onde se destacam:

- Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo (DPM), (no âmbito do D.L. 468/71, de 5 de Novembro; D.L. 46/94, de 22 de Fevereiro; D.L. 309/93, de 2 de Setembro) e na área de influência do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar - Marinha Grande (R.C.M. 142/2000 de 20 de Outubro).
- Em termos Apoios e Equipamentos de Praia foram emitidos 22 novos Alvarás de Licenças, foram renovadas 27, averbadas 39 e foram autorizadas 15 transferências de titularidade.
- Apreciação dos projectos de arquitectura relativos a 22 apoios e equipamentos de praia, tendo em vista a adaptação ao POOC, bem como das várias propostas alteradas que sucessivamente deram entrada nestes serviços para avaliação, considerando o cumprimento do POOC assim como da demais legislação aplicável, e necessárias diligências junto das entidades no sentido de apurar o respectivo parecer quanto às alterações introduzidas.
- Apreciação dos projectos tipo, referentes às tipologias APM, APS e APC, da responsabilidade da Câmara Municipal da Figueira da Foz, para as praias de Buarcos e Figueira da Foz e necessárias diligências no sentido de serem avaliados pelas diferentes entidades com competência nesta matéria.
- Apreciação dos projectos de remodelação dos Apoios e Equipamentos de Praia de acordo com o POOC Ovar-Marinha Grande.

- Planeamento e participação em 106 vistorias num total de 24 praias a apoios e equipamentos de praia, geralmente efectuadas em fase de obra ou antes ou no início da época balnear de forma a se averiguar a sua conformidade com o POOC Ovar e Marinha Grande e demais legislação sectorial em estreita colaboração com as Capitánias dos Portos, as Delegações de Saúde e as Câmaras Municipais;
- Foram apreciados 18 pedidos de utilização temporária do DPM, dos quais foram emitidos 11 Alvarás de Licença para ocupações ocasionais, ao abrigo do D.L. 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo D.L. 218/94, de 20 de Agosto e D.L. 46/94, de 22 de Setembro;
- Processo de licenciamento da Conduta de Rejeição de Salmoura da TRANSGÁS e do Emissário Submarino das Papeleiras na Leirosa, ambas a Sul da Praia da Leirosa.
- Instrução de cerca de 10 processos para emissão de autorização de Acesso ao Litoral para os tractores de apoio às Xávegas (Portaria n.º 1102-F/2000, de 22 de Novembro) e outros, 2 dos quais na sequência de conflitos com outras actividades instaladas em estreita articulação com as Capitánias dos Portos;
- Instrução de 15 processos de demolição de apoios e equipamentos de praia no DPM, sendo que 11 estruturas foram efectivamente demolidas em 2004, das quais 3 na sequência de acções coercivas que envolveram selagens, recursos hierárquicos ou contenciosos em Tribunal.
- Continuação da tramitação do processo de demolição do Procº. DPM 2.1.5.1.9 face ao pedido de suspensão interposto por advogado o que motivou consultas diversas ao INAG e informações para os serviços jurídicos tendo transitado mais uma vez para o ano seguinte, arrastando-se este processo desde 1998.
- Apoio informático e técnico à recepção, gestão e controlo da informação alfanumérica de processos decorrentes da implementação do POOC Ovar-Marinha Grande.
- No controle financeiro, emissão, recepção e contabilização de guias de receita referentes a despesas de licenciamento e de vistorias e taxas de ocupação do DPM.
- Gestão e aplicação do SIG do Litoral Centro aplicado ao licenciamento do DPM;
- Foi dado início ao processo de alteração do POOC Ovar Marinha Grande que entre outras acções envolveu a compilação das alterações mais prementes, produção digital das propostas de alteração de Planos de Praia, reuniões de trabalho várias designadamente com a então

Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e produção de uma proposta de alteração enviado à tutela com conhecimento ao INAG e ICN.

- Organização e cobrança das taxas de ocupação do DPM nos termos do DL n.º 47/94, de 22/02.
- Apresentação à Secretaria de Estado das propostas de protocolos de colaboração entre a CCDR-C e as Câmaras Municipais de Ílhavo e Marinha Grande visando a manutenção das infra-estruturas de protecção dos sistemas costeiros executadas pelos serviços em anos anteriores.
- Parecer crítico à Lei 44/2004 de 19 de Agosto que define o regime jurídico da assistência nos locais destinados a banhistas, a qual atribui ao (então) Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente a competência para contratar os nadadores salvadores, assegurando uma prestação dos seus serviços, no período da época balnear e enviada à Secretaria de Estado.
- Apoio técnico à Câmara Municipal da Figueira da Foz para desenvolvimento de um projecto de protecção do sistema dunar na Praia de Lavos.
- Acompanhamento do Projecto “Praia Acessível, praia para todos” através da identificação das praias do Litoral Centro a integrar no projecto e do preenchimento de 10 inquéritos sobre a acessibilidade às praias, projecto este desenvolvido no âmbito do DL 123/97 de 22 de Maio e coordenado pelo IINAG.
- Análise técnica de processos e emissão de pareceres relativos a ocupações do DPM, e Zona Terrestre de Protecção do POOC Ovar Marinha Grande e gestão e monitorização dos Planos de Praia de que se destacam:
 - a. Elaboração de um parecer ao Magistrado do Ministério Público de Mira sobre queixa apresentada contra o INAG sobre as obras de defesa costeira do Areão e de Poço da Cruz
 - b. Elaboração de um parecer sobre a utilização de material dragado para a alimentação da deriva costeira ou reperfilamento do cordão dunar no troço da restinga Sul da Ria de Aveiro
 - c. Pareceres vários sobre aspectos financeiros e prioridades de intervenção no litoral, designadamente no âmbito do Programa Finisterra e que envolveu uma reunião na Secretaria de Estado;

- Acompanhamento das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas no art. 48º do Regulamento do POOC e que no presente ano se resumiu à proposta avançada pela Câmara Municipal da Figueira da Foz relativamente ao Plano de Pormenor do Areal da Praia da Figueira da Foz
- No âmbito do Plano de Intervenções do POOC no que se refere ao ordenamento e requalificação dos núcleos piscatórios, deu-se início aos seguintes processos:
 - a. identificação e notificação dos “proprietários” dos barracões de arte xávega localizados no Domínio Público Marítimo da Praia de Mira, tendo em vista quer a regularização da sua situação no DPM, quer a intervenção prevista no POOC, de valorização e ordenamento do sistema dunar aí existente;
 - b. do núcleo piscatório da Praia da Vieira que envolveu identificação e notificação dos utilizadores dos barracões aí existentes, promoção de reuniões com as autoridades locais (C.M. Marinha Grande, Capitania do Porto da Nazaré) e uma entidade local (Associação Nadadores Salvadores) tendo em vista a definição projectos de revalorização das construções, do espaço envolvente, bem como com as demolições das construções sem licença, e cuja sua execução está pendente da disponibilização do respectivo PIDDAC;
 - c. do núcleo piscatório da Praia da Tocha, da iniciativa da autarquia, que envolveu reuniões com a autarquia e pescadores tendo em vista a dignificação das estruturas e do espaço.
- Elaboração do processo de Concurso 2004 para a atribuição do uso privativo do Domínio Público Marítimo a 89 Apoios e Equipamentos de Praia previstos nos respectivos Planos de Praia do POOC Ovar Marinha Grande. A instrução do processo de concurso, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o que se traduziu na:
 - a. Identificação dos lugares a concurso e elaboração de 3 Programas de Concurso e de 3 Cadernos de Encargos, onde se encontram vertidas, respectivamente as directrizes que norteiam o concurso e as cláusulas jurídicas e técnicas subjacentes a cada tipologia posta a concurso;
 - b. Elaboração de Aviso e respectiva consulta a 4 jornais (nacionais e regionais) para respectiva publicação.

- c. Elaboração de Anúncio do concurso, nos termos do DL 197/99, de 8 de Junho e respectiva divulgação junto das seguintes entidades: MAOT; INAG; Autarquias e Juntas de Freguesia da área de intervenção do POOC; Capitánias do Porto do Douro, Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré, num total de 39 entidades.
- d. Publicação no portal dos serviços (www.dra-centro.pt) do concurso de atribuição dos equipamentos e apoios de praia.

2.2 Obras e acções no litoral

De acordo com o PIDDAC para 2004 estava previsto serem executadas no litoral 4 obras num valor estimado de 500 mil Euros. No entanto devido a cortes orçamentais e sobretudo devido ao visto tardio das finanças não houve oportunidade de se lançar nenhuma obra neste ano.

De qualquer das formas foram efectuados os projectos das seguintes obras:

- Ordenamento e Protecção da Frente da Costa Nova – 1ª fase que envolveu ainda todo o processo de concurso para selecção do empreiteiro e apresentação de candidatura ao QCAIII;
- Protecção e Ordenamento da Duna de Mira Norte – 1ª fase que envolveu ainda todo o processo de concurso para selecção do empreiteiro e apresentação de candidatura ao QCAIII;
- Desenvolvimento do Projecto de Arquitectura do Centro Interpretativo para a Praia do Pedrógão, no âmbito da acção prevista no POOC do “Núcleo de Educação Ambiental”.

Relativamente ao projecto “Reforço das capacidades de gestão, monitorização e de fiscalização no âmbito do POOC Ovar Marinha Grande” cuja candidatura foi apresentada em 2003, devido a vicissitudes várias exteriores à vontade dos serviços só em 2004 é que teve desenvolvimento com o investimento inicialmente previsto para 2003, tendo o investimento previsto para 2004 transitado para 2005.

No que respeita às obras efectuadas pelos serviços no litoral, convirá realçar uma das maiores fragilidades sentidas neste sector. Com efeito as obras do litoral, geralmente executadas em materiais perecíveis e implantadas num meio muito agreste, por estarem sujeitas a profundo desgaste e num meio instável, requerem uma permanente manutenção. Ora a manutenção de obras deste tipo não se enquadra no investimento elegível definido pelo POR Centro. Face às limitações financeiras dos serviços, assiste-se à constante degradação destas obras sem que haja recuperação do investimento efectuado quando é unanimemente reconhecida a sua importante e função quer na protecção dos

sensíveis costeiros do litoral quer no facto de proporcionar maior conforto e segurança aos utentes das praias.

Ainda assim houve a tentativa de através de protocolos com as autarquias, se poder de alguma forma efectuar alguma manutenção, em algumas situações porventura eficaz, mas não suficientemente abrangente para se enquadrar todas as necessidades.

2.3 Estudos e acções

Acompanhamento técnico e coordenação logística da Rede de Cooperação Europeia CoPraNet: “Coastal Practice Network”, co-financiado pelo programa INTERREG III C e aprovado em 15.12.2003. O Projecto CoPraNet visa o intercâmbio de experiências em matérias que se relacionam com a gestão integrada das zonas costeiras, a problemática da erosão costeira e o desenvolvimento sustentável do turismo. As actividades desenvolvidas compreenderam:

- a. Participação na 1ª reunião de trabalho realizada na Holanda, de 8 a 10 de Março.
- b. Coordenação da componente 2 (ICZM in Practice) ao nível da rede, o que implicou a:
 - i) elaboração da acta da 1ª reunião de trabalho no que se refere à componente 2;
 - ii) compilação das actividades previstas por cada um dos 21 parceiros para essa componente
 - iii) compilação dos relatórios individuais dos 21 parceiros quanto às competências da sua instituição em matéria de gestão costeira;
 - iii) compilação dos relatórios de progresso relativo aos primeiros 6 meses.
- c. Participação: i) na elaboração de documento relativo ao estado da arte da erosão costeira na região centro; ii) no preenchimento de um inquérito alusivo à erosão costeira; iii) na tradução das 2 newsletters.
- d. Gestão diária da correspondência recebida e enviada (num total de 465 mensagens trocadas em 2004).
- e. Tradução da primeira Newsletter produzida pelo Projecto;
- f. Resposta ao questionário dirigido a todos os parceiros do projecto, sobre defesa da costa em relação com os problemas de erosão, o qual abarcava questões tão abrangentes como as referentes a: problemas causados pela erosão, política e medidas de defesa na nossa zona costeira, eventuais alterações no rumo das actuais políticas de defesa costeira, erosão e participação pública; questões urgentes a longo prazo e num cenário previsível de alterações climáticas, entre outras.

- g. Colaboração na selecção preliminar dos indicadores representativos dos quatro domínios identificados pelos diversos parceiros (estado do ambiente; biodiversidade, paisagem e herança cultural; performance ambiental em conformidade com metas estabelecidas; políticas ambientais) visando a gestão das áreas costeiras com vista a um turismo costeiro mais sustentável e o desenvolvimento de um programa de benchmarking para estas zonas;
- h. Elaboração dos relatórios de progresso científico semestrais e acompanhamento da elaboração dos relatórios financeiros semestrais e acompanhamento do respectivo processo de validação das despesas por parte da Unidade de Coordenação.

2.4 Bandeira Azul

A CCDR Centro é a entidade com responsabilidade ao nível da coordenação regional dos procedimentos que envolvem o Galardão da Bandeira Azul na Região Centro em estreita articulação com o operador nacional, a Associação da Bandeira Azul da Europa, e as autarquias.

A DSLCNI acompanhou e participou em todo o processo de candidatura para atribuição do galardão da Bandeira Azul, o qual envolveu articulação com diversas entidades, designadamente Administrações Regionais de Saúde, Capitánias, Câmaras Municipais, Regiões de Turismo e Operador Nacional da Bandeira Azul e diversas visitas de controlo às praias galardoadas de modo a garantir o hasteamento do galardão.

Das nove candidaturas entregues em Fevereiro de 2004, oito praias foram galardoadas: Furadouro no concelho de Ovar, Barra e Costa Nova no concelho de Ílhavo, Vagueira no concelho de Vagos, Praia de Mira no concelho de Mira, Praia da Tocha no concelho de Cantanhede, Praia do Relógio na Figueira da Foz e Osso da Baleia no concelho de Pombal.

2.5 Outras acções no âmbito do litoral

- Participação em sessões de Tribunais, ora como testemunha, perito ou da defesa em processos relacionados com questões ambientais designadamente: poluição atmosférica em Coimbra; demolição de muros na Praia de Mira; areeiros na Freguesia da Tocha / Cantanhede; Providência Cautelar sobre demolição em S. Pedro de Moel, embargo de obras na Praia da Vagueira.

- Participação nos Júris designados para o Concurso Público para a Atribuição do Uso Privativo do DPM nas Praias do Litoral Centro lançados um em 2004 e outro em 2003.
- Em representação do INAG, e a pedido daquele Instituto, participação na Comissão de Delimitação do DPM com um prédio sito na freguesia de Vera Cruz, Aveiro (Proc° 41418/8-5-M do INAG), cujos trabalhos transitaram para o ano de 2005;
- Construção de uma aplicação em Visual Basic 6, para disponibilizar ao Grupo do Litoral a visualização de toda a informação cartográfica do POOC, de uma forma simplificada e de acesso rápido (em construção).
- Implantação com recurso a GPS dos novos Apoios de Praia e Equipamentos conforme estabelecido no POOC.

3. INFRA-ESTRUTURAS

No que respeita às Infra-Estruturas, deu entrada na divisão responsável por este sector documentos respeitantes a 379 processos, discriminando-se de seguida as acções desenvolvidas.

No âmbito das atribuições da Divisão de Infra-estruturas, foram desenvolvidas todas as acções tendentes à promoção e avaliação de estudos e projectos, oriundos de entidades públicas e particulares ou de iniciativa própria, bem como a realização de concurso de empreitadas com vista á valorização e protecção dos recursos naturais/Reabilitação da rede hidrográfica.

De salientar ainda a coordenação de contratos programa de apoio a acções promovidas pelas autarquias ou ainda a colaboração na análise de projectos e controle da segurança de empreendimentos hidráulicos (barragens, mini-hídricas, praias fluviais, etc.).

Também mereceu especial atenção desta divisão o acompanhamento processual e técnico da remodelação das Instalações e a representação dos técnicos em grupos de trabalho.

3.1 Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico

Foram avaliados cerca de 86 processos de saneamento básico, incluindo ETAR, Redes de esgotos e redes de abastecimento de água, a seguir discriminados:

- ETAR de Bogas do Meio - C.M. do Fundão
- ETAR do Monte do Bispo – C.M. de Belmonte

- ETAR do Castelejo – C.M. do Fundão
- ETAR de Lavacolhos – C.M. Fundão
- ETAR de Janeiro de Cima – C.M. do Fundão
- ETAR de Capinha – C.M. do Fundão
- ETAR da Soalheira – C.M. do Fundão
- ETAR da Orca – C.M. do Fundão
- ETAR de Maiorca – C.M. da Figueira da Foz
- ETAR de Monte Perobolso
- ETAR da Aldeia de São Sebastião – C.M. de Almeida
- Enterramento de Redes no Centro Histórico de Manteigas – C.M. de Manteigas
- ETAR de Amoreira – C.M. de Belmonte
- ETAR Municipal e RAADE de Carnicães - C.M. de Trancoso
- Estação Elevatória de Taboeira – S.M.Aveiro
- Rede de Drenagem - construção de emissário de Outeiro – S.M.Águeda
- ETAR de Miusela – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Junça – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vale da Mula – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de São Pedro do Rio Seco- Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Freineda- Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Almeida – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Ade – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vale de Tábuas - Águas do Centro
- ETAR de Escalos/Lousa - Águas do Centro
- ETAR de Pereira –C M Castro D’Aire
- ETAR de Cinco Vilas – Águas do Zêzere e Côa

- ETAR de Castelo Rodrigo – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vale de Afonsinho – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Prova - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Freixial - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Famalicão da Serra - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Pêga - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Videmonte - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vila Fernando - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Quinta de Gonçalo Martins - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Azevo - - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Lamegal - - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Pinheiro - - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Souro Pires - - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Valbom - - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Pedra do Altar - Proença-a-Nova
- ETAR de Vila de Touro – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vale de Espinho – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vale das Éguas – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Amiais – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Fóios – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Quadrazais – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Aldeia Velha – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Baraçal – Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Malcata – Águas do Zêzere e Côa
- Rede de Drenagem de Ruivós – Águas do Zêzere e Côa

- ETAR de Orvalho- Águas do Centro
- ETAR de Folgosa de Salvador – C M Soure
- ETAR de Outeiro de Gatos – Meda ETAL do Aterro Sanitário de Castelo Branco- Associação de Municípios da Raia-Pinhal
- Subsistema do Fundão - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Atalaia do Campo - Águas do Zêzere e Côa
- Subsistema do Sabugal-Meimoa –Belmonte - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Póvoa Nova – C M de Seia
- ETAR de Folgosa de Salvador – C M de Seia
- ETAR do Boco , Câmara Municipal de Penalva do Castelo
- Abastecimento de Água a Carvalhal de Vermilhas, Câmara Municipal De Vouzela
- EMISSÁRIO – Barro branco á ponte de donárias, câmara municipal do Sátão
- ETAR da Caparrosinha – C.M. Mortágua
- ETAR da Coelheira - C.M. de S.Pedro do Sul
- Nova ETAR de Figueiró dos Vinhos – Águas do Centro
- Emissário de Rendo e Vila Boa - Sabugal - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Vale das Éguas - Sabugal - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Vila Fernando - Guarda - Águas do Zêzere e Côa
- Estações Elevatórias de Fernão Joanes e Meios - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Cerdeira - Rochoso - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Quintazinha do Mouratão - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Amiais - Águas do Zêzere e Côa
- Emissário de Pega - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR da Alagoa – CM. _Arganil
- Infra-Estruturas de Drenagem de Águas Residuais de Aldeia Cerdeira – CM. Lousã
- Infra-Estruturas de Drenagem de Águas Residuais de Aldeia do Talasnal – CM. Lousã

- Requalificação das Captações de Gevim e Ceira dos Vales – CM. Lousã
- ETAR de Penalva de Alva – CM. Oliveira do Hospital
- Beneficiação da Rede de Águas e Respectivas Infra Estruturas – CM. Penela
- Rede de Esgotos de Casal dos Bacelos – CM. Soure
- Rede de Esgotos de Pouca Pena – CM. Soure
- Rede de Esgotos do Sobral – CM. Soure
- Drenagem de Águas Residuais de Forcalhos – CM. Sabugal
- ETAR de Urtigueira – CM. Seia
- Sistema de Águas Residuais de Chávelho – CM. Figueiró dos Vinhos

3.2 Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas

No âmbito das suas competências, são apreciados por esta divisão, ao abrigo do DL 46/94 de 22 de Fevereiro, as obras que, promovidas por entidades públicas ou privadas, interferem com o Domínio Hídrico, o que implica a apreciação dos respectivos projectos acompanhados de estudos hidrológicos e hidráulicos.

No total foram analisados 35 projectos incluindo: infra-estruturas agrícolas, estradas e auto-estradas, pontes rodoviárias, linhas ferroviárias, pontes e pontões, parques industriais, parques verdes, e praias fluviais, no que respeita às respectivas infra-estruturas hidráulicas designadamente: atravessamentos de linhas de água, açudes e barragens, construções, desobstrução de linhas de água.

- Reparação / Beneficiação da Ponte Borda do Rio – C.M. de Pombal
- Reabilitação do Ribeiro da Seta – C.M. de Castelo Branco
- Urbanização da Quinta da Borboleteira, Tavarede, Figueira da Foz – Loteamento – Firma Sociedade de Construção Custódio Antunes, S.A., de Pombal
- Alargamento e Requalificação da Margem Direita do Rio Arunca – Quinta da Várzea – Pombal – Firma Cegonhas do Arunca – Empreendimentos Imobiliários, S.A
- Modernização da Linha do Norte – Sub-troço 3.2 – Ovar - REFER
- Loteamento urbano em S. Pedro, Freguesia e Concelho de Águeda – António J. Cristo
- Gasoduto de transporte de gás natural – Ramal Industrial de Avança - Transgás

- Conceção/Construção de Pontão do Vale em Ponte de Vagos – C.M.Vagos
- Ponte do Rato- Covilhã
- EN 2 Sertã (IC8)- Vila Rei
- Reabilitação do Ribeiro da Seta- Castelo Branco
- Parque de lazer de Lavacolhos - Fundão
- **Praia fluvial da ponte dos Juncais (rio Mondego – Fornos de Algodres)**
- **Praia fluvial de mega Fundeira (ribeira de mega – Pedrógão Grande)**
- Plano de Pormenor Da Zona Industrial De Soure – Ampliação E Alteração Da Zona Industrial – Intervenção na secção e desvio de linha de água
- Manilhamento De Linha De Água, Manuel Carlos Vieira Alexandre Perulhal – Reguengo De Fetal – Batalha
- Lusoscut, Auto Estradas Das Beiras Litoral E Alta, S.A. Sub Lanço Mangualde – Fornos De Algodres (Lote6)
- Norinter –, Ace – Estudo hidráulico ponte sobre o rio Vouga
- IP3 – Scut Interior Norte - Lanço A - IP5/Castro Daire Sul
- Limpeza de Linhas de Água No Concelho de Leiria, Ribeira dos Milagres e outras
- Scut das Beiras Litoral E Alta: A25/IP5 - Lanço Nó Do IC2 – Viseu
- Norinter – Construtora De Auto Estradas, Ace – Estudo Hidráulico Ponte Sobre o Rio Cabru
- Reconstrução do Açude do Espírito Santo e Recuperação da Zona Envolvente, Junta de Freguesia de Cambra
- Açude e Arranjo dos Espaços Envolvente, Câmara Municipal de Nelas
- Infestação de jacintos de água na Pateira do Rio Cértima - Água Triangular
- Reposição de Linha de água no Brejo – CM. Águeda
- Circular à Cidade de Ílhavo – CM. Ílhavo
- Ponte Pedonal sobre a Ribeira de Caster – CM. Ovar
- Pontão na Vala da Carriçosa – CM. Figueira da Foz

- Infra-Estruturas Aldeia Aigra Nova – CM. Góis
- Ponte em Góis sobre o Ceira – CM. Góis
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure – CM. Soure
- Adaptação de Lagar de Azeite para Bar – CM. Pombal
- EN 337 - Variante a Tábua – IEP - ICOR
- EN 109_EN111-Reabilitação da Ponte da Figueira – IEP - ICOR

3.3 Acompanhamento de Contratos Programa

O acompanhamento de Contrato-Programa e Acordos de Colaboração Técnica, estabelecidos entre o INAG, os serviços e autarquias, envolveu a realização de informações, controlo das participações das despesas realizadas pelo dono da obra, reprogramação financeira de algumas acções, relatórios técnicos e financeiros dos mesmos, e visitas às obras.

No total foi feito o acompanhamento de 12 contratos-programa e que envolveu a SIMLIS e 23 Câmaras Municipais da Região Centro, designadamente:

- Execução e Reabilitação da Barragem do Pisco – C.M de Castelo Branco
- Execução de obras de drenagem e tratamento de águas residuais da Maceira – SIMLIS
- Melhoria das condições de abastecimento de água ao concelho da Covilhã – C.M. da Covilhã
- Remodelação Parcial do Sistema em Alta da Rede de Águas Residuais de Condeixa-a-Nova – C.M. de Condeixa-a-Nova
- Beneficiação e Recuperação do Túnel sob a Avenida – C.M. de Pombal
- Tratamento de Águas Residuais e do Abastecimento de Água de Vilar Formoso – C.M. de Almeida
- Saneamento em Castanheira de Pêra - C.M. de Castanheira de Pêra
- Tratamento de Águas Residuais na Sede de Freguesia de Souselas, Marmeleira, São Martinho do Pinheiro e Zouparia do Monte – 1ª fase – C.M. de Coimbra
- ETAR da Quinta do Seixo – C.M. de Trancoso
- Contratos Programa com os **13** Municípios da Cova da Beira (Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas,

Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso), no âmbito de construção de ETAR's e redes de Água e saneamento

- Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Aveiro – C.M. Aveiro
- Saneamento no Concelho de Estarreja (Avança e Pardilhó) – C.M. Estarreja

3.4 Empreitadas

As actividades relativas às empreitadas referem-se sobretudo a obras promovidas pelos serviços no âmbito da valorização e reabilitação da Rede Hidrográfica da Região Centro.

Envolvem genericamente o seguinte tipo de intervenções: levantamentos topográficos, visitas ao terreno; articulação com entidades e intervenientes; execução de projectos e processos de concurso, acompanhamento e fiscalização das obras e seguimento dos aspectos financeiros que envolvam projectos aprovados no QCA III. Destes há a destacar a elaboração do Programa de Concurso, do Caderno de Encargos e o Convite Circular; Acto de Abertura de Propostas, sua avaliação e adjudicação da obra. No decurso das obras são executados diversos procedimentos técnico-administrativos, geralmente com visita ao local, e que envolve: Consignação, Visitas de acompanhamento técnico, Autos de Medição, Autos de recepção provisória e Autos com vista a recepção definitiva das obras bem como reuniões diversas com carácter técnico-social para ponderação das acções e esclarecimentos a prestar, sobretudo às autarquias e populações. As acções desenvolvidas nesta área foram as seguintes:

- Regularização e Protecção Marginal da Foz do rio Ceira (obra em curso)
- Limpeza e Protecção Marginal da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga (obra concluída)
- Reabilitação da Rede Hidrográfica do Rio Cértima e afluentes no concelho da Mealhada, Limpeza da Pateira de Fermentelos (obra concluída)
- Reabilitação de linhas de água no concelho de Ovar (obra concluída)
- Regularização do Rio Lis entre a ponte do Miguel e a Ponte da Junceira. Reparação de rombos marginais na Ribeira do Sirol” (projecto concluído)
- Limpeza, protecção e correcção torrencial da bacia hidrográfica do rio Foja (projecto concluído)
- Intervenções nos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Penacova, Coimbra, Oliveira do Hospital, Penela e Montemor-O-Velho (projecto em fase de conclusão)

- Reparação de estragos causados pelas cheias nas bacias do rio dos fornos e da ribeira de eiras (obra concluída)
- Reparação de estragos causados pelas cheias nas bacias do rio Fjoja e da ribeira de Mortágua (obra concluída)
- Requalificação Hidrográfica e Ambiental de um troço da Ribeira de Pomares - Construção de Infra-estruturas Hidráulicas e Habitat's para Ictiofauna (concluída)
- Limpeza e Protecção Marginal do Rio Cértima entre a Ponte de Perrães e a Pateira e entre esta e a Foz (projecto concluído)
- Projecto de Desassoreamento e Requalificação Ambiental do Rio Mondego no Troço Compreendido entre a Ponte da Portela e a Ponte do Açude. (projecto concluído).

3.5 Estudos

3.5.1. Projecto “Gestão Integrada do Domínio Hídrico - HidroGest–Centro”

Em 2004 foi concluída a 1º fase do projecto que tem sido desenvolvido em articulação com o GIDC. Esta fase, que teve carácter piloto, incidiu sobre a bacia do rio Ceira e surge na sequência de duas acções propostas no Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego: a elaboração de uma base de dados geo-referenciada de infra-estruturas e obras hidráulicas mais relevantes das linhas de água da sub-bacia hidrográfica; e a aplicação de modelos geo-hidrológicos de determinação de caudais extremos para diferentes probabilidades de ocorrência e delimitação de áreas inundáveis.

No que respeita à modelação das cheias, houve a oportunidade de se apresentarem as conclusões deste trabalho ao INAG, entidade que detém a jurisdição e com a qual foram previamente articuladas as áreas de intervenção. Deste contacto ressaltou a enorme importância e relevância do trabalho desenvolvido na CCDR Centro. Com efeito através dos resultados obtidos é possível desde já delinear as seguintes expectativas:

- servir de base para a delimitação de cheias conforme DL 89/87 de 26 de Fevereiro a propor ao INAG;
- apoio à delimitação deste mesmo ecossistema no âmbito da REN;
- apoio às autarquias na delimitação das cheias em espaços urbanos ou urbanizáveis nos termos do DL 364/98 de 21 de Novembro;

- apoio a pareceres e obras que envolvam obras de arte e construções para os troços já estudados.

Face ao inequívoco interesse em se ampliar o conhecimento entretanto adquirido noutras áreas da região, avançou-se já com uma 2ª fase do projecto, já aprovado no âmbito do POR Centro, e que agora abrange as zonas mais sensíveis a cheias nos Rios Mondego, Cértima, Lis e Lena.

3.5.2 Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas (em curso)

Tem-se verificado que os sistemas de tratamento com recurso a leitos de macrófitas dão bons resultados na depuração das águas residuais domésticas, apresentam preços muito competitivos, para além de constituírem soluções técnicas adequadas e de baixa tecnologia desde que ajustados às condições do local.

Têm sido inúmeros os pedidos de esclarecimento e consultoria formulados quer pelas autarquias, quer por diversos projectistas, o que justifica plenamente um estudo mais aprofundado tendo em vista não só uma melhor adequação à legislação em vigor, como o fornecimento de respostas dotadas de maior rigor científico e que racionalizem e optimizem as intervenções.

O nosso País e a Região Centro em particular, caracteriza-se, em termos de dispersão urbana, por um reduzido número de aglomerados urbanos de grande dimensão (> 90.000 hab.) sendo o número de aglomerados urbanos de pequena ou reduzida dimensão (< 1000 hab.) ainda muito elevado.

Na Região Centro estimou-se a aplicabilidade destes sistemas a cerca de 1950 aglomerados que perfazem um total populacional de 420.000 habitantes, correspondendo a cerca de 25% da população da região.

Neste contexto reveste-se de especial importância a implantação de adequados sistemas de tratamento de águas residuais que, entre outros factores, aliem a baixa tecnologia e custos moderados, quer em termos de 1º investimento, quer sobretudo em termos de manutenção e gestão.

É neste contexto que surge o projecto “Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas” o qual tem como área de abrangência toda a área da jurisdição da CCDRC.

O projecto insere-se nas linhas gerais de orientação definidas nos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) e no Plano Nacional da Água (PNA), nomeadamente na protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos, e nas linhas de orientação estratégica e prioritária do PNA,

nomeadamente a protecção eficaz e permanente das águas e superação das carências básicas em infra-estruturas.

No âmbito deste projecto foram desenvolvidos durante o ano 2004 os seguintes trabalhos:

- Levantamento de todos processos de Sistemas de Tratamento com lagoas de Hidrófilas existentes no arquivo de CCDR;
- Levantamento topográfico e fotográfico dos sistemas existentes, caracterização da situação actual dos leitos. Foram visitadas 90 ETAR em funcionamento, a informação foi compilada em relatórios e com localização em ArcView, a fornecer para a base de dados;

<p>Concelho de Penacova:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto da Raiva (23 Março) com digitalização • S. Pedro de Alva (23 Março) <p>Concelho de Covilhã:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cortes de Baixo (30 Março) • Erada (30 Março) com digitalização • Ourondo (30 Março) com digitalização • Sobral s. Miguel (30 Março) com digitalização <p>Concelho da Guarda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aranhas (06 Abril) com digitalização • Salvador (06 Abril) • Gonçalo (06 Abril) <p>Concelho de S. Comba Dão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Castelejos (13 Abril) • Guarita (13 Abril) • Pregoinho (13 Abril) com digitalização • Vila Dianteira (13 Abril) • Coval (03 Maio) • Gestosa (03 Maio) com digitalização • Cagido 1 (03 Maio) com digitalização • Cagido 2 (03 Maio) com digitalização • Lameiras (03 Maio) com digitalização • Rojão pequeno (03 Maio) com digitalização • S. Miguel (03 Maio) com digitalização • Cancela (03 Maio) • Casal Maria (03 Maio) • Vila Barba 1 (03 Maio) com digitalização • Vila Barba 2 (03 Maio) com 	<p>Concelho de Vila Nova de Paiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Malhada (15 Abril) com digitalização • Meieras (15 Abril) com digitalização • Fraguas (15 Abril) com digitalização • Queiriga (26 Abril) com digitalização <p>Concelho de Tábua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tábua (20 Abril) com digitalização <p>Concelho de Carregal do Sal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Povoas das Forcadas (13 Maio) • Sobral (13 Maio) • Cabanas de Viriato (13 Maio) com digitalização • Rua da Fonte (13 Maio) • Albergaria (13 Maio) <p>Concelho de Viseu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Loureiro de Silgueiro (24 Maio) • Vilar de Ordem (24 Maio) • Teivas (24 Maio) • Travanca (04 Junho) • Queirela (04 Junho) com digitalização • Cavernães (04 Junho) com digitalização • Vila Corça (04 Junho) <p>Concelho de Leiria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-sueco (26 Maio) com digitalização • Valorlis Marinha (26 Maio) • Valorlis Batalha (26 Maio) <p>Concelho de Vouzela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carregal (28 Maio) • Figueredo (28 Maio) <p>Concelho de S. Pedro do Sul:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serrazes (28 Maio) • Manhouce (28 Maio) com
--	--

<p>digitalização</p> <p>Concelho de Penalva de Castelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moinho de Pepim (20 Abril) com digitalização • Cantos (20 Abril) • Miuzela (20 Abril) com digitalização • Antas (20 Abril) com digitalização • Amiais (20 Abril) <p>Concelho de Condeixa-a-Nova:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anobra (23 Abril) com digitalização <p>Concelho de Aguiar da Beira:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cavaca (26 Abril) • Colherinhas (26 Abril) com digitalização • Ponte da Abada (26 Abril) <p>Concelho de Sátão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Romãs (26 Abril) • Vila Longa (26 Abril) <p>Concelho de Mortágua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vila meã (10 Maio) • Zona Desportiva (10 Maio) • Vila Nova (10 Maio) • Vila Gozendo (10 Maio) • Almaça (10 Maio) com digitalização • Almaginha (10 Maio) • Barril (10 Maio) • Cortegaça (10 Maio) <p>Concelho de Castro Daire:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vale de Matos (15 Abril) • Soutelo (15 Abril) • Malhada 2 (15 Abril) • Lamas 1 (26 Abril) • Lamas 2 (26 Abril) • Moita 1 (26 Abril) • Moita 2 (26 Abril) 	<p>digitalização</p> <p>Concelho de Arganil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maladão (02 Junho) • Zona Indu. De Coja (02 Junho) • Casal de Frade (02 Junho) <p>Concelho de Estarreja</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quimigal (03 Junho) <p>Concelho de Seia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urtigueira (01 Junho) • Laje (01 Junho) <p>Concelho de Nelas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nelas II (01 Junho) <p>Concelho de Albergaria</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autosueco (03 Junho) com digitalização <p>Concelho de Oliveira do Bairro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perrães (03 Junho) com digitalização <p>Concelho de Mação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carregueiro (21 Junho) com digitalização <p>Concelho de Vila de Rei</p> <ul style="list-style-type: none"> • Penedo (21 Junho) com digitalização <p>Concelho do Fundão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Castelejo (24 Junho) <p>Concelho de Tondela</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vale (08 Julho) • Adiço (08 Julho) <p>Concelho de Cantanhede</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zona indust. (08 Julho) <p>Concelho de Mealhada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grada (08 Julho) com digitalização
--	---

- Selecção de leitos para monitorização;
- Realização de análises químicas à entrada e saída do efluente nos leitos de hidrófitas aos seguintes parâmetros: CQO, CBO₅, SST, P_{total}, N_{total}, Coliformes fecais e pH, nos seguintes sistemas seleccionados: Viseu - Vila Corça; Santa Comba Dão; Pregoinho; Carregal de Sal-Póvoa das Forcadas; Tábua-Tábua; Vila de Rei - Penedo da Vila;
- Instalação de equipamento de monitorização na ETAR de Anobra- Condeixa-a-Nova, com o objectivo de aumentar a eficiência na remoção de nutrientes, nomeadamente de P_{total}, N_{total} quer pelo reforço de reacções de nitrificação e desnitrificação quer pela aplicação de dispositivo de precipitação;
- Alteração em obra do circuito hidráulico da ETAR de Anobra, com o mesmo objectivo;

- Criação de uma base de dados em Arcview de sistemas por hidrófitas;
- Apresentação da ETAR de Anobra em 3D

Coordenação na CCDRC de trabalhos académicos que serviram de contributo para este estudo de investigação:

- “Optimização de sistemas de tratamento por plantas hidrófitas – Distrito de Leiria “ – Cláudia Esteves e Paula Gonçalves Engenharia do Ambiente, IPL - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, Orientação Profª Sandra Mourato.
- “Caracterização e optimização de sistemas de tratamento de águas residuais por leitos de macrófitas, - Distrito de Castelo Branco “ – Ulisses Cabral, Engenharia dos recursos naturais e Ambiente, IPCB Escola superior agrária, Orientação Eng. Paulo Fernandez

3.5.3 Projecto de Requalificação Ambiental e Ordenamento das Áreas Envolventes à Barrinha de Mira (PRAOAEBM)

Este projecto incluiu o desenvolvimento de estudos de base, estudo prévio e estudo de impacte ambiental. A DIE foi responsável pela coordenação do projecto, não obstante ter sido envolvido outros serviços técnicos da CCDRC e envolveu: preparação do processo de concurso; promoção do concurso público internacional, avaliação de propostas dos concorrentes; reuniões técnicas com elaboração de actas e pareceres técnicos; acompanhamento técnico à equipe projectista, articulação e consulta a outras entidades.

Aprovados os estudos de base e Estudo prévio, o projecto encontra-se em fase de Estudo de Impacte Ambiental (aguardando-se aprovação pelo IA).

Este projecto surge como um instrumento orientador das intervenções na área envolvente da Barrinha de Mira e no próprio plano de água, que, embora não apresente enquadramento legal, tem a capacidade de influenciar as decisões das entidades que têm a jurisdição daquela área, integrando, de uma forma estruturada, todos os usos actuais e futuros.

Na génese do desenvolvimento do estudo está a intenção de requalificar o plano de água, associando a sua reabilitação ambiental a uma utilização lúdica que impeça outro tipo de intervenções indutoras de níveis de pressão sobre o sistema incomportáveis para o seu equilíbrio e estabilidade.

O PRAOAEBM contempla, no seu todo, um conjunto de intervenções, umas de cariz estratégico e outras de cariz não estratégico, que têm como objectivo promover a reabilitação do plano de água a

partir da melhoria do funcionamento hidráulico do sistema e do controlo das fontes de poluição, e a requalificação da área envolvente, ao nível ambiental, paisagístico, urbanístico, de ordenamento do território e do uso do solo.

3.6 Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego

- Lavrar e fazer plantação no viveiro da Mata da Geria.
- Plantação em cobetes e vasos no Parque Material.
- Manutenção de regas e sacho.
- Plantação de árvores na Mata da Vala da Cova e Porto de S.Martinho.
- Rega com cisterna nas Matas do Porto dos Casaleiros e Vala da Cova.
- Poda de árvores nas Matas de: Porto dos Casaleiros, S.Martinho, e S.Varão.
- Limpeza das Matas de Porto dos Casaleiros e S.Martinho, com Corta – Mato pedido ao ICN.
- Limpezas no Parque de Merendas da Mata de S.Martinho de Árvore.
- Instalação de um chafariz no Parque de Merendas da Mata de S.Martinho de Árvore, com água extraída da conduta de rega. (Não potável).
- Mudanças de, e para gabinetes da CCDR-C.
- Montar estantes e proceder à colocação de processos no Arquivo do Parque de Material.
- Transporte de material fora de serviço da sede para Quinhendros.
- Transporte de Arquivo Morto que se encontrava no Parque de Material, extraído anteriormente dos lanços extintos de: Fig. Da Foz, Soure, Casais, Aveiro, e Viseu, para Quinhendros, e o seu ordenamento dentro das instalações cedidas pelo INAG. (Antigo Dormitório).
- Gestão do Arquivo.
- Localização e levantamento das áreas dos Camalhões da ex. DHM com Topógrafos nos seguintes locais: Lares, Abrunheira, St. Amaro da Boiça, Pereira, Portunhos, Ançã, Cidreira, S. João do Campo e Entre-Valas.
- Condução de topógrafos no barco a motor em Levantamento no rio Mondego entre Rebolim e Foz do Ceira.
- Localização e transporte de Moto-Bombas para o Parque de Material.
- Regularização e plantação de árvores no Parque Material de onde foi extraída a sucata.

3.7 Topografia

Para além dos diversos levantamentos topográficos de apoio a obras, há ainda a destacar, no apoio à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental os trabalhos de topografia, participação na execução de projecto e lançamento de alguns concursos (abertura e análise de propostas). De notar

que todo o volumoso trabalho identificado, só foi possível graças à aquisição da mais moderna tecnologia neste campo, como é um GPS RTDK e uma Estação Total, e aonde houve uma forte aposta na formação de jovens em matérias de elevada complexidade, já que envolve a utilização de software e conhecimentos específicos para permitir trabalhar com estes equipamentos:

- Levantamentos Topográficos e Fotográficos das Lagoas Hidrófitas existentes na Região Centro;
- Levantamento topográfico da Duna Artificial da Costa Nova
- Levantamento topográfico e rectificação final do Porto da Raiva margem esquerda (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico do Porto da Raiva-Penacova margem direita (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico e implantação na Foz do Rio Ceira
- Levantamento topográfico para rectificação de áreas das matas da CCDR-Centro (num total de 12 terrenos)
- Levantamento topográfico e implantação da 2º fase dos Pauliteiros (Rio Alva)
- Levantamento topográfico do rombo junto ao açude da Pista de Pesca e implantação do mesmo (Penacova-Rio Mondego)
- levantamento topográfico da Barrinha de Esmoriz e seus Afluentes bem como implantação da obra, acompanhamento e fiscalização
- Levantamento topográfico em Digueifel para construção de um açude em Vila Pouca da Beira
- Levantamento topográfico de uma ponte no Barril do Alva (Rio Alva)
- Levantamento topográfico, implantação e controle de extracção de inertes de um lote em Formoselha (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico de um pontão em Quiaios (Bom Socesso)

- Levantamento topográfico, implantação e controle de extracção de inertes em Talhinhos (Rio Vouga)
- Levantamento topográfico junto à foz do Rio Mau (Rio Vouga)
- Levantamento topográfico, implantação e controle de extracção de inertes no Rebolim – Coimbra (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico em Covas (Rio Vouga)
- Levantamento topográfico a jusante do açude da Pista e Pesca (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico, implantação e controle de extracção de inertes em Pereira do Campo (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico a jusante do açude do Reconquinho (Quinta da Granja-Penacova)
- Levantamento em Porto da Carne - Entre-Águas (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico no Pinheiro (Rio Vouga)

- Levantamento topográfico junto à Adegua Cooperativa de Águeda (Dique em areia)
- Levantamento topográfico entre a Portela e o Rebolim – Coimbra para Desassoreamento e Requalificação Ambiental do Rio Mondego entre a Ponte da Portela e Ponte Açude (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico, implantação e controle de extracção de inertes em Costa de Arnes (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico das matas existentes na posse da CCDRC
- Levantamento topográfico projecto “Limpeza, Protecção Marginal E Regularização Na Bacia Hidrográfica Do Rio Mondego” Emp. 09/04 – Intervenções Nos Concelhos De Celorico Da Beira, Gouveia, Penacova, Coimbra, Oliveira Do Hospital, Penela E Montemor-O-Velho.
- Levantamento topográfico projecto “Limpeza, Protecção Marginal E Regularização Na Bacia Hidrográfica Do Rio Mondego” Emp. 09/04 – Intervenções Nos Concelhos De Celorico Da Beira, Gouveia, Penacova, Coimbra, Oliveira Do Hospital, Penela E Montemor-O-Velho”
- Projecto de Desassoreamento e Requalificação Ambiental do Rio Mondego no Troço Compreendido entre a Ponte da Portela e a Ponte do Açude.
- Levantamento topográfico projecto “Empreitada no Âmbito do Projecto de Monitorização dos Recursos Hídricos - Rede Sedimentológica.
- Levantamento topográfico projecto “Empreitada de Reconstrução de Pontão na Estrada Florestal Nº 1 Sobre a Vala da Lavadia e Consolidação dos Respectiveos Taludes”

3.8 Outras Actividades desenvolvidas pela DIE

3.8.1 Elaboração de projectos, Concursos Públicos e Fiscalização de Obras em apoio à DLCN, DSMA, E DRABL

- Empreitada de Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz/Paramos no troço final dos seus Afluentes e na Foz - 1ª Fase).
- Empreitadas no Âmbito do Projecto de Monitorização dos Recursos Hídricos - Rede Sedimentológica.
- Empreitada de Reconstrução de Pontão na Estrada Florestal Nº 1 Sobre a Vala da Lavadia e Consolidação dos Respectiveos Taludes.
- Estudos e pareceres no âmbito de concursos de empreitadas de extracção de inertes.
- Os técnicos da DIE integraram e presidiram a comissões de abertura e análise de concursos para a extracção de inertes promovidos pela DSMA.

3.8.2. Vistoria às condições de funcionamento e operacionalidade de aproveitamentos hidroeléctricos no âmbito do Dec-Lei 409/93, de 14 de Dezembro

- Aproveitamento hidroeléctrico de Avô, no rio Alva;
- Aproveitamento hidroeléctrico de Moinhos, no rio Castelo;
- Aproveitamento hidroeléctrico de Manteigas, no rio Zêzere;
- Aproveitamento hidroeléctrico de Quinta de Valgode, no rio Vouga
- Aproveitamento hidroeléctrico de Fráguas, no rio Paiva
- Aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira de Alforfa, no rio Alforfa.
- Aproveitamento hidroeléctrico da Barroca, no rio Alva
- Aproveitamento hidroeléctrico do Casal Ermio, no rio Ceira.
- Aproveitamento hidroeléctrico de Múceres, no Ribeira de Múceres
- Aproveitamento hidroeléctrico de Vale da Amoreira
- Aproveitamento hidroeléctrico de Soutinho

3.8.3 Coordenação de Grupos de Trabalhos

- Aproveitamento hidráulico do Mondego – Sistema de Organização, tarifário e de Gestão;
- Aproveitamento hidráulico do Mondego – Ciclovía.

4. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

No que respeita à Conservação da Natureza, no âmbito da Divisão do Litoral e Conservação da Natureza, deram entrada via Secretariado da DSLCNI 32 processos.

4.1 Projectos Nacionais e Internacionais

A DLCN tem desenvolvido diversos projectos baseados no PIDDAC disponível na CCDR Centro para o efeito, assim como, nos mecanismos comunitários disponíveis que possibilitam o apoio económico de base, ao desenvolvimento de algumas intervenções na área do ambiente.

4.1.1 Projectos da CCDRC

Estes projectos envolvem directamente o PIDDAC da CCDR e decorrem de candidaturas aprovadas no âmbito do Plano Operacional Regional do Centro – Eixo III, não possuindo parcerias de execução técnica ou financeira.

- OGAS II – Plano para utilização sustentável de áreas sensíveis (Plano Usas). Código 3-13-0129, homologado em 17 de Dezembro de 2004. PORC. Eixo III. (em execução).
- CEM – Centro de Estudos do Mondego. Código 3-13-0128. Homologado em 17 de Dezembro de 2004. PORC. Eixo III. (em execução).
- CIA – Controlo de Infestantes Aquáticas. Concepção e preparação para candidatura ao PORC (em preparação)
- CEF - Corredores Ecológicos Fluviais – Impactes, Medidas de requalificação e conservação. Código 3-13-0088. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III. (concluído)

4.1.2 Projectos em parceria técnica com outros organismos

Este grupo de projectos tem o apoio da CCDR, ao nível técnico, na conceptualização das acções, face às necessidades da região, na resolução de alguns problemas ambientais relacionados com a conservação da natureza e na promoção do património natural. Actualmente existem 3 tipos de situações: projectos que se encontram em execução; projectos com as candidaturas preparadas para a próxima unidade de gestão e projectos que estão ainda em preparação.

- BIORIA. Câmara Municipal de Estarreja. Código 03-13-0095. Homologado em 20 de Março de 2003. (em execução)
- PERCURSOS DA NATUREZA DE COIMBRA. Câmara Municipal de Coimbra. Código 03-13-0090. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III. (em execução)
- PARQUE NATURAL DA SERRA DA GARDUNHA - 1ª FASE. Câmara Municipal do Fundão. Existe protocolo de colaboração com a DRAOT Centro. PORC. Eixo III. (em execução)
- PROMOÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS RIBEIRINHOS DE PEDROGÃO GRANDE. Câmara Municipal de Pedrogão Grande, PORC. Eixo III. (em execução)
- SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA CCDRCentro - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO PORC. Eixo III. (em execução).
- REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FCTUC-PORC. Eixo III (apresentado para apreciação da Unidade de Gestão).

- ROTAS DO AMBIENTE (designação provisória). Câmara Municipal de Miranda do Corvo. PORC. Eixo III. (apresentado para apreciação na Unidade de Gestão).
- REVITALIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO DA ZPE DO VALE DO CÔA. Câmara Municipal de Pinhel e Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. PORC. Eixo III. (candidatura em conclusão).
- PARQUE ECOLÓGICO DA QUINTA DA CERCA (1ª FASE). Câmara Municipal de Nelas. PORC. Eixo III. (candidatura em conclusão).
- CIRCUITO TURISMO DA NATUREZA DO RIO VOUGA. Câmara Municipal de Sever do Vouga. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- LOUSITÂNICA. PATRIMÓNIO NATURAL DA SERRA DA LOUSÃ. Câmara Municipal de Lousã. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- NATUREZA DA BEIRA SERRA. Associação de Municípios da Beira Serra (ADESA). PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC)
- NATUROSCÓPIO. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- ECOMATUR- Ecoturismo na Mata nacional do Urso. Câmara Municipal de Pombal. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- (Designação por atribuir) Câmara Municipal da Murtosa. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- MIRADOUROS DA RIA. Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- OBSERVATÓRIO DE CHEIAS DO MONDEGO. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho PORC. Eixo III (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC).
- REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DA VELA (designação provisória). Câmara Municipal da Figueira-da-Foz. PORC. Eixo III. (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC)
- NATUREZA DA MEALHADA (Implantação de espaços verdes em áreas urbanas). Câmara Municipal da Mealhada PORC. Eixo III (Procedimentos preparatórios conducentes à candidatura de projectos ao PORC)
- CABO MONDEGO. Câmara Municipal da Figueira da Foz. PORC. Eixo III (em procedimentos técnicos)

4.1.3 Projectos em parceria financeira e técnica com outras entidades

- Estes projectos envolvem a CCDR, nas vertentes técnicas e financeiras, sendo que no caso específico a CCDR Centro é responsável pela componente de divulgação do projecto.
- ECOMIRA I. Câmara Municipal de Mira vs DRAOT Centro. Código 3-13-0089. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III. (concluído em Dezembro de 2004)

4.1.4. Outros projectos

- Este projectos envolvem financiamentos comunitários tendo por base programas, como o LIFE - Ambiente. As acções da CCDR são integralmente suportadas pelo orçamento dos projectos e envolvem normalmente mais de 3 parceiros.
- EMAS SCHOOL – Environmental Management and Audit Scheme Implementation at a complex school. Projecto financiado pelo programa LIFE Ambiente. Parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra. Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e Câmara Municipal de Coimbra (aprovado; início em Outubro de 2003).
- Projecto LINK – Implementação de um circuito de turismo na cidade de Coimbra abrangendo as vertentes ambiental e cultural.
- Projecto FireFlood - tem como objectivo fundamental o desenvolvimento de metodologias que permitam a determinação dos riscos dos efeitos de cheias de aparecimento rápido, sobre as populações e os seus bens e da prevenção de incêndios na interface urbana/floresta. Projecto candidato a programa comunitário de ID&T, com financiamento a 100% e que envolve diversos parceiros internacionais (candidatura em análise).

4.2 Concepção de projectos específicos de conservação da Natureza

- Planeamento do processo de remoção de jacinto-de-água específico para a Pateira de Fermentelos
- Plano de controlo da *Azolla filiculoides* no Baixo-Mondego

4.3 Planos de Acção de Espécies Prioritárias

Participação nos grupos de trabalho criados pelo Instituto de Conservação da Natureza, para a realização dos Planos de Acção, integrados da Directiva Habitats, para as seguintes espécies prioritárias:

- Plano de Acção da Garça Vermelha (*Ardea purpurea*);
- Plano de Acção da Toupeira de água (*Galemys pyrenaica*);
- Plano de Acção da Cegonha Negra (*Ciconia nigra*);
- Plano de Acção para Aves Rupícolas.

4.4 Planos de Ordenamento

A DLCN participou nas Comissões Mistas de acompanhamento dos Planos Especiais de Ordenamento do Território de duas áreas protegidas em Portugal:

- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paúl de Arzila (concluído);
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (concluído).

4.5 Plano Sectorial da REDE NATURA 2000 / Directiva Habitats

A DLCN representa a CCDRC na Comissão Mista de Acompanhamento do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (em preparação).

4.6 Comissão de Acompanhamento do P.O. Pesca

A DLCN representa a CCDRC na Comissão de acompanhamento do P.O. Pesca

4.7 Plano de reabilitação de zonas húmidas

- Bases para o lançamento de Plano de Intervenção e de Gestão de Lagoas Costeiras da Região Centro. Em parceria com o Instituto de Conservação da Natureza.

4.8 Requalificação e Reabilitação de Áreas Naturais

- Selecção de projectos e análise de candidaturas, financiados no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia de apoio às zonas afectadas pelos incêndios de 2003.
- Elaboração e implementação de um plano de plantação (fase 1) com espécies autóctones da Mata de S. Silvestre (Coimbra, Baixo Mondego) (concluído).
- **Acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia nos espaços naturais do baixo Mondego da CCDR Centro.**
- **Coordenação de acções de plantação de espécies autóctones na Mata de S. Silvestre e na Mata da Geria no âmbito do projecto Corredores Ecológicos Fluviais- CEF.**

4.9 Empreitadas

Esta actividade implica a preparação de concurso, lançamento, seu acompanhamento e fiscalização das seguintes acções

- Remoção de plantas exóticas do corredor ecológico da Vala da Cova.

- Ordenamento de Acessos da Mata de S. Silvestre.
- 1ª fase de remoção de Jacinto-de-água (*Eichornia crassipes*) na pateira de Fermentelos.

4.10 Proposta de Delimitação do Âmbito

- Coordenação da Proposta de Definição do Âmbito do “Projecto de Desassoreamento e Requalificação Ambiental do rio Mondego no troço compreendido entre a Ponte da Portela e o Açude-Ponte”.

4.11 Educação e Sensibilização Ambiental

Actividades de promoção e divulgação junto das Escolas sobre o Património Natural da Região Centro.

- Apresentação de uma acção de sensibilização sobre o tema “Ecosistemas Dunares” na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré e orientação de duas actividades práticas com os alunos: -plantação de estorno na praia da Costa Nova e remoção de infestantes (*Carpobrotus edulis*) na Praia da Barra. Acções incluídas na semana do ambiente organizada pela Câmara Municipal de Ílhavo (19 de Março).
- “Faça o favor de valorizar o que é nosso!” (25/06/2004). Artigo publicado no jornal regional “Praça pública” (sobre os ecossistemas dunares).
- “Conservação da natureza no Baixo Mondego”. Palestra efectuada na escola C+S. de. Montemor-o-Velho (21 de Março).
- Apoio a iniciativas de cariz ambiental, com participação de agentes locais, nas Matas da Geria e de S. Silvestre.
- Acção de plantação de espécies autóctones na Mata de S. Silvestre com o pré-escolar do Colégio de Santa Maria da APPACDM de Coimbra (24 de Março).
- Ciclo-paper subordinado ao tema “Fomentar o Conhecimento sobre o Património Natural da Região”. Envolveu a plantação de vários exemplares de espécies autóctones características de ambientes ribeirinhos, e a remoção de espécies exóticas com carácter invasor (21 de Março).

4.12 Avaliação de Impacte Ambiental

O apoio ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) desenvolve-se em três níveis distintos. Por um lado, o apoio directo às solicitações da Divisão de Avaliação Ambiental (DAA), nos processos de AIA em que é necessária a participação da DLCN. Por outro, na cedência de um dos técnicos em cerca de 90% do tempo à DAA (ver anexo II). Recentemente esta divisão ficou responsável pela coordenação técnica da elaboração de uma Proposta de Definição do Âmbito cujo proponente do projecto é a CCDRC

Projectos de AIA, participados pela DLCN:

- Análise e emissão de parecer técnico sobre a Proposta de Definição de Âmbito do EIA “Coimbra Inovação Parque – 1ª Fase”. Processo AIA 251/04.
- Emissão de parecer sobre o Estudo de Enquadramento Ambiental do Projecto Base do Ramal Industrial de Avanca – Linha 03253.
- Colaboração no parecer da DLCN que visa a reformulação do Estudo de Impacte Ambiental do projecto “Requalificação Ambiental da Barrinha de Mira”.

4.13 Emissão de Pareceres Técnicos

- Elaboração de parecer relativo a um pedido de Limpeza no Rio Erges.
- Elaboração de parecer sobre o Plano de recuperação e integração Paisagística do Aproveitamento Hidroeléctrico nas Ribeiras de Cabras e da Pega
- Colaboração na elaboração do parecer da DLCN relativo ao Projecto de Decreto Lei que estabelece o regime de avaliação estratégica.
- Detecção de *Azolla filiculoides* no Baixo Mondego;
- Parecer relativo ao projecto “Limpeza e protecção marginal do Rio Cértima entre a ponte de Perrões e a Pateira e entre Esta e a Foz”.
- Parecer relativo à solicitação de intervenção na Pateira de Fermentelos por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo.
- Parecer técnico em resposta ao requerimento do Sr. Deputado Miguel Paiva sobre a Pateira de Fermentelos.

- Parecer sobre o projecto da DIE de “Limpeza, desassoreamento e protecção marginal de diversas linhas de água na Bacia do Vouga”.

4.14 Consultadoria a entidades externas à CCDRC

- Parecer no âmbito da colaboração com IDRHA relativamente ao projecto de Emparcelamento do Bolão (13/04/2004)

4.15 Apresentação de Comunicações em Encontros Técnicos

Palestrantes:

- Silveira, S., “Importância ecológica dos rios”, no seminário “Rios e Conservação da Natureza. Um passo para o ecoturismo”. C.M. de Pedrógão Grande, 2 de Fevereiro.
- Pimentel, H. “Gestão de Sistemas Ribeirinhos – Caso de estudo: Mata de S. Silvestre” no Seminário “Rios e Conservação da Natureza – Um Passo para o Ecoturismo”. C.M. de Pedrógão Grande, 2 de Fevereiro
- Raposo, J., Silva, M., S. “Rios e conservação da Natureza, um Passo para o Ecoturismo”. C.M. de Pedrógão Grande, 2 de Fevereiro.
- Martins, A.M. “A sustentabilidade do Baixo-Mondego”. Integrado Jornadas Técnicas “O Regadio do Baixo-Mondego”. Carapinheira, 26 de Março.
- Silveira, S., “Olhar o rio numa perspectiva ecológica”, integrado no colóquio sobre Água Doce. 28 de Abril, Penacova.
- Silveira, S., “Importância dos ecossistemas ribeirinhos”. Integrado no seminário Jornadas da Barrinha – S.O.S. Barrinha, 23 de Maio, C. M. Mira.
- Raposo, J., Caracterização Ecológica das Lagoas. Jornadas da Barrinha – “S.O.S. Barrinha”, iniciativa do Clube Náutico da Praia de Mira e da Câmara Municipal de Mira, 23 de Maio, C. M. Mira..
- Raposo, J., administrou o módulo “Entidades e organismos estatais. Que Apoios?” no Curso de Formação organizado pela, CNE – Junta Regional de Coimbra, Departamento de Ambiente. 5 de Dezembro, Serpins.

Posters:

- Batista, A., Raposo, J., Silva, M., Martins, A. (2004). Contribuição para o conhecimento da população piscícola no leito do Rio Velho e Vala da Cova – Baixo Mondego. 9º Encontro Nacional de Ecologia (SPECO)”, Universidade de Coimbra, SPECO, 14 a 16 de Outubro de 2004, Coimbra.

4. 16 Organização de Eventos

Preparação do programa de comemoração do Dia Mundial do Ambiente.

4.17 Relatórios Técnicos

- *Sítios da Rede Nacional da Região Centro – Descrição e caracterização (actualização).*
- *Áreas Protegidas da região Centro - Descrição e caracterização (actualização).*
- *- Zonas de Protecção Especial da Região Centro – Descrição e caracterização (actualização).*
- *Caracterização ictiológica da Vagem Grande.*
- *Colaboração no grupo de trabalho do Levantamento Cadastral dos imóveis da ex- DRAOT “Levantamento e Gestão do património imóvel da CCDR-Centro no Baixo Mondego”.*
- *A DLCN elaborou o seu contributo para o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro: “Pensar, Qualificar e Promover o Desenvolvimento da Região - Contributos Naturais”*
- *A DLCN elaborou um parecer sobre o PNPOT – Conservação da Natureza.*
- *Parecer sobre aplicação da Directiva de Avaliação Ambiental Estratégica.*
- *Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.*
- *Plano de Gestão para a Ribeira de Pêra*
- *Proposta de Recuperação e Valorização do Corredor Ecológico do rio Velho - Baixo Mondego.*

4.18 Colaboração com o Ministério Público

- Testemunha pericial em julgamento de caso relativo á extracção de areia num terreno em REN *situ* em Escoural, Concelho de Cantanhede (Tribunal de Cantanhede, processo Ref. C.-O. n.º 428/2002).

4.19 Estágios finais de Licenciatura

- Actualmente encontra-se a decorrer o estágio de licenciatura “Recuperação de um corredor ecológico do Baixo Mondego”. Integrado no Plano da Licenciatura em Eng.^a Biofísica pela Universidade de Évora sendo assegurado pela estagiária Miriam Sofia Machado da Silva.
- Acompanhamento técnico-científico do trabalho efectuado por Cláudia Sofia Antunes Ferreira e Sara Eunice Carvalho Teixeira de Aragão “Projecto de reordenamento florístico de sistemas costeiros em situações de intensas transgressões marinhas”, no âmbito do estágio de licenciatura em Biologia da Universidade de Aveiro.
- Acompanhamento técnico-científico do trabalho de estágio, em curso, de Gabriela Silva no âmbito do estágio de licenciatura em Engenharia Florestal da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

5. OUTRAS ACTIVIDADES

5.1 Projecto RIVFUNCTION

Deu-se continuidade ao projecto RIVFUNCTION, em estreita articulação com o Laboratório da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental. Trata-se de um projecto de pesquisa que visa desenvolver e disseminar uma ferramenta para avaliação do estado ecológico dos rios em termos funcionais, a partir de um conjunto de indicadores ambientais. Esta ferramenta será incorporada no conjunto de procedimentos de avaliação avançados pela Directiva-Quadro (Directiva 2000/60/CE de 23 Outubro de 2000).

As etapas de desenvolvimento do RIVFUNCTION incluem a identificação de um conjunto de indicadores e dos pontos críticos iniciais (objectivos ambientais quantitativos) e a definição das especificações técnicas para os procedimentos padronizados.

O projecto é suportado pela Comissão Europeia no Quinto Programa Quadro (Fifth Framework Programme) e contribui para a execução da Acção-Chave «Gestão Sustentada e Qualidade da Água» dentro do programa «Energia, Ambiente e desenvolvimento Sustentado» e engloba as contribuições de 10 parceiros Universitários / Institutos de Investigação Europeus, e duas Entidades Estatais responsáveis pelo ambiente para assegurar com solidez os fundamentos científicos e a praticabilidade da metodologia desenvolvida. Dois dos parceiros são portugueses, respectivamente o IMAR (instituto de investigação universitário) e a CCDRC.

Sendo a CCDRC simultaneamente parceiro e utilizador final da metodologia, tem vindo a acompanhar-se o desenvolvimento geral dos trabalhos realizados pelo consórcio, bem como se tem dado apoio e tem existido intercâmbio com o IMAR, designadamente na escolha de locais adequados à realização de ensaios, na realização de análises laboratoriais de alguns parâmetros (metais), na aplicação experimental da ferramenta envolvendo trabalho laboratorial e de campo, usando as estações das redes de monitorização convencional da CCDRC.

Alguns eventos mais salientes:

- Em Maio de 2004 foi efectuado o acompanhamento da elaboração e envio respectivo do relatório financeiro para a C.E. relativo ao período Abril/2003 – Março/2004
- Em 30 de Junho foi efectuada a apresentação no Auditório da CCDRC, do enquadramento e desenvolvimentos do projecto RIVFUNCTION, pelo Professor Doutor Manuel Graça do IMAR

- Em 5 de Setembro e 6 de Setembro teve lugar no IMAR – Coimbra uma reunião do consórcio para a qual foi preparada uma breve apresentação.
- Em Outubro e Novembro ocorreram contactos e algumas reuniões de trabalho para planificação e preparação de experiências conjuntas entre o IMAR e a CCDRC com o objectivo de testar a aplicação da metodologia RIVFUNCTION na rede de locais monitorizados pela CCDRC no âmbito da qualidade das águas superficiais.

5.2 Pareceres a AIA em apoio à DAA no âmbito do D.L. nº 69/2000, de 3 de Maio

Em termos da emissão de pareceres solicitados pela Direcção de Serviços de Gestão Ambiental (Divisão de Avaliação Ambiental), foram emitidos pareceres às:

- Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Loteamento industrial de torre de vilelas”; processo de avaliação PDA 06.03.00-5/2004;
- Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto de Ampliação da Pedreira de Calcário Ornamental Vale da Pia nº 2”;
- Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Projecto “Pedreira de Argila Barrinho” (Procº AIA nº 242/04).

5.3 Elaboração de pareceres técnicos

- Elaboração de um parecer sobre a proposta da Lei da Água e que envolveu entre outras acções a participação na discussão pública do projecto de diploma no LNEC
- Apresentação de contributos na sequência dos 2º 3º e 4º relatórios do PNPOT;
- Elaboração de contributos para o Plano Regional de Ordenamento do Território Centro (PROT-C), Grandes Temas e Grandes Questões, da iniciativa da CCDDR Centro, tendo sido entregues relatórios sobre os seguintes temas:
 - A Orla Costeira da Região Centro
 - Articulação entre Políticas da Água e do Ordenamento do Território, em articulação com o GIDC;
 - Um paralelismo com a Agenda 21 Local e algumas reflexões sobre Questões Globais;
 - Conservação da Natureza e Biodiversidade, em colaboração;

- A integração das Políticas estabelecidas nos Planos Nacional da Água e de Bacias Hidrográficas no PROT e os Problemas Específicos das Águas Subterrâneas na Região Centro, em articulação com a DSMA.

5.4 Comunicações, Palestras e Participação em Seminários

- Apresentação da Comunicação “Descentralização e Gestão Partilhada da Água - O Princípio da Subsidiariedade e da proporcionalidade aplicada à gestão do Domínio Hídrico” no 7º Congresso promovida pela APRH – LNEC, Lisboa, Março de 2004, em colaboração.
- Apresentação da Comunicação “GeoHidro – Ceira – Gestão Integrada do Domínio Hídrico” na sessão de sensibilização promovida pelo INAG, Lisboa, 26 de Novembro, em colaboração.
- Participação na 8.ª Conferência Nacional da Qualidade do Ambiente, promovida pela Universidade Nova de Lisboa nos dias 27 a 29 de Outubro de 2004.

5.5 Participação em Grupos de Trabalhos

- Participação na Estrutura de Coordenação e Controlo das Intervenções na Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos criada no âmbito da RCM 176/2003 de 10 de Novembro. No âmbito desta Estrutura desenvolveu neste quadro as seguintes actividades:
 - Responsável pela execução do Projecto “Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz - 1ª Fase e que envolveu ainda levantamentos topográficos, concepção de um projecto com um cariz inovador e experimental para gestão da ligação das águas da Barrinha ao Mar, execução da candidatura ao QCAIII, responsável pela fiscalização e coordenação da obra e articulação entre as diversas entidades envolvidas na ECC e nos protocolos estabelecidos para o efeito;
 - Participação na sensibilização às populações e entidades locais das acções a desenvolver pela ECC e que inclui a apresentação pública do projecto-piloto;
 - Apresentação de duas propostas de Protocolo de carácter técnico e financeiro e que vieram a ser celebrados entre o Gabinete de Estudos do Ministério, o Regimento de Engenharia de Espinho, o Instituto da Conservação da Natureza, a CCDR Norte e a CCDR Centro;
 - Participação nas diversas reuniões da ECC e que envolveu 2 apresentações do projecto piloto, uma antes da sua execução e tendo em vista a obtenção do parecer das entidades

envolvidas e outra após a execução do projecto piloto, que envolveu visita à obra e que contou com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

- Participação em reuniões técnicas de acompanhamento do PP da Vagueira e continuação dos trabalhos da da revisão do PDM de Vagos e do PP da Vagueira
- Contributo quanto à componente paisagem no âmbito da Proposta de Definição de Âmbito (PDA) para o Estudo de Impacte Ambiental, relativo ao projecto: “desassoreamento do Rio Mondego entre a Ponte da Portela e a Ponte Açude”, com a elaboração dos documentos:
 - Análise da paisagem;
 - Identificação das questões que poderão constituir impactes significativos no descritor “paisagem”;
 - Proposta metodológica de caracterização da paisagem.

5.6 Outras actividades

- Orientação e acompanhamento de duas estagiárias no âmbito de Protocolo firmado entre a Universidade de Aveiro e a CCDR centro sob o tema “Projecto de Reordenamento Florístico do Sistema Costeiro em Situações de Intensas Transgressões Marinhas – caso piloto entre o Furadouro e Torreira no âmbito de Programas de Estágios no Ensino Superior.
- Acompanhamento de 2 alunos em Estágio curricular na área de Sistemas de Informação Geográfica.
- Disponibilização de conteúdos informáticos referentes à Divisão do Laboratório no site da Ex-DRAOT.
- Responsabilidade pela manutenção e actualização do site da Ex-DRAOT em articulação com o GIDC.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Coordenador: Engº Armando Basso

Chefe de Divisão de Ordenamento do Território: Engª Alice Azenha

Chefe de Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana: Engº José António Santos

I - INTRODUÇÃO

A actividade da Direcção de Serviços de Gestão Territorial (DSGT) foi em 2004 em tudo semelhante à realizada em 2003, já que, quer em matéria de competências quer o número de funcionários, não sofreram alterações significativas relativamente ao ano transacto.

Assim, foi dada continuidade à análise das pretensões sobre o uso e transformação do solo, sejam de iniciativa pública e privada, cujo detalhe consta na parte deste relatório que corresponde à Divisão do Uso de Solo e Qualificação Urbana. É de distinguir a postura, sempre adoptada por esta direcção de serviços, de se colocar do lado das soluções e não do lados dos problemas.

Com efeito, há na sociedade uma dinâmica que muitas vezes não se compadece com a legislação vigente, no entanto encontrar o equilíbrio entre a rigidez das leis e dos regulamentos administrativos e a sua necessária adaptabilidade às realidades concretas, nem sempre se afigura uma tarefa fácil, contudo é um objectivo que a DSGT não se cansa de perseguir.

No que diz respeito a instrumentos de gestão territorial, continuou-se a acompanhar a enorme quantidade de planos - questão detalhada no próximo capítulo.

No serviço de acompanhamento aos planos tem-se verificado, dos trabalhos que chegam à DSGT, que é ainda manifestamente insuficiente o conhecimento dos procedimentos legais por parte das equipas externas que têm alicerçado os planos, traduzindo-se este facto, numa sobrecarga técnica exigida a

estes serviços. Assim a DSGT vê-se muitas vezes obrigada a um trabalho que vai muito além da análise exigida pelas competências que lhe estão atribuídas.

Com a entrada em revisão da maioria dos PDM's da região centro, e por força das competências atribuídas a esta direcção de serviços, tem-se procedido à redelimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN).

É de assinalar o comprovado êxito, que se tem observado na região centro, face ao resto do país, do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), nas suas vertentes PRAUD-Obras e PRAUD-GTL.

No âmbito da articulação interna dos serviços, e face à estreita ligação da DSGT com as Divisões Sub Regionais (DSR's) de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu, foram promovidas várias reuniões das quais advieram orientações com o objectivo de harmonizar os procedimentos, afinar os critérios de apreciação, entre outras. A sucessiva entrada em vigor de novos diplomas legais, regulamentadores de matérias objecto de apreciação da DSGT, motivou a realização de sessões de esclarecimento participadas pelo conjunto das Direcções de Serviço, envolvidas processualmente por aquela legislação, e pelas DSR's. Foram ainda realizadas acções de esclarecimento, para as Câmaras Municipais, com vista à harmonização e adequação de critérios para a apreciação dos processos, com o sentido prosseguir um maior envolvimento das mesmas.

A DSGT integra duas divisões:

- A Divisão de Ordenamento do Território (DOT) ;
- A Divisão do Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU).

Para além das competências exercidas pela DOT e pela DUSQU, a DSGT, em articulação com a Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica (DFLCT) da Direcção de Serviços da Administração Local, procede ainda ao acompanhamento da evolução dos empreendimentos co-financiados no âmbito do *Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva – Sub-Programa 1* (Equipamento Associativo).

O volume geral de processos novos entrados na DSGT, ao contrário daquilo que era habitual em anos transactos, sofreu uma quebra que se justifica em parte pelos novos procedimentos legais impostos quer pelo Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial (RELAI) quer pelo novo Regime de Licenciamento das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante, e em parte também pelo desaceleramento verificado na economia nacional. Com efeito a análise comparativa do volume de

novos processos recebidos em 2004/2003 reflecte bem o resfriamento da economia e da iniciativa privada no respeitante ao investimento, conforme espelha o gráfico:

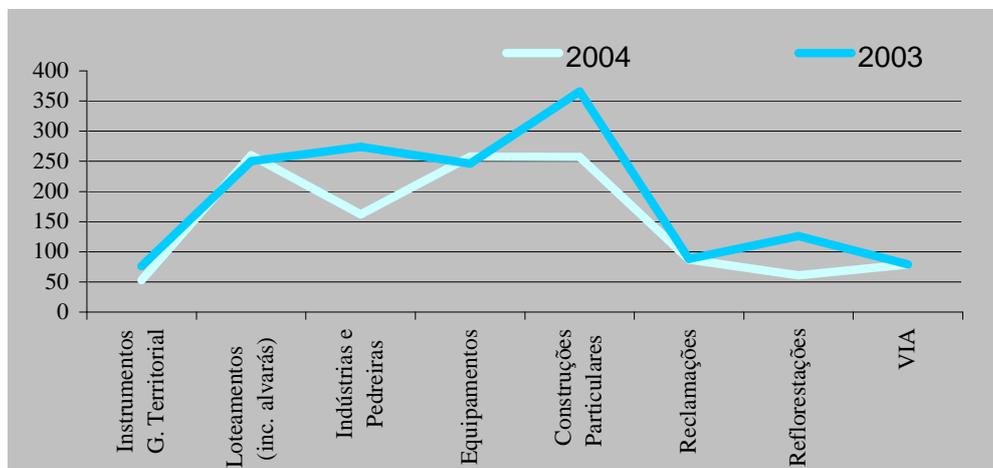


Fig. I.1 – Processos novos (abertos no ano) por assunto

Importa realçar o facto do volume de trabalho desta direcção de serviços não se esgotar nos valores reflectidos pelo gráfico, uma vez que existem processos cujo primeiro registo ocorreu em anos anteriores todavia, por diversas razões, ainda não encontraram solução final, permanecendo em circulação e esgotando continuamente horas de trabalho.

	Planos de Ordenamento do Território		Loteamentos (inclui alvarás)		Indústrias e Exploração Recursos Geológicos		Equipamentos		Obras Particulares		Florestações e Reflorestações		Reclamações		VIAS		Nº total de Processos		Δ%
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	
Baixo Vouga	21	10	53	62	76	40	40	25	60	41	36	30	22	25	19	8	327	241	-26,30%
Baixo Mondego	13	7	61	60	27	22	39	38	91	71	46	16	21	10	10	12	308	236	-23,38%
Pinhal Litoral	2	3	14	11	80	36	30	19	80	53	0	0	14	8	8	2	228	132	-42,11%
Pinhal Int. Norte	13	12	17	23	12	10	45	41	42	26	23	11	9	16	7	1	168	140	-16,67%
Pinhal Int. Sul	3	0	4	1	8	0	10	22	5	1	3	0	4	1	2	1	39	26	-33,33%
Dão-Lafões	4	11	64	70	28	26	48	42	38	22	14	3	8	13	16	33	220	220	0,00%
Serra da Estrela	3	1	5	11	10	5	6	7	10	6	0	0	0	5	1	0	35	35	0,00%
Beira Int. Norte	3	3	9	16	18	8	16	38	26	25	2	0	6	4	4	6	84	100	19,05%
Beira Int. Sul	8	3	13	4	3	9	5	10	6	5	2	1	2	1	3	1	42	34	-19,05%
Cova da Beira	6	3	10	2	12	6	7	16	8	7	2	0	2	4	9	4	56	42	-25,00%
REGIÃO CENTRO	76	53	250	260	274	162	246	258	366	257	128	61	88	87	79	68	1507	1206	
Δ%	-30,26%		4,00%		-40,88%		4,88%		-29,78%		-52,34%		-1,14%		-13,92%		-19,97%		

Fig. I.2 – Processos novos (abertos no ano) por assunto e por NUT III

O quadro anterior materializa em termos absolutos e percentuais aquela diferença, distribuída em termos espaciais e por natureza dos processos.

Observa-se assim que as maiores variações, por natureza do processo, correspondem a:

- Pedidos de parecer sobre a localização de estabelecimentos industriais (-40,88%), pela razão atrás indicada;
- Pareceres sobre acções de florestação e reflorestação em áreas abrangidas pela Reserva Ecológica Nacional (-52,34%). A variação abrupta do número de novos pedidos de parecer desta natureza, explica-se pela clarificação, em matéria de competências, realizada nas acções de esclarecimento efectuadas durante 2004.

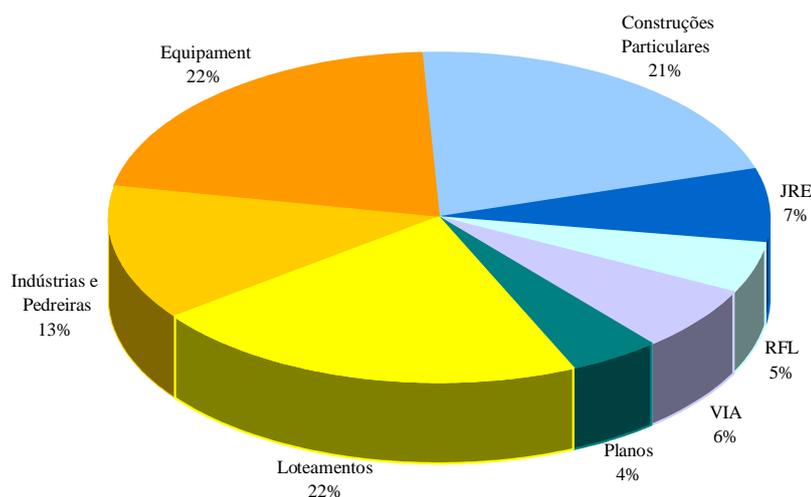


Fig. I.3 – Peso relativo dos processos por tipologia

Da análise do gráfico verifica-se que, em números absolutos, os processos com maior expressão quantitativa são: os pedidos de parecer sobre equipamentos, loteamentos, construções particulares e os pedidos de parecer sobre a localização de estabelecimentos industriais. Contudo importa referir que, neste “bolo”, os processos que apresentam uma menor expressão em termos quantitativos, são os que, regra geral, mais exigem no que diz respeito a horas de trabalho.

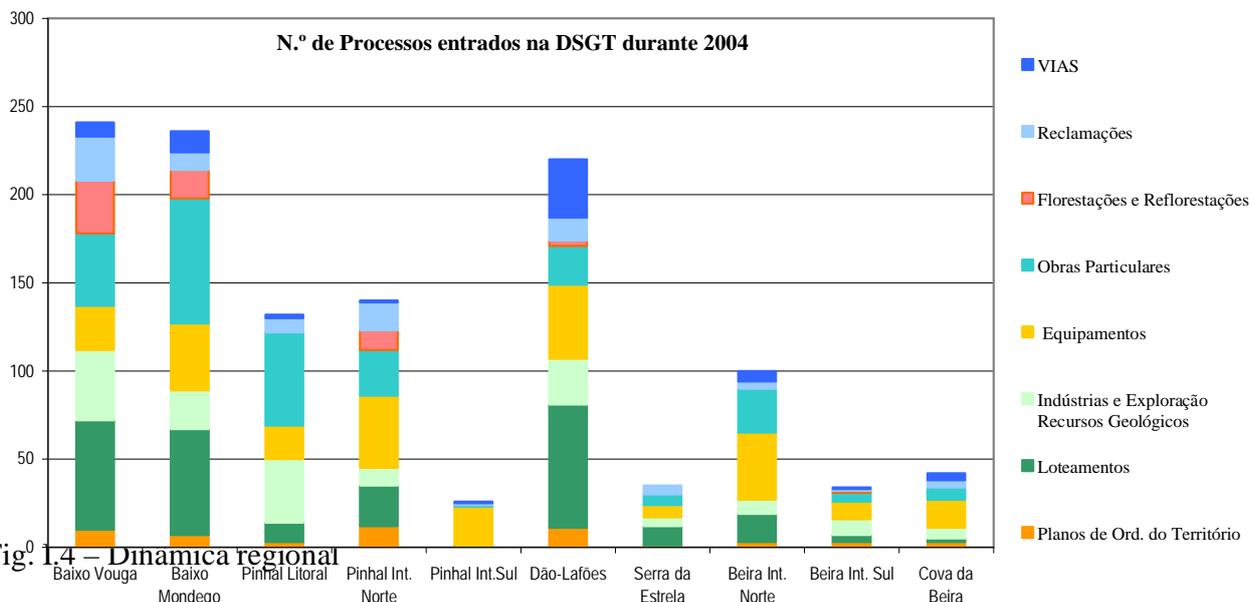


Fig. I.4 – Dinâmica regional

Invariavelmente, tal com o gráfico anterior permite observar, as regiões cuja dinâmica é maior, nestes sectores da actividade económica, são: a região do Baixo Vouga, a região do Baixo Mondego e a região do Dão-Lafões.

Nos capítulos seguintes, apresenta-se uma análise mais detalhada da actividade desenvolvida pelas divisões que integram esta direcção de serviços e ainda o ponto de situação do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva.

Importa ainda ressaltar que no tocante a prazos de resposta aos processos, a DSGT tem, em termos médios, cumprido todos os “timings” a que está adstrita, factor a que não é alheio o extraordinário empenho dos funcionários (ainda que constituam um grupo mais pequeno que o mínimo desejável).

II – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1 - ENQUADRAMENTO

A Divisão de Ordenamento do Território (DOT) da Direcção de Serviços de Gestão Territorial (DSGT) possui um vasto campo de actuação na área do ordenamento do território, nomeadamente:

- Promover e acompanhar estudos, projectos e planos sectoriais com incidência na gestão territorial;
- Promover a elaboração, alteração e revisão dos planos regionais de ordenamento do território e avaliar a sua implementação;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de ordenamento das albufeiras;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos intermunicipais de ordenamento do território e planos directores municipais;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de ordenamento das áreas protegidas;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de pormenor e de urbanização;
- Acompanhar a elaboração de planos de pormenor e de urbanização no âmbito da qualificação urbana;

- Promover e acompanhar a política regional de reabilitação urbana e de reconversão de áreas degradadas;
- Exercer as competências relativas à Reserva Ecológica Nacional;
- Dar parecer sobre a delimitação de áreas críticas e sobre as operações de reabilitação ou reconversão;

Esta Divisão faz ainda o acompanhamento dos processos das 5 Divisões Sub-Regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu), relacionados com as suas atribuições.

2 – ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1- Planos Sectoriais

Estão a ser acompanhados seis Planos Sectoriais:

2.1.1-Planos de Ordenamento Florestal:

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões

Destes 6 Planos Sectoriais houve apenas uma reunião de cada plano durante o ano de 2004 e estão distribuídos de acordo com o quadro 1.1.

Quadro 1.1 - Planos Sectoriais, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	2	2	1		1	5

2.1.2-Rede Natura 2000:

Através da RCM 66/2001, foi determinada a elaboração do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 não tendo, até ao final de 2004, sido solicitado o acompanhamento desta DOT.

2.2 - Planos Especiais de Ordenamento do Território

Estão em tramitação 12 Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT):

- § Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Águeda e Pisco;
- § Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha;
- § Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal;
- § Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueieira;
- § Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato;
- § Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela;
- § Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros;
- § Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas;
- § Plano de Ordenamento da Área Protegida da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto;
- § Plano de Ordenamento do Tejo Internacional;
- § Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata;
- § Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Côa (3 concelhos: Pinhel, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo).

Foi publicado em 19 de Junho de 2004 (DR n.º 143, I-Série B), o Plano de Ordenamento da Área Protegida da Reserva Natural do Paul de Arzila.

Quadro 2.2 - Planos Especiais em tramitação, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	6	1	3	1		12

2.3 - Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

Plano em tramitação - Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro (emitido o parecer final da Comissão Mista de Coordenação - CMC - em 07.11.2004).

2.4 - Planos Municipais de Ordenamento do Território

2.4.1- Planos Directores Municipais

Durante o ano de 2004, iniciou-se a **revisão** de 4 Planos Directores Municipais, assim distribuídos:

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	1			1	4

Quadro 1.3 - PDM que entraram em fase de revisão em 2004, por DSR

Total de PDM, em fase de revisão, no ano de 2004:62

Quadro 1.4 – Total de PDM, em fase de revisão, no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
10	10	14	9	8	11	62

Total de PDM em fase de alteração, no ano de 2004:6

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	1	2		3		6

Quadro 1.5 – Total de PDM em fase de alteração, no ano de 2004, por DSR

Total de PDM em fase de alteração de regime simplificado:4

Quadro 1.6 – Total de PDM em fase de alteração de regime

simplificado, no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	1	1	2			4

Total de PDM em tramitação: 72

Quadro 1.7 – Total de PDM em tramitação em 2004

Em processo de revisão	62
Em Processo de alteração	6
Em processo de alteração de Regime simplificado	4

2.4.2- Planos de Urbanização

Foi iniciada a elaboração no ano de 2004, estando a ser acompanhados, nos termos da legislação aplicável 6 Planos de Urbanização.

Quadro 1.8 - Planos de Urbanização cuja elaboração foi iniciada no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	1	1	1	1	6

Total de Planos de Urbanização em elaboração/revisão no final do ano de 2004:106

Quadro 1.9 -Total de Planos de Urbanização em elaboração/revisão no final do ano de 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
18	11	23	12	24	18	106

Total de Planos de Urbanização em vigor, no final de 2004: 37

Quadro 1.10 -Total de Planos de Urbanização em vigor, no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
7	6	15	3	1	5	37

2.4.3 - Planos de Pormenor

Iniciaram a elaboração/revisão, no ano de 2004, 23 Planos de Pormenor, assim distribuídos:

Quadro 1.11 - Planos de Pormenor cuja elaboração foi iniciada em 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
6	3	3	1	2	8	23

Quadro 1.11.A - Planos de Pormenor cuja elaboração foi iniciada em 2004, por DSR e por concelho

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu						
Vagos	1	Fundão	3	Soure	1	Guarda	1	Leiria	1	Viseu	2
Ovar	1			Miranda Corvo	1			Ansião	1	Vouzela	3
Murtosa	3			Fig Foz	1					Nelas	3
Mealhada	1										
TOTAL	6		3		3		1		2		8

Total de Planos de Pormenor em tramitação no ano de 2004 : 342

Quadro 1.12-Total de Planos de Pormenor em tramitação no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
124	47	51	33	49	38	342

Total de Planos de Pormenor em vigor, no ano de 2004: 216

Quadro 1-13 - Total de Planos de Pormenor em vigor, no ano de 2004, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
64	45	34	10	19	44	216

Planos Directores Municipais (PDM), em revisão	62
Alterações a PDM	6
Alterações de Regime simplificado	4
Planos de Urbanização	107
Planos de Pormenor	320
Total de PMOT	497

Quadro 1.14 - Total de PMOT em tramitação no final do ano de 2004

Quadro 1.15 - Evolução do número de PMOT que iniciaram o processo de elaboração/revisão, no período 2000-

	PDM	PU	PP	Total
2000	10	15	41	68
2001	24	8	58	92
2002	11	4	44	59
2003	8	3	41	52
2004	4	6	23	33

2004

2.4.4- Suspensão Parcial de Planos

2.4.4.1-Planos Directores Municipais

Suspensões de PDM entrados em 2004: 9

Quadro 1.16 - Total de Suspensões de PDM entradas em 2004 : 9

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	4	3		1	1	9

Total de Suspensões de PDM em tramitação em 2004:7

Quadro 1-17- Total de Suspensões de PDM em tramitação em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	2	2		3		7

Total de Suspensões de PDM em Vigor, por DSR em 2004 -23

Quadro 1-18 - Total de Suspensões de PDM em Vigor, por DSR em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
4	6	7		2	4	23

Total de Suspensões de PDM em Vigor, por DSR e por Concelho em 2004 :23

Quadro 1-19- Total de Suspensões de PDM em Vigor, por DSR e por Concelho em 2004

Aveiro		Castelo Branco		Coimbra		Guarda		Leiria		Viseu	
Águeda	1	Belmonte	1	Pampilhosa	1			P. Mós	1	Mangualde	1
Aveiro	1	Castelo Branco	1	Lousã	1			M. Grande	1	S. Pedro do Sul	1
Estarreja	2	Fundão	1	Fig Foz	2					Vouzela	2
		Mação	2	Tábua	1						
		Proença	1	V. Nova Poiares	1						
				Oliveira Hospital	1						
TOTAL	4		6		7				2		4

2.4.4.2-Planos de Urbanização

Total de Suspensões de PU entradas em 2004 : 1

Quadro1.17 - Total de Suspensões de PU entradas em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	1					1

Total de Suspensões de PU, em vigor em 2004:3

Quadro1.18 - Total de Suspensões de PU, em vigor em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	1	2				3

2.4.4.3-Planos de Pormenor

Total de suspensões de PP, em vigor

Quadro 1.18- Total de suspensões de PP, em vigor

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	1			1		2

2.4.5- Medidas Preventivas

Total de Medidas Preventivas entradas em 2004:8

Quadro1.19- Total de Medidas Preventivas entradas em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	4	2		1		8

Total de Medidas Preventivas em tramitação em 2004:11

Quadro1.20- Total de Medidas Preventivas em tramitação em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
3	2	5		1		11

Total de Medidas Preventivas em vigor em 2004:19

Quadro1.21- Total de Medidas Preventivas em vigor em 2004

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
4	4	6		2	3	19

2.4.6- Outras Tarefas Executadas Neste Domínio

§ colaboração com a DGOTDU na verificação dos PMOT, nos processos de ratificação e registo de Planos.

- § colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de alterações (alterações de regime simplificado e alterações) dos PMOT.
- § colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de suspensão de PMOT e estabelecimento de Medidas Preventivas.
- § inventariação dos PMOT ratificados, registados e publicados no Diário da República.

Durante o ano de 2004, foram movimentados na DOT 722 processos, sendo 391 novos processos. Deram origem a cerca de 500 informações e 1525 ofícios. Neste número estão incluídos naturalmente as informações/pareceres sobre todas as matérias da divisão.

A estas informações/pareceres teremos de acrescentar as que foram elaboradas nas Divisões Sub-Regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu) sobre Instrumentos de Gestão Territorial e que foram acompanhadas antes de serem comunicadas às Câmaras Municipais.

Além deste trabalho da Divisão, foram ainda realizadas cerca de 75 reuniões com Câmaras Municipais, essencialmente no âmbito dos PMOT, para esclarecimento de várias questões técnico/jurídicas relacionadas com a elaboração/ revisão /suspensão/estabelecimento de Medidas Preventivas e interpretação de articulados dos regulamentos dos referidos PMOT. Grande parte destas reuniões, foram realizadas também com a Direcção Regional da Administração Autárquica (DRAL), serviço que, além do apoio quase diário à Divisão, faz a análise jurídica dos Regulamentos de todos os Planos (Planos Especiais, Intermunicipais e Municipais). Neste ano de 2004 foi solicitada a análise jurídica de 49 regulamentos.

2.5-Reabilitação Urbana

A actividade dividiu-se pelos seguintes vectores:

- **Programa PRAUD (GTL e Obras)**
- **Medida 3 do Polis**
- **Programa das “Aldeias Históricas”**
- **Programa das “Aldeias do Xisto”**
- **Programa das “Aldeias das Portas do Côa”**
- **Grupos de Trabalho**

PROGRAMA PRAUD- Gabinetes Técnicos Locais

A actividade centrou-se na coordenação, orientação e acompanhamento técnico dos trabalhos dos GTL, disponibilizando toda a informação possível, necessária à elaboração dos Planos de Pormenor e orientações várias, recorrendo ao conhecimento acumulado, corrigindo e divulgando experiências de anteriores GTL, propondo rumos orientadores dos procedimentos adequados para o desenvolvimento das restantes tarefas assim como o acompanhamento da constituição das equipas e necessárias alterações, resultando numa optimização dos meios humanos, tendo em vista a correcta prossecução dos trabalhos protocolados e a gestão cuidada das participações disponíveis e ainda a verificação e validação dos vencimentos dos funcionários do pessoal, de molde a serem processados pela DGOTDU.

Durante o ano de 2004 foram acompanhados **30** Gabinetes Técnicos Locais (GTL):

GTL de Águeda; GTL de Aguiar da Beira; GTL de Almeida ; GTL de Anadia; GTL de Ansião; GTL de Belmonte; GTL de Castanheira de Pêra; GTL de Celorico da Beira; GTL da Covilhã; GTL de Fornos de Algodres; GTL do Fundão (2); GTL de Gouveia; GTL da Guarda; GTR de Leiria (Maceira); GTL da Lousã; GTL de Marinha Grande; GTL da Meda; GTL de Miranda do Corvo; GTL de Nelas; GTL de Oliveira de Frades; GTL de Pampilhosa da Serra; GTL de Penacova; GTL de Pedrógão Grande; GTL de Porto de Mós; GTL do Sabugal; GTL de Tondela; GTL de Trancoso; GTL de Viseu; GTL de Vouzela.

Terminaram a sua actividade os GTL de: Pedrógão Grande; Viseu; Covilhã; Miranda do Corvo; Oliveira de Frades; Águeda; Aguiar da Beira; Anadia; Guarda; Lousã; Mêda; Pampilhosa da Serra; Penacova; Sabugal; Trancoso.

Iniciaram a sua actividade os GTL de: Belmonte; Ansião; Marinha Grande; Tondela; Porto de Mós.

PROGRAMA PRAUD - Obras

Durante o ano de 2004 foi efectuado o acompanhamento dos trabalhos, verificação e validação dos documentos de despesa de 131 obras dos seguintes concelhos: Arganil; Belmonte; Castelo Branco; Coimbra; Fornos de Algodres; Góis; Gouveia; Guarda; Leiria; Manteigas; Mêda; Montemor-o-Velho; Oleiros; Penamacor; Penela; Pinhel; Sabugal; Santa Comba Dão.

CANDIDATURAS

Divulgação e sensibilização junto de todas as Câmaras Municipais da Região Centro sobre a Programa PRAUD e respectivo acompanhamento na elaboração das candidaturas, quando solicitado pelas autarquias.

No período em apreço foram analisadas, classificadas e informadas, 55 candidaturas, sendo 24 referentes a PRAUD-GTL e 31 a PRAUD-Obras.

PIDDAC

Em Março e Novembro deu-se o contributo para o reajustamento do PIDDAC da DGOTDU, no que respeita à cabimentação do PRAUD (GTL e Obras) da Região Centro.

MEDIDA 3 DO POLIS

Foi efectuado o acompanhamento dos trabalhos, verificação e validação dos documentos de despesa do Mercado Municipal e Espaço de Exposições de Fornos de Algodres.

PROGRAMA DAS “ALDEIAS HISTÓRICAS”

O contributo enquanto elementos da Equipa Técnica das Aldeias Históricas consubstanciou-se na apreciação e emissão de parecer sobre os projectos apresentados nas respectivas Câmaras Municipais, os quais são avaliados nas suas vertentes qualidade arquitectónica e enquadramento paisagístico. Foram apreciados e informados **42** projectos.

PROGRAMA DAS “ALDEIAS DO XISTO”

A participação no Programa das Aldeias do Xisto (PAX) consistiu na definição dos elementos constituintes dos Planos de Aldeia e dos critérios para enquadramento de candidaturas ao PAX e para posterior integração na Rede de Aldeias de Xisto (RAX).

As áreas propostas para intervenção foram objecto de visitas prévias, tendo em vista o necessário conhecimento do território a intervir.

Posteriormente analisaram-se e deu-se parecer sobre os 19 Planos de Aldeia apresentados à CCDR Centro, os quais deram lugar a vários projectos de intervenção tanto ao nível dos espaços públicos como dos edifícios. Desses projectos, foram analisados e emitiu-se parecer sobre **172** candidaturas.

PROGRAMA DAS “ALDEIAS DAS PORTAS DO CÔA”

A participação no Programa das Aldeias das Portas do Côa consiste na definição dos elementos constituintes dos Planos de Aldeia, no parecer sobre o tipo de intervenções propostas pelo Coordenador da AIB do Côa e no apoio técnico às equipas que vão desenvolver os Planos de Aldeia.

GRUPOS DE TRABALHO:

No ano de 2004 deu-se contributo nos seguintes grupos de trabalho:

Grupo Técnico das Aldeias do Xisto

Grupo Técnico da Aldeias Históricas

Grupo de Trabalho do PROT-Centro

Grupo Restrito de Trabalho do PNPOT

Conselho Consultivo do “Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal”

Prémio Nacional Imagem da Cidade;

Programa Nacional “Cidade e Democracia, 25 Anos Depois”;

“Caracterização Estrutural de Centros Históricos ”

“Bases para o Restauro dos Revestimentos do Centro Histórico de Coimbra”

2.6 - Reserva Ecológica Nacional

2.6.1-Processos enviados à Comissão Nacional da REN

Processos enviados à Comissão Nacional da REN nos termos do artigo 8º do D.L. n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 213/92, de 12 de Outubro, por envolverem alterações à delimitação das respectivas Cartas da REN concelhias:

AVEIRO	Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (Nota: 2 envios)
AVEIRO	Plano de Pormenor de Rasos
CANTANHEDE	Plano de Urbanização de Ançã
COVILHÃ	Plano de Pormenor da Zona Envolvente às Termas de Unhais da
COVILHÃ	Plano de Urbanização da Ribeira da Goldra (POLIS)
COVILHÃ	Plano de Urbanização da Ribeira da Carpinteira (POLIS)
GUARDA	Plano de Pormenor do Novo Pólo Industrial da Guarda
IDANHA-A-NOVA	Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha-a-Nova
LEIRIA	Plano de Pormenor de S. Romão/Olhalvas (POLIS)
MIRA	Instalação do campo de tiro nas dunas de Mira
MURTOSA	Plano de Urbanização do Bunheiro
OLIVEIRA DE FRADES	Revisão do Plano Director Municipal – Alteração da REN do
VAGOS	Revisão do Plano Director Municipal – Alteração da REN do
VILA DE REI	Plano de Pormenor do Vale Galego

2.6.2-Processos de Reconhecimento de Interesse Público

Processos de Reconhecimento de Interesse Público instruídos ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4º do D.L. n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 213/92, de 12 de Outubro:

ANADIA	Construção de complexo desportivo em Avelãs de Caminho Req.: Ass. Cultural e Recreativa de Avelãs de Caminho
COVILHÃ E SEIA	Parque Eólico de Pedras Lavradas Req.: ENERNOVA, S.A.
FIGUEIRA DA FOZ	Construção de Terminal Papeleiro Polivalente no Porto da Figueira da Foz Req.: Instituto Marítimo e Portuário
FIGUEIRA DA FOZ	Construção de Terminal de Recepção de Produtos Betuminosos no Porto da Figueira da Foz Req.: ASFALCENTRO, S.A.
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO E PINHEL	Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeira Req.: EH, Lda
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Construção de açude na Ribeira de Alge Req.: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
GUARDA	Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz – POLIS Guarda Req.: Câmara Municipal da Guarda
LEIRIA	Construção da ETAR Norte do Sistema de Saneamento Integrado da Bacia do Lis Req.: SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.
LEIRIA	Construção dos Emissários G1 e G2, Estação Elevatória da Pedra e Conduta Elevatória da Pedra, Sistema de Saneamento Integrado da Bacia do Lis Req.: SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.
LEIRIA	Infraestruturas da 3ª, 5ª e 6ª fases da rede de saneamento de Azóia e Maceira e dos Emissários E8.1. e E8.1.1 Req.: SMAS Leiria
LOUSÃ, COIMBRA E MIRANDA DO CORVO	Projecto de execução da linha a 60 kV entre Pereiros e Lousã Req.: EDP
MIRA	Construção de campo de tiro nas dunas de Mira Req.: Câmara Municipal de Mira
MIRANDA DO CORVO	Projecto de execução da linha a 60 kV entre Lousã e Vila Nova Req.: EDP
MIRANDA DO CORVO	Projecto de execução da linha a 60 kV entre Vila Nova e Pontão Req.: EDP
COIMBRA/MIRANDA DO CORVO	Reforço de Potência do Parque Eólico de Vila Nova Req.: ENERNOVA, S.A.
COIMBRA/MONTEMOR-O-VELHO	Ampliação de Indústria Req.: Caiximondego – Serralharia Civil, Lda
AVEIRO/MURTOSA	Construção de porto de abrigo no Cais do Bico Req.: Câmara Municipal da Murtosa
AVEIRO/MURTOSA	Transferência de pecuária Req.: José Rodrigues Bastos Gurgo

COIMBRA/PENELA	Parque Eólico de Malhadizes – aerogerador 6 Req.: PEL – Parque Eólico da Lousã, Lda
COIMBRA/PENELA	Parque Eólico de S. João I Req.: Tecneira, S.A.
LEIRIA/POMBAL	Ponte sobre o Rio Arunca e acessos imediatos Req.: Câmara Municipal de Pombal
LEIRIA/PORTO DE MÓS	Parque Eólico de Alqueidão da Serra Req.: PESM, Lda.
UISEU/S. PEDRO DO SUL	Parque Eólico da Serra de S. Macário Req.: PESM, Lda.
AVEIRO/SEVER DO VOUGA	Remodelação e ampliação de edifício de restauração e adaptação a estalagem de 4 estrelas Req.: Victor Manuel Mendes
COIMBRA/SOURE	Projecto Eólico de Rabaçal-Degracias Req.: ENTREVENTOS, Lda.
UISEU/VOUZELA	Captações inseridas no projecto de abastecimento de água à freguesia de Ventosa Req.: Câmara Municipal de Vouzela
CASTELO BRANCO/OLEIROS	Parque Eólico de Álvólos/Mata Álvaro Req: Generg, Gestão e Projectos de Energia S.A.
GUARDA	Construção da Variante à E.M nº 531 Req: Câmara Municipal da Guarda
COIMBRA	Construção da linha a 60Kv Vila Nova - Pontão 1º troço Req: E.D.P. Distribuição Energia, S.A.
COIMBRA	Construção da linha a 60Kv Lousã-Vila Nova Req: E.D.P. Distribuição Energia, S.A.
COIMBRA	Construção da linha aérea de 15Kv de interligação Carrasqueira-Foz de Alvares Req: E.D.P. Distribuição Energia, S.A.
CASTELO BRANCO/ VILA VELHA DE RÓDÃO	Construção da rede de Drenagem de águas Residuais e ETAR de Vale de Cobre Req: Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão
COIMBRA	Construção da linha a 605Kv Açor-Candosa Req: E.D.P. Distribuição Energia, S.A.
UISEU/	Parque Eólico Fornelo do Monte
UISEU/	Parque Eólico do Alto de Monção
UISEU/	Parque Eólico de S. Macário
UISEU/CARREGAL DO SAL	Execução da EN230 Tondela -Carregal do Sal
UISEU/VOUZELA	Captações de água
UISEU/	Aproveitamento Hidroeléctrico
UISEU/	Construção de Polidesportivo Descoberto
UISEU/	

	Construção da ETAR da Bodiosa
VISEU/	Construção da ETAR de Mangualde
VISEU/	Parque Eólico do Candal
VISEU/	Construção A25/IP5-Lanço Mangualde - Guarda

2.7- RECURSOS HUMANOS

Mais uma vez não posso deixar de referir que a complexidade de que se reveste a avaliação dos assuntos que são matéria desta divisão, se reflecte necessariamente no tempo que é utilizado na apreciação dos Planos, quer na fase de acompanhamento, quer particularmente na fase de emissão dos vários pareceres e na apreciação e instrução de processos de reconhecimento de interesse público. A intensa produção legislativa com interferência no âmbito das atribuições desta Divisão, torna necessário e urgente que se dê formação aos técnicos (da Divisão e das Divisões Sub-Regionais). Estas questões, conjugadas com o volume de trabalho envolvido, levam a que seja feita a reavaliação da afectação dos recursos humanos desta Divisão, concluindo-se pela necessidade de a reforçar com técnicos com formação na área do ordenamento do território e de um apoio ainda maior de Juristas, com formação também na área do ordenamento do território.

Na área da Reabilitação Urbana -PRAUD-OBRAS e PRAUD-GTL-, houve a saída de um arquitecto, pelo que neste momento, também esta área se encontra carenciada de pessoal.

III - DIVISÃO DE USO DO SOLO E QUALIFICAÇÃO URBANA

1. ENQUADRAMENTO

As competências atribuídas à Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU), abrangem um vasto conjunto de acções, todas elas confluindo para que seja garantida uma adequada gestão urbanística tendo em vista o correcto ordenamento do território.

Esta Divisão está em estreita interligação com as cinco DSR da CCDR Centro, na apreciação dos processos das respectivas áreas de intervenção.

Todos os actos que, por imperativo legal, as autarquias locais, outras entidades da Administração Pública central ou desconcentrada ou os particulares tenham de submeter à apreciação da CCDR Centro, são informados e/ou acompanhados nesta Divisão, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, após uma apreciação prévia efectuada nas respectivas DSR, com excepção do distrito de Coimbra, onde os processos são apreciados unicamente na DSGT/DUSQU. Neste contexto salientam-se:

- § Os pareceres ou aprovações de operações urbanísticas (obras particulares e loteamentos) ou de outras acções que obriguem, nos termos da lei, a consulta à CCDR Centro, como por exemplo:
- Emissão de parecer e/ou certidão de localização de pedidos de autorização de localização da instalação ou de alteração/ampliação de **estabelecimentos industriais** dos tipo 2 e 3.
 - Emissão de parecer e/ou certidão de localização para pedidos de pesquisa/exploração de massas minerais – **pedreiras**.
 - Emissão de parecer sobre pedidos de informação prévia, de licenciamento ou autorização de localização sobre **empreendimentos turísticos**.
 - Emissão de parecer de localização sobre **instalações desportivas de uso público** das categorias tipológicas definidas nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro.
 - Emissão de parecer de localização de instalação e modificação de **estabelecimentos de comércio a retalho** com área ≥ 2000 m², **comércio por grosso em livre serviço** e da instalação de **conjuntos comerciais**.
 - Emissão de parecer prévio de localização referente à instalação ou ampliação de qualquer **exploração de suínos**, ou **entrepósitos comerciais de suínos**.
 - Emissão de parecer sobre **edificações ao longo de estradas**, que não constam do PRN, mas

- que foram classificadas como estradas nacionais em anteriores planos rodoviários.
- Emissão de parecer sobre pedidos de **edificações situadas em Zona de Protecção de Edifício Público**.
 - Emissão de parecer no âmbito de **medidas preventivas**;
 - Emissão de parecer sobre intervenções em áreas abrangidas pela **Reserva Ecológica Nacional (REN)**;
- § Acompanhamento de processos relacionados com **pedidos ou intervenções em solos integrados pela Reserva Agrícola Nacional (RAN)**, na área de jurisdição da Comissão Regional de Reserva Agrícola da Beira Litoral (CRRABL), incluindo:
- A participação em reuniões e emissão de pareceres sobre pedidos de utilização não agrícola de solos abrangidos por RAN, nos termos do regime de excepções do respectivo regime jurídico;
 - A apreciação de pedidos de desafecção da condicionante RAN, no âmbito da elaboração/revisão de PMOTs;
 - A apreciação de diversos processos de contra-ordenação nesta matéria;
- § Pareceres relativos a **desafecções de áreas submetidas ao regime florestal** (tendo por base o Despacho Conjunto, de 15 de Fevereiro de 1991, publicado no Diário da República, II Série, de 6 de Março);
- § Participação em **vistorias de terrenos destinados à instalação/ampliação de cemitérios**, nos termos previstos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44220, de 3 de Março de 1962;
- § Acompanhamento de processos e emissão de pareceres relacionados com **acções de florestação e reflorestação** no âmbito da Reserva Ecológica Nacional e em áreas percorridas por incêndios.
- § Informações e pareceres sobre **reclamações e exposições**;
- § Fiscalização e detecção de violações e infracções de planos, alvarás de loteamento e dos diversos instrumentos de gestão territorial, com actuação concreta dos casos detectados, no âmbito do **Despacho SEAOT n.º 16426/2002** (2.ª série), de 1 de Julho, publicado no Diário da República n.º 170, de 25 de Julho de 2002;
- § Emissão de pareceres sobre a localização de diversas acções, em termos de uso do solo e do ordenamento do território, incluindo as abrangidas por servidões e restrições de utilidade

pública, (infra-estruturas relacionadas com redes eléctricas, gás, saneamento, águas, parques eólicos e subestações respectivas, etc; recintos com diversões aquáticas; unidades de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares; unidades de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, parques de sucata, etc.

Para além das funções acima referidas, esta Divisão centra ainda a sua intervenção em actividades que se prendem, entre outras, com a necessidade de esclarecer questões ligadas à interpretação e aplicação de normas e diplomas legais em vigor, e dar apoio técnico e jurídico aos municípios.

2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Entre os diversos assuntos submetidos à apreciação da DUSQU, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, verifica-se que, no ano de 2004, foram despachados para esta Divisão 971 processos.

Da apreciação dos processos em curso, foram produzidas, ao longo do ano de 2004, cerca de 754 informações sobre a globalidade dos assuntos que são da competência desta Divisão, conforme ilustração do Quadro 2.1.

Por assuntos destacam-se claramente o número de informações prestadas sobre processos relacionados com as indústrias (186). Vêm a seguir as informações relativas a processos de construções destinadas a habitação, comércio, serviços e outras (95), de loteamentos (83), de explorações de massas minerais (pedreiras) (74). Saliente-se ainda o número significativo de informações relativas a acções de florestação/reflorestação (66), de empreendimentos turísticos (60) e de exposições/reclamações (54).

Por temas destacam-se claramente o número de informações prestadas sobre processos relacionados com indústrias e pedreiras (260). Vêm muito mais abaixo as informações relativas a construções (146), logo seguidas das referentes a processos de equipamentos (112). Têm ainda particular destaque as informações referentes a processos de loteamentos (83), acções de florestação/reflorestação (66) e a reclamações/exposições (54).

Quadro 2.1 - Número de informações prestadas sobre processos no ano de 2004

DSGT/DUSQU	Indústrias e pedreiras		Construções				Loteamentos		Equipamentos			Florestação/Reflorestação	Exposições/Reclamações	Vias	Expropriações	Planos	Diversos	Total/distrito
	IND	IPE	CAP	CCC	CHA	CNE	LOT	ALO	EQC	EQT	EQU	RFL	JRE	VIA	XPR	PDM	Outros	
Aveiro	47	9	1	1	8	0	20	0	0	10	2	29	8	0	0	0	2	137
Castelo Branco	23	7	5	0	7	0	3	0	0	10	5	0	6	0	0	2	1	69
Coimbra	32	27	9	1	58	3	38	0	13	15	17	29	28	5	1	1	5	282
Guarda	10	17	5	0	3	0	14	0	0	7	3	0	1	0	0	0	0	60
Leiria	52	8	11	6	18	7	1	0	0	11	9	6	7	2	0	0	0	138
Viseu	12	6	0	0	1	2	6	0	1	7	2	2	2	0	3	0	3	47
Geral	10	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	8	21
Total/assuntos	186	74	31	8	95	12	83	0	14	60	38	66	54	7	4	3	19	754
Total/temas	260			146			83			112		66	54	7	4	3	19	754

Durante o ano de 2004 deram entrada ou tiveram movimento na DSGT/DUSQU um total de 971 novos processos relativos a toda a região centro e 277 novos processos referentes aos 17 concelhos que fazem parte do distrito de Coimbra, distribuídos por assuntos e temas, como se apresenta no Quadro 2.2.

Quadro 2.2 – Total de novos processos entrados na DSGT/DUSQU, no ano de 2004

	Indústrias e pedreiras		Construções				Loteamentos		Equipamentos			Florestação/Reflorestação		Exposições/Reclamações			Diversos			Totais
	IND	IPE	CAP	CCC	CHA	CNE	LOT	ALO	EQC	EQT	EQU	RFL	JRE	PMF	PPO	VIA	XPR	DIV		
Total/assuntos (DUSQU)	18	10	7	4	50	10	77	0	3	14	24	24	20	0	0	8	1	7	277	
Total/temas (DUSQU)	28		71				77		41			24		20			16			277
Total/assuntos (DSRs+DUSQU)	124	36	30	11	121	29	265	0	11	52	112	64	67	0	0	23	4	22	971	
Total/temas (DSRs+DUSQU)	160		191				265		175			64		67			49			971

Do quadro acima mencionado podemos concluir, que na área territorial correspondente aos concelhos do distrito de Coimbra, é nos temas relacionados com loteamentos, que mais processos deram entrada nesta Divisão no ano de 2004 (77). Contudo, é oportuno referir que a maior parte destes processos são recebidos para efeitos estatísticos, nos termos do artigo 51.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho. A seguir vem o número de novos processos relativos a pedidos de parecer sobre construções (71). Mostra-se também bastante significativo o número de novos processos relativos a matérias relacionadas com equipamentos (41) e à actividade industrial (indústrias e pedreiras) (28). É ainda relevante o número de novos processos em que foi solicitado o parecer a esta DUSQU de assuntos relacionados com acções de florestação/reflorestação (24), bem como de matérias referentes a exposições/reclamações (20).

É ainda possível observar do quadro acima mencionado, os valores correspondentes ao total de processos que deram entrada ou tiveram movimento nesta Divisão no ano de 2004, referentes a todos os concelhos da região centro. Assim, verifica-se que no tema relacionado com loteamentos que mais processos foram movimentados na DUSQU, com um total de (265). Vem a seguir o número de novos processos relativos a pedidos de parecer sobre construções (191). Mostra-se também bastante

significativo o número de novos processos relacionados com o tema equipamentos (175) e com a actividade industrial (indústrias e pedreiras) (160). É ainda relevante o número de novos processos em que foi solicitado o parecer a esta DUSQU relativamente a exposições/reclamações (67), bem como de assuntos relacionados com o tema florestação/reflorestação (64).

Durante o ano de 2004, foram ainda detectadas algumas irregularidades em alvarás de loteamento e encetadas diversas diligências, nomeadamente com pedidos de esclarecimentos às respectivas Câmaras Municipais, tendo em conta o âmbito do Despacho SEAOT n.º 16426/2002, de 25 de Julho, publicado no Diário da República, II Série.

Em relação aos processos relativos a acções de florestação e reflorestação é de realçar que os pareceres sobre esta matéria não são obrigatórios, nem vinculativos.

3. OUTRAS ACTIVIDADES

Para além das actividades já referidas, importa destacar um conjunto de outras acções, como sejam:

- § A colaboração na avaliação de projectos sujeitos a procedimento de avaliação de impacte ambiental;
- § A realização de diversas reuniões com os requerentes, na área da gestão urbanística (para esclarecimentos quanto à tramitação de processos e para a audição dos interessados, ao abrigo dos artigos 100.º e 102.º do Código de Procedimento Administrativo);
- § A colaboração na emissão de pareceres sobre acções de prospecção e pesquisa de recursos geológicos;
- § Dar apoio à formação profissional de jovens licenciados através da criação de condições para a realização de estágios profissionais a fim de que alguns tivessem a oportunidade de realizar estágios e beneficiassem do necessário acompanhamento técnico-pedagógico, imprescindível à concretização dos seus objectivos de formação específicos. Esta medida, abrange o Arquitecto Pedro Ribeiro Manso Tavares Rodrigues, licenciado em Arquitectura pela Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra (ARCA-ETAC);
- § Promover, realizar e/ou participar em reuniões/contactos com diversas unidades orgânicas da CCDDR Centro, nomeadamente com a DSGA, DAA, DL, DDH, DSLCNI, DIE, DSR's, DRAL, DAJ, etc., de forma a obter esclarecimentos, acertar procedimentos e esclarecer eventuais dúvidas relacionadas com assuntos que são do âmbito das competências atribuídas a esta Divisão;

§ Elaborar, actualizar e/ou reformular os formulários ou modelos de requerimento, tendo em conta a legislação aplicável, com a devida divulgação às DSR's.

§ Por último, e não menos importante, realçam-se as 6 reuniões de trabalho realizadas nas sedes de distrito durante os meses de Novembro e Dezembro, com vista a intensificar as interligações entre a CCDD Centro e as 78 câmaras municipais da região centro, melhorar os procedimentos e dar a conhecer ou relembrar as matérias de competências conjuntas, com o propósito final de melhorar a eficácia e eficiência da administração pública.

IV - GESTÃO DO PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

1 – ENQUADRAMENTO

Este programa é acompanhado pela DFLCT, tendo sido efectuado o atendimento das Entidades Peticionárias, a elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas, a análise e elaboração de pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, a elaboração de pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados no âmbito do Subprograma 1 do Programa Equipamentos.

2 - OBRAS EM CURSO

Do quadro seguinte constam as obras inscritas no PIDDAC da DGOTDU para o ano de 2004.

Ano de 2004 DGOTDU Subprograma 1			Taxa média de comparticipação
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
6	€2 972 490.00	€1 777 954.00	60%

3 - CANDIDATURAS

Dos quadros seguintes constam as candidaturas que, ao abrigo do disposto no Despacho nº 7187/2003 de 11 de Abril, foram apresentadas durante o ano de 2004.

Ano 2004	DGOTDU			Taxa de participação
	Subprograma 1			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
1º trimestre	3	1.163.754,00 €	814.627,00 €	70%
2º trimestre				
3º trimestre	6	2.309.130,00 €	1.615.394,00 €	70%
4º trimestre	3	2.780.820,00 €	1.815.716,00 €	65%
Total	12	6.253.704,00 €	4.245.737,00 €	68%

4 - REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Face ao enorme esforço desenvolvido na tarefa de reforçar o acompanhamento físico e financeiro das obras, no ano de 2004 alcançou-se um nível de realização financeira do PIDDAC atribuído à CCDR Centro para o Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva, de cerca de 100 %.

APOIO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SUBREGIONAL

DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Dirigente: Maria José Leal Castanheira Neves

Funções:

Compete apoiar as autarquias locais, designadamente, nos domínios jurídico, económico, financeiro, técnico, dos recursos humanos e da formação e modernização administrativa autárquica e dos equipamentos associativo e religioso.

⇒ Recursos Humanos:

A DRAL, de acordo com a lei orgânica em vigor, integra as seguintes divisões:

- Divisão de Modernização Administrativa e Formação;
- Divisão de Apoio Jurídico;
- Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica;

⇒ Actividades desenvolvidas no domínio das funções da DRAL em 2004:

- Elaboração de 279 pareceres jurídicos e 105 informações jurídicas no âmbito do direito administrativo autárquico;
- Elaboração de contestações no domínio do contencioso administrativo, sendo recorrido o Gestor do PO Centro;
- Elaboração de pareceres jurídicos a solicitação do Gestor do PO Centro;
- Assessoria jurídica à Direcção de Serviços de Gestão Territorial, com especial incidência na assessoria a processos da Divisão do Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU) e da Divisão de Ordenamento Territorial (DOT)
- Acompanhamento jurídico a 80 instrumentos de gestão territorial e elaboração de 40

informações jurídicas a regulamentos destes instrumentos, maxime, regulamentos de planos municipais de ordenamento do território;

- Elaboração de pareceres sobre propostas legislativas ;
- Participação em grupos de trabalho para elaboração de propostas de diplomas legais;
- Prestação de apoio jurídico aos serviços da ex- CCR e aos serviços e da ex-DRAOT (Direcção de Serviços de Gestão Territorial);
- Reclassificação e reconversão de pessoal autárquico;
- Apreciação de candidaturas aos protocolos de modernização administrativa e respectivo acompanhamento físico e financeiro;
- Análise técnico-pedagógica às candidaturas ao programa Foral apresentadas (medida 1.6 do eixo I do PO Centro);
- Elaboração de pareceres às candidaturas a contratos-programa e posterior acompanhamento financeiro;
- Análise de propostas de candidatura e acompanhamento financeiro do programa de construção e reparação das sedes de juntas de freguesia;
- Análise dos orçamentos e documentos de prestação de contas dos 78 municípios da área de intervenção da CCR;
- Elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas em 2004, no âmbito dos equipamentos de utilização colectiva, respectivo acompanhamento físico e financeiro;
- Elaboração de pareceres no âmbito do programa de apoio às bibliotecas municipais;
- Análise e parecer sobre o interesse regional das propostas de intervenção na nossa área de intervenção da Engenharia militar;

Grupos de Trabalho em que participei:

Participação nas unidades de gestão da medida 1.6 do Eixo I do PO Centro

Actividades da DRAL

As actividades primordiais da Direcção Regional da Administração Local relacionam-se com o **apoio às autarquias locais** (municípios e freguesias), **aos Serviços da própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e apoio jurídico ao Programa Operacional do Centro.**

As actividades da D.R.A.L. consubstanciam-se, basicamente, nos seguintes temas, tendo cada um deles objectivos específicos a atingir, que iremos de seguida enunciar:

I. Apoio Jurídico às autarquias locais

A) O **apoio jurídico** que esta Direcção de Serviços presta às **autarquias locais** tem, essencialmente, dois objectivos e que são o colmatar de carências técnicas existentes (ainda hoje) em muitos quadros de pessoal de autarquias, *maxime* a nível das freguesias, e o possibilitar “recursos de mérito”

relativamente a soluções técnicas encontradas a nível local e sobre as quais os órgãos autárquicos, por uma questão de segurança, procuram “confirmar” ou “certificar” junto de nós.

Em 2004 foram elaborados **279 pareceres jurídicos e 105 informações jurídicas** sobre, basicamente, os seguintes temas:

- Estatuto dos Eleitos Locais;
- Atribuições e competências dos órgãos autárquicos;
- Funcionamento dos órgãos autárquicos;
- Áreas Metropolitanas e comunidades intermunicipais de direito público;
- Impedimentos, incompatibilidades e inelegibilidades;
- Regime jurídico do pessoal autárquico: carreiras e categorias, concursos, faltas, férias e licenças, horário de trabalho, estatuto do pessoal dirigente, estatuto disciplinar, etc;
- Reclassificação e reconversão;
- Empreitadas de obras públicas;
- Fomecimento de bens e serviços;
- Regulamentos municipais;
- Taxas;
- Urbanização e edificação;
- Instrumentos de gestão territorial;
- Servidões e restrições de utilidade pública;
- Expropriações por utilidade pública;
- Licenciamento de actividades;
- Transferência de competências do Estado para as autarquias locais;

II- Contencioso Administrativo no âmbito do Programa Operacional

Elaboração de peças jurídicas no âmbito do contencioso administrativo em matérias do Programa Operacional do Centro.

III - Apoio jurídico ao PO Centro

Apoio jurídico no âmbito do acompanhamento e controlo de candidaturas ao Programa Operacional do Centro;

IV - Apoio jurídico à Direcção de Serviços de Gestão Territorial (ex- DRAOT Centro)

Assessoria jurídica à elaboração de pareceres relativos a operações urbanísticas que, nos termos da lei, careçam de parecer da CCDR;

Apoio jurídico na verificação da conformidade das operações urbanísticas com os instrumentos de gestão territorial;

Análise e informação jurídica sobre os regulamentos planos municipais, intermunicipais, especiais de ordenamento do território; **Neste âmbito, efectuou-se o acompanhamento jurídico a 80 instrumentos de gestão territorial e elaboraram-se 40 informações jurídicas a regulamentos destes instrumentos;**

Análise e informação das propostas de alteração/revisão/suspensão dos PMOT;

Análise e informação das propostas de estabelecimento de medidas preventivas;

Apoio jurídico na elaboração de pareceres emitidos pela Divisão de Ordenamento Territorial (DOT), relacionados com a interpretação de disposições regulamentares dos planos em vigor;

Apoio jurídico aos Gabinetes de Apoio Técnico Local (GTL);

V- Cooperação Técnica e Financeira (Contratos –Programa e PMA)

No âmbito da **cooperação técnica e financeira** os serviços da DRAL colaboram na gestão de programas de cooperação técnica e financeira, designadamente nos **contratos-programa e protocolos de modernização administrativa (PMA)**.

No que respeita aos primeiros, instruem, elaboram pareceres às candidaturas a contratos-programa e efectuam o acompanhamento financeiro da sua execução.

Em 2003 elaboraram-se **97 pareceres a novas candidaturas de municípios a contratos-programa e acompanharam-se 89 que estão em execução.**

Ainda neste âmbito da cooperação técnica e financeira, analisaram-se propostas de candidaturas a financiamento de sedes de Juntas de Freguesia, no âmbito do despacho normativo n.º 29-B/2001, de 6/07, e acompanharam-se financeiramente os contratos em execução.

Quanto aos PMA, que se destinam a fomentar a qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços públicos locais, analisam-se as candidaturas à celebração dos protocolos para a Modernização Administrativa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000, publicada no Diário da República, n.º185 de 2001/08/10) e o respectivo acompanhamento, físico e financeiro.

Em 2003 foram apreciadas 211 novas candidaturas de Juntas de Freguesia, cuja execução decorrerá durante 2003 e 2004.

Durante 2004 acompanhou-se a execução de 510 PMA (64 de municípios e 426 de freguesias);

V- Programas de financiamento de equipamentos locais

Este programa é acompanhado pela DFLCT, e consiste na elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas, análise e elaboração de pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, elaboração de pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados (Subprograma 1), acompanhamento físico e financeiro das obras (Subprogramas 1 e 2), de acordo com o despacho n.º 7187/2003, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Podem-se candidatar a este programa as instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos, oficialmente constituídas há mais de dois anos, as instituições particulares de solidariedade social e, ao subprograma 2, para além das instituições já referidas, as freguesias e as associações de freguesias.

Este programa tem como objectivo a construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos urbanos de utilização colectiva, incluindo os equipamentos religiosos.

Durante 2004 foram apresentadas **12 candidaturas** ao Subprograma I (DGAL) e **362 candidaturas** ao Subprograma II (DGAL).

Durante 2004 acompanharam-se 7 obras do Subprograma I (DGAL) e 70 obras do Subprograma II.

FSUE (Fundo de Solidariedade da União Europeia)

A União Europeia concedeu uma subvenção, através do Fundo de Solidariedade da União Europeia, para atenuar os prejuízos causados pelos incêndios ocorridos no Verão de 2003.

Na área de intervenção da CCDR Centro, apreciaram-se 340 candidaturas a este Fundo, sendo 304 consideradas elegíveis e correspondendo a obras no valor de €16.187.333,57 , dos quais foram executados €14.835.393,54, ou seja 92% do montante considerado elegível.

VI - Bibliotecas Municipais

No Programa de Apoio à Construção de Bibliotecas Municipais, compete-nos efectuar a análise e elaborar pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento bem como sobre pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados, tendo ainda sido feito o acompanhamento físico e financeiro das obras.

VII - Apoio Técnico da Engenharia Militar

Neste âmbito compete-nos analisar e elaborar pareceres sobre o interesse regional das propostas de intervenção, prestar colaboração na elaboração das propostas dos Planos Anuais de Actividade bem como nas propostas dos Planos Plurianuais de Actividade, e efectuar o acompanhamento físico das obras, tarefas que foram concretizadas em 2004.

VIII - Colaboração com a DGAL

A DRAL (DFLCT e DMAF) durante 2004 , exerceu algumas actividades em estreita colaboração com a D.G.A.L.

Para esse efeito analisaram-se os 78 orçamentos e documentos de prestação de contas dos Municípios da área de intervenção da CCDR, os 78 documentos sobre transportes escolares dos mesmos Municípios , e Balanço Social).

IX – Formação

No âmbito da formação as competências que nos estão cometidas são as seguintes:

- Promover a inventariação das carências de formação do pessoal da administração local autárquica, o intercâmbio de ofertas existentes no mercado e a constituição de bolsas de formadores nas áreas tidas como prioritárias;
- Apoiar e avaliar acções de formação;
- Conceber, realizar e apoiar programas de informação, de sensibilização e de formação de pessoal da administração local autárquica e dos eleitos locais, designadamente em termos de concepção, organização, candidaturas a financiamentos específicos e acompanhamento;

No entanto, dada a existência do Programa Foral, incluído na medida 1.6, eixo I, do Programa Operacional do Centro, considerou-se que as iniciativas a nível da formação autárquica deveriam ser aí enquadradas, não fazendo sentido dispersar esforços quando existe um programa apenas para formação autárquica com importantes contributos financeiros.

O contributo da DRAL, através do Foral consubstancia-se essencialmente na análise técnico-pedagógica de todas as candidaturas a este Programa.

DIVISÃO de APOIO JURÍDICO

Dirigente: Maria Margarida Teixeira Bento

Funções:

O conteúdo funcional desta divisão consubstancia-se em:

- a) Prestar apoio técnico-jurídico à administração local autárquica, através da elaboração de informações e pareceres, bem como pela participação em reuniões e acções que visem o esclarecimento de matérias relacionadas com a interpretação e aplicação do quadro legal;
- b) Promover a elaboração de estudos e guias práticos que auxiliem as autarquias locais na aplicação dos respectivos normativos jurídicos;
- c) Desenvolver estudos específicos de análise jurídica, tendo em vista contribuir para uma clarificação de processos inerentes à transferência de novas competências para as autarquias e reforço da descentralização;
- d) Elaborar estudos e análises relativos às temáticas da administração local autárquica, bem como realizar estudos comparados de administração local, tendo em conta particularmente o espaço europeu e os contornos regionais do país, designadamente no que respeita a mecanismos de reforço da descentralização ou da cooperação intermunicipal;

- e) Avaliar a evolução do quadro legal e colaborar na elaboração de propostas de medidas e projectos legislativos relativos às temáticas da administração local autárquica;
- f) Promover o esclarecimento de particulares relativamente a assuntos em que sejam parte interessada, independentemente de os processos se encontrarem na DRAL para parecer;
- g) Promover o intercâmbio de informação jurídica com os serviços centrais, os GAT e as entidades autárquicas, através da criação de bases de dados e outros suportes adequados;
- h) Apoiar os GAT em matérias jurídicas.

⇒ Recursos Humanos

Afectos em 2004:

- Dr^a Maria Margarida Teixeira Bento – chefe de divisão
- Dr José Manuel Martins Lima – técnico superior assessor
- Dr^a Joana Janeiro da Costa – técnica superior de 1^a classe
- Dr^a Elisabete Maria Viegas Frutuoso – técnica superior contratada no âmbito do PO
- Dr António Ramos – técnico superior do quadro da DRAOT

Enquadramento:

1- destinatários:

1.1.-A Divisão de Apoio Jurídico (DAJ) tem como atribuição específica prestar apoio técnico- jurídico à administração local, tendo assim como principais destinatários, os 78 municípios, as 1111 freguesias da área de intervenção da CCDR, as várias associações de municípios e as empresas públicas em que as autarquias têm participação.

Inclui-se igualmente no conteúdo funcional da Divisão o esclarecimento de particulares sobre o enquadramento legal relativamente a assuntos em que sejam parte interessada.

1.2.- Apesar das funções que nos estão adstritas se dirigirem essencialmente à administração local autárquica, esta divisão presta o necessário apoio jurídico aos serviços e órgãos da CCDR, destacando-se, por exigirem um acompanhamento permanente, a Divisão de Ordenamento Territorial e a Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana, incluídas na Direcção de Serviços de Gestão Territorial.

1.3.- A DAJ presta também assessoria jurídica no âmbito do Plano Operacional Regional do Centro, quer ao nível geral do apoio ao acompanhamento e controlo das candidaturas quer

assegurando o contencioso emergente do P.O.

1.4.- No âmbito da colaboração com organismos da Administração Central a DAJ colabora, quando solicitada, na elaboração ou análise de propostas de medidas legislativas. Na vertente da coordenação, esta divisão participa, com as restantes CCDR , a Direcção Geral da Administração Local e outras entidades da administração central, em reuniões de coordenação tendo em vista a uniformização interpretativa do quadro legal. O Ministério Público tem igualmente solicitado a colaboração de técnicos da DAJ para a realização de perícias a procedimentos administrativos desenvolvidos por autarquias locais.

2- Tarefas e metodologia de actuação:

Para além da emissão de pareceres e informações escritas, grande parte da actividade da DAJ desenvolve-se de forma desburocratizada, através de reuniões informais e de um atendimento telefónico constante. Tal metodologia confere maior eficiência aos serviços, já que permite satisfazer, em tempo útil, um maior número de solicitações.

Em linhas gerais, as tarefas da DAJ são as seguintes:

a) No apoio técnico à administração local:

- Elaboração de pareceres e informações escritas em todas as áreas relevantes para a actividade autárquica, designadamente as seguintes:

-Pessoal (carreiras, concursos, vencimentos, estatuto do pessoal dirigente, faltas, férias, estatuto disciplinar, etc);

-Empreitadas de obras públicas;

-Contratação pública com a aquisição de bens e serviços;

-Urbanização e edificação;

-Instrumentos de gestão territorial;

- Licenciamento de actividades;

-Estatuto dos eleitos locais;

-Atribuições e competências dos órgãos autárquicos;

-Regulamentos e taxas;

-Servidões e restrições de utilidade pública;

-Expropriações de utilidade pública

- Atendimento diário, directo ou telefónico, aos eleitos locais e funcionários autárquicos

abrangendo as matérias acima identificadas;

b) No apoio diário aos serviços da CCDRC:

1- À Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana:

- Assessoria jurídica à elaboração de pareceres ou aprovações relativas a acções ou operações urbanísticas que, nos termos da lei, carecem de consulta à CCDR, designadamente as abrangidas por servidões e restrições de utilidades pública; medidas preventivas; loteamentos; empreendimentos turísticos; recintos de diversões; unidades de armazenagem, valorização ou eliminação de resíduos, parques de sucata; suiniculturas; bem como as relativas a estabelecimentos industriais; exploração de massas minerais; e unidades comerciais de dimensão relevante;
- Apoio à elaboração de pareceres e informações por parte dos serviços e relativas a pedidos ou reclamações formuladas por particulares;
- Apoio na verificação da conformidade das operações urbanísticas de construção e urbanização com os instrumentos de gestão territorial.

2- À Divisão de Ordenamento do Território:

- Análise e informação sobre propostas de regulamentos dos planos municipais (planos directores, planos de urbanização e planos de pormenor), bem como participação em reuniões de acompanhamento à elaboração dos planos que transitam na DOT;
- Análise, informação e participação em reuniões no âmbito da elaboração de outros instrumentos de gestão territorial, designadamente planos especiais e planos sectoriais;
- Análise e informação sobre propostas de suspensão de planos;
- Análise e informação sobre propostas de medidas preventivas;
- Apoio jurídico aos Gabinetes de Apoio Técnico Local;
- Apoio jurídico à elaboração de pareceres emitidos pela DOT, relacionados com a interpretação de disposições regulamentares dos PMOT..

3- Apoio Jurídico ao Plano Operacional Regional do Centro:

- Apoio jurídico no âmbito do acompanhamento e controlo de candidaturas ao Programa Operacional da Região Centro;

4- Colaboração com Organismos da Administração Central:

- Intercâmbio e coordenação de informação jurídica com as restantes CCDR e os serviços centrais;
- Participação e análise de propostas de medidas legislativas;
- Colaboração com outras entidades públicas, nomeadamente através da realização de peritagens a procedimentos administrativos.

3-Indicadores das actividades mais relevantes:

1- No domínio do apoio jurídico às autarquias locais e particulares elaboraram-se 279 pareceres e 105 informações escritas;

Atendimento telefónico permanente;

Reuniões com autarcas e funcionários municipais visando a análise jurídica de processos e a apreciação de procedimentos, em número superior a 80.

2- No âmbito do apoio à Direcção de Serviços de Gestão Territorial efectuou-se um acompanhamento aos técnicos da DUSQU que envolveu, quase sempre, mais do que uma reunião diária. Quanto à DOT, a assessoria da DAJ foi igualmente permanente, sendo de realçar o acompanhamento à elaboração de mais de 80 instrumentos de gestão territorial, de onde resultaram 49 informações escritas relativas à análise dos respectivos regulamentos. Para além disso apreciaram-se múltiplas propostas de medidas preventivas e suspensões de planos.

3- No apoio ao PO, para além das assessoria no âmbito do acompanhamento às candidaturas, colaborou-se na elaboração de programas de concurso e cadernos de encargos, além da participação em juris de concursos de aquisição de serviços

4- Grupos de Trabalho:

Grupo de trabalho para a verificação do cumprimento dos instrumentos de planeamento urbanístico e eventual participação ao SEOT para efeitos de recurso contencioso;

5- Acções de informação e coordenação jurídica:

-Participação bimensal nas reuniões de coordenação jurídica no âmbito da SEAL;

-Participação nas reuniões de coordenação jurídica no âmbito da SEOT;

-Participação nas reuniões de aperfeiçoamento profissional dos Técnicos Municipais (RAP);

- Participação mensal nas reuniões de coordenação jurídica e jurídico/ técnica com os técnicos dos municípios abrangidos pela Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE),

- Participação, juntamente com a DSGT nas Acções de Coordenação Profissional abrangendo todos os municípios da área de intervenção da CCDRC.

DIVISÃO de MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA e FORMAÇÃO

Dirigente: Maria de Lourdes Franquera de Castro e Sousa

Funções:

a) Em matéria relativa à modernização administrativa:

- i)* Colaborar com as entidades da administração local autárquica em tudo o que respeite ao processo de modernização administrativa, procedendo à divulgação e ao intercâmbio de experiências de modernização e de aplicação das novas tecnologias da sociedade de informação, ajustando-as à realidade concreta do universo autárquico;
- ii)* Prestar apoio na definição, criação e desenvolvimento das estruturas orgânicas das autarquias locais, tendo em vista a sua permanente adequação aos objectivos prosseguidos;
- iii)* Aplicar metodologias de análise das estruturas orgânicas e dos procedimentos administrativos típicos da administração local, identificando perspectivas de evolução de desburocratização, bem como apoiar a sua concretização;

- iv)* Efectuar levantamentos e pesquisas em colaboração com as autarquias locais envolvidas e promover a edição de manuais e guias práticos em áreas temáticas, adequados às necessidades das autarquias locais;
 - v)* Proceder à análise e sistematização das políticas sectoriais levadas a cabo pelas autarquias no cumprimento das suas atribuições, bem como a estudos que contribuam para uma clarificação organizativa de processos inerentes à transferência de novas competências, ao reforço de descentralização e à adopção de modelos institucionais alternativos ao dispor das autarquias;
 - vi)* Caracterização dos recursos humanos das Freguesias da Região Centro, autárquico;
 - vii)* Participar em programas institucionais de cooperação internacional relacionados com a administração local, designadamente no âmbito dos países africanos de língua oficial portuguesa e da União Europeia;
- b) Em matéria de formação:
- i)* Promover a inventariação das carências de formação do pessoal da administração local autárquica, o intercâmbio de ofertas existentes no mercado e a constituição de bolsas de formadores nas áreas tidas como prioritárias;
 - ii)* Apoiar e avaliar acções de formação, bem como implementar novas técnicas pedagógicas, que contribuam para conferir maior eficácia aos processos formativos;
 - iii)* Conceber, realizar e apoiar programas de informação, de sensibilização e de formação de pessoal da administração local autárquica e dos eleitos locais, designadamente em termos de concepção, organização, candidaturas a financiamentos específicos e acompanhamento;
 - iv)* Acolher estagiários, ao abrigo de protocolos de colaboração, tendo como objectivo criar condições para uma melhor preparação do pessoal que possa vir a desempenhar funções administrativas locais.
- c) Em matéria de recursos humanos:
- i)* Elaborar estudos de caracterização dos recursos humanos da administração local que permitam o estabelecimento de observatórios regionais e facilitem ensaios e outros tipos de análise;
 - ii)* Desenvolver estudos de investigação e promover a edição de manuais e guias práticos em matérias inerentes à gestão de recursos humanos;
 - iii)* Promover a análise e a descrição dos conteúdos funcionais das carreiras e categorias da administração local;
 - iv)* Apoiar a organização dos quadros de pessoal e prestar esclarecimentos relativos aos processos de recrutamento e selecção de pessoal, a solicitação das entidades autárquicas.

I – Principais actividades desenvolvidas:

*Formação e Apoio à Modernização Administrativa

*Apoio Organizacional

*Apoio Jurídico

*Programa Foral

II – Indicadores de realização

1- Formação e Apoio à Modernização Administrativa

- Análise das **211** candidaturas entradas em 2004, tendo em vista a celebração de **Protocolos de Modernização Administrativa** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000, publicada no Diário da República, n.º185 de 2001/08/10).
- Acompanhamento, físico e financeiro de **510 Protocolos** em curso, 64 de Municípios (2001 e 2002) e 426 de Freguesias (2002 , 2003 e 2004).
- Representou a CCDRC no júri para apreciação das candidaturas ao Concurso de Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica 2004 (Despacho SEAL n.º6480/2004, de 15 de Março), tendo sido atribuído em 2004, o Prémio Nacional de Excelência Autárquica à CM de Valongo, com o projecto "Agência para a Vida Local".

2 - Apoio Organizacional

- a) - Projectos de reorganização de serviços;
- b) - Recrutamento e selecção de pessoal – participação em júris de concursos de pessoal nas Câmaras Municipais e elaboração e correcção de provas de conhecimentos escritas;
- c) - Descrição e análise de conteúdos funcionais, e enviar ao Exmº Sr. SEAL, para efeitos de publicação;
- d) -Balanços Sociais – Tratamento dos balanços sociais das 78 CM da Região Centro e respectivo envio à DGAL;
- e) - Reclassificações e reconversões profissionais

3- Apoio Jurídico

- Emissão de 4 informações e 23 pareceres jurídicos a solicitação das Autarquias Locais, nos seguintes domínios: Eleitos Locais; Atribuições e Competências das Autarquias Locais; Recursos humanos; etc.
- Atendimento directo e telefónico de consultaria jurídica a eleitos locais e funcionários autárquicos;

4- Programa Foral

O Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral) e o respectivo Grupo Coordenador foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 171/2000, de 9 de

Dezembro. Ora, foi precisamente à DRAL das CCDR's, na qual se inclui a presente Divisão, que foi incumbido o papel de divulgação, promoção e prestação de toda a informação deste Programa, efectuando a ligação entre as entidades candidatas e o gestor do Eixo n.º 1, Medida 1.6 do P.O. Centro.

Também a esta Divisão, foi incumbida a análise técnico-pedagógica de todas as candidaturas a este Programa, tendo sido analisadas neste último ano **150** candidaturas, nomeadamente de Municípios, Associações de Municípios, CEFA, Fundações, Sindicatos, Associações Profissionais, Associações de Desenvolvimento, Empresas Privadas com fins lucrativos que envolveram **20 708 Formandos**, em **1 192 acções** (ver quadros anexos).

2004					
TIPO DE ENTIDADE PROMOTORA (Formulário A)	Entradas	Homologadas	Em execução	Executadas	Desistências
a) Municípios	102	81	4	23	1
b) Associações de Municípios	7	3	1	0	0
c) Centro de Estudos e Formação Autárquica	4	4	2	2	0
d) Centro de Formação Protocolar	0	0	0	0	0
e) Comissão Coordenação Região Centro	0	0	0	0	0
f) Fundações	2	0	0	0	0
g) Sindicatos	1	0	0	0	0
h) Associações Profissionais	6	3	0	0	0
i) Associações de Desenvolvimento	4	3	0	1	0
j) Empresas Privadas com Fins Lucrativos	24	12	3	0	1
TOTAL	150	106	10	26	2

ÁREAS FORAL	FORMANDOS						%
	Aprovados			Realizados			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
1	Não preencher (dados insuficientes)		253	25	0	25	9,88%
2			5.287	407	753	1.160	21,94%
3			4.151	166	91	257	6,19%
4			6.933	49	123	172	2,48%
5			3.826	195	259	454	11,87%
6			258	14	12	26	10,08%
SUB-TOTAL			20.708	856	1.238	2.094	10,11%

ÁREAS FORAL	ACÇÕES		
	Aprovadas	Realizadas	%
1	22	2	9,09%
2	439	101	23,01%
3	338	33	9,76%
4	203	13	6,40%
5	169	35	20,71%
6	21	4	19,05%
SUB -TOTAL	1.192	188	15,77%

ÁREAS FORAL	Nº HORAS DE FORMAÇÃO	
	Aprovadas	Realizadas
1	1.040	120
2	21.682	2.897
3	41.839	3.002
4	10.582	692
5	10.313	722
6	1.776	360
SUB -TOTAL	87.232	7.793

ÁREAS FORAL	TIC				FORMAÇÃO AMBIENTAL			
	Aprovadas		Realizadas		Aprovadas		Realizadas	
	N.º FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO
1	0	0	0	0	92	6.168	0	0
2	484	5.964	262	1.572	65	662	17	134
3	659	10.586	21	1.026	429	3.379	13	357
4	15	180	0	0	0	0	0	0
5	3.786	1.273.306	454	8.610	54	270	0	0
6	168	1.764	0	0	0	0	0	0
SUB -TOTAL	5.112	1.291.800	737	11.208	640	10.479	30	491

No seio do então Grupo Coordenador do Foral, agora mais restrito e designado Núcleo de Coordenação e Acompanhamento Estratégico (ver Resolução do Conselho de Ministros n.º146/2002, de 24 de Dezembro) foram criados três subgrupos – o **Grupo de Projecto** (destinou-se a formar e inserir profissionalmente 60 jovens em situação de primeiro emprego, enquanto Agentes de Desenvolvimento da Formação), o **Grupo de Missão** (destinou-se ao planeamento da formação para a Administração Local e o **Grupo de Harmonização de Procedimento** , nos quais representámos a CCDR Centro .Os dois primeiros já terminaram o seu objecto, mantendo-se o último, cujo objecto descreveremos mais adiante.

III – Outras Actividades

- Membro do Fórum da Modernização Administrativa Autárquica, criado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2000, de 30 de Maio.
- Membro do Subgrupo de Formação POCAL, criado por Despacho n.º 22-I/SEALOT/97.

- Representante da CCRC no Júri do Concurso de Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica (Despacho n.º 6480/2004, SEAL, publicado no D.R. II Série de 15/03/2004), destinado a atribuir o Prémio Nacional de Excelência Autárquica e a considerar projectos como Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica

IV – Grupos de Trabalho:

- **Grupo de Harmonização de Procedimentos** – Constituído por todas as CCDR's, e Equipa Técnica do Foral, cujo objecto é a normalização de procedimentos, tendo em vista uniformizar a análise das candidaturas ao Foral, pelos vários Programas Operacionais Regionais. Participamos neste grupo de trabalho com o Dr. Carlos Ferreira, Chefe de Projecto da EAT/FSE.

DIVISÃO DE FINANÇAS LOCAIS E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Chefe de Divisão: Engº Luís Manuel de Azevedo Monteiro

GESTÃO DO PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

Este programa é acompanhado pela DFLCT, tendo sido efectuado o atendimento das Entidades Peticionárias, a elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas, a análise e elaboração de pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, a elaboração de pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados (Subprograma 1), o acompanhamento físico e financeiro das obras (Subprogramas 1 e 2).

Obras em curso

Dos quadros seguintes constam as obras inscritas no PIDDAC da DGAL e da DGOTDU para o ano de 2004.

Ano de 2004	Taxa média de Comparticipação
DGAL	
Subprograma 1	

Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
7	€2 248 192.00	€1 893 825.00	84%

Ano de 2004			Taxa média de participação
DGAL			
Subprograma 2			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
70	€4 385 092.00	€2 997 768.00	68%

Ano de 2004			Taxa média de participação
DGOTDU			
Subprograma 1			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
6	€2 972 490.00	€1 777 954.00	60%

Ano de 2004			Taxa média de participação
DGAL e DGOTDU			
Subprogramas 1 e 2			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
83	€9 605 774.00	€6 669 547.00	69%

Candidaturas

Dos quadros seguintes constam as candidaturas que, ao abrigo do disposto no Despacho nº 7187/2003 de 11 de Abril, foram apresentadas durante o ano de 2004.

Ano 2004	DGOTDU			Taxa média de participação
	Subprograma 1			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
1º trimestre	3	€1 163 754.00	€ 814 627.00	70%
2º trimestre				
3º trimestre	6	€2 309 130.00	€1 615 394.00	70%
4º trimestre	3	€2 780 820.00	€1 815 716.00	65%
Total	12	€6 253 704.00	€4 245 737.00	68%

Ano 2004	DGAL e DGOTDU			Taxa média de participação
	Subprogramas 1 e 2			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
Subprograma 1	24	€12 858 475.00	€8 696 638.00	68%
Subprograma 2	173	€11 142 486.00	€7 645 158.00	69%
Total	197	€24 000 961.00	€16 341 796.00	68%

REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Face ao enorme esforço desenvolvido na tarefa de reforçar o acompanhamento físico e financeiro das obras, no ano de 2004 alcançou-se um nível de realização financeira do PIDDAC atribuído à CCDR Centro para o Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva, de cerca de 100 %.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

No Programa de Apoio à Construção de Bibliotecas Municipais, durante o ano de 2004 a CCDR Centro efectuou o atendimento das Câmaras Municipais em todas as fases dos processos, foi feita a análise e prestados pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, foram elaborados pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados, tendo ainda sido feito o acompanhamento físico e financeiro das obras.

APOIO TÉCNICO DA ENGENHARIA MILITAR

Durante o ano de 2004 foram analisadas e prestados pareceres sobre o interesse regional das propostas de intervenção, foi prestada colaboração na elaboração da proposta do Plano Anual de Actividade, foram feitos os reconhecimentos necessários à preparação das intervenções, tendo sido ainda feito o acompanhamento físico das obras.

CONTRATOS-PROGRAMA

Durante o ano de 2004 foi efectuada a instrução, a elaboração de pareceres às candidaturas apresentadas pelos municípios e associações de municípios e ainda o posterior acompanhamento financeiro dos contratos-programa celebrados. Foi ainda efectuado o tratamento e análise de dados estatísticos em colaboração com a DGAL, e prestado apoio técnico às Autarquias.

Do quadro seguinte constam as obras que se encontravam em execução durante o ano de 2004.

Ano 2004	DGAL			Taxa de comparticipação
	Contratos Programa em execução			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
Vias de comunicação	21	€16 084 111.49	€6 466 558.48	40%
Paços de Concelho	8	€7 075 236.80	€2 682 680.31	38%

Outros Edifícios	12	€8 450 728.39	€4 025 452.20	48%
Requalificação Urbana	38	€27 845 113.79	€10 766 486.84	39%
Infraestruturas Desportivas	10	€11 354 512.74	€3 391 211.42	30%
Total	89	€70 809 703.21	€27 332 389.25	39%

Do quadro seguinte constam as candidaturas que foram apresentadas durante o ano de 2004.

Ano 2004	DGAL	
	Candidaturas apresentadas	
	Nº de candidaturas	Orçamento
Vias de comunicação	28	€ 14 906 400.51
Paços de Concelho	5	€3 571 814.25
Outros Edifícios	14	€8 095 436.02
Requalificação Urbana	40	€34 694 933.26
Infraestruturas Desportivas	10	€9 284 011.39
Total	97	€70 552 595.43

Documentos de Prestação de Contas

Durante o ano de 2004 foi efectuada a análise e o tratamento dos Orçamentos e Contas de Gerência dos 78 municípios da Região centro, nos termos estabelecidos no artigo 44º do D.L. nº341/83, de 21 de Julho.

APOIO TÉCNICO ÀS AUTARQUIAS

Foi prestado apoio técnico às autarquias com a elaboração de informações e pareceres, escritos e orais. Foi prestado apoio no local de trabalho.

TRANSPORTES ESCOLARES

Análise dos processos de despesa apresentados pelas Câmaras, referentes ao ano lectivo 2004/2005, para efeitos de cálculo das participações.

SATAPOCAL

Participação nos trabalhos desenvolvidos no seio do SATAPOCAL.

Acompanhamento das entidades que aplicaram o POCAL.

FREGUESIAS

Análise de propostas de candidaturas.

Acompanhamento financeiro do programa das Sedes de Freguesia.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA

INCÊNDIOS 2003

Para atenuar os prejuízos causados pelos incêndios ocorridos em Portugal durante o Verão de 2003, foi concedida, pela União Europeia, uma Subvenção de € 48.539.000,00 através do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), nos termos do Despacho conjunto nº 94/2004 dos Ministérios das Finanças e da Administração Interna, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 44 de 21 de Fevereiro.

De acordo com o estipulado no despacho, importa referir que todas as candidaturas ao Fundo tiveram que ser apresentadas até 31 de Março de 2004, tendo terminado o prazo para a sua utilização em 2 de Dezembro de 2004.

Apesar do prazo de vigência do Fundo ter sido extremamente curto, já que terminou no dia 2 de Dezembro de 2004, às medidas nº 1 (Restabelecimento imediato do funcionamento das infra-estruturas e equipamentos nos domínios da energia, do abastecimento de água e das águas residuais, das telecomunicações, dos transportes, da saúde e do ensino), nº 3 (Criação imediata de condições de segurança das infra-estruturas de prevenção e medidas de protecção imediata do património cultural), e nº 4 (Limpeza imediata das áreas sinistradas, incluindo zonas naturais), 22 Câmaras Municipais e 11 outras entidades apresentaram cerca de 340 candidaturas. Destas, 304 foram consideradas elegíveis, correspondendo-lhes obras no valor global de € 16.187.333,57, dos quais foram utilizados € 14.835.393,54, ou seja, cerca de 92%.

No quadro seguinte, identificam-se os beneficiários deste Fundo, os valores da despesa elegível de que podiam beneficiar, os valores efectivamente utilizados, e o correspondente saldo que se verificou no final do processo.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA INCÊNDIOS 2003			
BENEFICIÁRIO	DESPESA ELEGÍVEL (DGAL)	PEDIDO	SALDO
CM Aguiar da Beira	€40,425.00	€35,884.80	€4,540.20
CM Almeida	€55,106.57	€55,106.57	€0.00
CM Batalha	€76,072.50	€57,562.76	€18,509.74
CM Castelo Branco	€2,646,642.43	€2,541,872.74	€104,769.69
CM Celorico da Beira	€41,761.74	€40,647.02	€1,114.72
CM Covilhã	€986,679.13	€778,275.46	€208,403.67
CM Figueira de Castelo Rodrigo	€34,500.00	€34,298.00	€202.00
CM Fornos de Algodres	€439,450.00	€439,450.00	€0.00
CM Fundão	€2,658,912.93	€2,658,912.93	€0.00
CM Gouveia	€540,542.11	€532,604.11	€7,938.00
CM Guarda	€226,788.29	€198,085.49	€28,702.80
CM Idanha-a-Nova	€73,905.75	€57,850.14	€16,055.61
CM Mação	€1,710,139.09	€1,655,008.61	€55,130.48
CM Oleiros	€1,540,655.31	€1,180,320.15	€360,335.16
CM Pampilhosa da Serra	€261,829.32	€261,829.32	€0.00
CM Pinhel	€252,875.00	€225,721.61	€27,153.39
CM Porto de Mós	€11,025.00	€11,025.00	€0.00
CM Proença-a-Nova	€878,779.27	€768,628.32	€110,150.95
CM Sertã	€1,578,515.00	€1,568,985.30	€9,529.70
CM Trancoso	€128,915.00	€127,260.00	€1,655.00
CM Vila de Rei	€56,902.59	€51,399.19	€5,503.40
CM Vila Velha de Ródão	€215,289.69	€193,409.69	€21,880.00
A P F A de Proença-a-Nova	€230,775.00	€220,738.13	€10,036.87
Baldios de Cortes do Meio	€10,825.44	€10,825.44	€0.00
DGRF	€281,336.68	€84,873.75	€196,462.93
DRABI	€113,005.63	€113,005.63	€0.00
F I P Oleiros	€81,307.90	€81,307.90	€0.00
ICN - PNSE	€50,000.00	€49,465.15	€534.85
INAG	€611,961.00	€476,892.93	€135,068.07
Junta de Freguesia de Unhais da Serra	€40,585.90	€33,113.40	€7,472.50
PINUS VERDE	€249,632.30	€228,837.00	€20,795.30
Rádio Condestável	€7,197.00	€7,197.00	€0.00
Transumância e Natureza	€55,000.00	€55,000.00	€0.00
TOTAIS	€16,187,338.57	€14,835,393.54	€1,351,945.03

PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UNIDADE DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A criação desta estrutura informal é recente – aconteceu em finais de Novembro de 2004. Neste contexto a actividade desenvolvida no seu âmbito ainda é relativamente reduzida.

De qualquer modo, as actividades exercidas neste quadro podem ser sintetizadas do modo seguinte:

- contributos para a apreciação do PNPOT (leitura dos documentos, elaboração de nota de apreciação crítica);
 - pesquisa de documentos importantes para a problemática do desenvolvimento regional (caso do PRASD);
 - início de elaboração de um estudo analítico da “nova” região Centro, ou seja, integrando as duas NUTS III do Médio Tejo e Oeste;
 - preparação de um contributo inicial para a estratégia de desenvolvimento regional no próximo período de programação (2007-2013).
- Ø Contributo para o PROT-Centro que incidiu sobre o tema “*Articulação entre Instrumentos de Gestão Territorial e Políticas Sectoriais*”
 - Ø Síntese dos contributos sobre a área geográfica da Beira Raiana, no âmbito dos trabalhos do PROT-Centro
 - Ø Organização de missão de trabalho a Tampere (Finlândia);
 - Ø Realização do Seminário de Encerramento do Programa PRAI;
 - Ø Solicitação e acompanhamento de um conjunto de ”Estudos sobre as estratégias e iniciativas de consolidação e dinamização das relações de cooperação entre o tecido empresarial e o Sistema Científico e Tecnológico da Região Centro, visando reforçar a inovação, competitividade e empreendedorismo” aos membros do Grupo que passou a ser designado por G14 (Instituições de Ensino Superior da Região, Centros Tecnológicos da Região e CEC - Conselho Empresarial do Centro).
 - Ø Elaboração do trabalho “A Água no Centro” com vista a contribuir para a preparação do IV QCA.

Trabalhos realizados:

1) Levantamento por concelho da situação actual das áreas industriais da Região Centro (com caracterização da tipologia de áreas industriais públicas, área total, nº lotes, tipo de infraestruturas e condições de ordenamento existentes), incluindo algumas propostas de intervenção para melhorar a oferta regional dos espaços de localização industrial nesta região.

2) Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento Industrial na Região Centro

3) Directório de Contactos de Entidades (nome, morada, tel, fax, email) com interesse directo nas actividades desenvolvidas pela CCDRC, o qual inclui mais de 600 endereços (organizados em 11 temas) com a seguinte tipologia de entidades: Ministérios, Secretarias de Estado, Direcções Gerais, Organismos de Superintendência Ministerial, Governos Cívicos, Serviços Desconcentrados Regionais dos vários Ministérios, Associações de Municípios, ADL, Parques Industriais, Incubadoras de Empresas, Associações Empresariais Sectoriais e Regionais, Cooperativas de Produção, Termas, Regiões de Turismo, Empresas de Sucesso por sector de actividade, Gestores de Programas Operacionais Regionais e Nacionais (QCAIII), Centros Tecnológicos e Centros de IDTI, Instituições do Ensino Superior, Entidades Formadoras, Centros de Gestão Participada, Escolas Profissionais, Parques e Reservas Naturais, Sociedades Polis, Peritos Nacionais e Internacionais, Organismos de Cooperação, Organismos Internacionais, Embaixadas, Câmaras de Comércio e Indústria, Sistemas Multimunicipais de Água e de RSU, Empresas de Água, de Energia e de Resíduos.

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DA COOPERAÇÃO**

0. Nota introdutória

Ao Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação (DPDRC) compete “contribuir para a promoção do desenvolvimento regional, designadamente através da dinamização de iniciativas e projectos integrados de desenvolvimento sócio-económico regional e da promoção de parcerias interregionais orientadas para o desenvolvimento de projectos de cooperação com outras regiões”, segundo a lei orgânica em vigor.

O funcionamento do DPDRC é assegurado pelo Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento (do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento), Dr. Jorge Brandão, que conta com o apoio da Técnica Adelaide Pereira.

Neste contexto, a actividade do DPDRC teve como prioridade a gestão da IC INTERREG IIIA (e particularmente dos subprogramas que envolvem a Região Centro). Procurou-se ainda assegurar uma resposta adequada às restantes áreas de intervenção do DPDRC, nomeadamente no que se refere à participação em redes e projectos de cooperação internacional.

Em projectos de cooperação específicos, foi estabelecida (ou continuada) uma colaboração com técnicos da CCDRC de outras áreas funcionais, que asseguram a vertente técnica da participação da instituição nas actividades dos projectos. Estão neste caso o Dr. Bernardo Campos (PORTA NATURA e CTC BIN-SAL), o Eng. António Relvão (ESPON) e a Eng^a Ana Veneza (EDEA).

1. GESTÃO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

1.1. INTERREG IIIA Portugal/Espanha

Realizou-se no dia 5 de Julho a terceira reunião do **Comité de Acompanhamento**, em Huelva - Espanha. Esta reunião teve como principal tema de agenda a aprovação da reprogramação do programa (a meio percurso), na sequência dos resultados da avaliação intercalar.

Realizaram-se, entretanto, as seguintes reuniões do **Comité de Gestão Conjunto**:

- 25 de Março: validação da lista de candidaturas admitidas à segunda convocatória do programa e definição da respectiva metodologia de instrução e avaliação;
- 23 de Julho: confirmação da decisão dos sub-comités relativamente aos projectos a aprovar no âmbito da segunda convocatória e definição de procedimento de notificação às entidades que lideram os projectos;
- 19 de Outubro: avaliação da situação da execução do programa face ao objectivo de cumprimento da regra n+2.

O DPDRC assegurou a participação nestas reuniões.

O DPDRC assegurou ainda a participação da CCDRC nas reuniões de trabalho que envolvem a Coordenação Nacional do Programa e as CCDR envolvidas no INTERREG IIIA. Estas reuniões têm por objectivo estabelecer consensos sobre regras e procedimentos a aplicar nos diversos subprogramas e apoiar a Coordenação Nacional na definição de estratégias para as negociações com a Coordenação de Espanha. Realizaram-se duas destas reuniões: a 3 de Fevereiro, no Porto, e a 30 de Setembro, em Évora.

1.2. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 3. Centro – Castilla y León

Realizou-se a terceira reunião do **Sub-comité de Gestão** a 19 de Julho, em Almeida. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas na segunda convocatória, no âmbito deste subprograma.

As 36 candidaturas representavam um investimento total de 101,59 MEuros e uma comparticipação FEDER de 76,19 MEuros.

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 16 candidaturas com um custo elegível de 29,53 MEuros e uma ajuda FEDER de 22,14 MEuros (9,91 MEuros referentes a parceiros portugueses e 12,23 MEuros referentes a parceiros espanhóis).

Durante este ano, a presidência do Sub-comité foi da responsabilidade da CCDRC.

Assim, DPDRC, enquanto antena do **Secretariado Técnico** do Subprograma na Região Centro, assegurou as seguintes tarefas:

- organização logística da reunião do Sub-comité de Gestão;
- apoio à presidência do Sub-comité, nomeadamente no que se refere à tramitação das consultas por escrito;
- introdução dos dados das candidaturas na base de dados criada para aplicação do processo de instrução e selecção de candidaturas;
- avaliação das candidaturas segundo os critérios definidos no processo de instrução e selecção de candidaturas;
- consensualização com as antenas de Castilla y León e de Madrid sobre as pontuações a atribuir a cada candidatura;
- preparação da documentação para decisão do Sub-comité de Gestão: Ficha de Instrução e Ficha de Decisão;
- notificação da decisão do Sub-comité de Gestão relativamente às candidaturas em que o Chefe de Fila é da Região Centro;
- preparação do acordo entre Autoridade de Gestão e Chefe de Fila e respectivos anexos para assinatura pelas duas partes;
- divulgação do “Guia de apoio à gestão de projectos” e dos formulários de pedidos de pagamento;
- certificação das despesas dos parceiros portugueses e dos pedidos de pagamento dos projectos com Chefes de Fila da região.

No dia 12 de Novembro realizou-se na Guarda um seminário dirigido aos Chefes de Fila, sobre a gestão de projectos e em particular a formalização de pedidos de pagamento, dada a complexidade de procedimentos do INTERREG IIIA. Este seminário foi organizado pelo DPDRC.

1.3. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 4. Centro - Alentejo - Extremadura

Realizou-se a segunda reunião do **Sub-comité de Gestão** a 14 de Julho, em Monfortinho – Idanha-a-Nova. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas na segunda convocatória no âmbito deste sub-programa.

Das 101 candidaturas a este Sub-programa, 47 envolviam parceiros da Região Centro. Estas representavam um investimento total de 325,09 MEuros e uma comparticipação FEDER de 243,82 MEuros.

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 12 candidaturas com parceiros da Região Centro que representam um custo elegível de 23,69 MEuros e uma ajuda FEDER de 17,76 MEuros (8,32 MEuros de parceiros da Região Centro, 1,50 MEuros de parceiros do Alentejo e 7,94 MEuros de parceiros da Extremadura).

À semelhança do anterior subprograma, enquanto antena do **Secretariado Técnico** na Região Centro, o DPDRC assegurou as mesmas tarefas relacionadas com a instrução e selecção de candidaturas e acompanhamento da sua execução (certificação de despesas e pedidos de pagamento).

Neste ano a CCDRC também presidiu ao Sub-comité deste programa, tendo assegurado as mesmas tarefas relacionadas com o funcionamento deste órgão.

No âmbito deste subprograma realizou-se, em Castelo Branco, no dia 11 de Novembro, um seminário dirigido aos Chefes de Fila para informação sobre os procedimentos relacionados com a gestão dos projectos. Este seminário foi organizado pelo DPDRC.

1.4. INTERREG IIB Sudoeste Europeu

Realizou-se uma reunião do **Comité de Acompanhamento** a 30 de Abril, na Marinha Grande. O principal tema da agenda desta reunião foi a aprovação dos termos de referência para a segunda convocatória que se veio a concretizar durante o ano.

Realizou-se uma reunião do **Comité de Programação** no dia 19 de Dezembro, no Porto, com o objectivo de decidir sobre as candidaturas apresentadas à segunda convocatória do programa.

O DPDRC assegurou a participação nestas reuniões.

2. REDES DE COOPERAÇÃO

2.1. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

2.1.1. Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León

As actividades, durante este ano, resumiram-se a contactos frequentes, através dos GIT, com vista ao intercâmbio de informação entre os parceiros ou ao esclarecimento de questões relacionadas com a cooperação.

Em 19 de Maio realizou-se uma reunião entre a CCDRC e a Junta de Castilla y León, em Coimbra, para preparar a organização do II Plenário da Comunidade de Trabalho Centro – Castilla y León.

2.1.2. Comunidade de Trabalho Região Centro - Extremadura

Tal como na situação anterior, durante este ano não foi concretizada nenhuma acção no âmbito da Comunidade de Trabalho com a Extremadura, uma vez que estamos num ano de execução dos projectos aprovados no Sub-Programa 4 do Interreg IIIA. Neste contexto, os trabalhos limitaram-se ao desenvolvimento de contactos regulares e intercâmbio de informação entre entidades que integram a Comunidade de Trabalho.

2.2. COOPERAÇÃO INTERREGIONAL

2.2.1. Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM)

A CCDRC participou na Assembleia da Comissão do Arco Atlântico, em Bilbao.

O papel do DPDRRC relacionou-se com o acompanhamento das actividades da CRPM.

3. PROJECTOS DE COOPERAÇÃO

3.1. Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Castilla y León

O DPDRRC assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

A actividade do GIT centrou-se na divulgação de informação relevante sobre as duas regiões – Centro e Castilla y León.

3.2. Comunidade Territorial Beira Interior Norte - Salamanca

Durante o ano procurou-se lançar o estudo prospectivo para este território, com a contribuição das Universidades da Beira Interior e de Salamanca. Para tal realizaram-se diversas reuniões com estas instituições com a finalidade de definir o plano de trabalho.

3.3. Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Alentejo – Extremadura

O DPDRRC assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

À semelhança do anterior projecto GIT, a actividade centrou-se na divulgação de informação relevante sobre as regiões Centro e Extremadura.

3.4. Novas Procuras, Novos espaços e Novos Produtos Turísticos para as Zonas Rurais do Sudoeste Europeu

Os Drs. Bernardo Campos e Jorge Brandão acompanham o respectivo dossier.

Na sequência das conclusões do estudo sobre a procura turística na Europa, foram lançados e realizados os estudos da oferta turística em dois territórios piloto na Região Centro: Tejo Internacional e Terras de Sicó.

Foram também realizados os seminários regionais:

- Saint-Flour, entre 16 e 19 de Junho;
- Valladolid, 30 de Junho;
- Conímbriga, 9 de Julho.

A participação da região nos seminários em França e Espanha foi assegurada por técnicos da CCDRC e representantes dos dois territórios piloto. No caso do seminário em França, foi realizada ainda uma visita a um dos territórios piloto (Aubrac).

Foi também acolhida na Região Centro uma delegação francesa de técnicos de turismo tendo sido organizado um programa de visita aos dois territórios piloto Tejo Internacional e Terras de Sicó.

Durante o ano foi ainda iniciado o processo de definição das intervenções a executar nos dois territórios piloto da região, tendo sido realizadas, para isso, diversas reuniões com representantes das instituições que lideram as dinâmicas locais relacionadas com a actividade turística: NATURTEJO e Associação Terras de Sicó.

3.5. Estudo para a elaboração de um esquema de desenvolvimento policêntrico do Espaço Atlântico

A Eng. Ana Veneza acompanha o dossier do projecto.

O DPDRRC colaborou na preparação da candidatura e assegura a gestão administrativa e financeira do projecto.

3.6. The spatial effects and management of natural and technological hazards in general and in relation with climate change

O Eng. António Relvão, a Dra. Teresa Gil e o Dr. Jorge Brandão acompanham o dossier do projecto.

O DPDRRC assegura a gestão administrativa e financeira do projecto.

Durante o ano foram dados contributos para a elaboração do terceiro relatório e do relatório final do projecto.

3.7. Outros projectos

No quadro de novas convocatórias dos diversos programas da IC INTERREG III, foram preparadas novas candidaturas:

- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Castilla y León II (2005), aprovado no INTERREG IIIA – SP3;
- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Alentejo – Extremadura II (2005), aprovado no INTERREG IIIA – SP4;
- PORTA NATURA II, candidato ao INTERREG IIIB Sudoeste Europeu;
- TERRITORIA, aprovado no INTERREG IIIB Sudoeste Europeu.

4. OUTRAS ACTIVIDADES

4.1. Divulgação das convocatórias dos diversos programas INTERREGIII

Para além das convocatórias do programa de cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha, foram divulgadas as convocatórias dos restantes programas que envolvem a Região Centro (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu e Zona Sul da Europa), junto de um vasto leque de entidades (Câmaras Municipais e Associações de Municípios, Administração Central, Associações Empresariais, Associações de Desenvolvimento, entre outros) com vista à participação do maior número possível de entidades da região nestes programas.

DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJECTOS

Dirigente: Rui Miguel Abrantes Martins

Funções:

- a) Apoiar o processo de tomada de decisão sobre projectos em infra-estruturas e equipamentos co-financiados por fundos estruturais;

- b) Apoiar o processo de tomada de decisão sobre projectos co-financiados por fundos estruturais no âmbito de acções integradas de desenvolvimento;
- c) Reunir e sistematizar a informação relativa às intervenções co-financiadas por fundos estruturais na região;
- d) Acompanhar o processo de realização dos registos necessários ao correcto controlo da execução de programas e projectos;
- e) Articular, com os serviços desconcentrados regionalmente, as intervenções respectivas com impacto no desenvolvimento da região;
- f) Incentivar e participar na divulgação dos mecanismos, regras e normas de acesso aos apoios a iniciativas e projectos co-financiados por fundos estruturais comunitários;
- g) Colaborar na proposta de medidas de correcção de eventuais desvios observados entre a programação e a realização de projectos e programas.

Recursos Humanos:

Afectos: 1 (o próprio)

Envolvidos em Tarefas: 1 (o próprio)

Actividades desenvolvidas no domínio das funções, etc.:

- Instrução e apreciação de **17** candidaturas dos agrupamentos de Aveiro e Leiria, no âmbito do Programa Operacional Centro, Eixo I, Medida I.1 a I.4 e I.7 (FEDER), no montante total de **14,9 milhões de euros** de investimento elegível e de **7,7 milhões de euros** de participação FEDER;
- Apresentação dos projectos e presença nas reuniões da Unidades de Gestão do Eixo I – Secção Equipamento, Infra-estruturas e Valorização Territorial, ocorridas em: 01/04/2004, 31/05/2004, 20/07/2004 e 16/11/2004;
- Verificação e processamento de **177** pedidos de pagamento, no montante total de **19,9 milhões de euros** de investimento elegível e de **13,4 milhões de euros** de participação FEDER;
- Execução de **16** reprogramações físicas e financeiras de projectos do Eixo I;
- Organização dos processos de cada projecto, registo dos dados no sistema de informação e a conclusão, até esta data, de **35** projectos;
- Elaboração de **4** informações com vista à actualização e melhoria dos sistemas de informação (SIFEC - módulo FEDER, SIIFSE) de apoio à gestão do PO;
- Colaboração na elaboração do Relatório de Execução de 2003 do PO Centro;
- Como interlocutor do PO para os sistemas de informação de apoio à gestão foram desenvolvidas as seguintes actividades:
 - SIFEC – Módulo FEDER (Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão):
 - Propostos novos utilizadores à DGDR pertencentes às EAT instaladas na CCRC e nas medidas desconcentradas;
 - Elaboração de diversos relatórios de situação do PO;

- Colaboração no apoio ao registo de projectos, pedidos de pagamento e pagamento, bem como a resolução de diversos problemas surgidos;
- Elaboração de diversas propostas e sugestões à DGDR para a introdução de alterações no sistema de informação e correcções de erros;
- Distribuição da tabela de indicadores físicos dos projectos pelos utilizadores, recolha e inserção da informação no sistema de informação relativamente à data de 30/06/2004, no eixo I e parte do eixo II;
- Alterações de NIPC e designação dos executores propostas à DGDR, em 07/05/2004.
- SIIFSE (Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu):
 - Colaboração no processo de contratação da *Accenture* para as adaptações do sistema de informação às especificidades e integração das restantes medidas FSE do PO;
 - Colaboração na definição de perfis e atribuição de utilizadores no SIIFSE – medida 3.2 – Educação: ensino profissional.
- Relativamente aos restantes sistemas de informação de apoio à gestão do PO para os fundos FEOGA-O e IFOP – SIADRU (Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural) e SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) – foram estabelecidos alguns contactos com vista à ligação, em breve, entre a CCDRC e as autoridades responsáveis pela sua implementação.

Grupos de Trabalho:

- Grupo de Trabalho Temático Sociedade da Informação (criado ao abrigo do n.º 1, do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril);

Ações de Formação:

Participações em seminários, colóquios, etc.:

- “Rotas Culturais e Perspectivas de Desenvolvimento” (CCDRC – Coimbra, 29 de Outubro);
- “Inovação: perspectivar o contributo das regiões” (CCDRC – Coimbra, 17 de Dezembro).

Divisão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais

I _ Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território

A – Trabalhos preliminares para um Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT)

No âmbito dos trabalhos preparatórios para a elaboração de um eventual Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) conduzidos pelo Sr. Vice-Presidente Prof. Artur da Rosa Pires foi desenvolvida a seguinte actividade:

- Apoio à organização das sessões de trabalho internas sobre o desenvolvimento dos trabalhos
- Elaboração dos seguintes documentos:
- “Padrões de Povoamento, Equipamentos e Opções de Desenvolvimento” para as seguintes áreas de trabalho: Dão Lafões, Beira Raia, Centro Litoral e Pinhal
- Relato sobre o tema “ Padrões de Povoamento, Equipamento e Opções de Investimento” incidindo sobre toda a região e fazendo síntese dos contributos de vários técnicos da CCDR

B_ Acompanhamento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

No âmbito da participação da CCDRC, representada Sr. Vice-Presidente Prof. Artur da Rosa Pires, no Sistema de Pontos Focais de acompanhamento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi desenvolvida a seguinte actividade:

- Elaboração de pareceres parcelares
- Elaboração de uma proposta de estratégia de análise interna do PNPOT
- Elaboração com a DRAL de um parecer sobre a metodologia de elaboração do parecer final do PNPOT no âmbito do Sistema de Pontos focais
- Elaboração da síntese que constitui o parecer da CCDRC sobre o PNPOT

C- Diversos

- Elaboração (em colaboração) de caderno de encargos e programa de concurso para a elaboração de um estudo “Estudo de Valorização Estratégica do Sistema Logístico, de Transportes e de Mobilidades – Perspectiva Económica Regional”.
- _ Colaboração na actualização do estudo sobre a Abertura da Base Aérea de Monte Real à Aviação Civil (Rede Urbana)

II_ Cooperação

D - Acompanhamento do Projecto SDEA/INTERREGIIB – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico

Neste âmbito desenvolveu a seguinte actividade:

- _ Participação em duas reuniões do respectivo Comité de Pilotagem (CP):
 - 2ª Reunião do Comité de Pilotagem - Madrid, 26 de Fevereiro de 2004
 - 3ª Reunião do Comité de Pilotagem - Bilbao, 24 de Junho de 2004
- _ Elaboração dos seguintes documentos:
 - Relatório sobre a reunião de 26 de Fevereiro
 - Elaboração de parecer sobre o segundo relatório do projecto, apresentado pelo perito português, “Ensaio sobre a definição do sistema urbano português”
- _ Realização dos seguintes eventos:
 - Reunião interCCDR sobre o documento “Ensaio sobre a definição do sistema urbano português”- CCDRC, 25 de Maio de 2004
 - 1º Ateliê Nacional do projecto – CCDRC, 19 de Novembro de 2004

E - Representação no Grupo de Transportes do Arco Atlântico

Neste âmbito desenvolveu a seguinte actividade:

- Deslocação à Reunião do Grupo de Transportes do Arco Atlântico - Gloucester, 8 de Novembro de 2004
- Elaboração de Relatório sobre esta deslocação (em colaboração)
- Elaboração de Relatório sobre a participação e representação da CCDR no GT de Transportes do Arco atlântico (incluído no documento elaborado com o Dr. Jorge Brandão sobre a CRPM)

F _ Diversos

- Elaboração com o Dr. Jorge Brandão de parecer sobre a participação da CCDRC na CRPM
- Elaboração de informação sobre o INTERREG IIIB
- Participação na elaboração de relatório sobre a deslocação a Cardiff , Novembro de 2004

III_ URBCOM

Acompanhamento e gestão da vertente municipal do URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial que no Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) financia investimentos urbanísticos em áreas comerciais.

Deste modo, foram acompanhados do ponto de vista físico, financeiro e documental 18 projectos na área de intervenção da CCDRCentro, envolvendo um investimento elegível de 9 808 968,52€ e o incentivo de 4 905 778,52€. Sete projectos estão, entretanto, encerrados ou em fase de encerramento. Foram ainda efectuadas 5 reprogramações no valor de 868 667€ tendo –se participado nas unidades de gestão do PRIME/URBCOM.

IV - Participação em Conferencias, Seminários e outros

Conferência Internacional “Uma Nova geografia para a Europa – Policentrismo, Coesão Territorial e Desenvolvimento”, Lisboa, 23 de Janeiro de 2004

VI Encontro Nacional de Planeadores do Território- O Estado da Nação, Novas Propostas Aveiro, 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2004

V - Grupos de Trabalho ou representações

- Comissão de Acompanhamento do Plano Director Regional da Saúde;
- Subcomissão Regional do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação;
- Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional;
- Conselho Consultivo do Centro de Formação Profissional de Aveiro;
- Projecto “SDEA- Estudo para a elaboração do Esquema de Desenvolvimento Policêntrico do Arco Atlântico”;
- Grupo de Trabalho de Transportes do Arco Atlântico.

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL, DE RECURSOS HUMANOS E APROVISIONAMENTOS

Administradora: Maria Isabel Azevedo (ex-CCRC)

Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial: Inácia Moura (ex-CCRC)

Chefe de Divisão de Recursos Humanos: Maria João Monteiro (ex-CCRC)

Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos: Maria Isabel Forjaz (ex- DRAOT)

Nota Introdutória

Enquadramento

O Decreto-Lei nº 104/2003, de 23 de Maio de 2003, criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e extinguiu as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT).

Embora a configuração do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, não tivesse sido previamente definida, por falta de publicação da lei orgânica, esta continuou a seguir a configuração já delineada na publicação do Decreto-Lei nº494/79, de 21 de Dezembro, na versão do Decreto-Lei nº 227/2001, de 17 de Abril (CCR), abandonando de vez a configuração delineada pelo Decreto-Lei nº 127/2001, de 17 de Abril (DRAOT).

Objectivos e Estratégias

A actividade da CCDR Centro no ano de 2004 teve como ponto principal a fusão dos serviços da Ex-DRAOT e Ex-CCR Centro.

Os objectivos relevantes pautaram-se por manter em tempo útil respostas às inúmeras solicitações, resultantes da fusão dos serviços, havendo necessidade de implementar um controle contabilístico rápido e eficaz que pudesse responder de imediato às várias solicitações.

Deste modo tentou-se:

- Implementar mecanismos conducentes a um maior rigor orçamental;

- Dar continuidade e aperfeiçoar a nova aplicação informática que permitisse a ligação aos módulos das várias áreas administrativas nomeadamente os recursos humanos, contabilidade e aprovisionamento.

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Actividades Desenvolvidas

A – Projectos Implementados

1 - Foi aperfeiçoada a aplicação informática GIAF adquirida à CPC na área de gestão financeira, com capacidade para gerir a contabilidade orçamental desagregada por centros de responsabilidade, sub-centros e centros de custo, relativamente ao orçamento de funcionamento do PIDDAC e financiamento comunitário.

2 – Iniciou-se a implementação do módulo informático de receita própria, resultante das multas e outras penalidades com vista a uma desagregação dos respectivos montantes pelas várias entidades que a eles têm direito de modo a permitir a disponibilização imediata do montante que cabe à CCDR Centro.

B – Acções Desenvolvidas

1 – Secção de Contabilidade, Orçamento e Contas

- Elaboração do orçamento ordinário, alterações orçamentais e respectivos balancetes mensais;
- Elaboração de relatórios e mapas de controlo da execução orçamental da CCDR Centro e dos Programas inscritos em PIDDAC;
- Elaboração das requisições mensais de fundos do orçamento de funcionamento de cada um dos Programas de PIDDAC geridos pela CCDR Centro a remeter à 7ª e 14ª Delegação da Contabilidade Pública;
- Acompanhamento mensal da situação contabilística e financeira dos GAT's (16) e dos serviços desconcentrados (Divisões Sub-Regionais instalados nas Capitais de Distrito da Região), através de documentos de despesa, balancetes mensais, folhas de cofre, com vista à reposição do fundo de maneiio;

- Elaboração dos dossiers tendo por base a recolha dos documentos de despesa para imputação dos diversos projectos com contrapartida comunitária tais como:
 - Assistência Técnica ao PORC-III QCA
 - Interreg
 - PRAI Centro
- Controle contabilístico e financeiro das verbas do PIDDAC respeitantes às seguintes medidas:
 - Acesso e Disponibilização de Conteúdos Úteis e Atractivos –CCDRC-MCOTA -1 projecto;
 - Racionalização das Infra-estruturas Informáticas de Comunicação e Segurança -CCDRC-MCOTA – 1 projecto;
 - Qualificação de Recursos Humanos – 1 projecto;
 - Instalação da CCDRC e GAT's - 1 projecto;
 - Requalificação e Desenvolvimento Urbano – 1 projecto;
 - Acesso à Informação Educação Ambiental e Participação dos Cidadãos -2 projectos;
 - Gestão e Ordenamento das Bacias Hidrográficas – 1 projecto;
 - Planos das Bacias Hidrográficas do Mondego, Vouga e Liz – 1 projecto;
 - Caracterização e Monitorização Ambiental – 14 projectos;
 - Desenvolver em todo o Território Nacional Acções Específicas de Conservação e Gestão de Espécies e Habitats – 1 projecto;
 - Promover a Integração da Política de Conservação da Natureza e do Princípio da Utilização Sustentável dos Rec. Biológicos – 1 projecto;
 - Assegurar a Informação, Sensibilização e Participação do Público, bem como Mobilizar e Incentivar a Sociedade Civil – 1 projecto;
 - Promover a Requalificação Urbana e Ambiental - 1 projecto;
 - Promover a Requalificação de Praias e Sistemas Dunares, a Defesa Costeira e Zonas de Risco – 1 projecto;
 - Promover a Integração das Acções do Litoral – 1 projecto;
 - Estratégias de Promoção e Inovação Regional – CCDRC – 3 projectos;
 - Desenvolvimento do Potencial Endógeno – CCDRC – 3 projectos;
 - Acções de Colaboração e Integração Transnacional – 1 projecto;
 - Gestão, Acompanhamento e Controlo de Fundos Comunitários – 1 projecto;
 - Assistência Técnica-Centro-QCAIII/Ação Integrada para a Qual. e Competividades das Cidades e Medida Ambiente – 1 projecto.
- Elaboração e organização de toda a documentação respeitante à receita e despesa para apresentação e apreciação das reuniões do Conselho Administrativo da CCDR Centro;

- Elaboração e organização da Conta Anual de Gerência do ano em curso com preparação dos elementos necessários à elaboração do respectivo relatório, a apresentar ao Tribunal de Contas.

2 – Secção de Logística e Património

Os serviços de aprovisionamento dos organismos da Administração Pública têm cada vez maior importância no cumprimento das políticas delineadas com o objectivo de maior eficiência, eficácia e economia para a excelência da gestão pública.

Todo o trabalho no sector de Logística e Património deve estar alicerçado num sistema de controlo interno que permita, por um lado a salvaguarda dos activos do organismo e por outro lado o afastamento do erro e falha. Assim, a secção de Logística e Património, tentou dar resposta implementando os seguintes procedimentos:

- Organização dos procedimentos dos concursos de avaliação e análise das restantes despesas sua justificação e cabimento prévio;
- Aquisições, recepção de material e a gestão do armazém (com entrega de materiais mediante a apresentação de requisição interna.

(Durante o ano de 2004 não foi possível a aquisição de um programa informático para o Controlo da Gestão de Stocks, o qual se espera venha a ter a sua implementação logo no início de 2005);

- Assegurar a gestão das instalações afectas à CCDR Centro zelando pela sua conservação e manutenção;
- Assegurar a gestão do parque automóvel afecto à CCDR Centro (será de não esquecer que com a fusão dos serviços, o parque automóvel aumentou consideravelmente encontrando-se grande número de viaturas em avançado estado de degradação devido ao número de quilómetros percorridos);
- Manter actualizada a base de dados relativa às viaturas;

Uma das competências de importância primordial deste sector é a análise e avaliação da razoabilidade dos pedidos de despesa efectuados pelos vários serviços, tendo por objectivo a sua satisfação de acordo com as políticas emanadas pela Administração.

Enquadram-se aqui os tipos de tarefas:

A organização dos procedimentos dos concursos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, bem como a avaliação e análise das restantes despesas.

Os procedimentos elaborados pelo sector, tendo por base o estabelecido no Dec-Lei nº 497/99, estão reflectidas no mapa anexo Quadro 1.

SECÇÃO LOGÍSTICA E PATRIMÓNIO

QUADRO I		
Tipo de procedimentos	Valor	Quant.
Ajuste directo	até 4.987,98 €	29
Ajuste directo artº.86º-al.g)	sup. 4.987.98 €	4
Consulta prévia	< 12.469,95 €	9
Consulta prévia	< 24.940,00 €	20
Consulta prévia	< 49.879,79 €	30
Central Compras Estado		6
Empreitadas		2
	Total	100

Quanto ao sector de controlo e gestão das viaturas, anexa-se um Quadro 2, discriminativo dos veículos existentes á data de 31 de Dezembro, sua afectação, número de quilómetros e gastos na manutenção. É visível o elevado estado de envelhecimento de degradação, tendo por resultado um aumento significativo dos custos com a manutenção e consumos dos mesmos.

QUADRO 2

Modelo	Matrícula	Ano	Estado (a)	Kms		Despesa			Afectação
				04.Dez.31	Efectuados	Combustíveis	Portagens	Manutenção	
80 1.8 E	QJ-27-05	1988	Medíocre	114.770	3.755	556,09 €	- €	1.538,92 €	CCDRC - Sede
525 TDS	34-19-OX	1997	Bom	348.396	76.013	5.842,90 €	2.015,80 €	6.974,89 €	CCDRC - Presidente
AX ENTREPR ISE	28-76-ER	1994	Razoável	245.360	17.428	665,71 €	105,10 €	3.724,29 €	CCDRC - Ambiente
AX ENTREPR ISE	88-76-EQ	1994	Razoável	188.859	19.561	664,66 €	46,30 €	1.189,75 €	CCDRC - Ambiente
BERLINGO	74-35-MM	1998	Bom	250.731	42.278	2.299,95 €	361,78 €	735,71 €	CCDRC - Ambiente
BERLINGO	39-28-OR	1999	Bom	152.303	31.624	1.705,17 €	227,14 €	284,80 €	CCDRC - Ambiente
BERLINGO	32-01-QX	2000	Bom	136.927	47.301	2.387,11 €	345,06 €	2.299,23 €	CCDRC - Ambiente
SAXO	49-26-MH	1998	Bom	81.638	12.656	692,19 €	7,52 €	411,14 €	CCDRC - DSR Aveiro
SAXO	52-38-HV	1997	Bom	129.700	16.060	557,46 €	- €	1.061,48 €	CCDRC - DSR Guarda
SAXO	52-39-HV	1997	Bom	180.714	35.555	1.262,27 €	- €	1.184,92 €	CCDRC - DSR C Branco
SAXO	52-40-HV	1997	Bom	110.668	20.209	884,87 €	10,98 €	441,04 €	CCDRC - DSR Aveiro
SAXO	52-41-HV	1997	Bom	118.782	8.675	309,74 €	- €	319,52 €	CCDRC - DSR Viseu
SAXO	52-42-HV	1997	Bom	98.233	13.963	518,26 €	128,85 €	170,00 €	CCDRC - DSR Leiria
LDVA 68	85-13-JD	1997	Razoável	216.425	32.000	2.387,07 €	74,72 €	2.304,29 €	CCDRC - Ambiente
LD (DEFENDER)	45-17-MI	1998	Bom	121.680	20.851	1.743,17 €	477,32 €	4.443,45 €	CCDRC - Ambiente
LD (DEFENDER)	21-40-HE	1996	-	0	0	586,45 €	- €	580,39 €	CCDRC - AIBT Cõa
L 200	17-30-GF	1996	Razoável	195.177	15.670	1.407,13 €	23,64 €	1.801,04 €	CCDRC - Ambiente
ALMERA	97-32-JJ	1997	Bom	128.095	30.371	2.376,31 €	960,87 €	521,96 €	CCDRC - Vice-Presidente
PATROL KY 260	05-59-HV	1997	Razoável	649	46.636	4.550,80 €	- €	5.759,75 €	CCDRC - DSR Guarda
PATROL KY 261	09-20-HU	1997	Razoável	165.102	19.749	1.677,23 €	26,57 €	1.654,40 €	CCDRC - DSR Leiria
PATROL AYG 260	09-21-HU	1997	Razoável	305.275	24.518	1.893,03 €	- €	1.628,46 €	CCDRC - DSR Leiria
PATROL AYG 260	09-22-HU	1997	Razoável	208.713	31.116	2.833,48 €	- €	1.443,30 €	CCDRC - DSR Viseu
PATROL KY 260	09-25-HU	1997	Razoável	288.320	86.655	7.509,30 €	- €	3.649,25 €	CCDRC - DSR C Branco
PATROL AYG 260	68-29-GC	1996	Razoável	5.799	20.486	1.114,53 €	- €	1.321,95 €	CCDRC - DSR Aveiro

PATROL AYG 260	68-30-GC	1996	Razoável	78.683	36.290	3.501,23 €	- €	306,28 €	CCDRC - DSR Viseu
PATROL 260	73-45-OR	1999	Bom	191.304	26.115	1.864,89 €	41,71 €	1.250,70 €	CCDRC - Ambiente
PICK UP	54-14-OR	1999	Bom	215.370	45.605	3.717,69 €	87,23 €	2.335,56 €	CCDRC - Ambiente
TERRANO II	88-44-QU	2000	Bom	58.314	8.220	556,84 €	- €	580,39 €	CCDRC - AIBT S Estrela
CLIO RN 1.2	XT-09-79	1992	Razoável	223.473	25.256	1.903,73 €	248,95 €	1.810,55 €	CCDRC - Sede
CLIO SOCIÉTÉ	56-96-JI	1997	Bom	91.004	3.539	149,96 €	3,09 €	289,96 €	CCDRC - Sede
19 CHAMAD E GTS	UE-76-47	1989	Razoável	336.367	21.177	1.676,66 €	240,15 €	913,34 €	CCDRC - Sede
19 CHAMAD E TSE	06-73-AG	1992	Bom	265.333	29.810	2.192,20 €	569,84 €	511,20 €	CCDRC - Sede
19 RN 1.4	13-02-BM	1992	Bom	338.564	9.748	804,70 €	241,68 €	775,78 €	CCDRC - Sede
19 RN 1.4	22-73-BM	1992	Razoável	356.152	22.887	1.665,17 €	426,04 €	1.165,72 €	CCDRC - Sede
21 TSE	06-49-AG	1992	Bom	329.454	24.004	2.075,97 €	578,34 €	1.101,90 €	CCDRC - Sede
21 TSE	85-79-AL	1992	Razoável	475.637	39.769	3.795,95 €	953,40 €	2.487,79 €	CCDRC - Sede
EXPRESS	35-88-EU	1995	Razoável	314.985	11.396	865,14 €	79,27 €	1.526,11 €	CCDRC - Ambiente
EXPRESS	UD-43-67	1989	Razoável	163.888	22.997	1.118,78 €	58,96 €	1.278,16 €	CCDRC - Sede
TRAFIC	49-70-ES	1994	Razoável	55.419	10.148	825,11 €	23,89 €	470,66 €	CCDRC - Ambiente
R 4 GTL	BQ-93-47	1986	Medíocre	163.266	34.872	2.333,27 €	- €	1.621,47 €	CCDRC - DSR C Branco
R 4 GTL	OG-73-47	1986	Medíocre	315.640	18.527	1.241,07 €	- €	84,34 €	CCDRC - Ambiente
R 4 GTL	OH-95-80	1987	Medíocre	140.257	6.147	497,12 €	- €	216,14 €	CCDRC - DSR Aveiro
R 4 GTL	OH-22-84	1987	Medíocre	280.489	25.934	2.266,21 €	- €	450,16 €	CCDRC - DSR Guarda
R 4 GTL	OI-32-86	1987	Medíocre	176.831	15.936	1.392,55 €	3,40 €	858,37 €	CCDRC - DSR Leiria
R 4 GTL	UC-28-03	1989	Medíocre	114.475	9.631	559,06 €	- €	360,06 €	CCDRC - Sede
R 4 GTL	UC-28-06	1989	Medíocre	103.391	1.305	628,25 €	9,01 €	259,51 €	CCDRC - Sede
400 RT ALTER 4X4 D	74-41-OL	1999	-	0	0	369,74 €	- €	116,51 €	CCDRC - AIBT Cõa
ALTER 4X4 D	OJ-35-69	1987	Medíocre	325.659	0	€	- €	€	CCDRC - Ambiente
ALTER 4X4 D	OJ-35-72	1987	Medíocre	59.160	10.448	812,01 €	- €	13.585,75 €	CCDRC - DSR Guarda
POLO COUPE G	27-23-ER	1988	Medíocre	107.058	12.898	914,22 €	63,04 €	773,83 €	CCDRC - Ambiente
PASSAT 1.9 TDI	27-87-JG	1997	Razoável	389.316	57.134	2.445,34 €	447,62 €	5.574,63 €	CCDRC - Vice-Presidente
S40 TD	85-31-JF	1997	Razoável	318.307	30.880	1.882,42 €	941,88 €	2.382,41 €	CCDRC - Vice-Presidente
						1.233.803	88.480,16 €	9.829,15 €	88.531,21 €

3 – Tesouraria

- Liquidação das despesas devidamente autorizadas através do sistema de homebanking – Direcção Geral do Tesouro;
- Elaboração das Folhas de Cofre;

- Fluxos de Caixa;
- Elaboração do Mapa de Tesouraria integrante à Conte de Gerência.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores que reflectem a capacidade de realização dos serviços relativamente ás dotações que foram atribuídas e a taxa de realização dos vários tipos de receita e despesa.

1. RECEITA

1.1 Estrutura orçamental da receita global

Para efeito da elaboração do presente relatório, foram escolhidos alguns indicadores de gestão que reflectem a capacidade de realização dos serviços relativamente ás dotações que foram atribuídas. Em 2004 a composição da estrutura da receita global do orçamento da CCRC é a constante do quadro I.

Com a fusão dos serviços da ex-DRAOT o orçamento de funcionamento da ex-CCRC foi desdobrado nas duas actividades – actividade 1101 CCRC e actividade 1102 DRAOT.

As receitas da comissão para o orçamento de funcionamento, transferidas do OE representam 67% do total da receita conforme consta do quadro II, excluindo o PIDDAC.

Constata-se da leitura do quadro e respectivo gráfico que as contas de ordem, apresentam 92.29 % do total das receitas. Dentro das contas de ordem teve um peso muito significativo as verbas destinadas ao Programa Operacional da Região Centro – III QCA.

1.2 Fontes de financiamento – Orçamento de funcionamento

Constata-se da leitura do quadro II que constituem fontes de financiamento da CCDRC as dotações atribuídas pelo orçamento de estado, as receitas próprias e ainda a dotação atribuída pelo PIDDAC. A receita total arrecadada foi de 1239051.96 € dos quais 4087214.96 € constituem receita própria e 8206850.02 € a dotação atribuída pelo PIDDAC.

1.3 Receita Própria

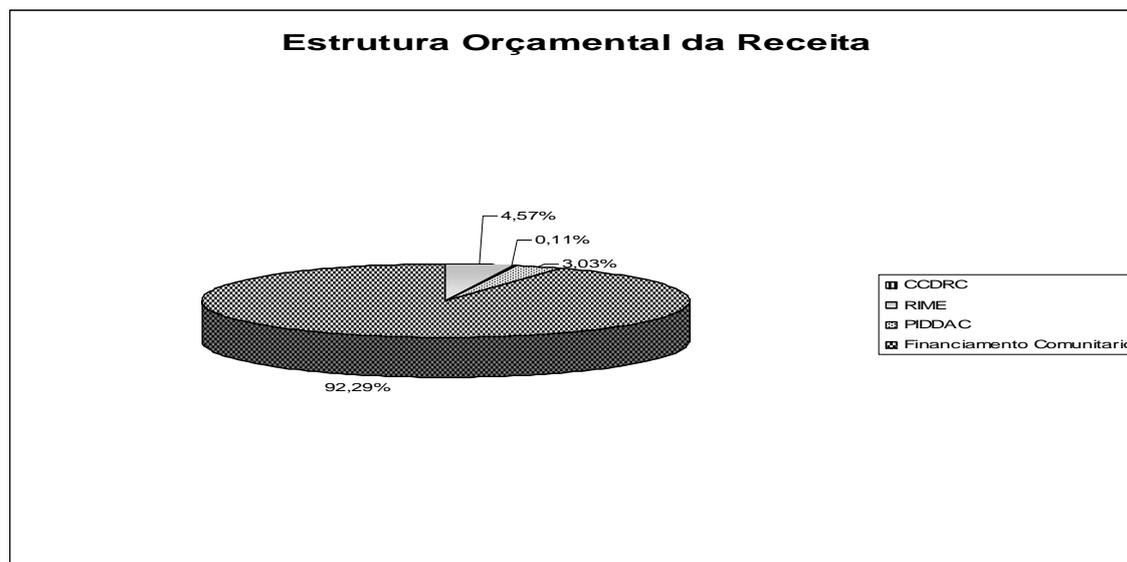
Tendo em vista a análise da receita própria cobrada pela CCDRC foi elaborado o quadro III que reflecte os vários tipos de receita efectiva cobrada em 2004 e respectivos montantes.

Receita – 2004

Quadro I

Designação	Valor	%
Actividade 1101 CCRC	6.414.644,52	2,36
Actividade 1102 DRAOT	5.510.788,42	2,03
GAT'S	465.078,02	0,17
CCDRC	12.390.510,96	4,57
RIME	309.710,91	0,11
PIDDAC	8.206.850,02	3,03
Financiamento Comunitario	250.349.797,05	92,29
TOTAL	271.256.868,94	100,00

Gráfico 1

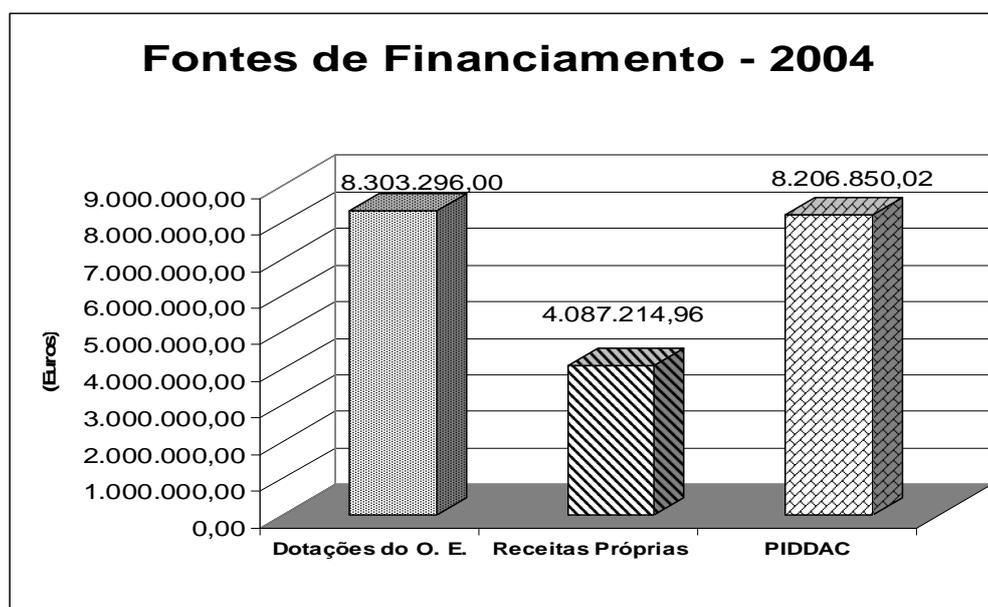


Fontes de Financiamento – 2004

Quadro II

Fontes de Financiamento	Financiamento	%
O.E. CCRC	5.033.824,00	60,62
O.E. DRAOT	3.269.472,00	39,38
Dotações do O. E.	8.303.296,00	40,31
Receitas Próprias	4.087.214,96	19,84
F.E.F.	505.995,00	12,38
Cam. Munic.	441.156,55	10,79
Exterior U.E. FEDER	573.557,67	14,03
Exterior U.E. FSE	27.560,47	0,67
Transferências IEFP	40.153,68	0,98
Saldo de Gerência Anterior	275.545,87	6,74
Outras Receitas	2.223.245,72	54,40
Sub-Total	12.390.510,96	60,16
PIDDAC	8.206.850,02	39,84
TOTAL	20.597.360,98	100,00

Gráfico 2

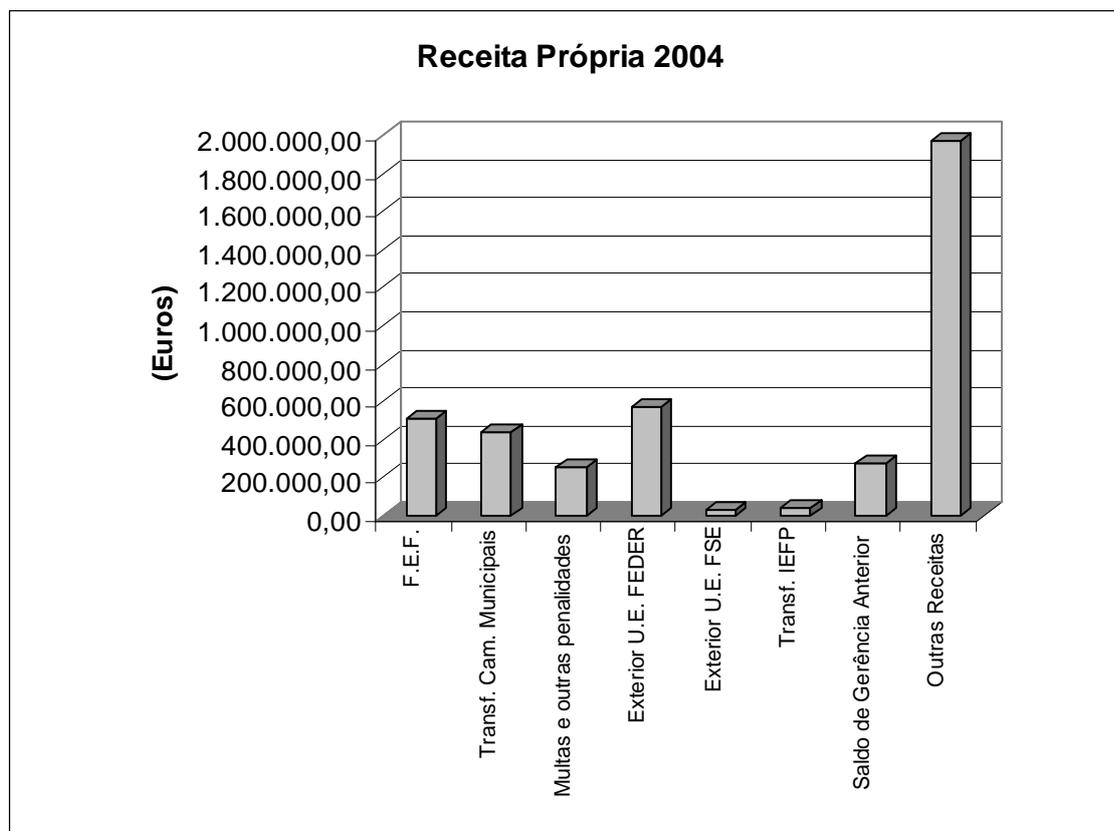


Receita Própria - 2004

Quadro III

Designação	Valores 2004
F.E.F.	505.995,00
Transf. Cam. Municipais	441.156,55
Multas e outras penalidades	252.419,14
Exterior U.E. FEDER	573.557,67
Exterior U.E. FSE	27.560,47
Transf. IEFP	40.153,68
Saldo de Gerência Anterior	275.545,87
Outras Receitas	1.970.826,58
Total	4.087.214,96

Gráfico 3



2. DESPESA

2.1 Execução orçamental da despesa.

Tendo em vista uma visão global da gestão orçamental foi elaborado o quadro IV e V que reflectem a execução orçamental do orçamento da CCDRC pelos diversos grupos da despesa, nomeadamente as despesas com pessoal, despesas correntes e despesas de capital, bem como grau de realização e por cada um dos grandes grupos da despesa.

Da análise do quadro IV há a referir que a despesa total foi de 11 712 139.61 € assim discriminada:

- As despesas com pessoal representam 88,72% da despesa total
- As despesas com aquisições de bens e serviços representam 9.78%
- As despesas com investimento (Despesas de capital) representam 0.62%, tendo tido um valor bastante insignificante.

3. PIDDAC

O PIDDAC, continua a ser um importante instrumento de política económica e social, constituindo um relevante factor dinamizador da actividade económica e do mercado de trabalho por forma a assegurar a execução de importantes projectos de investimento de interesse nacional e ao mesmo tempo a absorção de fundos comunitários que foram geridos pela CCDRC no âmbito do PIDDAC.

O acompanhamento da execução dos diversos programas/medidas/projectos respeitaram determinadas linhas de orientação nomeadamente:

- Elaboração dos relatórios, tendo em vista a apreciação global por parte dos coordenadores a nível nacional de cada medida
- A execução verificada.
- Apresentação da execução financeira relativa a todas as fontes de financiamento do PIDDAC.

A dotação atribuída em orçamento tendo em conta os programas de investimento no âmbito (conforme consta do quadro VI), tiveram a contrapartida do OE e fonte comunitária no total de 13 075 901 €

A receita realizada foi de 820 685.02 €(conforme consta do quadro II)

A despesa realizada foi de 5 230 086.17 €(conforme consta do quadro VI) transitando para a gerência de 2005 um saldo no montante de 7 845 814.83 €

2 - DESPESA 2004

Quadro IV

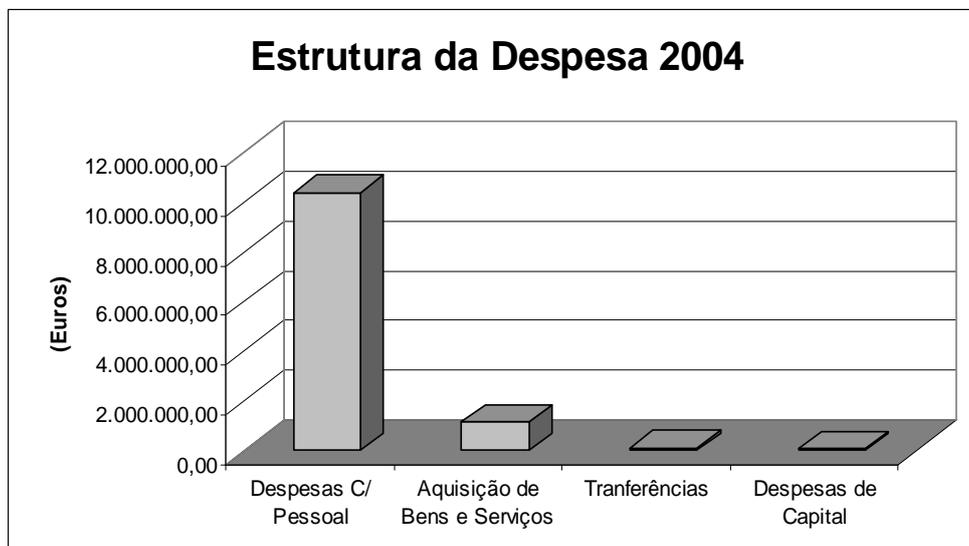
Designação	CCDRC	GAT'S	Total
Despesas com Pessoal (CCDRC e GAT'S)	10.391.413,44	0,00	10.391.413,44
Despesas Correntes	991.358,14	256.603,18	1.247.961,32
Despesas de Capital	6.667,39	66.097,46	72.764,85
Subtotal (Correntes + Capital)	998.025,53	322.700,64	1.320.726,17
Total	11.389.438,97	322.700,64	11.712.139,61

Estrutura da Despesa

Quadro V

Designação	Despesa	D/Dx100
Despesas C/ Pessoal	10.391.413,44	88,72%
Aquisição de Bens e Serviços	1.145.228,46	9,78%
Transferências	102.732,86	0,88%
Total das Despesas Correntes	11.639.374,76	99,38%
Despesas de Capital	72.764,85	0,62%
Total Geral	11.712.139,61	100,00%

Gráfico 4



Investimentos do plano - PIDDAC/2004

Quadro VI

Medidas	Fonte Nacional	Fonte Comunitária	Total	Despesa Acumulada	Taxa de execução
Acesso e disp. de conteúdos uteis e atractivos (CCDR-MCOTA)	50.000	50.000	100.000	19 271,24	19,27%
Racionalização das infraestruturas inf. de comunicação e seg. (CCDR-MCOTA)	263.143	997.197	1.260.340	235 690,99	18,70%
Qualificação de recursos humanos	23.248	44.165	67.413		0,00%
Instalação da CCDRC e GAT'S	149.639	742.066	891.705	577 531,00	64,77%
Requalificação e desenvolvimento urbano	6.000	0	6.000	6 000,00	100,00%
Acesso à informação, educação ambiental e participação dos cidadãos	40.056	121.218	161.274	81 225,26	50,36%
Gestão e ordenamento das bacias hidrográficas	437.854	1.503.471	1.941.325	1 022 938,01	52,69%
Planos das bacias hidrográficas do Mondego, Vouga e Liz	2.705	158.143	160.848		0,00%
Caracterização e monitorização ambiental	280.140	888.242	1.168.382	956 891,95	81,90%
Des. em todo o territ. nacional acções específicas de conserv. e Gest. de espécies e habitats	13.111	45.069	58.180	53 747,62	92,38%
Prom. a integ. da política de conserv. da natureza e do princ. da utilização sust. dos rec. Biológicos	20.525	61.572	82.097	51 311,50	62,50%
Assegurar a inf., sensibilização e partici. do público, bem como mobilizar e incentivar a soc. Civil	26.005	78.015	104.020	36 115,36	34,72%
Promover a requalificação urbana e ambiental	31.250	93.750	125.000		0,00%
Promover a requalificação de praias e sistemas dunares, a defesa costeira e zonas de risco	141.568	424.711	566.279	34 134,35	6,03%
Promover a integração das acções do litoral	27.470	86.131	113.601	96 408,08	84,87%
Estratégias de promoção e inovação regional - CCDRC	436.254	963.481	1.399.735	438 521,40	31,33%
Desenvolvimento do potencial endógeno - CCDRC	1.047.972	951.193	1.999.165	361 429,07	18,08%
Acções de colaboração e integração transnacional	200.349	567.798	768.147	130 269,35	16,96%
Gestão, acompanhamento e controlo de fundos comunitários	715.600	1.238.289	1.953.889	1 052 775,10	53,88%
Ass. Técnica- Centro - QCA III - acção integrada para a qual. e competi. das cidades e med. ambiente	35.036	113.465	148.501	75 825,89	51,06%
TOTAL	3.947.925	9.127.976	13.075.901	5 230 086,17	40,00%

Divisão de Recursos Humanos

Área de actuação

A Divisão de Recursos Humanos actua num universo de funcionários, do qual podemos salientar como factores mais importantes:

Efectivos - Num total de 522 funcionários, 284 são homens e 238 são mulheres, a que corresponde 54,41% de homens e 45,59% de mulheres;

Efectivos	Homens	%	Mulheres	%	TOTAL	%
Dirigentes	38	13,4	14	5,9	52	10,0
Téc.Superior	76	26,8	70	29,4	146	28,0
Técnico	13	4,6	7	2,9	20	3,8
Téc.Profissional	120	42,3	26	10,9	146	28,0
Administrativo	12	4,2	85	35,7	97	18,6
Auxiliar/Operário	22	7,7	34	14,3	56	10,7
Informática	3	1,1	2	0,8	5	1,0
TOTAL	284	100,0	238	100,0	522	100,0

Estes efectivos encontram-se distribuídos em locais de trabalho, tão distintos como:

Coimbra – Rua Bernardim Ribeiro (Sede), Rua Padre Estêvão Cabral, Av. Fernão de Magalhães.

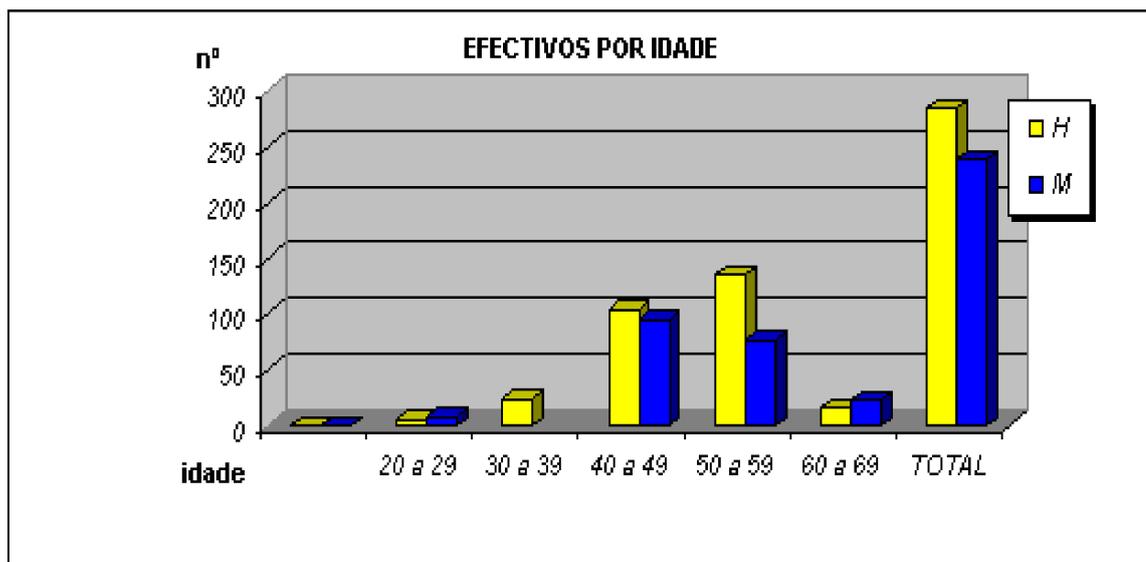
Divisões Regionais – Aveiro, Castelo Branco, Covilhã, Guarda, Leiria;

Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) – Águeda, Arganil, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Guarda, Leiria, Lousã, Santa Comba Dão, Seia, Sertã, Trancoso, Viseu.

Idade Média – A idade média dos efectivos cifra-se em 49,52 anos sendo nos homens de 52,17 anos e nas mulheres de 47,33 anos.

Idade	Homens	%	Mulheres	%	TOTAL	%
0a 19	0	0,0	0	0	0	0,0
20 a 29	5	1,8	8	3,4	13	2,5
30 a 39	24	8,5	35	14,7	59	11,3
40 a 49	104	36,6	95	39,9	199	38,1

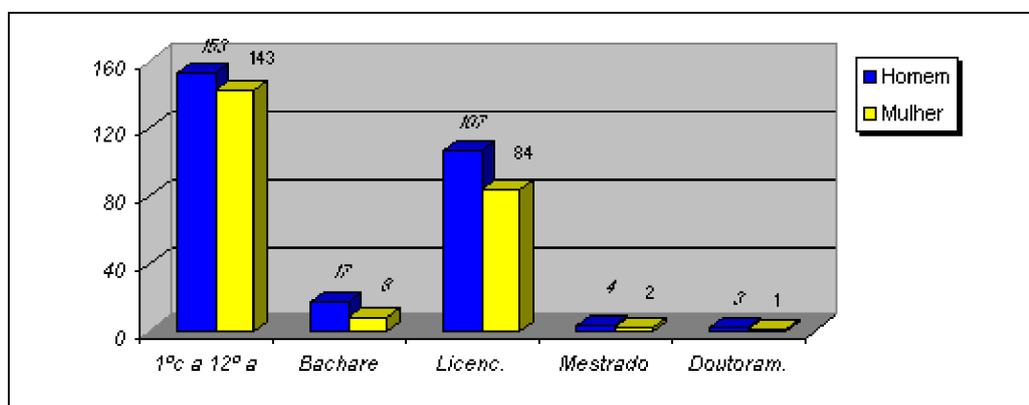
50 a 59	135	47,5	77	32,4	212	40,6
60 a 69	16	5,6	23	9,7	39	7,5
TOTAL	284	100,0	238	100,0	522	100,0



Estrutura habilitacional – O nível de habilitações dos funcionários situa-se maioritariamente na escolaridade até ao 12º ano, que representa 53,8% de homens e 60,1% das mulheres, do total de funcionários, no entanto, existe uma percentagem igualmente relevante no nível do bacharelato e licenciatura, 47,3% nos homens e 38,7% nas mulheres.

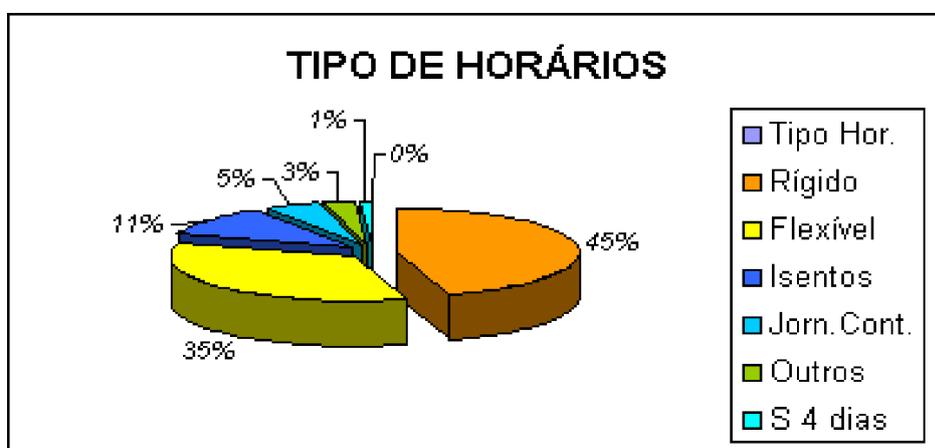
Habilitações	Homem	%	Mulher	%	Total	% TOTAL
s/1º ciclo	0	53,8	2	60,1	2	56,7
1º ciclo	23		23		46	
2º ciclo	13		18		31	
3º ciclo	66		56		122	
3º ciclo/prof	7		2		9	

11º ano	20		20		40	
11ºano/prof	22		20		42	
12º ano	2		2		4	
TOTAL	153		143		296	
Bacharelato	17	43,7	8	38,7	25	41,4
Licenciatura	107		84		191	
TOTAL	124		92		216	
Mestrado	4	2,5	2	1,3	6	1,9
Doutoramento	3		1		4	
TOTAL	7		3		10	
TOTAL	284	100,0	238	100,0	522	100,0



Horário de Trabalho – O horário predominante na CCDRC é o rígido, acompanhado bem de perto pelo horário flexível. No universo dos 522 funcionários não tem significado horários como a jornada contínua ou semana de 4 dias

Tipo Horário	Nº de Funcionários	%
Rígido	236	45,2
Flexível	182	34,9
Isentos	59	11,3
Jornada Contínua	24	4,6
Outros	15	2,9
Semana de 4 dias	6	1,1
TOTAL	522	100,0



Formação – Tal como se visualiza nos mapas das acções de formação internas e externas, no ano de 2004 foi dada uma especial atenção a esta matéria.

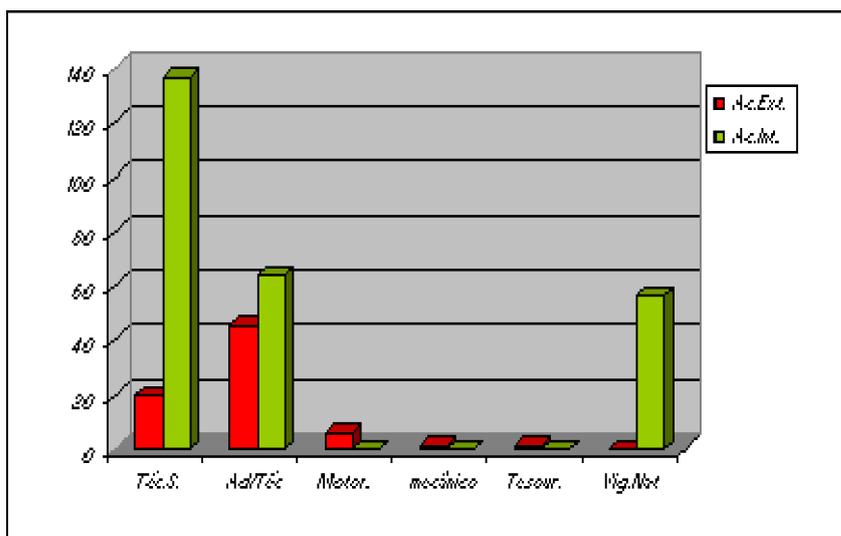
No âmbito da formação interna foram realizadas as seguintes acções, organizadas por esta Divisão:

Informática – 7 acções; **Vigilantes da Natureza** – 2 acções; **Código da Estrada e Segurança Rodoviária** – 1 acção; **Avaliação de Desempenho** – 1 acção; **Ordenamento do Território** – 1 acção; **PIDDAC** – 1 acção.

Grupo Pessoal	N.º	N.º. Acções Internas	N.º. Horas	%
Té. Superior	137	13	147	53,3
Administ/Téc.	64			24,9
Vigilantes Nat	56			21,8
TOTAL	257	13	147	100,0

No âmbito da formação externa e igualmente orientadas por esta Divisão, foi dada uma especial atenção a matérias do foro do Regime Jurídico da Função Pública, nomeadamente; **Faltas, Férias e Licenças e Direito e Procedimento Administrativo**

Grupo Pessoal	N.º	Nº. Acções Externas	Nº. Horas	%
Téc. Superior	20	9	210	27,4
Administ/Téc.	45			61,6
Motoristas	6			8,2
Oper.(mecânico)	1			1,4
Tesoureiro	1			1,4
TOTAL	73	9	210	100,0



Pessoal

A Divisão de Recursos Humanos integrou, no ano de 2004, os seguintes funcionários:

- 2 Chefes de Divisão
- 4 Técnicos Superiores
- 1 Chefe de Secção

- 1 Técnico de Informática
- 1 Técnico Profissional
- 6 Assistentes Administrativos
- 2 Auxiliares de Limpeza
- 3 Telefonistas

Instalações

A Divisão de Recursos Humanos funcionou em 4 salas distintas de acordo com as áreas funcionais que lhe estavam adstritas – Gabinete das Chefes de Divisão, Sala de Recursos Humanos, Sala da Secção de Expediente e Gabinete das Telefonistas, todas sitas na Rua Bernardim Ribeiro, em Coimbra.

Actividade Desenvolvida

- Elaboração do Plano de Actividades para 2005
- Elaboração do Balanço Social de 2003
- Elaboração da Lista de Antiguidade de 2003
- Concretização da fusão da ex-DRAOTC com a ex-CCRC em termos procedimentais e logísticos.
- No âmbito da higiene, saúde e segurança no trabalho foi feito rastreio pela Fundação Portuguesa de Cardiologia.
- Início da implementação da nova aplicação do relógio de ponto – Millenium 3.
- Elaboração da lista de afectação dos funcionários pela nova estrutura.
- Realizaram-se 13 acções de formação interna e nove acções externas.
- Elaboração do Regulamento Interno sobre Planeamento de Férias.
- Elaboração de Regulamento Interno sobre Saídas em Serviço com transporte e/ou Ajudas de Custo.
- Elaboração de Regulamento de Recuperação de Vencimento de Exercício.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA

Chefe de Divisão: Eng^o Pedro Geirinhas

1. Introdução



O Gabinete de Tecnologias de Informação e Estatística (seguidamente referido como GTIE) é responsável pela correcta implementação e manutenção das Tecnologias de Informação e Comunicação existentes na Comissão. São ainda domínios de intervenção deste Gabinete a área da Estatística e dos Sistemas de Informação Geográfica. Os conteúdos funcionais do GTIE são os seguintes:

- a) Elaborar e propor planos de desenvolvimento informático da Comissão e conduzir as acções necessárias à sua concretização;
- b) Assegurar um permanente conhecimento dos sistemas de informação sectoriais e locais e o apoio técnico, quando solicitado, para o seu desenvolvimento a nível local, nomeadamente ao nível dos agrupamentos de municípios.
- c) Conceber e desenvolver, com o apoio e a participação dos restantes serviços da Comissão, o sistema de informação geo-referenciada necessária ao planeamento regional;
- d) Apoiar os demais serviços nas tarefas de organização e formação exigidas para uma correcta implantação das metodologias informáticas;
- e) Instalar e gerir as redes interna e externa de transmissão de dados e informação, de acordo com as opções estratégicas adoptadas;
- f) Assegurar um permanente conhecimento das disponibilidades do sistema estatístico nacional e de outras fontes de informação adicionais, em matéria de informação regional e local com interesse para o planeamento;
- g) Desenvolver metodologias com vista à produção de indicadores que permitam avaliar a eficácia e eficiência das actividades desenvolvidas pela Comissão;

- h) Colaborar na organização e sistematização da informação socioeconómica de interesse regional;
- i) Desenvolver, em articulação com os restantes serviços da Comissão, instrumentos metodológicos adequados nos domínios da estatística, da econometria e da investigação operacional e promover a sua correcta utilização;
- j) Colaborar com os organismos responsáveis pela estatística e cartografia nacionais na elaboração e tratamento da respectiva informação.

A aprovação durante 2004 do projecto e-CCDRC é um facto que não teve uma grande implicação nas actividades deste ano, já que tal surgiu no final do ano, mas que terá uma importância decisiva para o próximo ano. O projecto dotará os serviços de informática dos meios financeiros necessários à produção de uma verdadeira revolução na área das TICs. É uma oportunidade que não pode ser desperdiçada e um desafio que tem de ser vencido.

2. Recursos Humanos



A Comissão possui um quadro próprio da carreira de informática, estando contudo praticamente livre. Apenas estão ocupadas duas vagas de especialistas de informática: uma pelo Chefe de Divisão e outra pelo técnico Paulo Melo, que se encontra actualmente ausente do serviço usufruindo uma licença sem vencimento de longa duração. Os restantes técnicos superiores que desempenham funções neste Gabinete são da carreira geral, apesar de estarem a desempenhar funções na área da informática.

Penso que o enquadramento dos técnicos nas carreiras informáticas e a necessidade de novas contratações devem ser encaradas como fundamentais para um aumento do desempenho deste Gabinete e em consequência da própria Comissão. A criação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional acarreta um conjunto de novas necessidades e desafios para os Sistemas e as Tecnologias de Informação que urge vencer e tal só será possível através do reforço e melhor enquadramento da equipa de trabalho.

O GTIE é composto actualmente pelos seguintes recursos humanos:

Nome	Categoria
Pedro Miguel Geirinhas	Chefe de Divisão
António Oliveira	Assessor Principal

Paulo Melo ⁽¹⁾	Especialista de Informática
Vítor Ribeiro	Técnico pertencente à assistência técnica do PO
António Cerveira	Técnico Superior Principal
Paulo Carreiró	Assistente Administrativo
Sandra Nunes ⁽²⁾	Contratada no âmbito do e-CCDRC
Rita Bronze ⁽²⁾	Contratada no âmbito do e-CCDRC
Hugo Besteiro ⁽²⁾	Contratado no âmbito do e-CCDRC

(1) Encontra-se em regime de licença sem vencimento de longa duração desde 1-08-2003.

(2) Encontra-se a trabalhar neste Gabinete desde 15-11-2004.

Como é possível verificar a falta de recursos humanos especializados efectivos é claramente uma das grandes limitações à implementação de projectos mais ambiciosos e que sejam estrategicamente fundamentais para a Comissão.

3. Hardware e Sistemas



Foi criado um ambiente integrado, de fácil utilização e manutenção, tentando proporcionar uma maior eficiência na utilização das ferramentas informáticas, garantindo ainda, um mais fácil acesso à informação independentemente do posto de trabalho onde a ela se acede. De forma a normalizar e a licenciar as aplicações utilizadas, todos os postos de trabalho correm as mesmas aplicações e versões já que estas são executadas directamente do servidor. Foi assim definido um ambiente único de trabalho que possui as seguintes características fundamentais:

1. Distribuição centralizada de aplicações;
2. Solução centralizada de cópias de segurança;
3. Solução centralizada de anti – vírus;
4. Implementação de mecanismos de segurança de acesso à informação;
5. Acesso à informação independentemente do local onde se encontra o utilizador.

Durante o ano de 2004 foi este ambiente migrado para a plataforma 2000 substituindo o antigo que estava desenvolvido sobre o sistema operativo Windows NT. Esta migração exigiu a re-instalação de todas as 183 (cento e oitenta e três) máquinas da rede local. Esta acção teve em vista o melhoramento em termos tecnológicos, segurança e gráficos da plataforma do ambiente único. Em termos do

servidor central foi este substituído e foram criados novos perfis e disponibilizadas novas aplicações de onde se destacam:

1. Lista telefónica electrónica.
2. Dados estatísticos da Região Centro.
3. Atlas numérico.
4. Aplicação de gestão documental e do correio.
5. Nova aplicação de modelos.
6. Anuário estatístico.

O ecrã que surge em todas as máquinas é o seguinte:



Em termos dos postos de trabalho foi implementada uma política da existência de imagens que permitem a recuperação de uma máquina em 10 minutos. Foram durante o ano de 2004 recuperadas 20 máquinas e re-instaladas 180 máquinas.

Ainda na área de sistemas foram instalados os seguintes servidores:

1. Novo servidor de correio electrónico externo.
2. Novo servidor de correio electrónico interno.
3. Re-instalação do servidor para a nova aplicação para a área administrativa/financeira.
4. Re-instalação do servidor para a área SIG.
5. Novo servidor principal de domínio.
6. Novo servidor secundário de domínio.

7. Novo servidor de base de dados.
8. Re-instalação do servidor de controlo centralizado de anti-virus.

Foi reformulado o sistema de impressão através da aquisição de novas impressoras e da sua racionalização através do uso preferencial de sistemas de impressão em rede.

4. Área da Internet



A Internet é uma ferramenta e um meio fundamental para organizações do tipo da Comissão. O acesso à informação por parte dos funcionários e a disponibilização de informações para o público-alvo não podem ser encarados como algo de secundário mas sim como um vector fundamental à afirmação e sucesso desta Comissão. Foi à luz desta visão estratégica que entendeu este gabinete estabelecer algumas tarefas que passo a discriminar as mais importantes:

1. Proceder a várias actualizações do site para que ele reflectisse as variações organizacionais e de conteúdo da Comissão. O site durante o ano de 2003 teve **151.537** visitas o que prova de alguma forma a sua adequação ao público-alvo. O site tem actualmente a seguinte página de entrada (endereço www.ccr-c.pt):



2. Instalação de um novo servidor para o sistema de correio electrónico permitindo melhor performance e um aumento da segurança. São enviadas e recebidas em média **800 mensagens por dia**.

3. Redefinição do sistema de acesso à Internet quer ao nível interno quer externo tendo como objectivo garantir maior segurança e aumento da velocidade de acesso.

4. Foram ainda durante este ano, mantidos e desenvolvidos sites que estão alojados nos nossos servidores tais como:

- a) **PRAI** (<http://www.ccr-c.pt/prai/>)
- b) **Cooperação** (<http://www.ccr-c.pt/cooperacao/>)
- c) **Euro Gabinete** (<http://www.ccr-c.pt/EIC/>)
- d) **Feiras das Actividades Económicas da Região Centro** (<http://www.ccr-c.pt/feiras/index.htm>).

6. Registo e mudança do domínio de ccr-c.pt para ccdr.pt. Esta tarefa exigiu os seguintes trabalhos:

- a. Registo na FCCN do novo domínio.
- b. Alterações do servidor de DNS externo com o registo do novo domínio.
- c. Alterações do servidor de DNS interno com o registo do novo domínio.
- d. Instalação e configuração de dois novos servidores de mail.

5. Desenvolvimento de Aplicações



Aproveitando o conhecimento e experiência de programação de alguns técnicos deste Gabinete foram desenvolvidas várias aplicações utilizando como ferramenta de desenvolvimento o Visual Basic e motores de base de dados Access, MySQL e SQL Server. Estas aplicações tentaram responder a necessidades dos utilizadores e foram na sua íntegra desenvolvidas no seio deste Gabinete sem o recurso a meios ou recursos externos. Parece ser este o melhor caminho a seguir já que não fica esta Comissão dependente de empresas para proceder à manutenção e novos desenvolvimentos das aplicações.

Durante este ano foram implementadas as seguintes aplicações:

1. Sistema de Gestão Documental e Correio (SGDC)



Esta aplicação tem como objectivos fundamentais:

- a) O registo electrónico de entradas de correspondência no serviço de expediente. Este registo tanto se efectua para correspondência externa como para os documentos criados internamente.
- b) Consulta electrónica do serviço da CCDRC onde se encontra um dado documento.
- c) Registo do re-encaminhamento de um dado documento.

Temos vindo a verificar que os funcionários da Comissão estão a utilizar a aplicação para a consulta das entradas. Contudo, não tem feito o registo dos re-encaminhamentos o que implica que o trajecto do documento não fique completo. Este aspecto, apesar das solicitações efectuadas por este gabinete, exige um empenhamento da Presidência já que este registo implica uma alteração organizacional muito importante. Parecem-me óbvios os benefícios subjacentes à utilização desta aplicação. Existem ainda dois módulos da aplicação que aguardam autorização superior, a saber:

- a) Articulação com o sistema de modelos do Word (apresentado seguidamente) o que permitirá o fluxo electrónico de informação gerada internamente em vez do tradicional papel.
- b) Colocação de prazos e alarmes quando estes expirem num conjunto de processos onde isso se justifique.

2. Sistema de Geração Documental

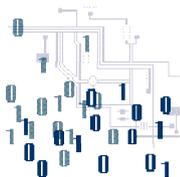


Foi desenvolvido um sistema de modelos (matrizes) que permite que todos os documentos criados electronicamente na Comissão sejam coerentes e com idêntica imagem. Estes modelos para além de normalizar os documentos permitem uma maior rapidez e facilidade de preenchimento. Os modelos são bastante utilizados existindo contudo ainda algumas “ilhas de resistência” que penso devem merecer uma determinação da Presidência visando a obrigatoriedade de utilização dos modelos oficiais.

3. Lista de Contactos

Esta é uma aplicação que permite saber o número da extensão e o endereço de correio electrónico de todos os elementos da CDRC. Esta aplicação permite ainda que cada um possa alterar a sua extensão telefónica e enviar mensagens curtas entre computadores e de correio electrónico.

6. Estatística



A estatística é uma área deste Gabinete que desde sempre mereceu uma atenção muito grande. Em termos de recursos humanos tem exclusivamente dedicado um técnico superior. A obtenção de dados estatísticos da região é claramente uma das grandes necessidades do público-alvo desta Comissão e uma ferramenta muito importante para os técnicos, não só para a área de planeamento como para a área do Programa Operacional do Centro.

Nesta área de trabalho a tarefa mais importante foi o desenvolvimento de uma aplicação onde é possível consultar, imprimir e exportar para o Excel a seguinte informação relativa à região Centro agregada por Região, NUT II e concelhos:

- a) Fichas Concelhias de 2003
- b) Fichas Concelhias de 2001
- c) Evolução da População desde 1864 até 2001. Este estudo é bastante inovador já que não existe conhecimento de algo idêntico.

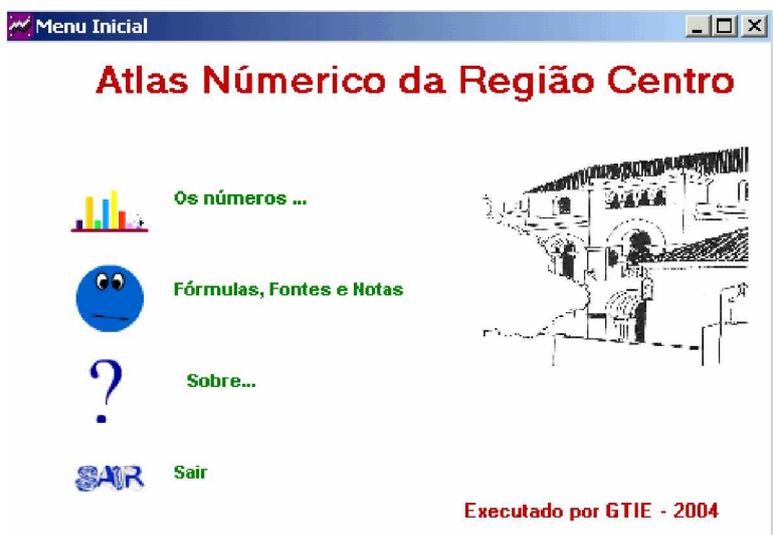
A aplicação tem o seguinte aspecto inicial:



Esta aplicação resultou da sinergia entre o técnico deste gabinete responsável pela área da estatística e a área de desenvolvimento de aplicações. Nesta conjunção de trabalho resultou uma aplicação que foi disponibilizada a todos os funcionários da CCDRC e que tem merecido pela parte deles uma grande utilização.

Penso contudo que esta informação deveria ser disponibilizada no CDI em formato de livro para as pessoas que vem a esta Comissão em busca desta informação. Foi contactado o antigo presidente que concordou mas que entendeu que deveria ser o novo presidente a tomar esta decisão. Ficamos assim, à espera da decisão superior para arrancar com a publicação do dito livro. Esta publicação deverá em nossa opinião ser feita pelo serviço de Offset desta Comissão potenciando assim este serviço e poupando dinheiro.

Foi ainda desenvolvida uma nova aplicação chamada Atlas Numérico que tem como objectivo disponibilizar os dados trabalhados de todos os indicadores estatísticos com interesse ao nível da região, NUT e concelho. Este trabalho acrescentou uma mais valia muito significativa aos dados em bruto fornecidos pelo INE. A janela de entrada na aplicação é a seguinte:



Ainda nesta área podemos destacar as seguintes tarefas:

- a) Presença em representação da CCDRC nas reuniões do Conselho Regional de Estatística.
- b) Elaboração de vários trabalhos em resposta a solicitações exteriores e internas.

É claro que nesta área do GTIE se reveste de uma grande importância, mas que está desadequada em termos de recursos humanos o que implica que não seja tão operativa quanto o desejável.

7. Sistema de Informação Geográfica



Os sistemas de Informação Geográfica, vulgo SIG, são um nicho de conhecimento em franca expansão. Não é possível continuar a trabalhar e a obter informações geográficas não utilizando ferramentas informáticas.

Este é claramente um projecto de grande interesse para a Comissão já que

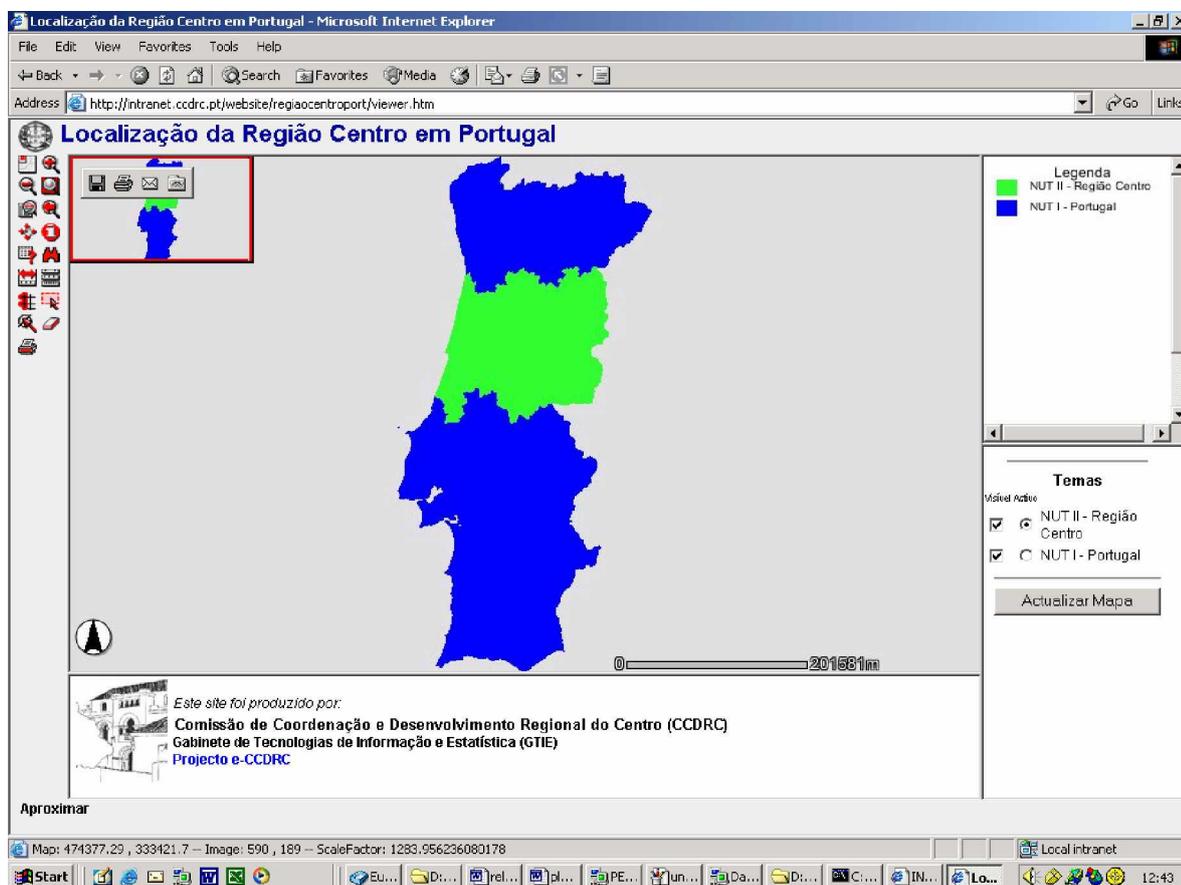
permitirá uma melhor política de planeamento e de ajuda à decisão na área do PO. Não existe nenhuma informação organizada de quais foram os investimentos patrocinados pelo PO e aquando de uma decisão ou parecer sobre um novo projecto não existe qualquer ferramenta de apoio à decisão.

Este site disponibiliza o SIG em ambiente Intranet permitindo ao utilizador realizar operações de visualização, consulta e análise dos dados. Os dados são fornecidos não só através da sua localização geográfica mas também através dos seus atributos numa base de dados.

Foram disponibilizadas na intranet as seguintes informações:

1. A CCDRC
2. A Região Centro
3. A nova região centro
4. O programa operacional
5. Áreas metropolitanas, comunidades urbanas e intermunicipais
6. Carta administrativa oficial
7. Estabelecimentos de utilização colectiva

A janela típica de todas as informações é a seguinte:



8. Conclusões



Penso que a acção deste Gabinete, e apesar os constrangimentos descritos anteriormente, pode ser considerada de positiva e que tem dado uma resposta eficiente às necessidades e desafios colocados pela CCDRC. Contudo existe ainda um longo percurso a percorrer para dotar esta Comissão de um Sistema de informação e Tecnologias de Comunicação que permitam um aumento da qualidade e quantidade de trabalho aqui executado.



Devem, em minha opinião, as TICs ser consideradas um eixo estratégico na edificação da nova CCDRC, já que irão permitir tomar os processos menos burocráticos, diminuir o tempo de resposta a solicitações externas e ao mesmo tempo que aumentar a qualidade da mesma e dotar a Comissão de ferramentas de apoio à decisão.

Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação

1. Apresentação

1.1. Enquadramento do GIDC

O Decreto-Lei n.º 127/2001 de 17 de Abril, define um conjunto de competências para actividade do Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) que se podem resumir nos seguintes itens:

- Informática;
- Sistemas de Informação Geográfica;
- Bases de Dados e Aplicações;
- Informação e Divulgação;
- Acções de formação.

1.2. Recursos humanos do GIDC

Os recursos humanos do GIDC estão organizados da seguinte forma:

Nome	Cargo	e-mail	Telefone
Prédio da Rodoviária			
Nuno Bravo	Chefe de Divisão do GIDC	nuno.bravo@ccdrc.pt	239 850 297 (297)
Vítor Amado	Técnico de Informática	vitor.amado@ccdrc.pt	239 850 265 (265)
Alfredo Batista	Técnico de Informática	alfredo.batista@ccdrc.pt	239 850 265 (265)
Cristina Seabra	Técnica Superior na área dos SIG	cristina.seabra@ccdrc.pt	239 850 296 (296)
Leonor Silva	Técnica na área de SIG	leonor.silva@ccdrc.pt	239 850 296 (296)
Nuno Redinha	Técnico especialista de Informática	nuno.redinha@ccdrc.pt	239 850 292 (292)
Sónia Cavaleiro	Técnica na área de SIG	sónia.cavaleiro@ccdrc.pt	239 850 296 (296)
Igor Caldeira	Técnico de Informática	igor.caldeira@ccdrc.pt	239 850 265 (265)
Paulo Mendes	Técnico na área de SIG	paulo.mendes@ccdrc.pt	239 850 292 (292)
Rua Bernardim Ribeiro, 80			
M. ^a Emília Amorim *	Assessora Principal na área de SIG	emilia.amorim@ccdrc.pt	239 858 212
Ana Maria Soares*	Técnica Profissional na área de SIG	ana.maria.soares@ccdrc.pt	239 858 213
* <i>Estão a colaborar com Direcção de Serviço de Gestão Territorial no âmbito da Delimitação da REN</i>			

1.2.1 Nuno Bravo, Chefe de Divisão

O GIDC é um serviço transversal a todos os Serviços da CCDRC (*Ambiente*) que é dirigido por um Chefe de Divisão, **Nuno Bravo**, que coordena as actividades de todos os seus colaboradores dentro das suas competências e de acordo com as necessidades dos Serviços.

Para além do desenvolvimento das tarefas incumbidas pela chefia de divisão, tem a seu cargo a Direcção Técnica do projecto HidroGest-Centro que tem como objectivo a aplicação de modelos de simulação de precipitação-escoamento numa bacia hidrográfica e de modelos hidráulicos integrados em Sistemas de Informação Geográfica, utilizando a sua valência de geo-processamento matricial, com as seguintes finalidades:

- Constituição de uma base de dados geo-referenciada das infra-estruturas mais significativas existentes na rede hidrográfica, com interferência no escoamento, para melhor suportarem o planeamento e a definição de prioridades de intervenção na rede hidrográfica;
- A utilização de métodos expeditos de cálculo de caudais líquidos em qualquer secção da rede hidrográfica do rio Mondego (nesta fase) com recurso às modernas ferramentas dos SIG, essencial para apoio a projectos e planos, com o objectivo último de contribuir para a

definição de caudais para diversas probabilidades de ocorrência, merecendo particular atenção os leitos de cheia, tal como definido pelo DL n.º 89/87, de 26 de Fevereiro;

- Aplicação de modelos hidrológicos e hidráulicos, amplamente validados, a uma sub-bacia piloto, a fim de verificar a viabilidade da sua aplicação à restante Bacia Hidrográfica.
- Levantamentos topográficos das linhas de água mais significativas e em áreas prioritárias da Bacia Hidrográfica.

A diversidade temática do trabalho desenvolvido ao longo do ano 2004, permitiu que o GIDC participasse de uma forma activa em diferentes eventos, nomeadamente:

- 7.º Congresso da Água, LNEC, 8 a 12 de Março de 2004; “Descentralização e Gestão Partilhada da Água - O princípio da subsidiariedade da proporcionalidade aplicado à gestão do Domínio Hídrico”; António Mota Lopes e Nuno Bravo
- Congresso Internacional sobre o Rio Minho 2004 - Uma Nova Cultura da Água para o Rio Minho, 26 a 28 de Maio de 2004, Melgaço, “Estudo dos Processos Fluviais com aplicação de Sistemas de Informação Geográfica”; Nuno Bravo e José Antunes do Carmo
- EUE04 – Encontro de utilizadores ESRI, 22 de Novembro de 2004, LNEC, “Sistemas de Informação Geográfica: Contributos para o planeamento regional na CCDR Centro”; José Duarte Gonçalves e Nuno Bravo
- Comemorações do Dia da Água, 25 de Novembro de 2005, INAG, “GeoHidro-Ceira – Delimitação de zonas em risco de cheia”; Nuno Bravo e António Mota Lopes
- Jornadas ESRI Portugal – Gestão avançada de modelos complexos de decisão, Auditório da CCDRC, 12 de Maio de 2004; “Sistema de Informação Geográfica Regional nos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território”; Nuno Bravo e Cristina Seabra
- VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, ESIG2004, 2 a 4 de Junho de 2004, Tagus Park, Oeiras; “Sistema Integrado de Informação Geográfica da CCDR do Centro”; Nuno Bravo, Cristina Seabra, Leonor Silva
- GISDay, Escola Profissional de Montemor-o-Velho, 17 de Novembro de 2004; “Sistema Integrado de Informação Geográfica da CCDR do Centro”; Nuno Bravo, Cristina Seabra, Leonor Silva

1.2.2. Vítor Manuel Rodrigues Amado, técnico de Informática

O técnico de Informática Vítor Manuel Rodrigues Amado, durante o ano de 2004 desenvolveu as seguintes actividades:

- a) Manutenção e acompanhamento (HelpDesk)
- b) Gestão e manutenção da intranet
- c) Gestão e manutenção da internet
- d) Análise de problemas e Estudo de soluções

a) Manutenção e acompanhamento (HelpDesk)

- Apoio aos utilizadores na utilização do sistema operativo e aplicações, incluindo as Divisões Sub-Regionais;
- Reparação, actualização e manutenção de equipamento informático na vertente de hardware, incluindo falhas na rede estruturada;
- Aconselhamento na escolha de Equipamento/Software.

b) Gestão e manutenção da intranet

- Mudança, para novo hardware, dos seguintes Servidores:
 - Centrodata
 - Venus (bases de Dados). Neste caso, apenas se verificou alteração de hardware (upgrade)
 - Novo Servidor de domínio em Windows 2003, para maior compatibilidade com o crescente número de clientes com o Windows XP instalado;
- Início do processo de implementação de novo Domínio Interno, baseado em Windows 2003/Active Directory;
- Implementação de rede lógica nas Divisões Sub-Regionais, com recurso a Windows 2003/Active Directory, por forma a uniformizar as configurações dos clientes, simplificar os acessos aos recursos partilhados, estender a todos os utilizadores o acesso à Internet, com recurso a modem/router para o efeito. Este trabalho implicou o estudo da estrutura do domínio (Active Directory), a configuração de servidor e implementação da solução. Esta solução contempla a futura integração das Divisões Sub-Regionais numa VPN que contempla todos os pólos da presente CCDRC;

c) Gestão e manutenção da internet

- Mudança, para novo hardware, dos seguintes Servidores:
 - Firewall

- Mail
- Implementação de novo Servidor de FTP (software), em substituição do existente, em equipamento obsoleto (situação provisória);
- Implementação dos servidores acima citados em dispositivo RACK, com gestão centralizada (um dispositivo I/O único para todos os servidores), recorrendo a switch KVM, por forma a otimizar o escasso espaço existente;
- Reconfiguração da Firewall, resultante da mudança de ISP; Aplicação de novas políticas de acesso à internet;
- Estudo e implementação de Servidor de Mail, em conformidade com o novo domínio (ccdr.pt), sua coordenação e integração com servidor similar nas instalações da Sede. Inclui a migração das contas de e-mail existentes, e reconfiguração do servidor de mail anterior, por forma a não haver interrupção no envio/recepção de mensagens durante a migração;

d) Análise de problemas e Estudo de soluções

- Estudo de solução empresarial para combate a malware (spyware, adware, etc). Embora se chegasse a uma conclusão, não foi ainda possível pôr em prática tal solução por limitações financeiras. Entretanto optou-se por solução freeware (spybot), com a desvantagem de a sua instalação e manutenção ser descentralizada. De referir que este problema, para além de fragilizar a privacidade, afecta gravemente não só o desempenho da Internet e da rede local, como também o desempenho da máquina, com evidentes prejuízos para a produtividade.
- Estudo de solução visando ligações seguras (leia-se livre de vírus e malware) para as Divisões Sub-Regionais, incluindo sistema de proxy; aguarda-se a efectivação da VPN para implementação dessa solução;
- Estudo de solução para optimização de tráfego interno de e-mail para as Divisões Sub-Regionais, de modo a não recorrer ao servidor principal (remoto). Esta solução não só reduz o tempo de envio/recepção de correio interno, como alivia o servidor principal. De momento não é possível implementar a solução por limitações financeiras.

1.2.3. Alfredo José Borges Baptista, técnico de Informática

O técnico de informática **Alfredo José Borges Baptista**, durante o ano de 2004, desempenhou as seguintes tarefas:

- a) Manutenção dos postos de trabalho/apoio a utilizadores;
- b) Gestão da Rede Informática
- c) Divisões Sub-Regionais
- d) Projectos

a) Manutenção dos postos de trabalho/apoio a utilizadores

Manutenção dos postos de trabalho da rede informática da ex-DRAOT (substituição, instalação e configuração de todo o tipo de hardware e software). Configuração dos postos de trabalho no acesso à rede local (TCP/IP, correio electrónico, Internet, recursos partilhados, impressoras de rede, etc.);

Apoio permanente aos utilizadores ao nível da utilização de software bem como na resolução de anomalias diversas;

b) Gestão da Rede Informática

Manutenção de servidor/domínio Windows 2000 Server (adição, configuração e manutenção de utilizadores; impressoras de rede; reservas de endereços IP, permissões; etc.), manutenção dos servidor de correio electrónico NETSCAPE (adição e manutenção de utilizadores), do Servidor http, do servidor FireWall e manutenção de software de protecção (FireWall);

Implementação de software de auditoria e inventário dos recursos informáticos;

c) Divisões Sub-Regionais

Levantamento e instalação de rede informática provisória nas Divisões sub-regionais da Guarda e Aveiro:

- Instalação de toda a cablagem de rede;
- Configuração dos postos de trabalho para operarem em ambiente de rede;
- Instalação de periféricos.

Instalação de ligação ADSL nas cinco Divisões sub-regionais:

- Configuração da ligação; criação de e-mails; instalação e configuração de anti-virus e firewall.

Levantamento e estudo prévio (para instalação de rede informática estruturada) das cinco divisões sub-regionais, bem como equipamento de base e equipamento para utilizadores da referida rede:

- Análise das propostas;

- Aquisição e recepção de servidores: Instalação de sistema operativo Windows 2003 Server; criação e configuração de domínio, criação de contas de utilizadores e migração de perfis para o novo domínio; instalação de impressoras de rede, configuração de acesso partilhado à Internet;
- Aquisição e recepção e instalação de postos de trabalho, máquinas fotográficas, scanners, GPS, PDA'S, e demonstração do seu funcionamento;
- Instalação de todo o software necessário aos utilizadores da rede informática.

d) Projectos

Apoio na elaboração dos projectos integrados no Programa Operacional da Região Centro ao nível de (estudos prévios, consultas às empresas fornecedoras de material informático e de software, elaboração de mapas comparativos, análise das propostas e elaboração de pareceres para aquisição de hardware e software, recepção, verificação e instalação de todo o material).

1.2.4. Igor José Caldeira, técnico de Informática (A. S.)

O técnico profissional Igor José Caldeira, durante o período de Agosto a Dezembro do ano de 2004, desenvolveu as suas tarefas no Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) no âmbito do projecto *HidroGest-Centro 2.ª fase*; e desempenhou as seguintes funções:

- a) Manutenção dos postos de trabalho/apoio a utilizadores;
- b) Gestão da Rede Informática

a) Manutenção dos postos de trabalho/apoio a utilizadores

Manutenção dos postos de trabalho da rede informática da ex-DRAOT (substituição, instalação e configuração de todo o tipo de hardware e software). Configuração dos postos de trabalho no acesso à rede local (TCP/IP, correio electrónico, Internet, recursos partilhados, impressoras de rede, etc.);

Apoio permanente aos utilizadores ao nível da utilização de software bem como na resolução de anomalias diversas;

b) Gestão da Rede Informática

Manutenção de servidor/domínio Windows 2000 Server (adição, configuração e manutenção de utilizadores; impressoras de rede; reservas de endereços IP, permissões; etc.), manutenção dos servidor de correio electrónico NETSCAPE (adição e manutenção de utilizadores), do Servidor http, do servidor FireWall e manutenção de software de protecção (FireWall);

1.2.5. Cristina Isabel d'Alcântara Carvalho Seabra Faria, técnica superior

A técnica superior Cristina Isabel d'Alcântara Carvalho Seabra Faria durante o ano 2004, esteve envolvida nas seguintes tarefas:

- a) Serviço de divulgação de informação interna e externa (GIDC_info_email)
- b) Formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais
- c) Representante da CCDRC no Concelho Coordenador de Cartografia (CCC) e Comissão Técnica (CT)
- d) Sistema de Informação e Infra-estrutura Regional de Informação Geográfica nos Domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território
- e) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio de ferramentas SIG
- f) Acompanhamento de estágio
- g) Estruturação, organização e disponibilização, na Intranet, de informação geográfica e documentação existente nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação e Comunicação
- h) **Gestão dos e-mails recebidos do geral@dra-centro.pt**
- i) Valorização Profissional

a) Serviço de divulgação de informação interna e externa (GIDC_info_email)

Este serviço tem uma periodicidade semanal e tem por objectivo a divulgação de notícias, legislação e documentação relacionadas com o ambiente, o ordenamento do território, a administração local e as tecnologias de informação e comunicação. É igualmente divulgada informação sobre a ocorrência de eventos relativos aos temas já referidos.

O GIDC_info_email é divulgado electronicamente por todos os colaboradores da CCDRC e ainda para colaboradores de outras instituições com interesse nos temas da informação compilada. Desde Setembro de 2004, o GIDC_info_email, para além de ser difundido por email e no sítio da ex-DRAOTC, está também disponível na Intranet, sendo possível aceder a números anteriores, armazenados numa base de dados desenvolvida para o efeito.

b) Formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais

No âmbito das competências do GIDC e conforme solicitado pelo Vice-Presidente, Dr. Girão Pereira, foram elaborados dois planos de formação na área da informática e novas tecnologias, em Abril/Maio e Novembro /Dezembro.

A técnica signatária deu formação na área da utilização das Novas Tecnologias, nomeadamente na utilização do Software ArcView, breves noções sobre informação geográfica, sistemas de informação geográfica e metadados.

De acordo com o primeiro plano de formação elaborado, a técnica signatária deu formação nas divisões Sub-Regionais de Aveiro, a 12 de Abril, Viseu, a 16 de Abril e Leiria, a 29 de Abril. No seguimento de cada uma das acções de formação foi elaborado um relatório. De acordo com o segundo plano de formação, para a técnica signatária estavam previstas três acções de formação: uma na sede, que foi anulada por falta de condições, um dia e meio na DSR de Aveiro e um dia e meio na DSR de Leiria. No entanto, os dias previstos para formação na DSR de Aveiro foram sempre utilizados para dar acompanhamento aos trabalhos de conversão de informação analógica para digital. Na DSR de Leiria, foi apenas dada a formação de meio dia.

c) Representante da CCDRC no Concelho Coordenador de Cartografia (CCC) e Comissão Técnica (CT)

Representante da CCDRC no CCC e numa CT criada no seguimento de uma reunião do CCC, com o objectivo de clarificar as definições apresentadas nos anteprojectos de Decreto-Lei relativos à criação do Registo Nacional de Cartografia (RNC) e ao Licenciamento da Actividade Cartográfica, enquadrados pelo D.L. n.º 193/95, de 28 de Julho.

Participação da CCDRC nas reuniões do CCC: foram organizadas duas reuniões, no Salão Nobre do MCOTA e MCALHDR, a 25 de Março e 26 de Outubro de 2004;

Participação da CCDRC na CT: a CT reuniu quatro vezes nas instalações do Instituto Geográfico Português, a 26 de Abril, 19 de Maio, 31 de Maio e 23 de Junho de 2004, e produziu um relatório com uma proposta de clarificação das definições, referidas anteriormente, e um conjunto de sugestões complementares relacionadas com uma apreciação mais geral do diploma, no qual se enquadrou o âmbito da actuação da CT (DL 193/95, de 28 de Julho)

d) Sistema de Informação e Infra-estrutura Regional de Informação Geográfica nos Domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território

No âmbito do sistema de informação que compete à CCDRC criar, pretende-se desenvolver um sistema integrado, no qual constem os projectos e bases de dados existentes, que fique acessível e disponível a todos os serviços e utilizadores. Por outro lado, uma vez que a área de actuação desta CCDR inclui toda a região centro e que a maioria dos processos tratados se encontram referenciados a uma determinada localização, pretende-se implementar a utilização de ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), nos projectos em curso. Estas ferramentas possibilitam a combinação de diferentes tipos de informação geográfica na análise dos vários

trabalhos em desenvolvimento nesta CCDR, permitindo uma maior eficácia nos processos de tomada de decisão.

Paralelamente, pretende-se implementar uma infra-estrutura regional de informação geográfica, nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, com o objectivo de facilitar o acesso aos dados geo-referenciados em formato digital. Este objectivo obriga à manutenção de um catálogo, o mais completo e actualizado possível, sobre a informação geográfica em formato digital existente nesta CCDR. Este catálogo é constituído por uma série de atributos que identificam e descrevem os dados geográficos. A este conjunto de informações sobre os dados geo-referenciados dá-se o nome de metadados.

Na perspectiva da criação de um sistema de informação integrado, com uma infra-estrutura regional de informação geográfica associada, fez-se o levantamento da informação geográfica existente e produzida nesta CCDR, dos projectos SIG em curso e previstos para 2004 e do software e aplicações, que inclui as bases de dados, existentes. Incluiu-se, neste levantamento, a inventariação das necessidades de aquisição de informação geográfica de base e de software/aplicações.

O levantamento da informação foi feito através de uma nota de serviço enviada para as Direcções de Serviço de Monitorização Ambiental, Gestão Ambiental, Litoral, Conservação da Natureza e Infra-estruturas e Gestão do Território, para o Gabinete de Tecnologias de Informação e Estatística, Gabinete de Informação, Divulgação e Comunicação e para a Unidade de Planeamento de Bacias Hidrográficas. A informação recolhida foi compilada e organizada no Gabinete de Informação, Divulgação e Comunicação (GIDC), tendo sido necessário estabelecer contactos adicionais com os diferentes serviços, para completar e esclarecer algumas situações.

O resultado da compilação da referida informação foi organizado sob a forma de relatório e apresentado num evento organizado pela ESRI, Jornadas ESRI 2004, que teve lugar no auditório da CCDRC, no dia 12 de Maio de 2004.

A necessidade de desenvolvimento do Sistema de Informação Integrado e a proposta de estrutura foram descritos num artigo apresentado no VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, ESIG2004, que teve lugar no Tagus Park em Oeiras, de 2 a 4 de Junho de 2004.

No evento GISDay, organizado pela Escola Profissional de Montemor-o-Velho, no dia 17 de Novembro de 2004, foram apresentados alguns exemplos de utilização das ferramentas SIG nas

actividades da CCDRC, nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, no contexto do Sistema de Informação Integrado que se pretende desenvolver.

Relativamente à infra-estrutura regional de informação geográfica, nos domínios do ambiente e do ordenamento do território a desenvolver no âmbito do Sistema de Informação Integrado, já foram compilados os metadados relativos à informação produzida e adquirida a outras instituições e a parte da informação produzida na CCDRC. A implementação da infra-estrutura regional de informação geográfica está, ainda, dependente da existência de equipamento adequado à instalação de software apropriado e de uma aplicação para os metadados, em fase final de desenvolvimento pelo Instituto Geográfico Português, que é a autoridade nacional da Cartografia.

e) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio de ferramentas SIG

Na sequência das acções de formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais (DSR) realizadas pelo GIDC, foi reconhecido o interesse da utilização das ferramentas SIG nas suas actividades e a consequente necessidade de conversão da informação (geográfica e alfa-numérica), nelas existente, em formato analógico para digital.

Assim sendo, iniciou-se o processo de recuperação da informação processual com carácter territorial existente nas Divisões Sub-Regionais, assim como a sua conversão de analógica em digital, geo-referenciação, digitalização e estruturação.

Este processo foi desenvolvido, numa primeira fase, na DSR de Aveiro, com sucesso, o que permitiu afinar as metodologias para aplicação nas restantes Divisões. Os trabalhos associados ao processo de conversão analógico-digital foram realizados em articulação com o projecto Monitorização, fiscalização e acompanhamento dos instrumentos de Ordenamento do Território.

Com base na metodologia desenvolvida para a DSR de Aveiro, foi implementado um procedimento semelhante na DSR de Leiria, adaptado à forma como a informação analógica se encontrava organizada. O trabalho de digitalização dos processos de ordenamento do território, relativos às indústrias e construções, da DSR de Leiria ficou concluído em Dezembro de 2004. Prevê-se que em 2005 os trabalhos prossigam na DSR de Leiria para os processos relativos a Loteamentos e ao ambiente, e que sejam iniciados os trabalhos nas restantes DSR (Castelo Branco, Guarda e Viseu).

Para a DSR de Aveiro foi dado algum apoio no carregamento de dados alfanuméricos, na base de dados Access, nomeadamente aos processos relativos a loteamentos. Para este tipo de processos

foi carregada a informação relativa ao tipo, número de processo, ano, concelho, freguesia, número de ordem e requerente.

f) Acompanhamento de estágio (ITAP – 2 meses)

No âmbito do projecto “Disponibilização da informação ao público no âmbito da Directiva 2003/4/CE e da convenção Aarhus”: componente relativa ao levantamento e caracterização dos empreendimentos sujeitos a Licença Ambiental com elaboração de base de dados geo-referenciada e à componente relativa ao levantamento e caracterização dos empreendimentos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental com elaboração de base de dados geo-referenciada, foi realizado um estágio de dois meses. O estágio consistiu na conversão de informação existente em formato analógico para digital, relativa a processos com Licença Ambiental e AIA, geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação, com o apoio de ferramentas SIG.

g) Estruturação, organização e disponibilização, na Intranet, de informação geográfica e documentação existente nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação e Comunicação

O desenvolvimento da Intranet permitiu a disponibilização de um conjunto de informação já existente no servidor Centrodta, através de browser. O acesso à informação passou assim a ser feito através de uma página local, que acede a uma base de dados onde está organizada a descrição da informação.

Foi assim necessário, carregar essa base de dados com a descrição de toda a informação já existente no Centrodta.

Diariamente é actualizada a informação relativa ao diário da República e à Legislação de interesse para as actividades desenvolvidas nesta CCDRC.

Sempre que é adicionado um tema de informação (documentação, apresentações, actas de eventos, publicações, dados históricos, lista de contactos) é necessário introduzir a sua descrição na base de dados correspondente.

Semanalmente é elaborado, na base de dados, o GIDC_Info_email.

As tarefas de actualização e manutenção da Intranet são realizadas alternadamente com a técnica Leonor Silva.

h) Gestão dos e-mails recebidos do geral@dra-centro.pt

As mensagens recebidas no endereço electrónico geral, normalmente relativas a pedidos de informação, reclamações, ou para informação/divulgação, são reencaminhadas para o serviço, ou

seu responsável, para dar seguimento, ou divulgadas a todos os colaboradores através do GIDC_Info_email.

i) Valorização Profissional

Curso “Controlo de Qualidade em Cartografia Numérica”; Departamento de Matemática Aplicada, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 21 a 23 de Janeiro de 2004.

“Jornadas ESRI Portugal – Gestão avançada de modelos complexos de decisão” realizadas pela ESRI Portugal, no auditório da CCDR-C no dia 12 de Maio.

ESIG2004 – VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, realizado pela USIG no Taguspark, entre os dias 2 e 4 de Junho.

GISDay 2004 – realizado pela Escola Profissional de Montemor-o-Velho, no dia 17 de Novembro.

j) Apresentações em Eventos

Jornadas ESRI Portugal – Gestão avançada de modelos complexos de decisão”, Auditório da CCDRC, 12 de Maio de 2004; “Sistema de Informação Geográfica Regional nos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território”; Nuno Bravo e Cristina Seabra

VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, ESIG2004, 2 a 4 de Junho de 2004, Tagus Park, Oeiras; “Sistema Integrado de Informação Geográfica da CCDR do Centro”; Nuno Bravo, Cristina Seabra, Leonor Silva

GISDay, Escola Profissional de Montemor-o-Velho, 17 de Novembro de 2004; “Sistema Integrado de Informação Geográfica da CCDR do Centro”; Nuno Bravo, Cristina Seabra, Leonor Silva

1.2.6. Maria Leonor Gomes da Silva, técnica

A técnica Maria Leonor Gomes da Silva durante o ano de 2004, esteve envolvida nas seguintes tarefas:

- a) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio a ferramentas SIG;
- b) Aplicações WebSIG;
- c) Disponibilização do Diário da Republica Electrónico; pesquisa, organização e disponibilização de diplomas legais específicos na Intranet;

- d) Estruturação, organização e disponibilização, na Intranet, de informação geográfica e documentação existente nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- e) Formação em Arcview nas Divisões Sub-Regionais;
- f) Actividades diversas do GIDC;
- g) Valorização Profissional.

a) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio a ferramentas SIG

No âmbito das actividades do GIDC de formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais (DSR) e dando seguimento a uma das sugestões referidas na informação n.º 200040, de 6/5/2004 (*Apoiar o processo de conversão da informação (geográfica e alfanumérica) existente nas DSR em formato analógico para digital*), deu-se início ao processo de conversão analógico-digital da informação geográfica existente na DSR'S.

Os trabalhos associados ao processo de conversão analógico-digital estão a ser realizados em articulação com o projecto Monitorização, fiscalização e acompanhamento dos instrumentos de Ordenamento do Território.

Até ao momento, já foram realizados todos os trabalhos para a DSR de Aveiro e encontra-se neste momento ainda em decurso os trabalhos a para a DSR de Leiria.

i. DSR de Aveiro:

A metodologia adoptada para os trabalhos a efectuar, durante a primeira fase, envolve os seguintes procedimentos:

Rasterização das folhas da Planta Topográfica na Escala 1/10000, existentes na DSR em formato analógico; (scanner A0 de rolo);

Geo-referenciação das folhas da Planta Topográfica na Escala 1/10000 (ArcView8);

Digitalização das áreas relativas a Indústrias, Loteamentos e Construções e carregamento da informação alfanumérica dos processos nas respectivas tabelas de atributos.

Os produtos a obter com base na metodologia descrita, consistem na geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica relativa aos processos de indústrias,

loteamentos e construções existentes nas DSR'S, de acordo com o tipo de processo e organizados por concelho.

A técnica realizou estes procedimentos, para os concelhos de Anadia, Aveiro, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Ovar e Vagos.

Para os concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Ovar e Vagos foram criados vários ficheiros, um ficheiro do tipo polígono e outro do tipo ponto para as Indústrias (IND), uma vez que a maioria das representações das indústrias era do tipo polígono, existindo ainda outras do tipo ponto. No caso da Construções (CHA) optou-se por representa-las por entidade do tipo ponto. Para os Loteamentos (LOT) foram criados também dois ficheiros, um do tipo ponto e outro do tipo polígono.

No concelho de Aveiro foram criados dois ficheiros, um do tipo ponto e outro do tipo polígono para os Loteamentos.

A informação carregada nas tabelas de atributos para estes ficheiros foi a seguinte:

- Tipo de processo (LOT, CHA, IND); Distrito; Concelho; Freguesia; N_Processo; Ano; Folha e N_Ordem (Somente para os Processos de Loteamento).

ii. DSR de Leiria:

A metodologia adoptada para os trabalhos a efectuar na DSR de Leiria foi ligeiramente diferente, devido ao facto de não existir a Planta Topográfica à escala 1/10000. A divisão possui a informação organizada por concelho e por folha da Carta Militar em dossiers com o extracto da folha da Carta Militar e com uma ficha contendo os dados do processo.

Assim, procedeu-se à digitalização no ecrã, com as folhas da Carta Militar existentes no servidor, da informação referente a Indústrias, Construções, Loteamentos, Processos RAN e REN entre outros.

A técnica digitalizou informação para os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Pombal.

Para o concelho de Leiria digitalizou as Industrias, nomeadamente nas folhas nº 272, 273, 284, 286 e 297; digitalizou os Loteamentos para as folhas nº 272, 273, 284, 285 e 297 e digitalizou as Construções para a folha nº 297. No concelho de Pombal digitalizou toda a informação para as Construções, Indústrias, Loteamentos e RAN. Para o concelho da Marinha Grande digitalizou as Industrias para as folhas nº 272 e 292.

A informação carregada nas tabelas de atributos foi a seguinte:

- Tipo de processo (LOT, CHA, IND); Distrito; Concelho; Freguesia; N_Processo; Ano; Folha e Requerente.

b) Aplicações WebSIG

O ArcIMS é um software que permite disponibilizar a informação geográfica na intranet de uma instituição e também para a internet, assim e tendo a CCDR Centro uma licença deste software, o Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação tem vindo a proceder a algumas aplicações para disponibilizar informação na intranet desta instituição nomeadamente a Carta Administrativa Oficial Portuguesa, as Energias Renováveis e a Monitorização da Água feita pela CCDRC.

A CCDRC é a instituição detentora da informação geográfica relativa aos Planos de Bacia Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis; essa informação é volumosa e encontra-se disponível no servidor, no entanto não se encontra de forma acessível para visualização e pesquisa, desta forma procedeu-se à organização e estruturação para a disponibilização da informação dos Planos de Bacia Hidrográfica em aplicações ArcIMS. Assim foram criados para as três bacias hidrográficas projectos com a seguinte informação: enquadramento na região centro; águas superficiais; os aquíferos; as subbacias; sistemas de drenagem e abastecimento; áreas naturais com protecção; monitorização da água feita pela CCDRC; as infraestruturas hidráulicas; o aproveitamento agrícola (só para o Plano Bacia Hidrográfica do Mondego); a Geologia e a rede viária.

c) Disponibilização do Diário da Republica Electrónico; pesquisa, organização e disponibilização de diplomas legais específicos na Intranet

O GIDC disponibiliza na sua intranet o Diário da Republica electrónico assim, todos os dias, é necessário colocar os ficheiros no servidor e disponibilizar os mesmos através da base de dados ligada à intranet.

Encontra-se ainda disponível na intranet a legislação referente aos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território que vinha sendo compilada por este gabinete, foi necessário estruturar e organizar esta informação para a intranet. Sempre que surge nova legislação nestes domínios, também é colocada no servidor e na intranet na respectiva categoria, por vezes é solicitada pelos técnicos da CCDRC outra legislação que não existe no servidor ou que de alguma forma lhe é necessária nas suas funções, que do mesmo modo se coloca no servidor e na intranet. Estas tarefas são realizadas pela técnica signatária e pela técnica Cristina Seabra. Disponibilização do DR no “FTP” para as Divisões sub-regionais poderem aceder ao mesmo.

d) Estruturação, organização e disponibilização, na Intranet, de informação geográfica e documentação existente nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação e Comunicação

O GIDC disponibiliza na intranet várias documentações nos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território, documentação interna da CCDRC, nomeadamente apresentações em seminários, os planos e relatórios de actividades e ainda a informação geográfica existente no servidor.

Assim numa primeira fase foi necessário estruturar essa informação e fazer uma pequena descrição na base de dados, que ao visualizar a intranet nos indique o que contém cada ficheiro. A técnica realiza esta tarefa alternadamente com a técnica Cristina Seabra. Esta tarefa nunca está terminada, pois à medida que vamos tendo acesso a nova documentação ou informação geográfica é necessário actualizá-la na base de dados da intranet.

e) Formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais

No âmbito das competências do GIDC e conforme foi solicitado pelo vice-presidente Drº Girão Pereira, foram elaborados dois planos de formação na área da informática e novas tecnologias, um em Abril/Maio e outro em Novembro/Dezembro.

A signatária deu formação na área das Novas Tecnologias, nomeadamente na utilização do software ArcView GIS e algumas noções sobre os sistemas de informação geográfica. Numa primeira fase falou-se em alguns conceitos dos Sistemas de Informação Geográfica, quais as vantagens em ter a informação georeferenciada, os tipos de entidades representadas e os modelos em que se pode apresentar a informação. Nas acções em Abril/Maio foi apresentado o ArcView 3.x em Novembro e como a CCDRC já possui versões mais actualizadas foi dada formação no ArcView 8.x.

A técnica deu formação nas Divisões Sub-Regionais de Castelo Branco e Guarda nos dias 8 e 23 de Abril, na segunda fase, ou seja em Novembro deslocou-se a Castelo Branco, Guarda e Viseu, nos dias 10, 12 e 19 respectivamente.

f) Actividades Diversas do GIDC

- Monitorização da Rede de Praias Balneares, quer as fluviais quer as marítimas;
- Monitorização da Rede de Qualidade da Água para Vida Piscícola;
- Monitorização da Rede de Qualidade da Água para Captações;
- Monitorização da Rede de Qualidade de Água;

Trabalhos realizados no ArcView, criando uma shapefile de pontos a partir das coordenadas retiradas no local pelos agentes de fiscalização. Trabalhos realizados para a divisão do laboratório da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (DSMA).

- Manutenção do Inventário do Parque Informático actualizado, registando sempre as alterações e as novas aquisições em termos de material informático.
- Responsável pela requisição e distribuição de toner para impressoras e fotocopiadoras comuns nos edifícios da rodoviária e n° 72.

g) Valorização Profissional

Curso de “**Controlo de Qualidade em Cartografia Numérica**” realizado pela Departamento de Matemática Aplicada, da Faculdade de Ciências, da Universidade do Porto, nos dias 21 a 23 de Janeiro de 2004.

Formação para os Vigilantes da Natureza realizada pela CCDR-C, nos dias 26 e 27 de Abril.

“Jornadas ESRI Portugal – Gestão avançada de modelos complexos de decisão” realizadas pela ESRI Portugal, no auditório da CCDR-C no dia 12 de Maio.

ESIG2004 – VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, realizado pela USIG no Taguspark, entre os dias 2 e 4 de Junho.

Conferência “O Alargamento da União Europeia – Implicações na Agricultura Nacional; A Agricultura e o Ordenamento do Território”, realizada no Auditório da CCDR – Centro, no dia 27 de Julho.

GISDay 2004 – realizado pela Escola Profissional de Montemor-o-Velho, no dia 17 de Novembro.

1.2.7. Sónia do Carmo Simões Talhadas Cavaleiro, técnica profissional (A. S.)

A técnica profissional Sónia do Carmo Simões Talhadas Cavaleiro, durante o período de Setembro a Dezembro do ano de 2004, desenvolveu as suas tarefas no Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) no âmbito do projecto *HidroGest-Centro 2.ª fase*; e desempenhou as seguintes funções:

- a) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio de ferramentas SIG
- b) Carregamento de dados alfanuméricos numa base de dados ACCESS dos processos de loteamento da DSR Aveiro;

- c) Correção da base de dados Filemaker da DSR Aveiro relativamente a registos da EX-DRAOT (Carregamento do n.º Processo, Código de Freguesia e Ano);
- d) Valorização Profissional

a) Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas Divisões Sub-Regionais, com o apoio de ferramentas SIG

No âmbito das actividades do GIDC de formação em ArcView nas Divisões Sub-Regionais (DSR) e dando seguimento a uma das sugestões referidas na informação n.º 200040, de 6/5/2004 (*Apoiar o processo de conversão da informação (geográfica e alfanumérica) existente nas DSR em formato analógico para digital*), deu-se início ao processo de conversão analógico-digital da informação geográfica existente na DSR'S.

Os trabalhos associados ao processo de conversão analógico-digital estão a ser realizados em articulação com o projecto *Monitorização, fiscalização e acompanhamento dos instrumentos de Ordenamento do Território*.

Os trabalhos realizados até ao momento foram: concluídos para a DSR de Aveiro e em implementação na DSR de Leiria.

i. Procedimentos para a DSR de Aveiro:

A metodologia adoptada para os trabalhos a efectuar, durante a primeira fase, envolve os seguintes procedimentos:

Rasterização das folhas da Planta Topográfica na Escala 1/10000, existentes na DSR em formato analógico; (scanner A0 de rolo);

Geo-referenciação das folhas da Planta Topográfica na Escala 1/10000 (ArcView8);

Digitalização das áreas relativas a Indústrias, Loteamentos e Construções e carregamento da informação alfanumérica dos processos nas respectivas tabelas de atributos.

Os produtos a obter com base na metodologia descrita, consistem na geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica relativa aos processos de indústrias, loteamentos e construções existentes nas DSR, de acordo com o tipo de processo e organizados por concelho.

Os procedimentos acima referidos foram realizados para os concelhos de Albergaria-a-Velha; Estarreja; Ílhavo e Murtosa.

Para os concelhos de Albergaria-a-Velha; Estarreja e Ílhavo foram criados vários ficheiros, um ficheiro do tipo polígono e outro do tipo ponto para as Indústrias (IND), uma vez que a maioria das representações das indústrias era do tipo polígono, existindo ainda outras do tipo ponto estas não foram feitas para o concelho da Murtosa devido a não existência de registos. No caso da Construções (CHA) optou-se por representa-las por entidade do tipo ponto. Para os Loteamentos (LOT) foram criados também dois ficheiros, um do tipo ponto e outro do tipo polígono.

A informação carregada nas tabelas de atributos para estes ficheiros foi a seguinte:

- Tipo de processo (LOT, CHA, IND); Distrito; Concelho; Freguesia; N_Processo; Ano; Folha e N_Ordem (Somente para os Processos de Loteamento).

ii. Procedimentos para a DSR de Leiria:

A metodologia adoptada para os trabalhos a efectuar na DSR de Leiria foi ligeiramente diferente, devido ao facto de não existir a Planta Topográfica à escala 1/10000. A divisão possui a informação organizada por concelho e por folha da Carta Militar em dossiers com o extracto da folha da Carta Militar e com uma ficha contendo os dados do processo.

Assim, procedeu-se à digitalização no ecrã, com as folhas da Carta Militar existentes no servidor, da informação referente a Indústrias, Construções, Loteamentos, Processos RAN e REN entre outros.

A técnica digitalizou informação para os concelhos de Pedrógão Grande, Marinha Grande, Leiria, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Batalha, Ansião e Alvaiázere.

Para o concelho de Leiria digitalizou as Industrias, nomeadamente nas folhas nº 285 e 273; digitalizou os Loteamentos para as folhas nº 296 e 298, digitalizou as Construções para a folha nº 285, 272 e 273, digitalizou ainda a informação correspondente a RAN e REN (excepto a folha nº298). No concelho de Alvaiázere foi feita toda a informação Construções, Indústrias, Loteamentos. Para os concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Ansião foi feita a informação referida a Construções e industrias. Para o concelho da Marinha Grande digitalizou toda a informação referida a Construções, Indústrias e Loteamentos (Excepto as Industrias para as folhas nº 272 e 292).

A informação carregada nas tabelas de atributos foi a seguinte:

- Tipo de processo (LOT, CHA, IND); Distrito; Concelho; Freguesia; N_Processo; Ano; Folha e Requerente.

b) Carregamento de dados alfanuméricos numa base de dados ACCESS dos processos de loteamento da DSR Aveiro

Procedeu-se ao carregamento de dados alfanuméricos referentes a processos de loteamentos na base de dados acima referida para os concelhos da jurisdição da DSR Aveiro.

A informação carregada nesta base de dados foi a seguinte: Tipo (LOT); n.º do Processo; Ano; Concelho; Freguesia/Localização; n.º Ordem e o Nome do Requerente.

c) Correção da base de dados FileMaker da DSR Aveiro relativamente a registos da EX-DRAOT

A signatária teve como tarefa a correcção e introdução de dados na base de dados utilizada pela DSR-Aveiro para dar as entradas dos processos da DSR, onde se verificou que existiam entradas de processos que não faziam parte da nossa área de jurisdição e começou-se por eliminar esses processos e de seguida preencheu-se os seguintes campos: número de processo, ano, concelho e freguesia nos registos que não tinham esta informação.

d) Valorização Profissional

Demonstração dos Sistemas Móveis de Informação Geográfica – realizado pela Escola Profissional de Montemor-o-Velho, no dia 19 de Fevereiro.

Acções de Formação em Cartografia Digital – Instituto Geográfico Português – Realizado do auditório da CCDR-Centro, 4 Maio 2004.

“Jornadas ESRI Portugal – Gestão avançada de modelos complexos de decisão” realizadas pela ESRI Portugal, no auditório da CCDR-C no dia 12 de Maio.

GISDay 2004 – realizado pela Escola Profissional de Montemor-o-Velho, no dia 17 de Novembro.

1.2.8. Gonçalo Nuno Pita Marques Redinha, técnico especialista de informática

O Técnico Especialista de Informática Gonçalo Nuno Pita Marques Redinha, durante o ano de 2004, desenvolveu as suas tarefas no Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) no âmbito do projecto *HidroGest-Centro 2.ª fase*; e desempenhou as seguintes funções:

- a) Desenvolvimento das páginas da intranet e respectivas aplicações: AIA, LA, PCH, Parques Eólicos, DR's, hidráulica, etc.
- b) Desenvolvimento do site “Caracterização dos Efluentes em Empresas da Região Centro”
- c) Formador de Microsoft Word e Excel nas Divisões Sub-Regionais
- d) Desenvolvimento de aplicações em Visual Basic (Entradas, IeHidrac, etc.)

e) Apoio ao programa de Emissão de Guias

Desenvolvimento do cd-rom de apresentação do projecto HidroGest 1ª Fase

a) Desenvolvimento das páginas da intranet

Desenvolvimento de um conjunto de páginas e a respectiva estrutura baseada em base de dados para a actual intranet (<http://centrodata>), nomeadamente o mecanismo de visualização e pesquisa do Info-Email, Diários da Republica, Contactos, Informação e documentação diversa e visualização do Websig. Foram também criadas um conjunto de ferramentas para o cálculo de secção de vazão e um conjunto de páginas para a introdução / visualização / gestão de informação relativa a AIA, PCH e Parques Eólicos.

b) Desenvolvimento do site “CEERC”

Desenvolvimento um conjunto de páginas para a disponibilização da informação relativa à Caracterização dos Efluentes Gasosos em Empresas da Região Centro, disponíveis na Internet (<http://www.dra-centro.pt>)

c) Formação nas Divisões Sub-Regionais

Formação sobre Excel e Word, durante o mês de Novembro e Dezembro, nas Divisões Sub-Regionais de Castelo Branco, Leiria, Viseu, Guarda e Aveiro, bem como na sede, em Coimbra.

d) Desenvolvimento de aplicações em Visual Basic

Desenvolvimento aplicações em Visual Basic, nomeadamente um protótipo para o registo de entradas e a introdução de melhorias no programa IeHidrac

e) Apoio ao programa de Guias

Apoio ao programa de emissão de guias, nomeadamente anulação e emissão de 2ªs vias e resolução de problemas

f) Desenvolvimento do cd-rom Hidrogest 1ª Fase

Desenvolvimento um cd-rom multimédia em Flash, com a apresentação do projecto Hidrogest 1ª Fase

1.2.9. Paulo Mendes, técnico profissional

O técnico profissional Paulo Mendes, durante o ano de 2004, desenvolveu as suas tarefas no âmbito do Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) no âmbito do projecto *HidroGest-Centro 2.ª fase*; e desempenhou as seguintes funções:

- a) IeHidrac – Infra-estruturas Hidráulicas
- b) Trabalhos de SIG
- c) Colaboração na elaboração de projectos candidatados ao QCA III:

a) IeHidrac – Infra-estruturas Hidráulicas

Esta aplicação foi desenvolvida no âmbito do projecto “HIDROGEST-CENTRO – na componente GeoHidro-Ceira”, fazendo parte integrante dos objectivos do projecto no que concerne ao inventário de infra-estruturas hidráulicas nas bacias hidrográficas.

A aplicação foi desenvolvida com base na informação existente e recolhida até 1997 no âmbito do projecto desenvolvido pelo INAG com a designação CADINFES, que continha a informação alfanumérica de geo-referenciação e de caracterização das infra-estruturas hidráulicas e ainda informação fotográfica.

A informação do CADINFES estava disponível numa aplicação pouco versátil para a sua consulta e inoperacional em termos de integração dos diferentes tipos de informação.

Assim, com a presente aplicação pretende-se integrar a toda a informação disponível, possibilitando a sua consulta de uma forma mais adequada, pelo que se poderá dispor de informação alfanumérica, geo-referenciada em mapas e integrada noutra informação de base disponível nas instituições e ainda a informação fotográfica de cada infra-estrutura hidráulica. A aplicação tem como objectivo o acesso à informação em ambiente de rede por vários utilizadores em simultâneo com a informação centralizada num servidor.

b) Trabalhos de SIG

No âmbito do projecto “HIDROGEST-CENTRO – na componente GeoHidro-Ceira”, desenvolvi várias tarefas relacionadas com a aplicação dos SIG à hidrologia e hidráulica, nomeadamente:

- Estudo prévio para extracção de inertes na albufeira do Açude-Ponte de Coimbra
- Delimitação das zonas afectadas pela cheia de 2001
- Preparação de ficheiros de dados para aplicação em modelos de hidrologia e hidráulica

- Delimitação automática de bacia hidrográfica e análise geomorfológica das bacias hidrográficas para determinação de caudais de cheias
- c) **Colaboração na elaboração de projectos candidatados ao QCA III:**
- Colaboração na execução dos procedimentos relativos ao projecto Hidogest-Centro 2ª fase
 - Colaboração na execução dos procedimentos relativos ao projecto Monitorização, Fiscalização e Acompanhamento dos Instrumentos de Ordenamento do Território

1.2.10 Outros recursos humanos

A Dr.^a **Maria Emília Amorim** encontra-se a desenvolver o seu trabalho, em Sistemas de Informação Geográfica, na Direcção de Serviço de Gestão Territorial, no âmbito da delimitação da REN de 2.^a Geração.

A D. **Ana Maria Soares** encontra-se a desenvolver o seu trabalho, em Sistemas de Informação Geográfica, na Direcção de Serviço de Gestão Territorial no âmbito da delimitação da REN de 2.^a Geração.

2. Informática

2.1. Caracterização

2.1.1. Hardware e rede informática

Para se avaliar o nível de adequação dos equipamentos ao trabalho desenvolvido por cada funcionário da *CCDR.CAmbiente*, o GIDC procede sistematicamente ao levantamento interno das dificuldades e carências existentes por Serviço. Assim:

Nas instalações da **DSGA** (Edifício da Rodoviária):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional;
- O parque informático existente satisfaz razoavelmente as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário adquirir para substituir 13 postos de trabalho e melhorar o desempenho de cerca de 13 postos de trabalho.

Nas instalações da **DSLNI** (Rua Padre Estêvão Cabral, 72):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional;

- O parque informático satisfaz as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário adquirir para substituir 10 postos de trabalho, melhorar o desempenho de cerca de 7 postos de trabalho e substituir um Servidor.

Nas instalações da **DSMA** (Rua Padre Estêvão Cabral, 72):

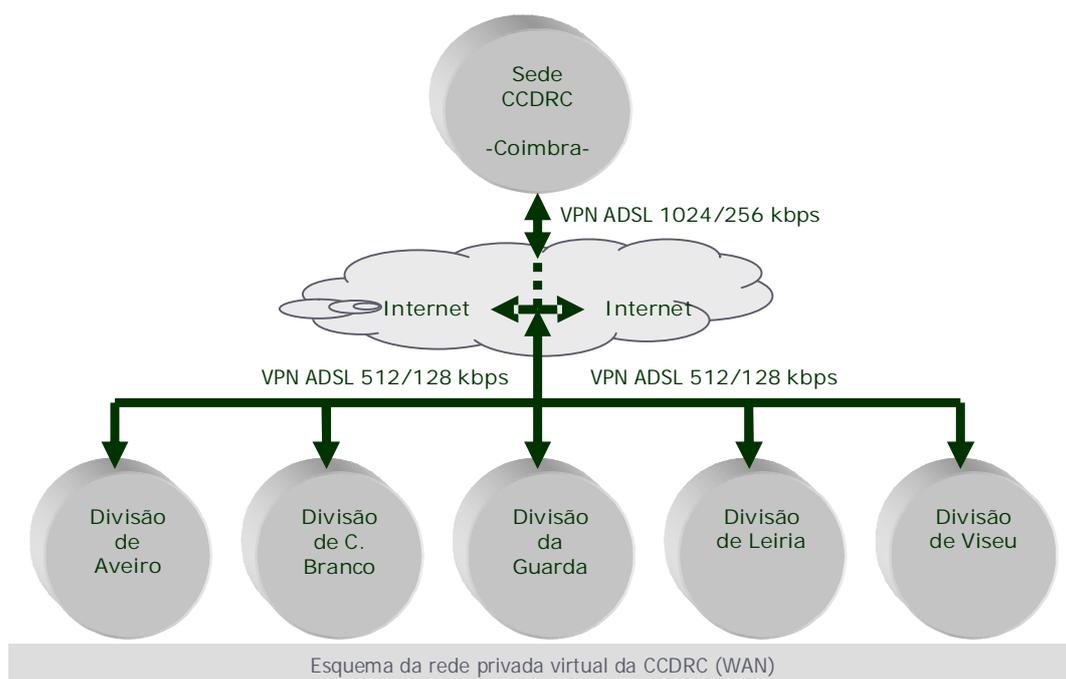
- A rede informática está completamente estruturada e funcional, exceptuando-se a ligação ao Laboratório que é de baixo débito;
- O parque informático satisfaz as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário melhorar o desempenho de cerca de 10 postos de trabalho.

Nas instalações da **Divisões Sub-Regionais** (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu):

- Durante o ano de 2004 foram infra-estruturadas as redes informática e telefónica de todas as Divisões Sub-Regionais;



- Tendo em vista a criação de uma rede virtual privada, foram adquiridos para as Div. Sub-Regionais do interior servidores Xeon. Para as Div. Sub-regionais do Litoral, serão colocados servidores, que se encontravam nas instalações da *CCDRC.Ambiente*.

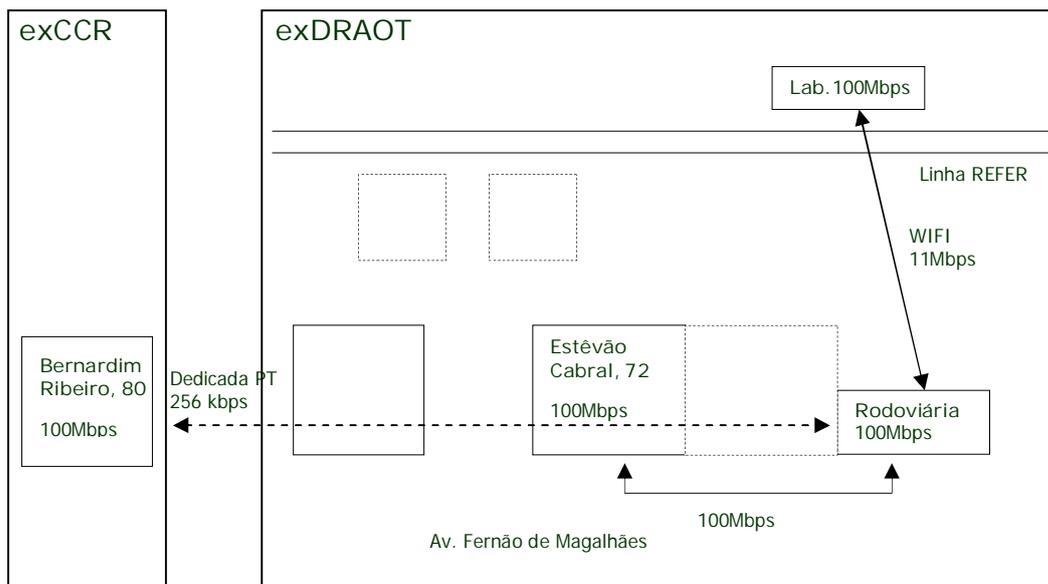


- Parque informático apesar de parcialmente obsoleto, durante o ano de 2004 sofreu um melhoramento substancial, com a aquisição de novos equipamentos e melhoramento de computadores e impressoras.

Os Serviços de Ambiente da CCDR Centro encontram-se separados fisicamente por três edifícios diferentes:

- Rua Padre Estêvão Cabral, n.º 72;
- Rua Fernão Magalhães - Edifício da Rodoviária;
- Laboratório, junto ao Açude Ponte;

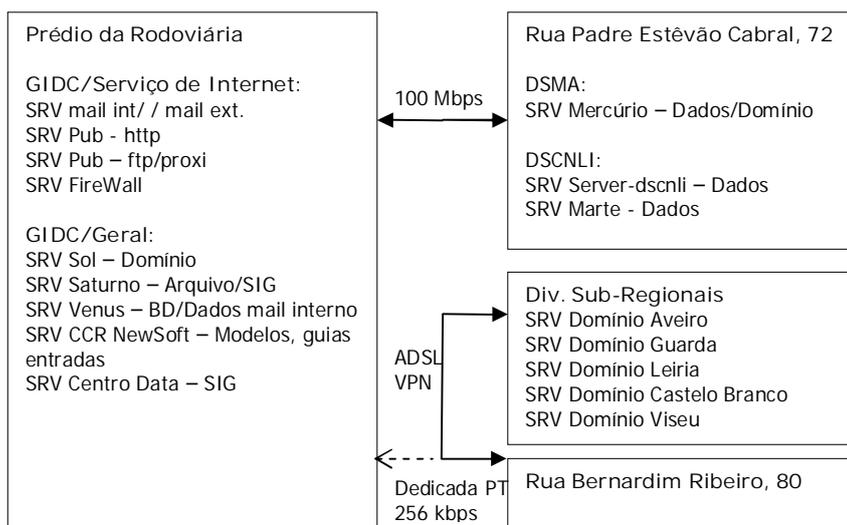
A rede informática entre os edifícios da Rodoviária e Padre Estêvão Cabral, 72 encontra-se ligada entre si através de cablagem de rede a 100Mbps. A ligação de rede com o Laboratório processa-se com base numa solução *wireless* Via Rádio com uma velocidade até 11 Mbts da Lucent Technologies. A ligação de rede com as instalações da Bernardim Ribeiro, 80 processa-se por linha dedicada 256 Kbps, com a seguinte configuração:



Esquema da rede informática da CCDRC

Estão instalados na *CCDRC.Ambiente 17* (dezassete) servidores com as seguintes tarefas: estabelecimento de ligações externas e internas; protecção; segurança; gestão de contas de rede; arquivo de dados digitais; aplicações em rede e gestão de impressão.

De referir que 4 dos 17 Servidores são exclusivos do serviço de *Internet*. Os servidores estão organizados de acordo com o diagrama seguinte:



Esquema do Sistema de Servidores CCDRC.Ambiente

2.1.2. Conectividade

A conectividade da *CCDRC.Ambiente* está assegurada por contratação de um serviço de acesso dedicado à Internet, à firma ONINET, com base numa ligação estabelecida por linha dedicada a 2 Mbps.

2.1.3. Software

A Secretaria-geral do MCOTA celebrou um contrato com a Microsoft Portugal para o fornecimento e manutenção de pacotes de *software* (Sistema Operativo + *Office* + *SQL Server*) em 1999, por um prazo de 3 anos. A *CCDRC.Ambiente* recebeu 50 licenças cuja manutenção expirou em Março de 2003. No entanto, as licenças de *software* da *Microsoft*, em utilização pela *CCDRC.Ambiente* continuam a coberto pelo acordo *MS Select* já estabelecido anteriormente com a então CCR-C.

Considerando que o equipamento adquirido para postos de trabalho inclui o sistema operativo, poder-se-á estimar-se uma taxa de licenciamento de sistemas operativos a rondar os 100%, e uma taxa de cerca de 100% para *software* de produtividade.

A *CCDRC.Ambiente* tem também distribuído pelos diferentes Serviços várias licenças de *software* dedicado para CAD e SIG.

2.1.4. Outros aspectos de índole geral

Em todos os edifícios da *CCDRC.Ambiente* continua-se a verificar a existência de instalações eléctricas deficientes, sendo a situação mais grave a do edifício 72. Esta é a principal causa para a avaria dos circuitos eléctricos e electrónicos do material informático, levando a que seja frequente a substituição de fontes de alimentação, discos e placas de memória, etc.

Actualmente existem condições para que todos os funcionários ligados a um posto de trabalho electrónico tenham acesso à rede informática geral da *CCDRC.Ambiente*, à Internet e ao e-mail, o que acontece na generalidade. Os funcionários poderão ainda aceder ao seu e-mail em casa através de um serviço de *webmail* que *CCDRC.Ambiente* dispõe.

2.2. Acções

2.2.1. Hardware e Rede Informática

Durante o ano 2004, face às dificuldades financeiras da *CCDRC*, não foi possível adquirir, de uma forma sistemática, material para substituição de equipamento obsoleto. Assim, os técnicos afectos à informática procederam na medida em que foi possível à compra de material avulso, nomeadamente: discos duros, placas gráficas, placas de memória, etc, e à reciclagem de componentes de máquinas avariadas no sentido assegurar o serviço de manutenção das máquinas existentes.

No entanto, no âmbito dos projectos candidatados ao QCA III, foi possível adquirir:

- Para os trabalhos a desenvolver no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, o seguinte equipamento: 4 estações gráficas; 1 *scanner*; impressora, 1 portátil, 3 máquinas fotográficas; Pen Drive; Discos externos;
- Para o Sistema de Internet da *ex-DRAOT*: 4 servidores para substituição dos existentes;
- Para o Serviço de Monitorização: 2 câmaras digitais Sony DSC-P72; 3 IPAQ; 3 Antenas GPS; 1 postos de trabalho; 3 portáteis; 3 Pen Drive's; 1 impressora;
- Para as Divisões Sub-Regionais do Litoral: 4 Máquina fotográfica digital; 2 Rádio Portátil para Topografia; 1 portátil; 2 IPAQ; 2 Antenas GPS; 13 postos de trabalho; 1 estação gráfica; 4 Pen Drive's; 3 HD portátil; Infra-estrutura de rede informática das Divisões Sub-Regionais de Aveiro e Leiria;
- Para as Divisões Sub-Regionais do interior: 4 Máquina fotográfica digital; 2 Rádio Portátil para Topografia; 1 portátil; 2 IPAQ; 2 Antenas GPS; 13 postos de trabalho; 1 estação gráfica; 4 Pen Drive's; 3 HD portátil; Infra-estrutura de rede informática das Divisões Sub-Regionais de Aveiro e Leiria;

Procedeu-se durante presente ano ao aumento de 10 terminais de rede no edifício da rodoviária.

2.2.2. Software

Com os projectos desenvolvidos na *ex-DRAOT*, candidatados ao QCA III, foi possível adquirir:

- Para os trabalhos a desenvolver no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, o seguinte *software*: *Software* para auditoria e inventário de computadores; licença de Arc SDE e ArcPAD, Omnipage; Omniform; Visual Fortran;
- Para o Serviço de Monitorização: 1 CorelDraw 11; 1 Adobe Acrobat Writer 6.0; 1 MS Office XP; 1 Sygate Personal Firewall; 1 Download Accelerator Plus 5.3; 1 Licença de Arc Gis 8.3;
- E ainda para as Divisões Sub-Regionais: 1 AutoDesk On Site View; 1 Vector Works 10 ArcPad; 1 Licença de Arc Gis 8.3; 1 Canvas 9; 1 MDT.

2.2.3. Conectividade

A conectividade da ex-DRAOT está presentemente assegurada por contratação de um serviço de acesso dedicado à *Internet*, à firma ONINET, com base numa ligação estabelecida por linha dedicada a 2 Mbps.

2.2.4. Apoio a projectos no âmbito do III QCA

O GIDC tem prestado apoio aos diferentes Serviços da *CCDRC* em projectos desenvolvidos no âmbito do III QCA, em matéria de aquisição de equipamento e software, nomeadamente:

- Projecto “e-CCDRC”
- Projecto ”Modernização e Reestruturação das Infra-Estruturas Tecnológicas e Monitorização Ambiental, Incluindo a sua Aquisição, Armazenamento e Processamento de Bases de Dados de Base Regional”;
- Projecto “Tecnologias de Informação Geográfica e Comunicação da Delimitação e Gestão da REN de 2ª Geração”;
- Projecto “Reforços das Capacidades de Gestão, Monitorização e de Fiscalização no Âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande”;

3. Sistemas de Informação Geográfica

3.1. Caracterização

O GIDC dispõe de uma infra-estrutura dedicada para Informação Geográfica, que é constituída por:

- Um servidor designado por *CentroData* que está a ser utilizado para a organização e gestão da Informação Geográfica;
- Uma infra-estrutura de metadados relativa à informação geográfica de base, temática e regulamentar (raster e vector) existente no Servidor *CentroData*. Esta informação geográfica é distribuída numa arquitectura *servidor-cliente* com recurso aos softwares *ArcExplorer*, *JAVA Edition* e *MrSid Viewer* ou através de transferência de ficheiros, via rede, para trabalho local com recurso ao software *ArcView* ou *AutoCad*.

3.2. Acções

O GIDC tem vindo a apoiar a DSGT na delimitação da REN dos PDM de 2ª Geração. Para a elaboração deste trabalho estão ao serviço da DSGT a Dr. Maria Emília Amorim e D. Ana Maria Soares.

O GIDC desenvolveu um projecto de disponibilização de informação geográfica via Internet sobre os Planos de Bacia Hidrográfica, parques eólicos e mini-hídricas, com recurso ao software *ArcIMS*. Este trabalho está a ser efectuado em colaboração com a DSGA.

O GIDC tem vindo a prestar apoio na constituição de diversas aplicações SIG na DSMA, nomeadamente: Praias Fluviais e Balneares, Rede de Qualidade da Água, Rede de Captações, Rede Hidrométrica, rede Udométrica, rede Piezométrica.

O GIDC tem colaborado com os Serviços de Gestão Ambiental no desenvolvimento de um projecto SIG para a exploração do sistema de informação de Monitorização dos Recursos Geológicos e Indústria Associadas na Região Centro.

O GIDC procede à recolha, análise e tratamento de informação geográfica produzida interna e externamente para que possa ser integrada na infra-estrutura da Informação Geográfica.

Instalação e customização *On-Job* e parameterização do software *ArcView 8.3* e *ArcIMS*.

4. Bases de Dados e Aplicações

4.1. Caracterização

No sentido de avaliar a situação das bases de dados em funcionamento na *ex-DRAOT*, o GIDC solicitou em 2002 uma auditoria a uma entidade externa que procedeu à caracterização de todas as Bases de Dados. Do relatório da auditoria constatou-se que existem cerca de 40 Bases de Dados independentes em funcionamento nas diversas Direcções e Divisões de Serviço. O facto das bases

de dados serem independentes e desarticuladas faz com que o trabalho de gestão documental seja multiplicado pelos diferentes serviços de secretariado das respectivas Direcções e Divisões de Serviço. Esta situação continua a manter-se actualmente.

O GIDC tem colaborado com outros Serviços em projectos de desenvolvimento de aplicações de análise técnica e de gestão de informação (SIG) nas áreas de Recursos Hídricos, Monitorização e Gestão Ambiental.

4.2. Acções

Tendo em conta a situação das Bases de Dados da *CCDR.CAmbiente*, atrás referida, está em curso o desenvolvimento de um sistema de informação (SI) centralizado que reúna as bases de dados utilizadas nos vários serviços. O SI deverá estar acessível a todos os utilizadores e estabelecer relações entre as várias bases de dados, para que seja possível aceder aos dados a partir de vários pontos de entrada. O SI deverá igualmente permitir a numeração automática e única dos vários processos existentes nesta CCDR. Neste sentido o GIDC, tem procedido à conversão de das BD independentes em BD relacionáveis para que a informação seja facilmente integrada no SI.

Assim sendo, iniciou-se o processo de recuperação da informação processual com carácter territorial existente nas Divisões Sub-Regionais, assim como a sua conversão de analógica em digital, geo-referenciação, digitalização e estruturação.

Este processo foi desenvolvido, numa primeira fase, na DSR de Aveiro, com sucesso, o que permitiu afinar as metodologias para aplicação nas restantes Divisões. Os trabalhos associados ao processo de conversão analógico-digital foram realizados em articulação com o projecto Monitorização, fiscalização e acompanhamento dos instrumentos de Ordenamento do Território.

Com base na metodologia desenvolvida para a DSR de Aveiro, foi implementado um procedimento semelhante na DSR de Leiria, adaptado à forma como a informação analógica se encontrava organizada. O trabalho de digitalização dos processos de ordenamento do território, relativos às indústrias e construções, da DSR de Leiria ficou concluído em Dezembro de 2004. Prevê-se que em 2005 os trabalhos prossigam na DSR de Leiria para os processos relativos a Loteamentos e ao ambiente, e que sejam iniciados os trabalhos nas restantes DSR (Castelo Branco, Guarda e Viseu).

O GIDC tem procedido à manutenção e adequação das bases de dados, acima referidas, de acordo com as necessidades da cada Serviço.

O GIDC tem colaborado com os Serviços de Gestão Ambiental no desenvolvimento e finalização de uma aplicação para a exploração do sistema de informação de Monitorização dos Recursos Geológicos e Indústria Associadas na Região Centro.

O GIDC tem também prestado apoio na coordenação do projecto da DSLCNI (Eng.º Mota Lopes) com a designação “Gestão Integrada do Domínio Hídrico – HidroGest – Centro na componente GeoHidro-Ceira”, com os seguintes objectivos:

- Apoio à execução de projecto e à decisão na área de competência dos serviços;
- Determinação automática de caudais para toda a Rede hidrográfica, para diferentes probabilidades de ocorrências;
- Levantamento sistemático de secções de linhas de água, com particular incidência na bacia.
- Complemento do cadastro das principais infra-estruturas físicas com interferência no escoamento, com particular incidência para a Sub-bacia do Ceira;
- Delimitação de leitos cheia conforme estabelecido no DL 89/97 de 26/2.

5. Informação e Divulgação

5.1. Caracterização

O GIDC dispõe de um *Servidor* designado de *CentroData* que faz parte integrante da infra-estrutura de Informação Geográfica, na qual está disponível toda cartografia de base *CCDRC.Ambiente* (*Raster* e *Vector*) e outra informação temática nas diferentes áreas de Ambiente e Ordenamento do território. No *CentroData* está também disponível outra informação, nomeadamente: Legislação, Documentação, Acervo Histórico, etc. O acesso à informação contida no *CentroData* está disponível através da Intranet da *CCDRC*.

A *CCDRC.Ambiente* contratou com a INCM uma assinatura anual do Diário da República Electrónico, que passou a estar disponível através da *Intranet*, no *link* e-DR.

A *CCDRC.Ambiente* só dispõe de *Webpage* desde Março de 2003, com alguns conteúdos temáticos e informação relevante sobre Ambiente e Ordenamento do Território.

Face às deficientes condições das instalações, às sucessivas mudanças que se registaram nos últimos anos na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território e às dificuldades financeiras da *CCDRC.Ambiente* o arquivo encontra-se organizado e instalado muito deficitariamente.

5.2. Acções

Actualmente o GIDC procede diariamente à verificação e gestão do correio electrónico geral geral@dra-centro.pt e sempre que existe uma mensagem externa relevante é devidamente reencaminhada para o Serviço adequado. O GIDC tem vindo a promover a divulgação semanal, interna e externa, de informação relevante nas áreas do Ambiente, do Ordenamento, da Conservação da Natureza, Sistema de Informação Geográfica, Hidroinformática, Legislação, Bibliografia, Eventos e Cases Studies, através de um boletim electrónico que designamos por *GIDC_Info_email*.

A divulgação externa é também efectuada através da página de internet da *ex-DRAOT*, www.dra-centro.pt, que está on-line desde Março do corrente ano. A *home-page* da *ex-DRAOT* tem vindo gradualmente a ser complementada com conteúdos das actividades desenvolvidas e com informação de relevância para os cidadãos.

6. Acções de formação

As dificuldades financeiras da *ex-DRAOT* fizeram-se sentir nesta área muito importante para a valorização dos nossos Recursos Humanos. Ainda assim, foi ainda possível, realizar, por duas fases, Março e Novembro, formação informática aos serviços mais carenciados, nomeadamente às Divisões Sub-Regionais, nos seguintes software:

- MS Windows
- Internet e email
- MS Word
- MS Excel
- ArcView

7. Actividade administrativa

Fax:

fax_200001.doc	Cristina Seabra	Desmontagem/Montagem de aparelhos de ar condicionado.
fax_200002.doc	Cristina Seabra	Envio de fichas de inscrição no curso de Formação sobre Controlo de Qualidade e
fax_200003.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200004.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200005.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200006.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200007.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200008.doc	DRAOTC	CONSULTA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO
fax_200009.doc	DRAOTC	Serviços de instalação de Ar-Condicionado
fax_200010.doc	Paulo Carreiró	Pedido autorização
fax_200011.doc	DRAOTC	Manutenção do serviço de conectividade
fax_200012.doc	Leonor Silva	Envio das Fichas de Inscrição para o ESIG2004
fax_200013.doc	Leonor Silva	Adjudicação da Proposta n.º LG520045364V01
Fax_200014.doc	Nuno	Montagem e manutenção de aparelhos de ar condicionado.
fax_200015.doc	Leonor Silva	Questionário de Avaliação da Satisfação do Cliente
fax_200016.doc	Nuno Bravo	Recolha de computador
Fax_200017.doc	Igor	Reparação de fotocopiadora
Fax_200018.doc	Leonor Silva	Orçamento para substituição de torneiras de segurança
Fax_200019.doc	Leonor Silva	Envio de fotocópia com os números de Série do Autodesk Land 3.
Fax_200020.doc	Leonor Silva	Envio de documentos referente ao III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006)

Notas de Serviço:

NS_200001.doc	Nuno Bravo	Sistema de informação para a monitorização dos recursos geológicos e indústrias
NS_200002.doc	Nuno Bravo	Facturas de manutenção das centrais telefónicas
NS_200003.doc	Leonor Silva	Inventário do Parque Informático
NS_200004.doc	Leonor Silva	Consulta Pública Grésil - Cerâmica e Pré-Esforçados Lda
NS_200005.doc	Leonor Silva	Envio de Facturas
NS_200006.doc	Leonor Silva	Envio da Factura da Interacesso
NS_200007.doc	Alfredo Baptista	Pedido Cabimentação
NS_200008.doc	Leonor Silva	Requisição de Material
NS_200009.doc	Leonor Silva	Consulta pública no âmbito de pedido de Licença Ambiental da Unidade de Criação
NS_200010.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito do pedido de Licença Ambiental da Unidade de Criação
NS_200011.doc	Leonor Silva	Projecto da Portaria
NS_200012.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito do pedido de Licença Ambiental FRIEDRICH GROHE PORT
NS_200013.doc	Leonor Silva	Formação Profissional na Divisão Sub-Regional da Guarda
NS_200014.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental "Instalação de eliminação e val
NS_200015.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental "Instalação destinada ao fabric
NS_200016.doc	Leonor Silva	Requisição de Toner para as impressoras comuns nos edifícios da Rodoviária, nº
NS_200016_A.doc	Leonor Silva	Requisição de Toner para as impressoras comuns nos edifícios da Rodoviária, nº
NS_200017.doc	Leonor Silva	Requisição de Toner para as impressoras comuns do Edifício da Rodoviária, nº72
NS_200018.doc	Cristina Seabra	Recolha de Informação
NS_200019.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental para a Instalação de Correia&Co
NS_200020.doc	Leonor Silva	Sistema Informático de Emissão de Guias
NS_200021.doc	Cristina Seabra	Disponibilização de dados
NS_200022.doc	Leonor Silva	Requisição de Material Informático
NS_200023.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental para a Instalação: "Soporcel -
NS_200024.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental Metalúrgica do Levira, S.A. - Si
NS_200025.doc	Leonor Silva	Prestação de Serviços da PT Comunicações no edifício da rodoviária
NS_200026.doc	Leonor Silva	Objectivos gerais para o plano de actividades do ano 2004 - GIDC
NS_200027.doc	Leonor Silva	Plano de Formação rectificado
NS_200028.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental - Tupai - Fábrica de Acessórios
NS_200029.doc	Leonor Silva	Plano de Formação das Acções de Formação a realizar nas instalações da CCDR. Cen
NS_200030.doc	Leonor Silva	Factura/Recibo n.º 2688 da Interacesso.
NS_200031.doc	Leonor Silva	Factura/Recibo 3104 da Interacesso.
NS_200032.doc	Leonor Silva	Consulta Pública no âmbito da Licença Ambiental - Soaluminio - Anodização e Com
NS_200033.doc	Leonor Silva	Acção de Formação para os Vigilantes da Natureza
NS_200034.doc	Leonor Silva	Trabalho de geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geogr
NS_200035.doc	Leonor Silva	Plano de Actividades de 2005 – Objectivos Gerais do GIDC

Informações:

0_Informações...	DRAOT-CENTRO\Leonor	
Inf_200001.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Curso de formação sobre Controlo de Qualidade em Cartografia Numérica
Inf_200002.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Viseu
Inf_200003.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Leiria
Inf_200004.doc	Administrators	Mudança de aparelhos de ar condicionado na ex-DRAOT
Inf_200005.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Castelo Branco
Inf_200006.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Aveiro
Inf_200007.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Base de Dados a fornecer à auditoria à exDRAOT-Centro
Inf_200008.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Castelo Branco
Inf_200009.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Aquisição de "TERMINAL ADAPTER"
Inf_200010.doc	Administrators	Toner para impressoras
Inf_200011.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Reparação de impressoras laser
Inf_200012.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório relativo à participação de duas técnicas da CCDRC no curso de formaçã
Inf_200013.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Aveiro
Inf_200014.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Sugestão sobre as matérias a abordar na acção de Formação Profissional dos Vigi
Inf_200015.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Substituição de representante da CCDR Centro na CRRABL
Inf_200016.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Transferência da central telefónica do Edifício 79 da exDRAOT
Inf_200017.doc	Administrators	Chaves para os elementos do GIDC
Inf_200018.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Viseu
Inf_200019.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional da Guarda
Inf_200020.doc	Administrators	Aquisição Kits ADSL Divisões
Inf_200021.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Espólio da CCDRC
Inf_200022.doc	Administrators	Equipamento para o GAT da Figueira da Foz
Inf_200023.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Inventário Parque Informático
Inf_200024.doc	Administrators	Equipamento para o GAT da Figueira da Foz
Inf_200025.doc	Administrators	Ligação da rede informática dos Edifícios 72 e Rodoviária
Inf_200026.doc	Administrators	Tecnologias de Informação Geográfica e Comunicação na Delimitação e Gestão da R
Inf_200027.doc	Administrators	Aquisição de material indispensável para a manutenção de equipamento informátic
Inf_200028.doc	Administrators	Conetividade
Inf_200029.doc	Administrators	Formação Interna nas Divisões Sub-Regionais
Inf_200030.doc	Administrators	Sistemas de informação para a monitorização dos recursos geológicos e indústria
Inf_200031.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na reunião do Conselho Coordenador de Cartog
Inf_200032.doc	Administrators	Hidrogest-Centro Acção de Controlo 1.º Nível - FEDER
Inf_200033.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Relatório da Formação em Castelo Branco
Inf_200034.doc	Administrators	AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS PARA IMPRESSORA HP COLOR LASERJET 4550N
Inf_200035.doc	Administrators	Manutenção das impressoras laser da ex-DRAOT
Inf_200035.doc	Administrators	Manutenção das impressoras laser da ex-DRAOT
Inf_200036.doc	Administrators	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DO SOFTWARE CENTENNIAL DIS...
Inf_200037.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Participação e apresentação do artigo "Sistema Integrado de Informação Geográfi
Inf_200038.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Relatório da acção de formação na Divisão Sub-Regional da Guarda, componente de
Inf_200039.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na reunião da Comissão Técnica do Conselho C
Inf_200040.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatórios das Acções de formação em AVE SIG nas DSR de Aveiro, Viseu e Leiria.
Inf_200041.doc	Administrators	Tecnologias de Informação Geográfica e Comunicação na Delimitação e Gestão da R
Inf_200042.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Comunicação da CCDR do Centro a apresentar no ESIG2004
Inf_200043.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Reparação das impressoras laser da ex-DRAOT, proposta de orçamento de peças...
Inf_200044.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	Peddo de Informação Geográfica dos Planos de Bacia Hidrográfica para a área do
Inf_200045.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na reunião da CT do CCC
Inf_200046.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na reunião da CT do CCC
Inf_200047.doc	DRAOT-CENTRO\Leonor	AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO (não saiu)
Inf_200048.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional da Guarda
Inf_200049.doc	Administrators	Realização de estágio curricular do curso técnicos de Sistemas de Infirmação Ge
Inf_200050.doc	Administrators	Equipamento para a Divisão Sub-Regional de Leiria
Inf_200051.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na reunião da CT do CCC
Inf_200052.doc	Administrators	Monitorização, Fiscalização e Acompanhamentos dos Instrumentos de Ordenamen...
Inf_200053.doc	Administrators	Sistema de abertura automática da porta do edifício da Rodoviária
Inf_200054.doc	Administrators	Ar condicionado nos Serviços da Fernão de Magalhães
Inf_200055.doc	S-1-5-21-1993962763-...	Projecto Monitorização, Fiscalização e Acompanhamentos dos Instrumentos de Orde
Inf_200056.doc	Administrators	Avaria grave de computador - Aquisição de componentes
Inf_200057.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica relati
Inf_200058.doc	Administrators	Projecto Monitorização, Fiscalização e Acompanhamentos dos Instrumentos de Orde
Inf_200059.doc	Administrators	Sistemas de informação para a monitorização dos recursos geológicos e industria
Inf_200060.doc	Administrators	Formação em informática para utilizadores
Inf_200061.doc	Administrators	DIÁRIO DA REPÚBLICA ELECTRÓNICO
Inf_200062.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório final do trabalho de geo-referenciação, digitalização e estruturação
Inf_200063.doc	Administrators	Equipamento novo atribuído à Divisão Sub-Regional de Leiria - Máquina fotográf
Inf_200064.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Relatório da participação da CCDRC na 7ª reunião do Conselho Coordenador de Car
Inf_200065.doc	DRAOT-CENTRO\cseabra	Formação em Informática para utilizadores nas Divisões Sub-Regionais
Inf_200066.doc	Administrators	Aquisição de disco para portátil do Dr. Abreu e Silva
Inf_200067.doc	S-1-5-21-1993962763-...	Monitorização, Fiscalização e Acompanhamentos dos Instrumentos de Ordenamen...

8. Nota final

Em termos de estratégia o GIDC considera que a CCDR Centro deverá apostar a curto e médio prazo no seguinte:

- Numa política uniforme de gestão de equipamento e software;
- Na criação de um grupo de trabalho de Investigação e Desenvolvimento ao nível da programação, para que possa criar e desenvolver aplicações técnicas, aplicações de gestão de dados e aplicações de divulgação;
- Continuação da conversão da informação existente em formato analógico para formato digital;
- Harmonização e compatibilização da identificação e numeração de processos na CCDRC, incluindo as Divisões Sub-Regionais;
- Generalização da utilização de informação geográfica em formato digital e recurso às ferramentas SIG para apoio à tomada de decisão;
- Dada a dispersão das instalações deverá ser equacionada a manutenção de uma equipa de apoio à informática, aos SIG e à divulgação, nas instalações da *CCDRC.Ambiente*, que trabalhe dentro dos parâmetros de gestão comum da CCDR.

GABINETE DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Chefe de Divisão: Drª Ana Saturnino

Principais Actividades Desenvolvidas:

Tratamento, difusão e armazenamento da informação recebida:

- Tratamento de Analíticos (artigos de periódicos) e monografias, disponibilizando-as na base de dados bibliográficos (PORBASE5)
- Atendimento personalizado, segundo o perfil do utilizador, na sala de leitura.
- Difusão da Informação através de publicações com informação actualizada do espólio do CDI como “*Informação Bibliográfica Trimestral*”, “*Boletim de Sumários Quinzenal*” e “*Publicações Editadas pela CCRC*”
- Base de Dados Bibliográfica na Internet – Sistema SIRIUS
- Arrumação directa e acessível, por grandes temas, da documentação: Ambiente, Turismo, Urbanismo, Direito e Monografias Locais (publicações sobre a região)
- Envio de Publicações
- Envio de Documentação

Organização de seminários:

- “*Rotas Culturais e Perspectivas de Desenvolvimento*” (Colóquio realizado no âmbito do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”)

Divulgação de Edições da CCRC:

- Brochura “*Mais Centro*” – Publicação do Programa Operacional da Região Centro
- Divulgação dos livros publicados no âmbito do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”

Indicadores de realização

Novos títulos entrados:

- Monografias - 256
- Periódicos - 10

Utilizadores da Sala de Leitura:

- Estudantes - 120
- Docentes - 21
- Funcionários Públicos/Técnicos - 20
- Outros – 8
- Investigadores - 20

Total - 189

Outros:

- Edições realizadas em Offset – 4
- Envio de Brochuras – cerca de 1218
- Envio de Publicações – cerca de 30
- Outra Informação – 350

Cedência de auditório - 50

Actividades relevantes para continuação em 2004

A maioria das actividades desenvolvidas no Centro de Documentação e Informação são de acção contínua, destacando, contudo, a criação de novas classificações por assunto da documentação existente, a continuação da participação com os restantes serviços da CCR e de outras entidades, no estudo e estabelecimento de uma rede de informação para o planeamento e apoio à criação de uma estrutura regional de informação para o desenvolvimento.

Apoio à divulgação do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”.

OFFSET

Actividades :

CCDR

Folhas de Ofício = 110 000

Papel Timbrado = 110 000

Convites

Cartões de Visita Cartões de Boas Festas = 500

Calendários para Secretária = 500

- **Trabalhos de Fotocópias e Encadernação**
- **Apoio ao Auditório**
- **Montagem e Apoio a Feiras e Exposições**
- **Edição da Publicação “Gestão de Resíduos Industriais em Portugal : uma abordagem económica” – no prelo**

GABINETE JURÍDICO

Chefe de Divisão: Dr^a Anabela Rodrigues

Refere-se o presente relatório à actividade desenvolvida no Gabinete Jurídico da ex-DRAOT-Centro no período compreendido entre **1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004**, visando-se numa forma sucinta evidenciar ainda as dificuldades sentidas no desenvolvimento das diversas tarefas realizadas e que de alguma forma justificam ou atenuam a circunstância do desempenho global não corresponder na íntegra ao desiderato a que nos propusemos, porquanto cientes de que a nossa prestação devia ter sido qualitativamente melhor já que em termos de quantidade dificilmente seria possível efectuar mais, atentos os meios materiais e os recursos humanos disponíveis.

Este sector assume particular relevância na sensibilização da comunidade da extensa área territorial que lhe está confiada para a necessidade de compatibilizar o exercício das actividades humanas com o respeito pelos imperativos de natureza ambiental e de índole urbanística numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, numa dialéctica entre vertente a preventiva-pedagógica e a sancionatória e em obediência às grandes linhas de orientação definidas em matéria de política ambiental.

Entre outras tarefas, incumbe ao GJ nos termos do artº 11º do D. L. nº 127/2001 de 17 de Abril, o apoio e aconselhamento jurídico, assegurar a realização de diligências decorrentes do contencioso administrativo e contra-ordenacional e ainda:

- Emitir pareceres, elaborar informações e proceder a estudos de natureza jurídica que lhe forem solicitados, por sua iniciativa ou na sequência de solicitações de entidades exteriores nomeadamente autarquias locais;
- Colaborar na elaboração de projectos de diplomas legais, de contratos ou quaisquer outros actos jurídicos;

- Proceder á identificação e análise de questões legais relacionadas com o ambiente e ordenamento do território, cujo esclarecimento se revele conveniente e promover a sua clarificação;
- Promover a instrução de processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor em matéria do ambiente e do ordenamento do território ocorridas na área geográfica e funcional de sua intervenção;
- Acompanhar os processos de contencioso administrativo, contra-ordenacional e judicial;
- Promover a instrução de processos disciplinares, de inquérito ou similares.

I- ACTIVIDADE REALIZADA NO GABINETE JURÍDICO

No período em apreço, a actividade do GJ repartiu-se do seguinte modo:

1. Processos de contra-ordenação instaurados por infracção à legislação ambiental e do ordenamento em vigor **3902**

Distribuindo-se as infracções pelos seguintes âmbitos materiais:

Poluição	1070
Obras	250
Furos de pesquisa e captação de águas	181
Extracção de Inertes	33
Reserva Ecológica	188
Ruído	30
Resíduos (incluindo mapas e guias de transporte)	1344
Circulação de veículos nas dunas	264
Qualidade do Ar (incluindo autocontrolos)	240
Queima resíduos a céu aberto	100
Sucatas	20
Pedreiras	8
Gestão pneus	20
Publicidade	14
Lamas (espalhamento no solo)	11
Outros (aterros, plantações, cortes de árvores ...)	72

Foram processados no GJ os seguintes documentos :

2. Ofícios	10 013
3. Notas de Serviço	308
4. Informações /pareceres	207
5. Guias de Depósito em triplicado para pagamento de coimas	2 698
6. Decisões proferidas em processos de contra-ordenação	4 110
7. Processos de Inquérito instaurados por acidentes de viação em que intervieram viaturas do Estado	6

II – COIMAS APLICADAS E COIMAS EFECTIVAMENTE COBRADAS

- ◆ As **4110** decisões proferidas referem-se predominantemente a processos registados no ano de 2003 e traduziram-se na **aplicação** de coimas no valor de **2 228 611,90 Euros** encontrando-se ainda pendentes da realização de diligências probatórias, a maioria dos processos relativos ao ano de 2004 pendentes (inquirição de testemunhas, realização de vistorias, apresentação de elementos por parte dos infractores como alvarás de licença, etc).
- ◆ No período em apreço, foram **efectivamente cobradas coimas** no montante de **1 076 798,22 Euros** e que constituem receita própria da ex-DRAOT sendo efectuado no GJ um mapa bi-mensal discriminando todas as coimas cobradas por infracção e respectiva repartição económica pelas diversas entidades, o qual é remetido à DSAF acompanhado dos duplicados das respectivas guias comprovando os pagamentos.

III – ORIGEM DOS AUTOS – COLABORAÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES

Os processos instaurados tiveram origem em autos de notícia lavrados pelas Equipas de Protecção da Natureza da GNR (EPNA ou SEPNA), pela Polícia Florestal (do Ministério da Agricultura) que diariamente nos remetem dezenas de autos para promoção processual e ainda por Vigilantes da Natureza do quadro deste organismo, reconhecendo-se a escassez destes profissionais e a falta de meios adequados e suficientes para cabal desempenho das suas funções, face á extensa área territorial que nos está adstrita, sendo que muitas vezes são os próprios técnicos que participam em modelo próprio existente para o efeito, situações que constataram directamente e que consubstanciam a prática de ilícito ambiental. Também as Câmaras Municipais e Polícia Marítima nos remetem autos de

notícia para prosseguimento de procedimento contra-ordenacional sobretudo em matéria de infracção à REN, circulação nas dunas e intervenções abusivas de concessionários no litoral.

IV – DECISÕES IMPUGNADAS E EXECUÇÕES

1. Das decisões proferidas apresentaram **recurso de impugnação 231** arguidos, cujos processos foram remetidos ao Tribunal competente para designação de data da audiência de julgamento.
2. Relativamente aos processos cujos arguidos não impugnaram a decisão, nem pagaram voluntariamente a coima aplicada foram remetidos ao Ministério Público para promoção da competente **execução** judicial elevando-se a **7** processos, embora existam inúmeros para passar à fase de execução judicial que ainda não foram enviados devido à actual necessidade de pagar inicialmente a taxa de justiça inicial para prossecução processual, face ao estabelecido no novo Código das Custas Judiciais, tendo já sido oportunamente elaborada informação propondo a previsão orçamental numa rubrica de despesa para o efeito. Acresce ainda referir que a prescrição da coima, quando o seu montante se integre nos valores do artº 17º do D. L. nº 433/82 (LQCO) ocorre logo que decorrido um ano sobre o trânsito em julgado da decisão inserindo-se a sua maioria nesta situação, já as coimas aplicadas superiores àqueles montantes são em geral, impugnadas.

V – MEDIDAS DE RESTABELECIMENTO DA LEGALIDADE

Independentemente da aplicação da coima, podem ser dirigidas ao arguido notificações para **reposição** da situação ao *state quo ante*, o que se aconselha nos casos em que as intervenções realizadas não são susceptíveis de legalização: por exemplo, obras efectuadas em solo REN ou em domínio hídrico com prejuízo para a funcionalidade da corrente ou dos ecossistemas.

Estes actos são destacáveis do procedimento contra-ordenacional, podendo ser objecto de recurso junto do Tribunal Administrativo e Fiscal competente, dando lugar a **providências cautelares**, que constituem um meio processual acessório **da acção administrativa principal** nos termos do novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Assiste ainda ao administrado, a faculdade de apresentar **recurso hierárquico** para o membro do governo que tutela o serviço emissor da ordem em crise de acordo com os preceitos do CPA bem como da legislação especial que lhe confira tal direito.

Todas as petições relativas a actos administrativos praticados em matéria ambiental apresentados no Tribunal Administrativo e Fiscal exigem do GJ a elaboração em prazo determinado pelo tribunal de peças processuais necessárias ao prosseguimento da marcha das acções devendo a autoridade administrativa recorrida esclarecer o Tribunal relativamente aos factos. Para tanto, torna-se necessário solicitar os elementos para sustentar as alegações e/ou esclarecimentos aos Departamentos de origem dos actos recorridos, bem como organizá-los dando-lhes a forma tecnicamente adequada para a respectiva finalidade.

PRINCIPAIS DIFICULDADES DO GJ NO EXERCÍCIO DA SUA ACTIVIDADE

Conforme relatórios e outras informações avulsas já elaborados oportunamente, as dificuldades com que nos deparamos em 2004 são idênticas às dos anos anteriores, destacando-se em síntese:

- Insuficiência de técnicos superiores juristas, com conhecimento e experiência necessária para cabal resposta às inúmeras solicitações, dispondo o GJ apenas do elemento que desempenha funções de chefe de divisão como jurista do quadro.
- A signatária além das funções próprias da direcção de toda a actividade desenvolvida no GJ, orientação dos estágios, coordenou e apoiou o sector administrativo, colaborando ainda com as outras Direcções de Serviços e Divisões, sendo demandada com frequência, a sua presença em reuniões promovidas por aquelas com outras entidades e/ou com administrados cujos assuntos do seu interesse pendem naquelas reclamando solução, apoiando ainda muitas vezes a elaboração de respostas escritas às entidades.
- Todos os esclarecimentos solicitados por Tribunais, IGA, Provedoria de Justiça, IGAT são encaminhados para o GJ tendo a chefe de divisão sempre diligenciado junto dos sectores (não raro com alguma insistência) onde existem os elementos a prestação dos mesmos, compilando toda a informação e elaborando as respectivas respostas.
- Igualmente tem sido responsável pela análise de todas as reclamações gratuitas apresentadas em sede de processos de contra-ordenação respondendo a cada exposição apresentada e prestando sempre dentro do possível os esclarecimentos que se reputarem adequados como por exemplo informações sobre competências de licenciamento e

respectivos requisitos, propondo casuisticamente condições suspensivas de coimas aplicadas, deferindo o pagamento de coimas em prestações e eventualmente propondo a revogação de algumas decisões face à superveniência de elementos trazidos ao processo por iniciativa do arguido, se isso se justificar como justo e se a tal não se opuser o interesse público.

- ✓ De 2004.01.01 a 2004.06.30 o GJ contou com a colaboração de três estagiários ao abrigo da Portaria 268/97 em cooperação com o IEFP.
- ✓ De 2004.07.01 a 2004.12.31 contou com a colaboração de dois juristas em regime de aquisição de serviços cujas prestações se revelaram valiosas para recuperação dos processos atrasados.
- ✓ O apoio administrativo foi prestado por quatro funcionárias administrativas as quais se consideram insuficientes, face ao elevado volume de trabalho, sua natureza e complexidade, a desenvolver permanentemente no GJ

Quanto ao espaço que foi atribuído ao GJ salienta-se que desde Agosto de 2004 que o sector ocupa uma área distinta tendo-se conseguido finalmente juntar todos os elementos e equipamentos, o que se regista como bastante positivo, tendo ainda sido disponibilizada recentemente uma sala para inquirição de testemunhas próxima da entrada o que há muito se tornava premente.

Igualmente se regista com apreço a elaboração de aplicação informática quer visa dar satisfação às inúmeras solicitações a que temos que responder, reputando-se vantajosa para obviar às dificuldades de pesquisa e compilação de informação que têm sido múltiplas.

RIME-CONCLUSÃO

Técnico: Carlos Manuel Esteves Curto

⇒ Recursos Humanos:

Afectos: A componente administrativa tem vindo a ser acompanhada de forma pontual pela D. Maria Emília Lamas. Na componente técnica verifica-se a participação do Dr. Paulo Cruz (execuções fiscais)

Envolvidos em Tarefas:

⇒ Actividades desenvolvidas no domínio das funções, etc.:

A Estrutura de Apoio Técnico do RIME foi desactivada em 31/12/2002, após conclusão da fase de execução do sistema de incentivos, sendo que as competências da CCDRC de gestão a nível regional têm vindo a ser satisfeitas sem integração em estrutura orgânica formal. Nessas enquadram-se: 1) Manutenção e gestão do sistema de informação; 2) Apreciação e decisão de propostas de rescisão de contratos de concessão de incentivos; 3) Análise de alterações e cessões de posição contratual; 4) Promoção de homologação ministerial de rescisões de contrato e cessões de posição contratual; 5) Participação em contencioso e preparação de processos de cobrança coerciva; 6) Gestão das reposições de incentivos resultantes de rescisões, resoluções e alterações e transferências para as entidades financiadoras dos montantes repostos (DGDR, IEFP, IGFSE); 7) Acompanhamento e registo das acções de fiscalização dos Centros de Emprego.

Em síntese, no decurso de 2004:

- 1) Procedeu-se à gestão e manutenção do sistema de informação interna (utilizando BD Fox);
- 2) Foram efectuadas reposições de incentivos (28 – 17 projectos) no montante total de 153.629,07€.
- 3) Foram desencadeados 7 processos de rescisão de contrato de concessão de incentivos

(homologadas).

- 4) Foram propostos para cobrança coerciva (execução fiscal) 53 processos;
- 5) Foram elaboradas informações relativas a alteração e conclusão de projectos, reclamações e/ou recursos hierárquicos e foi prestada informação aos promotores.

Foi, ainda, efectuado o acompanhamento das rescisões de contrato no âmbito do Sistema de Incentivos Regionais (SIR) e emitidos pareceres relativos a projectos candidatos às Iniciativas Locais de Emprego (Portaria 196/A/2001) – 400 pareceres sumários (aprx).

No âmbito do apoio aos Sistemas de Incentivos à Iniciativa Privada integrantes das AIBT do Eixo II (PO Centro) foi efectuado acompanhamento e análise de candidaturas candidatos à AIBT “Aldeias Históricas” e à AIBT “Vale do Côa”.

Gestão correio e arquivo dos documentos: Foram remetidos 504 documentos com registo de correio (média: 2,3 registos/dia), excluindo circulares e faxes.

DIVISÕES SUBREGIONAIS

Aveiro

INTRODUÇÃO

A Divisão Sub-Regional de Aveiro desenvolveu a sua actividade durante o ano de 2004, em todas as áreas de intervenção e nos vários domínios sob a jurisdição da CCDR-C, dentro do quadro legal das competências que lhe foram atribuídas.

Na área ambiental a actividade da Divisão tem incidido, também, no apoio às autarquias locais, através da realização de reuniões técnicas, da definição de áreas de jurisdição e nas soluções mais convenientes a adoptar, caso a caso. A intervenção neste domínio continua a intensificar-se, sendo cada vez mais activa e solicitada.

Relativamente às empresas industriais e às agro-pecuárias, a participação em vistorias técnicas conjuntas que envolvem as Direcções Regionais da Economia e da Agricultura, Câmaras Municipais, Direcção Regional de Pescas, Delegações de Saúde e Inspecção do Trabalho, continua a ser determinante para a adopção de sistemas de tratamento mais eficientes e eficazes, para uma gestão de resíduos direccionada para a redução, reciclagem e rentabilização, conducentes a uma melhoria gradual do meio ambiente.

Na área do ordenamento do território podemos destacar:

- Acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais e Intermunicipais do Ordenamento do Território;
- Apreciação de propostas de parecer sobre localização de equipamentos desportivos de utilização colectiva;
- Propostas de parecer sobre localização de estabelecimentos industriais;
- Apoio e acompanhamento das candidaturas para comparticipação de equipamentos colectivos do PIDAC (DGOTDU e DGAL);

- Verificação da conformidade e colheita dos elementos dos alvarás de loteamento, para fins estatísticos;
- Apoio técnico às Autarquias na área do Ordenamento e Ambiente.

A actividade da Divisão desenvolve-se ainda:

- Na análise e licenciamento de processos de utilização do Domínio Hídrico, no âmbito das competências delegadas;
- Na emissão de pareceres a processos cuja competência para a emissão do parecer final ou de licenciamento é da competência das várias Direcções de Serviços;
- Na realização de vistorias técnicas;
- Na inventariação de danos causados pela acção das inundações que ciclicamente ocorrem bem como na avaliação dos custos das reparações marginais das linhas de água;
- Na recolha de amostras de águas residuais e de lamas para análise laboratorial, a fim de identificar os infractores e sustentar os processos de contra-ordenação, especialmente em Tribunal;
- Na recolha de amostras de águas balneares (marítimas e fluviais), piscícolas e da rede de qualidade da água para análise laboratorial;
- Na averiguação e resposta às inúmeras reclamações que diariamente chegam à Divisão;
- No atendimento personalizado ao público, de forma a proporcionar um melhor esclarecimento aos utentes;
- Nas acções de fiscalização, por vezes com o apoio da GNR e da Brigada Fiscal da GNR, ou da Polícia Marítima, forças com que a Divisão continua a manter um excelente relacionamento e interacção, nomeadamente na extracção de inertes e no transporte de resíduos perigosos;
- No levantamento de Autos de Notícia, Embargo, Incumprimento de Embargo, Apreensão e de Selagem e na instrução de alguns processos de contra-ordenação;
- Na colaboração e apoio à DSLCNI, no âmbito do acompanhamento das obras de defesa da orla marítima e na realização das vistorias aos apoios de praia;
- Na colaboração e apoio à DSGA no âmbito das vistorias técnicas às indústrias e agro-pecuárias e na fiscalização de operações clandestinas de resíduos;
- Na colaboração com o Gabinete Jurídico e na defesa de processos de contra-ordenação em Tribunal, onde o nível de sucesso tem sido elevado.

Apesar do enorme e contínuo aumento de trabalho e da progressiva e acentuada escassez de meios humanos, a Divisão conseguiu manter um nível de desempenho apreciável.

1 - SITUAÇÃO EXISTENTE

1.1. - Recursos Humanos

Técnicos Superiores – 6 a)

Técnicos – 1 b)

Desenhadoras – 1

Assistente Administrativa Principal – 3 c)

Assistente Administrativa – 1 d)

Fiscais de Obras – 1

Vigilantes da Natureza – 3

- a)** 1 ausente do serviço durante 6 meses por férias de parto e baixa médica
- b)** 1 com projecto por um ano
- c)** 1 ausente por baixa médica durante 8 meses
- d)** destacada para o ex-DRIA

1.2. - Recursos Materiais

1.2.1. - Equipamento informático

O equipamento informático existente é suficiente e adequado às necessidades da Divisão.

Computadores:

PC. PEACOCK PE/62313

PC. PENTIUM

PC.ACER 920B

PC.PENTIUM III 648MHZ

PC. PENTIUM n.º 15974

PC. VILLASER

PC. SCSI

PC. FUJITSU/SIEMENS

PC. PENTIUM 4

PC. PEACOCK

PC DIGITAL

PC. FUJITSU/SIEMENS

PC. FUJITSU/SIEMENS

Impressoras:

HP mod. 895 CXI

HP mod. 670 C

HP LASERJET 1300

HP mod. 1120 C

HP mod. 540

HP LASERJET 5 MP

1.2.2. – Central telefónica

A central telefónica não tem capacidade para as extensões existentes, sendo frequentes as avarias, pelo que é urgente a sua substituição.

1.2.3. - Viaturas

Estão distribuídas à Divisão quatro viaturas, sendo uma destas todo-o-terreno em razoável estado de conservação, mas já com 244.479 km e quase 9 anos, uma ligeira Renault 4 GTL com 18 anos e 140.2257 km, um ligeiro de passageiros com 8 anos e 81638 km e ainda um misto a diesel com quase 8 anos e 110.668 km.

No quadro anexo estão identificadas as viaturas utilizadas na Divisão, bem como os quilómetros percorridos até 31 de Dezembro.

QUADRO I - Viaturas utilizadas em 2004

VIATURA	kms Percorridos e Acumulados	Combustível Abastecido	Despesas Manutenção (€)
68-29-GC	20.466 244.479	1.490,78 lts	1.321,95
49-26-MH	12.656 81.638	716,08 lts	411,14
52-40-HV	25.901 110.668	1.203,73 lts	441,04
OH-95-80	6.147 140.257	470,0 lts	216,14

1.3 - Carências sentidas na Divisão

1.3.1 - Pessoal

São várias as carências a este nível, que reputamos de urgente resolução e das quais apontamos as seguintes:

- **Técnicos:** 1 da área de engenharia de ambiente e 1 de engenharia agrária.
- **Vigilantes da Natureza:** a existência de apenas 3 vigilantes, um dos quais com cerca de 40 anos de serviço e à beira da reforma, não permite a realização de uma fiscalização activa e eficaz (a fiscalização reactiva não conduz a uma acção preventiva), nem a constituição de equipas de fiscalização ou piquetes de prevenção aos fins-de-semana. A fiscalização terá de ser, natural e inevitavelmente efectuada por pessoas.

Para uma área de jurisdição particularmente complicada e difícil como é a da Divisão de Aveiro, o número máximo e indispensável de vigilantes é de oito, de modo a permitir a realização de uma fiscalização que entendemos dever ser preventiva e eficaz.

1.2. 2 - Viaturas

A cada vez maior pressão exercida na área de jurisdição da Divisão, nomeadamente na colheita nas amostras de águas balneares, aquícolas e da rede de qualidade da água, bem como da fiscalização, não é de todo compatível com a existência de apenas uma viatura todo-o-terreno, pelo que consideramos imprescindível a atribuição de mais uma viatura deste tipo e de uma ligeira para substituição da que já ultrapassou o prazo de validade.

1.3.3 - Meios informáticos

Tem sido feito um grande esforço para dotar a Divisão de meios informáticos capazes. A instalação em rede, a criação da base de dados e a georeferenciação dos processos foi sem dúvida uma mais valia.

2 - Actividade Desenvolvida.

2.1 – Obras marginais

A protecção marginal e a reparação dos caminhos/diques marginais que não foi possível fazer em 2003 (decorrentes das cheias que tiveram lugar no início de 2003) foram completados em 2004, nomeadamente nos rios Vouga, Águeda, Marnel, Cértima e Cárter. Esta foi uma actividade em que a Divisão se empenhou na colaboração com a Divisão de Infra-estruturas.

2.1.1 - Extracção de inertes

Através dos levantamentos topográficos efectuados a alguns areais, foi possível, dentro dos condicionalismos existentes, fazer algumas extracções de inertes, essencialmente para as autarquias e que foram fiscalizadas pela Divisão.

2.1.2 - Limpeza de linhas de água

Com a colaboração das Autarquias Locais, foi efectuado o levantamento do estado de limpeza de muitas linhas de água não navegáveis nem flutuáveis da área da Divisão, tendo sido elaborados os respectivos Editais de notificação. A publicitação destes Editais, com a notificação dos proprietários ou rendeiros dos prédios confinantes à execução dos trabalhos, de acordo com a legislação em vigor, é feita numa estreita colaboração com as Juntas de Freguesia.

2.1.3 - Fiscalização

A Divisão Sub-Regional de Aveiro tem vindo a desenvolver as suas acções de fiscalização, nas várias áreas da sua competência, com especial incidência na poluição, na extracção de inertes em áreas de REN e DPH; construções ilegais nos DPH, DPM, REN, ZPE da Ria de Aveiro e leitos de cheia; transporte, descarga e queima de resíduos industriais; plantação e corte de árvores; abertura de furos de pesquisa e captação de água subterrânea; circulação de viaturas nas dunas e praias; apoios de praia, etc, etc..

Das intervenções realizadas, resultaram várias centenas de Autos de Notícia, máquinas e viaturas apreendidas, obras, escavações e aterros embargados.

A colaboração com as forças militarizadas, designadamente com o comando da GNR de Aveiro, destacamentos da GNR de Águeda, Cantanhede e Ovar, Postos da GNR de Estarreja, Anadia, Ílhavo, Murtosa, Sever do Vouga e Vagos, destacamento da Brigada Fiscal da GNR de Aveiro e Espinho e da Policia Marítima, continua a ser determinante nas acções de fiscalização desenvolvidas na extracção de inertes nas áreas de REN, com as respectivas apreensões e ainda na selagem de equipamentos e no embargo de obras.

De salientar a disponibilidade imediata e a actuação expedita com que estas forças têm respondido às solicitações da Divisão, com as acções a desenvolverem-se em estreita colaboração. De referir ainda os contactos frutuozos que foram estabelecidos com o comando da GNR do distrito de Aveiro.

Para satisfazer os compromissos com a colheita de água para análise (balneares, piscícolas e da rede de qualidade da água) são ocupados dois ou três dias por semana durante vários meses, dois vigilantes da natureza, o que reduz ainda mais a eficácia da fiscalização.

2.1.4 - Notificações

A constante preocupação com a melhoria ambiental, tem sido, nomeadamente no controlo da poluição, um dos trabalhos em que a Divisão se tem empenhado, com a notificação a várias empresas de vários sectores de actividade económica, promovendo o licenciamento de utilização do Domínio Hídrico.

Foram ainda analisados, vistoriados e licenciados directamente ou informadas várias centenas de processos.

2.1.5 - Orla Marítima

O acompanhamento e fiscalização das obras de defesa da orla costeira, as vistorias conjuntas dos apoios de praia, efectuadas com as várias entidades envolvidas, têm constituído uma importante área de acção da Divisão, que se tem empenhado no apoio à DSLCNI nesta matéria, quer através do Chefe de Divisão, quer pelos agentes da fiscalização.

2.1.6 - Licenciamento

A Divisão, dentro das competências delegadas, emitiu quase três centenas de licenças de utilização do domínio hídrico.

2.1.7 - Sector administrativo

Os funcionários do sector administrativo da Divisão processaram, durante o ano de 2004, alguns milhares de documentos, como consta dos quadros a seguir apresentados.

**QUADRO II - DOCUMENTAÇÃO PROCESSADA EM 2003
SECTOR DA ÁREA AMBIENTAL**

TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO DE DOCUMENTOS
Documentos entrados na Divisão	4789
Ofícios emitidos	2.179
Notas de Serviço emitidas	3.508
Informações emitidas	317
Alvarás de Licença de U. D. Hídrico emitidos pela Divisão	272
Alv. de U.D.H. emitidos pela Direcção, processados na Divisão	547
Guias de Receita do Estado emitidas	1869
Processos Formados	1926
Registo de Embarcações	6

Notificações Pequeno Utilizador Domínio Hídrico (captações)	93
---	----

QUADRO III – AUTOS LAVRADOS

DESIGNAÇÃO DO AUTO	NÚMERO DE AUTOS
Autos de Notícia	487
Autos de Advertência	20
Autos de Apreensão	1
Autos de Embargo	9
Autos de Incumprimento Embargo	2
Autos de Selagem de Equipamentos	2
Autos de Vistoria	62

QUADRO IV - RECEITAS ARRECADADAS PELA DIVISÃO EM 2003

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
RECEITAS (€)	7.835,63	5.290,03	4.835,19	6.494,81	7.876,22	14.834,05	15.717,63	12.867,96	9.934,13	10.766,90	10.378,77	6.553,54	113.384,86

Conclusão

Da análise do relatório que se pretendeu sucinto, tem-se uma panorâmica global da actividade desenvolvida pela Divisão Sub-Regional de Aveiro até 31 de Dezembro de 2004 e retirar as seguintes conclusões:

- A falta de meios humanos, acrescida das situações de ausência prolongada que se verificam durante o ano, quase levou à rotura do serviço, o que só foi evitado com enorme esforço. Como já foi referido em anos anteriores e durante o ano a que se reporta este relatório, com o actual quadro de fiscalização (apenas 3 vigilantes da natureza) não poderão ser assacadas responsabilidades a esta Divisão por eventuais falhas nesta matéria;
- As dificuldades criadas pela falta de pessoal, não têm, ainda, impedido que o atendimento ao público continue a ser personalizado, o que é conseguido com o empenhamento e esforço dos funcionários. A área administrativa encontra-se muito deficitária, fruto de baixa prolongada por doença de uma funcionária e ao destacamento de outra para o ex.: DRIA, no âmbito do protocolo estabelecido com a APA (Administração do Porto de Aveiro).
- A Divisão continua a ter como prioridade, a rapidez e eficácia no processamento e resposta aos milhares de documentos entrados;
- Apesar das muitas limitações já referidas, a fiscalização continua a exercer-se com alguma eficácia, quer no levantamento de autos de notícia e de embargo, bem como de selagem de equipamentos e de apreensão de máquinas e viaturas (área em que o responsável da Divisão também se empenha pessoalmente), quer ainda na defesa de processos de contra-ordenação em tribunal.

O reforço da fiscalização será uma das prioridades a ter, por forma a que não ocorram situações de rotura, que poderão ter graves consequências, por falta de meios humanos; a drástica diminuição do número de vigilantes da natureza poderá conduzir, a curto prazo, a situações que poderão por em causa a credibilidade da Instituição, uma vez que estamos perante uma Divisão cuja área territorial se reveste de uma grande sensibilidade em termos ambientais e de ordenamento, aliados à grande pressão exercida pelo crescimento demográfico.

A adequação da Divisão em meios humanos e materiais é imprescindível para que se possam continuar a exercer, com o maior rigor e eficácia possíveis, todas as actividades inerentes às suas competências.

CASTELO BRANCO

1. INTRODUÇÃO

Ao nível administrativo o ano de 2004 foi marcado, ainda, pela consolidação da reorganização dos serviços decorrente da entrada em vigor do D.L. 104/2003 de 23 de Maio, bem como pela mudança da tutela que, com a entrada em vigor da orgânica do XVI Governo (Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro) passou a ser o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.

A consolidação desta reorganização, ao nível desta DSR, foi acompanhada pela constituição de um Fundo de Maneio, aprovado por despacho superior de 19.03.2004, o que muito veio agilizar e flexibilizar a gestão corrente de pequenas despesas essenciais para garantir o bom funcionamento dos serviços.

Foi ainda possível verificar o início da aplicação de projectos de desenvolvimento a nível informático e de comunicações com a recepção de 3 computadores (2 deles novos), uma impressora laser monocromática e, já no final do ano, com pré-instalação da rede interna.

Ao nível dos meios humanos a única alteração ocorrida resulta da finalização do período de estágio de um Vigilante da Natureza e a sua integração definitiva nos quadros da CCDRC por nomeação, a 09.06.2004.

2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Das atribuições que legalmente estão cometidas à CCDRC mereceram especial atenção desta DSR, as seguintes:

- *Apoio às actividades de gestão e informação da responsabilidade da CCDRC a nível local;*
- *Recolha de informação para cadastros e inventários nas áreas de intervenção da CCDRC;*
- *Apoio à delimitação, classificação e emissão de licenças e concessões da responsabilidade da CCDRC;*

- *Fiscalização do cumprimento da legislação ambiental aplicável e das condições dos pareceres, licenças e concessões emitidos pela CCDRC;*
- *Apoio na promoção da conservação e valorização da rede hidrográfica ...;*
- *Apoio ao acompanhamento das obras da responsabilidade da CCDRC decorrentes de programas e de projectos de âmbito nacional e comunitário no domínio dos equipamentos e infra-estruturas, bem como de obras decorrentes de contratos-programa;*
- *Atendimento, sensibilização e apoio dos utilizadores e do público em geral nas áreas de competência da CCDRC.*

De acordo com as competências delegadas, esta DSR emite Pareceres, Autorizações, Declarações, Licenças e suas revalidações no âmbito da utilização do Domínio Hídrico, relativas a um conjunto alargado de intervenções que se encontram genericamente definidas no D.L. 46/94 de 22 de Fevereiro.

De salientar aqui, por se referir também a uma competência atribuída a esta DSR, o acompanhamento da adequação ambiental de cerca de 200 Lagares, dos quais 166 foram por nós licenciados para a campanha 2004/2005.

Igualmente nesta DSR são emitidas Certidões, Pareceres, Autorizações Prévias, Aprovação de Projectos e Informações Técnicas referentes a:

- *REN em casos de localização inequívoca (portaria 326/95);*
- *Informação prévia de viabilidade de construção (despacho 26/SEALOT/94);*
- *Localização de construção ao longo de estradas nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 8º do DL 13/71 de 23/1;*
- *Localização de cemitérios bem como a nomeação de representante na comissão que procede à vistoria sanitária dos terrenos, nos termos do DL 44220 de 03.03.1962;*
- *Alvarás de loteamento remetidos pelos C.R.P. para efeitos estatísticos;*
- *Localização de equipamentos desportivos (DL 317/97);*
- *Projectos e obras de equipamentos colectivos de cariz associativo e religiosos ao abrigo do Desp. 7187/2003.*

Igualmente se procede ao apoio na instrução de processos de contra-ordenação por infracção à legislação ambiental em vigor, no âmbito da actividade cometida à CCDRC com realização das diligências necessárias que nos sejam solicitadas pelo Gabinete Jurídico: (inquirição de

testemunhas, vistorias, informações técnicas pertinentes sobre os factos que constituem a infracção, prova fotográfica, etc.)

Durante o ano de 2004, o sector administrativo registou a seguinte movimentação de documentos:

- Documentos entrados - 4.156
- Doc. provenientes da CCDRC - 997
- Ofícios emitidos - 2.195
- Mensagens de Serviço emitidas - 263
- Notas de Serviço emitidas - 2.243
- Faxes emitidos - 34

Em resultado de toda a movimentação de processos podemos apurar os seguintes dados referentes a 2004:

- Processos iniciados - 629
- Processos de contra ordenação - 275
- Autos de advertência - 1
- Autos de notificação - 64
- Alvarás de Licença e/ou títulos de legalização emitidos - 369
- Vistorias com outras Entidades - 9
- Alvarás de loteamento recebidos e verificados / a verificar - 28
- Candidaturas Sub-Programa 1 (Disp. 7187/2003) - 3
- Candidaturas Sub-Programa 2 (Disp. 7187/2003) - 24
- Total de Informações Técnicas produzidas - 759

Ao nível do movimento de cobrança de taxas por serviços prestados, o ano de 2004 foi marcado pela entrada em vigor da Portaria 393/2004 de 16 de Abril.

Os resultados finais de movimentos são:

- Guias emitidas - 130.647,85 €
- Guias cobradas - 100.254,59 €

Estes valores reflectem por um lado o acréscimo dos valores cobrados por cada serviço prestado, por força da entrada em vigor da referida Portaria 393/2004, e também o aumento de numero de processos tramitados e sujeitos a taxa prévia.

Na área do Ordenamento do Território procedemos ao acompanhamento da elaboração e/ou revisão, alteração dos seguintes Planos:

PU

- PU do Vale da Ribeira da Carpinteira, Covilhã
- PU do Vale da Ribeira da Goldra, Covilhã
- PU da Grande Covilhã, Covilhã
- PU das Penhas da Saúde, Covilhã
- PGU de Castelo Branco (Suspensão), Castelo Branco

PP

- Alteração do PP da Zona Industrial, Vila de Rei
- PP da Área Poente do Fundão, Fundão
- PP da Área Oeste do Núcleo Antigo de Mação, Mação
- PP da Quinta da Oliveirinha, Castelo Branco
- PP de Vale Galego, Vila de Rei
- PP da Zona Envolvente às Termas de Unhais da Serra, Covilhã
- PP de Aldeia Nova do Cabo, Fundão
- PP da Zona Industrial de Lamas - Expansão, Mação
- PP da Zona Industrial do Tortosendo - 2ª Fase, Covilhã
- PP da Zona Intramuralhas, Covilhã

Sobre estes PMOT foram elaboradas 25 informações para além da participação em diversas reuniões de trabalho, nomeadamente as referentes aos PDM em processo de revisão (Mação, Vila de Rei, Penamacor, Fundão e Castelo Branco).

Na área do Uso do Solo e Qualificação Urbana procedemos à apreciação e informação técnica de processos referentes a pedidos de emissão de parecer de localização de indústrias, emissão de parecer prévio de localização de pedreiras, localização de equipamentos turísticos, desportivos, cemitérios, e construções diversas, tendo sido elaboradas 44 informações só nesta área.

Como missões específicas nesta área procedemos ainda ao acompanhamento da elaboração dos seguintes PEOT:

- Plano de Ordenamento da Reserva Natural da S. da Malcata, como membro da comissão;

- Plano de Ordenamento do Parque do Tejo Internacional, como membro da comissão;
- Planos de Ordenamento das Albufeiras de:
 - o Idanha-a-Nova
 - o Santa Águeda e Pisco
 - o Cova do Viriato

onde foi exercida a presidência das respectivas comissões em representação da CCDRC.

Procedemos ainda ao acompanhamento da elaboração dos seguintes Planos Sectoriais:

- Plano Regional de Ordenamento Florestal de:
 - o Pinhal Interior Sul
 - o Beira Interior Sul

Assinala-se ainda a participação no Grupo de Trabalho para a Requalificação Urbana e Ambiental das Penhas da Saúde e no Sub-Comité de Gestão Regional do Sub-Programa 4 (INTERREG III A) bem como o acompanhamento de Contratos-Programa de financiamento entre as Autarquias o INAG e o MCOTA.

Quanto à colaboração prestada em parceria com outras instituições, refere-se a participação na Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Interior na qual se registou o seguinte movimento:

N.º de processos recebidos – 200

Relativamente à actividade desenvolvida por esta Divisão poderá concluir-se que, pese embora alguma falta de meios, humanos e materiais, o movimento efectuado situou-se acima do nível do ano anterior.

Relativamente ao movimento geral apurado é possível verificar que, de forma genérica houve um aumento significativo no desenvolvimento processual intrínseco a esta DSR.

Julga-se de extrema relevância referir o crescimento do número de Autos de Notícia lavrados pela fiscalização da DSR (de 86 em 2003 para 128 em 2004, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 50%).

No mesmo período de tempo, e pese embora o claro reforço dos seus meios, a GNR (SEPNA) teve uma diminuição de desempenho de cerca de 7%.

Recursos utilizados

a) - Humanos:

- 1 Chefe de Divisão (Técnico Superior Principal)
- 1 Técnica Superior de 1ª classe
- 1 Técnico Especialista Principal
- 1 Técnica Especialista
- 1 Técnica de 2ª classe
- 1 Assistente Administrativo Especialista
- 1 Assistente Administrativo Principal
- 1 Técnico Prof. Especialista Principal
- 1 Desenhadora Especialista
- 1 Topógrafo Especialista
- 1 Fiscais de Obras (em funções administrativas)
- 7 Vigilantes da Natureza
- 1 Motorista de Ligeiros

b) - Equipamento

Equipamento informático

- 11 Computadores PC (2 obsoletos)
- 6 Impressoras a jacto de tinta (das quais, 2 obsoletas, 1 A3 a cores e 2 A4 a cores)
- 1 Impressora laser monocromática
- 2 Scanners (1 A3)

De referir que o parque informático disponível se encontra ainda carente de reforço e actualização. Basta atentar que 5 dos postos de trabalho existentes não possuem impressora (!), neles se incluindo o Chefe de Divisão, e que, desses, dois dispõem de impressoras dos próprios operadores.

Igualmente a formação de operadores com conhecimentos desenvolvidos nesta matéria carece de investimento específico, tendo ficado por realizar diversas acções de formação anunciadas e programadas para este ano.

Cabe ainda aqui salientar que se aguarda com grande expectativa a entrada em funcionamento das redes informáticas e do ambiente único projectado para a CCDRC.

Outro Equipamento	Outro Equipamento	Viaturas
Sonda multi-paramétrica YSI 600	4 Fotocopiadoras	1 Renault 4 GTL
Sonda 3405 - Série nº 1426	1 Fax	1 Nissan Patrol
Máquina Fotográfica Digital Minolta	2 Scanners	1 Citroen Saxo (2 lugares)
Máquina Fotográfica Digital Canon IXUS IIs		

ANÁLISE CRÍTICA

Como acima se disse, no ano 2004 a actividade desenvolvida foi superior à de anos anteriores, devendo-se o facto em parte ao alargamento das solicitações quer internas, oriundas dos dirigentes de cuja hierarquia dependemos ou com que nos articulamos, quer externas, dado o elevado número de processos tramitados.

Em termos de receitas geradas podemos verificar um aumento muito significativo em relação a anos anteriores diferença que em grande parte se deve à entrada em vigor do novo regime de valores a cobrar por prestação de serviços.

Os meios materiais disponíveis, nomeadamente o parque automóvel, dada a sua elevada quilometragem e o intenso serviço diário que efectuam, aproximam-se tragicamente dos seus limites de capacidade e utilização, causando-nos sérias apreensões quanto ao futuro.

É possível verificar que todas as viaturas ao serviço viram a sua quilometragem anual aumentar em relação ao ano transacto, o que, em cômputo global, significou um total de cerca de 157.000 Kms percorridos em 2004 o que corresponde a cerca de 630 Kms percorridos em média pelas três viaturas em cada dia útil do ano!

Assim, face ao descrito e ao aumento permanente de solicitações, torna-se imperioso e urgente inverter a situação nos seguintes aspectos:

- Em termos de recursos humanos, continua a tornar-se evidente a necessidade de aumento do pessoal afecto à área técnica (Técnicos Superiores) por forma a permitir dar uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações que cada vez são em maior número e mais complexas. Esta carência acentua-se numa fase em que o número de processos de PMOT e revisões de PDM é cada vez maior e a DSRCB só dispõe de uma única Técnica Superior, precisamente a única Técnica com competência para a área do Ordenamento do Território.
- No que se refere aos meios de transporte afectos à DSRCB torna-se necessário renovar a frota com disponibilização de novas viaturas.
- Relativamente a meios de comunicação continua a verificar-se a necessidade em dotar cada viatura de telemóvel, máquina fotográfica, GPS e binóculos, material cuja falta cada vez se torna mais evidente tendo em vista um trabalho profícuo.
- No que diz respeito aos meios informáticos convirá proceder á sua rápida actualização, substituindo os equipamentos obsoletos, dotando este Serviço dos meios necessários a um desempenho eficiente e consentâneo com as exigências funcionais actuais.

GUARDA

1. INTRODUÇÃO

Ao nível administrativo o ano de 2004 foi marcado, ainda, pela consolidação da reorganização dos serviços decorrente da entrada em vigor do D.L. 104/2003 de 23 de Maio, bem como pela mudança da tutela que, com a entrada em vigor da orgânica do XVI Governo (Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro) passou a ser o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.

A consolidação desta reorganização, ao nível desta DSR, foi acompanhada pela constituição de um Fundo de Maneio, aprovado por despacho superior de 30.03.2004, o que muito veio agilizar e flexibilizar a gestão corrente de pequenas despesas essenciais para garantir o bom funcionamento dos serviços.

Foi ainda possível verificar o início da aplicação de projectos de desenvolvimento a nível informático e de comunicações com a recepção de 5 computadores, uma impressora laser monocromática e, já no final do ano, com pré-instalação da rede interna.

Ao nível dos meios humanos a única alteração ocorrida foi a da aposentação de um Vigilante da Natureza.

2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Das atribuições que legalmente estão cometidas à CCDRC mereceram especial atenção desta DSR, as seguintes:

- *Apoio às actividades de gestão e informação da responsabilidade da CCDRC a nível local;*
- *Apoio à delimitação, classificação e emissão de licenças e concessões da responsabilidade da CCDRC;*
- *Fiscalização do cumprimento da legislação ambiental aplicável e das condições dos pareceres, licenças e concessões emitidos pela CCDRC;*
- *Apoio na promoção da conservação e valorização da rede hidrográfica ...;*
- *Apoio ao acompanhamento das obras da responsabilidade da CCDRC decorrentes de programas e de projectos de âmbito nacional e comunitário no domínio dos equipamentos e infra-estruturas, bem como de obras decorrentes de contratos-programa;*
- *Atendimento, sensibilização e apoio dos utilizadores e do público em geral nas áreas de competência da CCDRC;*
- *Participação activa na recolha e transporte ao laboratório de amostras de água, incluídas na campanha de monitorização das praias fluviais referentes à época balnear de 2004 (relatório anexo) e da Rede de Controlo da Qualidade da Água.*

De acordo com as competências delegadas, esta DSR emite Pareceres, Autorizações, Declarações, Licenças e suas revalidações no âmbito da utilização do Domínio Hídrico, relativas a um conjunto alargado de intervenções que se encontram genericamente definidas no D.L. 46/94 de 22 de Fevereiro.

De salientar aqui, por se referir também a uma competência atribuída a esta DSR, o acompanhamento da adequação ambiental de cerca de 60 Lagares, dos quais 49 foram por nós licenciados para a campanha 2004/2005.

Igualmente nesta DSR são emitidas Certidões, Pareceres, Autorizações Prévias, Aprovação de Projectos e Informações Técnicas referentes a:

- *REN em casos de localização inequívoca (portaria 326/95);*
- *Informação prévia de viabilidade de construção (despacho 26/SEALOT/94);*
- *Localização de construção ao longo de estradas nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 8º do DL 13/71 de 23/1;*
- *Localização de cemitérios bem como a nomeação de representante na comissão que procede à vistoria sanitária dos terrenos, nos termos do DL 44220 de 03.03.1962;*
- *Alvarás de loteamento remetidos pelos C.R.P. para efeitos estatísticos;*
- *Localização de equipamentos desportivos (DL 317/97);*
- *Projectos e obras de equipamentos colectivos de cariz associativo e religiosos ao abrigo do Desp. 7187/2003.*

Igualmente se procede ao apoio na instrução de processos de contra-ordenação por infracção à legislação ambiental em vigor, no âmbito da actividade cometida à CCDRC com realização das diligências necessárias que nos sejam solicitadas pelo Gabinete Jurídico: (inquirição de testemunhas, vistorias, informações técnicas pertinentes sobre os factos que constituem a infracção, prova fotográfica, etc.)

Durante o ano de 2004, o sector administrativo registou a seguinte movimentação de documentos:

- Documentos entrados – 2.834
- Mensagens de Serviço / Mensagens emitidas – 2.730
- Faxes emitidos - 42

Em resultado de toda a movimentação de processos podemos apurar os seguintes dados referentes a 2004:

- Furos informados - 173
- Processos de contra ordenação - 51
- Alvarás de Licença e/ou títulos de legalização emitidos - 381

- Vistorias com outras Entidades – 12
- Reunião ao abrigo do art.º 24 da RELA - 1
- Alvarás de loteamento recebidos e verificados / a verificar – 41 (Anexo)
- Candidaturas Sub-Programa 1 (Desp. 7187/2003) - 0
- Candidaturas Sub-Programa 2 (Desp. 7187/2003) - 38
- Total de Informações Técnicas produzidas – 821
- Vistorias a minihidricas para inicio de funcionamento – 2
- Vistoria a locais para localização / ampliação de cemitérios - 2

Ao nível do movimento de cobrança de taxas por serviços prestados, o ano de 2004 foi marcado pela entrada em vigor da Portaria 393/2004 de 16 de Abril.

Os resultados finais de movimentos são:

- Guias emitidas - 7.850,88 €
- Guias cobradas - 114.055,74 €

Estes valores reflectem por um lado o acréscimo dos valores cobrados por cada serviço prestado, por força da entrada em vigor da referida Portaria 393/2004, e também o aumento de numero de processos tramitados e sujeitos a taxa prévia.

Na área do Ordenamento do Território procedemos ao acompanhamento da elaboração e/ou revisão, alteração dos seguintes Planos:

PU

- PU de Vila Verde, Aguiar da Beira
- PU de Celorico da Beira
- PU de Figueira de Castelo Rodrigo
- PU de Fornos de Algodres
- PU de Gouveia
- PU de Manteigas
- PU de Sabugal
- PU de Vilar Maior, Sabugal

PPO

- PPO de Zona Industrial de Juncais, Fornos de Algodres
- PPO de Zona Industrial de Fornos, Fornos de Algodres
- PPO da Zona Sul de Fornos de Algodres
- PPO do Novo Pólo Industrial da Guarda

- PPO do Centro Histórico de Manteigas (Via de Cintura Externa)
- PPO da Zona Industrial de Vila Chã, Seia

Sobre estes PMOT foram elaboradas 18 informações para além da participação em diversas reuniões de trabalho, nomeadamente as referentes aos PDM em processo de revisão (Aguiar da Beira, Almeida, Guarda, Meda, Sabugal, Seia).

Na área do Uso do Solo e Qualificação Urbana procedemos à apreciação e informação técnica de processos referentes a pedidos de emissão de parecer de localização de indústrias, emissão de parecer prévio de localização de pedreiras, pesquisas mineiras, localização de equipamentos turísticos, desportivos, cemitérios, ETAR's, construção em albufeiras e construções diversas, tendo sido elaboradas 456 Informações nestas áreas.

Como missões específicas nesta área procedemos ainda ao acompanhamento da elaboração dos seguintes PEOT:

- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela como membro da comissão;
- Plano de Ordenamento do Douro Internacional – elaboração de parecer;
- Planos de Ordenamento da Albufeira de Sabugal; onde foi exercida a presidência das respectivas comissões em representação da CCDRC.

Procedemos ainda ao acompanhamento da elaboração dos seguintes Planos Sectoriais:

- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte.

Assinala-se ainda a participação no Grupo de Trabalho “Sub-Comité de Gestão Regional do Sub-Programa 4 – Castilola y Leon (INTERREG III A).

Participação na elaboração de pareceres finais no âmbito do EIA reactivamente aos seguintes projectos:

- Parque eólico da Cabeça Alta;
- Parque eólico de Videmonte

Participação em vistorias a Parques Infantis do Distrito em colaboração com o Instituto do Desporto – Guarda.

Participação em reuniões do Concelho de Bacia do Rio Douro.

Quanto à colaboração prestada em parceria com outras instituições, refere-se a participação na Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Interior.

Relativamente à actividade desenvolvida por esta Divisão poderá concluir-se que, pese embora alguma falta de meios, humanos e materiais, o movimento efectuado situou-se acima do nível do ano anterior.

Relativamente ao movimento geral apurado é possível verificar que, de forma genérica houve um aumento significativo no desenvolvimento processual intrínseco a esta DSR.

Julga-se de extrema relevância referir o crescimento do número de Autos de Notícia lavrados pela fiscalização da DSR (de 82 em 2003 para 51 em 2004, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 40%).

Recursos utilizados

a) - Humanos:

- 1 Chefe de Divisão (Assessor Principal)
- 1 Técnico Superior (Assessor Principal)
- 2 Técnicos Superiores de 1ª classe
- 1 Técnico Especialista Principal
- 1 Assistente Administrativo Especialista
- 2 Assistentes Administrativos Principais
- 1 Técnico Profissional Principal
- 2 Desenhadores Especialistas
- 4 Vigilantes da Natureza
- 1 Auxiliar Administrativo
- 1 Auxiliar de Limpeza (atempo parcial)

b) - Equipamento

Equipamento informático

- 12 Computadores PC (2 Mac e 3 obsoletos)
- 7 Impressoras a jacto de tinta (das quais, 2 Mac 4 a cores)
- 1 Impressora laser monocromática
- 1 Scanner A4

Igualmente a formação de operadores com conhecimentos desenvolvidos nesta matéria carece de investimento específico, tendo ficado por realizar diversas acções de formação anunciadas e programadas para este ano.

Cabe ainda aqui salientar que se aguarda com grande expectativa a entrada em funcionamento das redes informáticas e do ambiente único projectado para a CCDRC.

ANÁLISE CRÍTICA

Como acima se disse, no ano 2004 a actividade desenvolvida foi superior à de anos anteriores, devendo-se o facto em parte ao alargamento das solicitações quer internas, oriundas dos dirigentes de cuja hierarquia dependemos ou com que nos articulamos, quer externas, dado o elevado número de processos tramitados.

Em termos de receitas geradas podemos verificar um aumento muito significativo em relação a anos anteriores diferença que em grande parte se deve à entrada em vigor do novo regime de valores a cobrar por prestação de serviços.

Os meios materiais disponíveis, nomeadamente o parque automóvel, dada a sua elevada quilometragem e o intenso serviço diário que efectuam, aproximam-se tragicamente dos seus limites de capacidade e utilização, causando-nos sérias apreensões quanto ao futuro.

É possível verificar que todas as viaturas ao serviço viram a sua quilometragem anual aumentar em relação ao ano transacto, o que, em cômputo global, significou um total de cerca de 99.078 Kms percorridos em 2004 e 97.555 em 2003.

PARQUE AUTOMÓVEL E RESPECTIVA QUILOMETRAGEM

Viatura Citroen Saxo, 52-38-HV

Km em 2003 – 11.445

Km em 2004 – 16.060

Viatura Renault R4 6TL, OH-22-84

Km em 2003 – 27.040

Km em 2004 – 25.934

Viatura UMM, OJ-35-72

Km em 2003 – 11.192

Km em 2004 – 10.448

Viatura Nissan Patrol, 05-59-HV

Km em 2003 – 47.868

Km em 2004 – 46.636

Assim, face ao descrito e ao aumento permanente de solicitações, torna-se imperioso e urgente inverter a situação nos seguintes aspectos:

- Em termos de recursos humanos, continua a tornar-se evidente a necessidade de aumento do pessoal afecto à área de Vigilantes da Natureza por forma a permitir dar uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações que cada vez são em maior número e mais complexas. Ainda há pouco exerciam funções, 9 Vigilantes da Natureza. Porem com a saída de 6 para aposentação, ficou o sector reduzido a três elementos.

- No que se refere aos meios de transporte afectos à DSRG torna-se necessário renovar a frota com disponibilização de novas viaturas.

- Relativamente a meios de comunicação continua a verificar-se a necessidade em dotar cada viatura de telemóvel (só existe 1), máquina fotográfica, GPS e binóculos, material cuja falta cada vez se torna mais evidente tendo em vista um trabalho profícuo.

LEIRIA

1- NOTA INTRODUTÓRIA

1.1- Enquadramento

Estes Serviços funcionaram até 30 de Junho de 2001 como Núcleo Operativo de Leiria da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) e Divisão do Pinhal Litoral da Direcção Regional do Ambiente do Centro.

Em 1 de Julho de 2001 houve fusão dos Serviços que, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 120/2000, de 04/07 (Lei Orgânica do MAOT) e no Decreto-Lei n.º 151/2000 (Lei Orgânica do MP), passaram a designar-se como Divisão Sub-Regional de Leiria da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro (DRAOTC).

O Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, extinguiu as Comissões de Coordenação Regionais e as Divisões Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território e criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR).

1.2- Área de Actuação

A Divisão Sub-Regional de Leiria integra o Pinhal Litoral com uma área de 1741 km² e uma população de 223 025 habitantes, distribuída pelos concelhos de Pombal, Leiria, Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós, e o Pinhal Interior com uma área de 709 km² e uma população de 40 432 habitantes, distribuída pelos concelhos de Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra, segundo os dados do censo 1991.

Os cinco concelhos do Pinhal Interior estão distanciados da Sede entre 60 e 100km.

1.3- Pessoal

Actualmente a Divisão Sub-Regional de Leiria integra os seguintes funcionários:

- 1 Chefe de Divisão
- 3 Engenheiros Cíveis e 1 Urbanista
- 2 Técnicos Profissionais
- 4 Vigilantes da Natureza que actuam nos concelhos do Litoral + 2 Vigilantes da Natureza sediados no Lanço de Figueiró dos Vinhos, dependente desta Divisão, que actuam nos concelhos do interior
- 5 Administrativos no activo e 1 Administrativa (por Junta Médica)
- 1 Auxiliar Administrativo

A existência de apenas quatro técnicos superiores, para além da signatária, não permite dar cabal resposta, em tempo razoável, às inúmeras solicitações existentes e com enorme diversidade de assuntos a tratar, pelo que urge o recrutamento, no mínimo, de dois Engenheiros com formação na Área de Ambiente/Agro-pecuária.

Actualmente, estão em condições de se aposentarem 2 Vigilantes da Natureza e em 2005 ficará outro Vigilante da Natureza em idêntica situação. Assim, será necessário também, dotar estes Serviços com Vigilantes da Natureza.

1.4- Viaturas

Ao dispor da Divisão existem as seguintes viaturas:

- 2 Jeep Nissan Patrol, com cerca de 8 anos de serviço, um dos quais se encontra exclusivamente ao serviço do Lanço de Figueiró dos Vinhos
- 1 Renault 4 L (com cerca de 17 anos de serviço)
- 1 Citroen Saxo (com cerca de 7 anos de serviço)

1.5- Instalações

Esta Divisão funciona em duas instalações distintas, distanciadas cerca de 100 metros uma da outra (ex-Divisão do Pinhal Litoral e ex-Núcleo Operativo de Leiria), com

duas secretarias e dois locais de atendimento ao público distintos, para os quais a signatária é constantemente chamada.

Esta situação provoca uma certa inoperância na rentabilidade do serviço e dos funcionários.

Não posso deixar de referir que em 2001, quando da junção dos serviços do ex-Núcleo Operativo de Leiria e da ex-Divisão do Pinhal Litoral, desenvolvi pessoalmente esforços no sentido de encontrar instalações que nos permitissem estarmos todos juntos. Cheguei a encontrar locais, mas infelizmente, por falta de verba, a situação não se concretizou.

Contudo, muito me apraz registar que a situação está em vias de resolução, com a cedência de um espaço contíguo às nossas instalações sitas na Rua Henrique Sommer, pelo Governo Civil, em permuta com as nossas instalações sitas na Rua Egas Moniz, possibilitando assim criar um espaço único para o funcionamento da Divisão.

2- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1- Em matéria ambiental

2.1.1- Enquadramento

Por razões topográficas e geológicas, na área do Pinhal Litoral existem muitas linhas de água importantes, situação que associada à intensa industrialização e existência de inúmeras pecuárias, nomeadamente suiniculturas com grande número de efectivos, traduz-se num enorme volume de trabalho, designadamente com pedidos de licença de utilização de domínio hídrico e graves problemas ambientais, devido à inexistência de sistema de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Lis.

Salientam-se os constantes alertas para problemas relacionados com poluição, dados por particulares, Câmaras Municipais e Protecção Civil Distrital, envolvendo os

nossos Serviços em diligências que se arrastam, muitas vezes, por vários dias, prejudicando o normal funcionamento do trabalho.

2.1.2- Nestes Serviços são emitidos pareceres, autorizações, declarações, licenças e revalidações no âmbito da utilização do domínio hídrico, bem como elaboradas informações relacionadas com outras matérias, tais como resíduos, poluição atmosférica, domínio público marítimo. São realizadas acções de fiscalização, no âmbito das competências atribuídas à ex-DRAOTC, recolha de águas para controlo da qualidade em zonas fluviais e marítimas.

Não obstante o intenso trabalho de rotina e o de termos de ocorrer aos lugares onde surgem reclamações mais ou menos urgentes, tentamos dar cumprimento a programas pré-definidos e que se vêm repetindo anualmente, por necessários:

- a fiscalização de fontes poluentes localizadas a montante das captações de água de superfície, de S. Romão, uma das origens do abastecimento público de água à cidade de Leiria e periferia;
- o mesmo para a bacia hidrográfica do Ribeiro dos Milagres e que tem sido a área mais crítica nos últimos anos , pois nesta bacia existe grande concentração de suiniculturas;
- também no Concelho da Batalha temos especiais cuidados, pois existem as captações de água de Casal do Marra, uma das origens do abastecimento público a povoações integradas no sistema “ Batalha - Porto de Mós - Alcobaça - Leiria”.

Outras actividades não programadas têm a ver com o apoio em variadíssimas vistorias conjuntas com as Câmara Municipais, Centros de Saúde, DRABL, DRCME, PROTECÇÃO CIVIL e outras entidades, conforme os sectores em causa.

2. 2 - Em matéria de gestão territorial

Em matéria de gestão territorial esta DSR também tem grande volume de trabalho, inerente à dinâmica económica da região.

São informados nestes Serviços todos os actos que, por imperativo legal, os municípios ou os particulares tenham de submeter à apreciação da CCDRC referentes a:

- pareceres sobre licenciamento de obras particulares (incluindo as abrangidas por servidões e restrições de utilidades pública e por medidas preventivas que obriguem à consulta da (DRAOT);
- pareceres sobre a localização de estabelecimento industriais e de explorações de pedreiras, de empreendimentos turísticos, empreendimentos desportivos, equipamentos de interesse público e outros (cemitérios, construções junto a Estradas Nacionais ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art. 8º do D.L. 13/71, de 23/01, etc.);
- informações para apoio à Divisão de Avaliação Ambiental, tendo em consideração os instrumentos de gestão territorial em vigor, servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- acompanhamento dos processos relacionados com a Reserva Ecológica Nacional (REN), com a Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- acompanhamento de PMOT'S (Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor) e de planos especiais, tais como o Plano da Bacia do Lis.

De salientar que toda a área está coberta por PDM's eficazes, actualmente em fase de revisão, cujo acompanhamento da elaboração pela Comissão Mista de Coordenação presidida por técnicos desta Divisão é complexo e trabalhoso. A esta situação (está em curso a revisão de 8 PDM's) acresce assegurar o acompanhamento de 18 Planos de Urbanização e 29 de Planos de Pormenor (inclui 4 PP's no âmbito do Programa Polis).

Com a publicação dos Planos Directores Municipais (PDM), passou-se, em muitos casos, da necessidade de emissão sistemática de pareceres à necessidade de esclarecer o quadro regulamentar vigente, de apoiar tecnicamente os respectivos Municípios e de continuar a emitir pareceres por força de servidões e restrições que a isso obrigam, nos termos legais. Por outro lado, também se dá especial atenção à fiscalização do cumprimento de Planos e demais normas e instrumentos urbanísticos.

3- ASPECTOS ESPECÍFICOS

Passamos a referir alguns parâmetros que traduzem a nossa actividade:

ANO DE 2004

Número de documentos entrados/processos em tramitação.....	5 498
Número de informações/Notas de Serviço/Ofícios.....	5 214
Autos de Notícia levantados pela Fiscalização da Divisão.....	252
Autos de Notícia levantados pela GNR e entregues na Divisão para instrução.....	225
Licenças emitidas para a área de actuação da Divisão.....	896
Saídas de viaturas (Fiscalização).....	541
Saídas de viaturas (Técnicos).....	138
Receitas.....	€ 155 074,49

UISEU

A – Tarefas Desenvolvidas

1. INTRODUÇÃO

A Divisão Sub-Regional (DSR), como serviço desconcentrado tem prestado apoio e colaboração a todos os demais serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) e atendido e sensibilizado todos os utilizadores, autarquias locais, entidades e público em geral, assegurando assim, com o seu trabalho, a qualificação do ambiente e a adequada organização e utilização do território.

Para o exercício das suas funções trabalham na mesma 23 funcionários, possuindo três viaturas.

O atendimento directo ao público na sede da Divisão, representa uma parte significativa do trabalho.

A área geográfica de actuação da divisão coincide com a NUT III, Dão-Lafões, à excepção do concelho de Aguiar da Beira, abrangendo-se assim a área de catorze concelhos do distrito de Viseu:

- Viseu
- Tondela
- Santa Comba Dão
- Mortágua
- Carregal do Sal
- Nelas
- Mangualde
- Penalva do Castelo
- Sátão
- Vila Nova de Paiva
- Castro Daire
- São Pedro do Sul
- Vouzela
- Oliveira de Frades

As instalações do Serviço Sub-Regional da CCDR-C, localizam-se numa área central da cidade, num só piso ao nível do rés-do-chão, permitindo um acesso fácil aos utentes.

2. RECURSOS UTILIZADOS

2.1 - Recursos Humanos

Cargo	Quantidade	Idade Média
Técnico Superior	6	52,6
Desenhadora Especialista	1	57
Assistente Administrativo Especialista	1	57
Assistente Administrativo Principal	3	47,3
Assistente Administrativo	1	60
Vigilantes da Natureza	9	50,6
Pessoal de limpeza	2	54

2.2 - Recursos Materiais

2.2.1 - Equipamento Informático

- **P IV 3 Ghz, 512 Mb, 40 Gb**
- **2 x P III 800 Mhz 384Mb Ram HD 10 Gb**
- **P III 733 – 256 MbHD 10 Gb**
- **P 200Mhz/32 Mb RAM/HD2Gb**
- **Pentium 200 MMX 64Mb/2Gb**
- **Pentium 200 MMX 64Mb/2Gb**
- **Compaq Pentium 100 32Mb/1,5Gb**
- **Pentium III 500 128Mb/6Gb**
- **P III 500 128Mb/80Gb+10Gb**
- **Fujitsu Scenic P4 2.66 512Mb/40Gb**
- **Fujitsu Scenic P4 2.66 512Mb/40Gb**
- **Fujitsu Scenic P4 2.66 512Mb/40Gb**
- **PII 350 256Mb/6Gb**
- **PII 350 128Mb/6Gb**
- **HP Laserjet 2100**

- HP Laserjet 1300
- HP Deskjet 610C
- HP 690C
- HP 840C
- iPAQ H3760 (Pocket PC)
- Módulo de expansão p/ Pocket PC COMPAQ
- Pack de expansão GPS p/ Pocket PC c/ Antena exterior
- iPAQ HP + Pack de expansão para GPS

2.2.2 – Viaturas

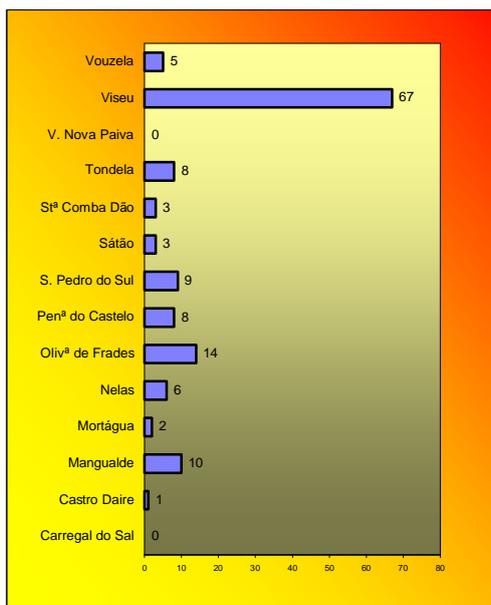
A Divisão tem afectas 3 viaturas, conforme se pode verificar no quadro em baixo, bem como os quilómetros percorridos.

<i>Viatura</i>	<i>Marca / Modelo</i>	<i>Ano Registo</i>	<i>Kms Acumulados</i>	<i>Obs.</i>
68-30-GC	Nissan Patrol	1996	78.214	Por motivo de reparação o conta-kilómetros foi substituído.
09-22-HU	Nissan Patrol	1997	217.982	
52-41-HV	Critoën Saxo	1997	118.782	

3. QUADROS INFORMATIVOS E COMPARATIVOS

3.1 – Autos resultantes de acção de fiscalização da área do ambiente

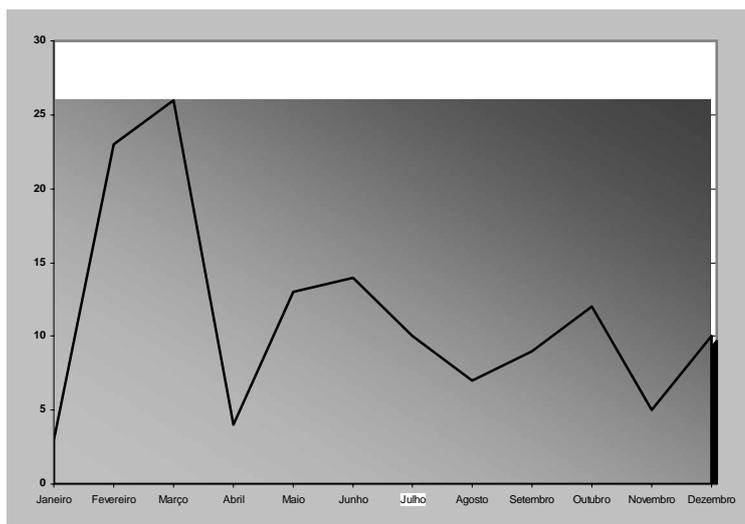
No quadro em baixo está representada a distribuição de autos de notícia por concelho, notando-se no gráfico que a diferença entre o concelho de Viseu e os outros é relativamente grande.



Concelhos	Quanti.
Carregal do Sal	0
Castro Daire	1
Mangualde	10
Mortágua	2
Nelas	6
Olivª de Frades	14
Penª do Castelo	8
S. Pedro do Sul	9
Sátão	3
Stª Comba Dão	3
Tondela	8
V. Nova Paiva	0
Visu	67
Vouzela	5
Total	136

O quadro seguinte mostra a evolução de autos nesta divisão de Janeiro a Dezembro.

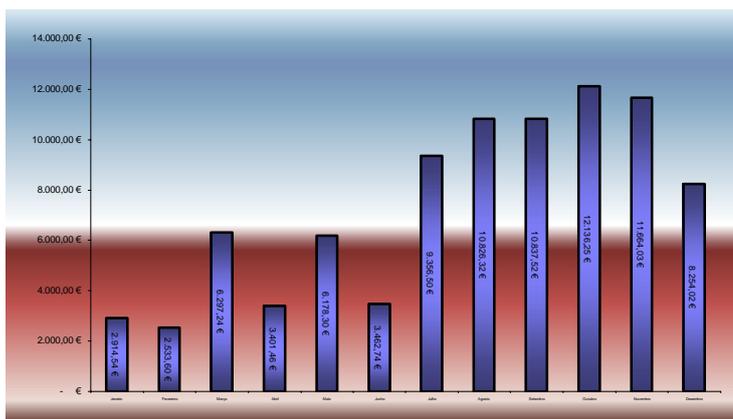
Janeiro	3
Fevereiro	23
Março	26
Abril	4
Mai	13
Junho	14
Julho	10
Agosto	7
Setembro	9
Outubro	12
Novembro	5
Dezembro	10
Total	136



3.2 - Receitas

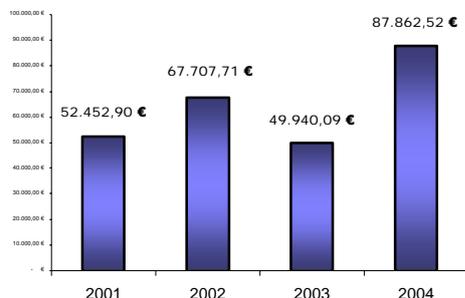
O gráfico e quadro seguintes revelam as receitas arrecadadas pela divisão.

* - Não estão quantificadas as receitas indirectas resultantes dos processos de contra-ordenação.



	Total
Janeiro	2.914,54 €
Fevereiro	2.533,60 €
Março	6.297,24 €
Abril	3.401,46 €
Mai	6.178,30 €
Junho	3.462,74 €
Julho	9.356,50 €
Agosto	10.826,32 €
Setembro	10.837,52 €
Outubro	12.136,25 €
Novembro	11.664,03 €
Dezembro	8.254,02 €
Total	87.862,52 €

Gráfico comparativo de receitas arrecadadas com anos anteriores.



Ano	Total
2001	52.452,90 €
2002	67.707,71 €
2003	49.940,09 €
2004	87.862,52 €

* - Verificou-se um decréscimo de receitas em 2003 resultante da aplicação da nova legislação de licenciamento industrial. O aumento de receitas em 2004 resulta essencialmente da aplicação das novas taxas fixadas pela Portaria 393 de 2004 de 16 de Abril.

3.3 - Processos

Número de processos abertos 590

3.4- Correspondência

Correspondência recebida 2535

3.5 – Ofícios 1582

3.6 - Notas de Serviço à Direcção1353

3.7 – Informações122

3.8 – Telecópias

Recebidas 99

Emitidas 33

4. LICENÇAS

4.1 - Licenças emitidas no âmbito do Ambiente/Domínio Hídrico

Alvarás de licença emitidos na Divisão Sub-Regional por delegação de competências104

5. INFORMAÇÕES ELABORADAS NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Planos (PP; PU; PDM; NPR)	6
Construções (CHA; CCC; CNE; CAP)	10
Loteamentos (LOT; ALO;...)	4
Equipamentos (EQT, EQU, EQC;...)	17
Indústrias (IND)	11
Pedreiras (IPE)	5
REN (DOT)	2
Reflorestações	1
Reclamações /Exposições	4
VIA	12
Outros / DSGT	3
Total	73

6. NÚMERO DE CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO

COLECTIVA (EQUIPAMENTO ASSOCIATIVO) ENTRADAS E APRECIADAS NESTA DIVISÃO SUB-REGIONAL, REFERENTES AO ANO DE 2004

Equipamentos de utilidade colectiva – Sub-Programa1	10
.....	
Equipamentos de utilidade colectiva – Sub-Programa 2	47
.....	
Total de	57
Candidaturas.....	

7. FISCALIZAÇÃO

7.1 - A acção fiscalizadora da Divisão exercida pelos Vigilantes da Natureza, recaiu sobre várias áreas de actuação, com especial incidência no domínio hídrico, sobretudo nas vertentes de rejeição de efluentes, extracção de inertes, construções e infra-estruturas hidráulicas, captações, plantação e corte de árvores.

A REN, bem como a deposição de resíduos, foi também preocupação da fiscalização.

Importante também a sua intervenção na recolha sistemática de amostras de água integrada na rede de qualidade da água, na rede de captações, rede piscícola e de monitorização das praias fluviais, bem como recolhas esporádicas de controle de descarga de águas residuais.

7.2 - Não poderá deixar de se considerar fiscalização a participação de técnicos desta divisão em Acções de Fiscalização e Vistorias conjuntas a empresas com técnicos do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, entidades coordenadoras do licenciamento industrial.

B – Conclusão e Perspectivas

Duma forma geral a Divisão Sub-Regional tem dado resposta em tempo útil às solicitações para que tem sido chamada.

No entanto é indispensável dar-se o salto para a modernização dos Serviços, apostando-se na qualidade e eficiência do mesmo, face aos novos desafios proporcionados pelas novas tecnologias de informação.

Assim é necessário concluir, com urgência, o fornecimento dos computadores para conclusão da instalação da rede interna.

A formação profissional para o pessoal é também indispensável, bem como uma maior delegação de competências para as Divisões Sub-Regionais, e, em particular nesta Divisão, a aquisição de mais uma nova viatura.

Arganil

No compitito geral, os trabalhos desenvolvidos pelo Gabinete de Apoio Técnico de Arganil, passam por:

- 1 - Em gabinete: projectos de arquitectura, urbanizações, loteamentos, engenharia, topografia, arruamentos, estradas, redes de esgotos, pareceres e acompanhamento de obras, fiscalização, orçamentação, apoio técnico às autarquias que o solicitem no que concerne a concursos públicos ou limitados, avaliação desses concursos, preparação de dossiers de concurso, elaboração de cadernos de encargo e condições técnicas.
- 2 - Na obra: acompanhamento das obras por solicitação da Autarquia.
- 3 - A componente FEDER é da maior responsabilidade com acompanhamento sistemático dos projectos, tanto em gabinete como em obra. Neste processo estão envolvidos todos os técnicos do gabinete.

O G.A.T. de Arganil tem vindo a fazer diligências para dignificar o seu trabalho com os poucos funcionários que tem, recorrendo por vezes ao apoio de técnicos superiores camarários, arquitectos, economistas, juristas ou engenheiros, de molde a colmatar algumas lacunas e, dignificar o trabalho desenvolvido pelos técnicos do G.A.T., uma vez que o gabinete de apoio técnico apenas tem um engenheiro civil, sendo que os demais funcionários são técnicos profissionais na área do desenho, topografia e orçamentação, desempenhando muitas vezes funções acima do seu conteúdo funcional, só possível devido à sua vasta experiência neste gabinete. É premente e necessário à optimização do serviço, aumentar o n.º de técnicos superiores.

Em anos anteriores foi de sobressair a experiência feita com estagiários, em diversas áreas, arquitectura, engenharia, topografia. A revitalização do G.A.T. foi óbvia, mais trabalho realizado, melhor trabalho apresentado. Urge o alargamento de técnicos para uma melhor e cabal resposta aos Municípios deste agrupamento.

Uma mais valia em arquitectura, economia e engenharia electrotécnica e civil, iria dar-nos capacidade de resposta às solicitações a este gabinete.

RESUMO:

1) Trabalhos prestados às Câmaras Municipais por este gabinete:

- Apoio técnico
- Acompanhamento de obras
- Elaboração de projectos de especialidades: vias de comunicação, caminhos agrícolas, estruturas, redes de esgotos, redes de águas.
- Medições e orçamentação de projectos de obra
- Apreciação de projectos de obras particulares
- Planeamento e urbanizações.
- Levantamentos Geo-referenciados de Concelhos do agrupamento.
- Acompanhamento das obras de PO.

Este gabinete tem uma parceria com ADIBER.

Encontra-se solicitada uma parceria com a Associação de Freguesias de Arganil.

Aveiro

Acompanhamento de 106 projectos do PO Centro

Levantamento das escolas do ensino básico de Ovar e Estarreja

Estudo prévio da Variante Sul à freguesia de Canelas

Projecto de execução da R.D.A.R. Pluviais da Escola do Mato

Estudo prévio do Largo Egas Moniz

Estudo prévio do acesso nascente ao Parque Desportivo Municipal

Projecto de execução da Beneficiação da Rua Dr. Fernando Gomes

Projecto de execução da ligação da Travessa de S. Filipe à Rua D. Francisco Nunes Teixeira

Apoio ao licenciamento de obras particulares do município de Vagos.

SITUAÇÃO DOS PROJECTOS CO-FINANCIADOS

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								Por Concelho
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO				
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%		IMPORTÂNCIA	%			
AMRIA	2	144.651,39	94.023	65%	144.651,35				100%	84.729,66	90%	0%	
AVEIRO	28	28.419.824,11	20.172.042	71%	28.650.512,79				101%	19.531.587,69	97%	34%	
ESTARREJA	19	21.381.065,03	15.459.329	72%	18.599.363,39				87%	13.428.987,19	87%	25%	
ÍLHAVO	17	15.763.212,85	10.696.817	68%	14.463.208,38				92%	9.754.107,69	91%	19%	
MURTOSA	11	6.073.516,16	4.341.339	71%	5.841.724,36				96%	4.182.936,81	96%	7%	
OVAR	19	5.300.540,31	3.744.136	71%	4.580.176,60				86%	3.215.410,79	86%	6%	
VAGOS	10	7.526.160,46	4.925.532	65%	5.062.132,90		67%			3.084.269,44	63%	9%	
TOTAL	106	84.608.970,31	59.433.218	70%	77.341.769,78				91%	53.282.029,26	90%	100%	

MEDIDA 1

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								SALDO DA COTA FEDER
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO				
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%		IMPORTÂNCIA	%			
AMRIA	0												
AVEIRO	10	3.884.604,14	2.588.666	67%	3.437.250,22				88%	2.266.641,23	66%	1.202.764,58	
ESTARREJA	7	3.157.587,18	2.076.914	66%	1.579.286,31		50%			998.110,25	63%	306.656,81	
ÍLHAVO	4	2.200.726,68	1.430.472	65%	1.990.558,72				90%	1.293.862,46	65%	676.309,65	
MURTOSA	4	1.415.821,85	848.068	60%	1.290.542,86				91%	769.550,61	60%	369.085,75	
OVAR	13	3.007.533,52	2.024.381	67%	2.711.816,00				90%	1.820.750,45	67%	1.034.975,69	
VAGOS	4	3.554.193,81	2.134.022	60%	2.178.670,70		61%			1.353.296,64	62%	-94.470,43	
Total	42	17.220.467,18	11.102.525	64%	13.188.124,81				77%	8.502.211,64	77%	3.495.322,05	

MEDIDA 2

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								Por Concelho	
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO					
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%		IMPORTÂNCIA		%			
AMRIA	0													0%
AVEIRO	12	10.414.771,61	7.347.156	71%	9.244.172,32				89%		5.932.214,63		64%	29%
ESTARREJA	6	11.953.623,97	8.965.218	75%	11.358.275,93				95%		8.439.279,51		74%	33%
ÍLHAVO	8	5.997.343,01	4.498.007	75%	5.413.001,44				90%		4.002.336,12		89%	17%
MURTOSA	2	2.392.808,06	1.794.606	75%	2.392.808,07				100%		1.794.606,04		100%	7%
OVAR	2	2.293.006,79	1.719.755	75%	1.868.360,60				81%		1.394.660,33		81%	6%
VAGOS	5	3.222.103,65	2.416.578	75%	2.309.679,05				72%		1.730.972,80		72%	9%
Total	35	36.273.657,09	26.741.320	74%	32.586.297,41				90%		23.294.069,43		87%	100%

MEDIDA 3

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								Por Concelho	
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO					
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%		IMPORTÂNCIA		%			
AMRIA	0													0%
AVEIRO	3	7.038.102,49	5.278.577	75%	6.888.952,45				98%		5.166.714,33		75%	62%
ESTARREJA	1	903.874,00	677.906	75%	903.873,99				100%		677.905,49		75%	8%
ÍLHAVO	3	1.845.823,32	1.384.367	75%	1.764.908,49				96%		1.315.395,26		75%	16%
MURTOSA	1	1.560.028,69	1.170.022	75%	1.454.263,98				93%		1.090.698,04		75%	14%
OVAR	0													0%
VAGOS	0													0%
Total	8	11.347.828,50	8.510.871	75%	11.011.998,92				97%		8.250.713,12		75%	100%

MEDIDA 4

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO						Por Concelho		
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS			COMPARTICIPAÇÃO					
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%	IMPORTÂNCIA		%			
AMRIA	0											0%	
AVEIRO	0											0%	
ESTARREJA	1	2.186.758,18	1.530.731	70%	1.708.267,33				78%	1.195.787,14		70%	37%
ÍLHAVO	1	3.097.771,19	1.548.886	50%	2.798.368,09				90%	1.399.184,00		50%	52%
MURTOSA	2	704.857,57	528.643	75%	704.109,46				100%	528.082,12		75%	12%
OVAR	1											0%	
VAGOS	0											0%	
Total	5	5.989.386,94	3.608.259	60%	5.210.744,88				87%	3.123.053,26		60%	100%

MEDIDA 5

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO						Por Concelho		
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS			COMPARTICIPAÇÃO					
		IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%	IMPORTÂNCIA		%			
AMRIA	2	144.651,39	94.023	65%	144.651,35				100%	84.729,66			100%
AVEIRO	0											0%	
ESTARREJA	0											0%	
ÍLHAVO	0											0%	
MURTOSA	0											0%	
OVAR	0											0%	
VAGOS	0											0%	
Total	2	144.651,39	94.023	65%	144.651,35				100%	84.729,66		90%	0%

MEDIDA 7

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								Por Concelho	
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO					
			IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%	IMPORTÂNCIA		%			
AMRIA	0													0%
AVEIRO	1	7.082.345,87	4.957.642	70%	9.080.137,80				128%	6.166.017,51		68%		55%
ESTARREJA	2	3.179.221,70	2.208.560	69%	3.049.659,83				96%	2.117.904,80		69%		25%
ÍLHAVO	1	2.621.548,64	1.835.084	70%	2.496.371,64				95%	1.743.329,85		70%		20%
MURTOSA	0													0%
OVAR	0													0%
VAGOS	0													0%
Total	4	12.883.116,21	9.001.286	70%	14.626.169,27				114%	10.027.252,16		111%		100%

OUTROS PROG.

ENTIDADE	QUANT.	CANDIDATURA			EXECUÇÃO								Por Concelho	
		INVEST. ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO		DESPESAS ELEGÍVEIS				COMPARTICIPAÇÃO					
			IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA	%	IMPORTÂNCIA		%	IMPORTÂNCIA		%			
	AMRIA	0												0%
Cont.Prog.	AVEIRO	2	6.968.367,33	1.131.523	16%	6.968.366,56				100%	976.121,60		14%	60%
URBCOM+Cont.Prog.	ESTARREJA	2	1.055.711,00	422.284	40%	699.489,99				66%	284.703,12		41%	9%
EIXO III (Desporto)	ÍLHAVO	0	1.442.922,56	901.827	63%	1.442.920,29				100%	856.735,27		59%	12%
URBCOM	MURTOSA	2	364.926,05	182.463	50%	351.712,13				96%	150.984,69		43%	3%
URBCOM+Cont.Prog.	OVAR	3	1.004.214,02	502.107	50%	624.565,01				62%	271.505,72		43%	9%
Cont.Prog.	VAGOS	1	749.863,00	374.932	50%	573.783,15				77%	0,00		0%	6%
Total		10	11.586.003,96	3.515.136	30%	10.660.837,13				92%	2.540.050,40		72%	100%

Castelo Branco

ARQUITECTURA E DESENHO

Parque de estacionamento em Castelo Branco	- Castelo Branco
Centro de Noite em Póvoa de Rio de Moinhos	- Castelo Branco
Centro de Noite de Caféde	- Castelo Branco
Renovação do complexo turístico de Vila de Ródão	- V. V. Ródão
Arranjos exteriores do cemitério de Pedrógão S. Pedro	- Penamacor
Levantamento arquitectónico do edifício dos Paços do Concelho de Castelo Branco	- Castelo Branco
Loteamento em Escalos de Baixo	- Castelo Branco
Centro de Noite em Stº André das Tojeiras	- Castelo Branco
Ampliação da G.N.R. de Penamacor	- Penamacor
Alteração dos Arranjos Exteriores do Lar de 3ª Idade de Cebolais de Cima	- Castelo Branco

ENGENHARIA

- Ampliação da Junta de Freguesia das Águas.
- Associação Desportiva e Cultural do Valongo
- Centro de Noite de Cafede
- ADAS – Associação de Desenvolvimento e Apoio Social em Ninho do Açor.
- Arranjos exteriores de Pedrógão de S. Pedro. (cemitério)
- Centro de Noite da Póvoa de Rio de Moinhos

- Centro de Noite de Stº André das Tojeiras.

TOPOGRAFIA

- Levantamento topográfico “Loteamento nos Escalos de Baixo “ – Esc. 1/500
- Levantamento topográfico na Associação do Bairro do Valongo, Castelo Branco
- Esc. 1/100
- Levantamento topográfico “Loteamento da Vinha” em Caféde - Esc. 1/200 e 1/100
- Verificação de limpeza e desobstrução das linhas d’ água em Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.
- Levantamento topográfico do logradouro do GAT - Esc. 1/100
- Levantamento da área de desanexação no loteamento da vinha em Caféde Esc.:1/100
- Complexo Turístico de Vila Velha de Ródão (Levantamento).
- Volume de terras e arruamentos do Lar de Idosos em Salgueiro do Campo.
- Volume de terras e arruamentos do Lar de Cebolais de Cima.
- Levantamento topográfico do terreno do Centro de Dia de S. Silvestre em Escalos de Baixo.
- Levantamento topográfico de terreno para Parque Infantil em Ninho do Açor.
- Levantamento topográfico da Tapada do Sobral em Idanha-a-Nova.
- Levantamento topográfico para ampliação do Cemitério de Pedrógão S. Pedro, Penamacor.
- Levantamento topográfico para projecto da Ponte sobre o Encharrique , Vila Velha de Ródão.
- Levantamento da zona envolvente ao Castelo de Vilas Ruivas, Vila Velha de Ródão.

Concelho de Idanha-a-Nova

QCA –III

Candidaturas

- Requalificação e Valorização do Chafariz do Sr. da Pedra em Salvaterra do Extremo
- Requalificação e Valorização de Salvaterra do Extremo – 1ª Fase
- Reconstrução Requalificação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Cantina Escolar de Idanha-a-Nova
- Lar de 3ª Idade na Zebreira – Fase1
- Lar de 3ª Idade no Ladoeiro – Fase1

Reprogramação

- E.N. 239- Reabilitação do lanço entre Proença-a-Velha e Medelim

Pedidos de Pagamento

- Centro Cultural e Recreativo do Povo de Alcafozes
- Remodelação do Estádio Municipal de Idanha-a-Nova
- Requalificação e Valorização de Salvaterra do Extremo – 1ª Fase
- Requalificação e Valorização do Chafariz do Sr. da Pedra em Salvaterra do Extremo
- EN 239 – Reabilitação do Lanço entre Proença-a-Velha e Medelim

INTEMPÉRIES

Designação do projecto/apoio:

Limpeza e desobstrução de linhas de água

INTERREG IIIA – Portugal/Espanha

Pedidos de Certificação de Despesas

- RCETT/SP4.P17 – Complexo Fronteiriço de Segura
- CMAEBAH/SP4.P1 - Pavimentação do Caminho das Pias no Ladoeiro
- SANEA/SP4.E18 - Substituição das Conduitas de Abastecimento de Água em Termas de Monfortinho
- SANEA/SP4.P18 - Execução da Rede de Esgotos ao Carroqueiro - Freguesia de Monsanto

Concelho de Vila Velha de Ródão

QCA –III

Candidaturas

- Abastecimento de Água a Perais / Monte Fidalgo e Vale de Pousadas
- Abastecimento de Água a Salgueiral
- Abastecimento de Água e Saneamento a Vermum
- Beneficiação da Rua do Cabeço do Salvador
- ALDEIA DE XISTO – Restaurante
- ALDEIA DE XISTO – Instalações Sanitárias/Arranjos Exteriores ao Adro da Capela/Área de Recepção ao Visitante
- Arruamento Envolvente da Casa de Artes e Cultura do Tejo
- Saneamento do Vale de Cobrão

Pedidos de Pagamento

- Beneficiação da E.M. 572 – Alfrívada – Limite do Concelho (Lentiscais)
- Beneficiação da E.M. 553 - Perais – Alfrívada - Cebolais de Cima (Limite do Concelho)
- Recuperação Ambiental e Ordenamento do Tejo/Ródão
- Beneficiação do Caminho Municipal de Montinho

- Casa de Campo – Alteração e Reconversão da Escola Primária – Foz do Cobreão
– Programa das Aldeias de Xisto
- Beneficiação do C.M. do Perdigão / Vale da Figueira / Marmelal / Vilar do Boi

FSUE - Incêndios 2003

Candidaturas e verificação de pedidos de pagamento

Designação do projecto/apoio:

- Limpeza e desobstrução do Ribeiro da Malaguarda
- Limpeza desobstrução do Ribeiro da Micoca
- Limpeza desobstrução do Ribeiro da Miudinha/Malaguarda
- Limpeza desobstrução do Ribeiro do Vilar de Boi
- Reparação da Estrada Municipal 1373 Fratel / Vilas Ruivas
- Reparação da Estrada Municipal 541 Vilar de Boi / Vale da Bezerra

INTERREG IIIA – Portugal/Espanha

Pedidos de Certificação de Despesas

- RCETT/SP4.P17 – Construção do edifício "Casa de Artes e Cultura do Tejo"

Concelho de Castelo Branco

QCA –III

Candidaturas e pedidos de Pagamento

- Rectificação e Alargamento da estrada entre Casal da Serra e Louriçal do Campo
(CM 1224)
- Reabilitação da EM 550 entre a EN 112 e a EN 352
- Alargamento, Rectificação e Pavimentação da estrada da Sr.ª de Mércules

- Zona de Lazer de Castelo Branco - 1ª Fase, parque de estacionamento e acessos
- Via Circular Norte de Castelo Branco - 1ª Fase
- Construção da Via circular Norte - 3ª Fase
- Infraestruturas na área de Localização Empresarial - 1ª Fase
- Rectificação e Melhoramento da EM 533 e Lim. do Concelho
- Área de Localização Empresarial - Requalificação da Zona existente - 1ª Fase
- Construção da Circular Interna entre a Entrada Sul e a Q.ta da Pipa

CONTRATO PROGRAMA

Candidaturas e pedidos de Pagamento

- Requalificação Urbanística no Município de Castelo Branco.
- Construção da ligação entre o Bairro de Horta d'Alva e a Av. do Brasil.
- Construção do Jardim de Infância da Boa Esperança no Município de Castelo Branco.
- Construção do Centro Cultural e Social dos Escalos de Baixo.
- Adaptação da Escola do 1º Ciclo do Valongo ao Programa de Integração do Ensino Pré-Primário
- Entrada Sul - Qta da Carapalha
- Construção de um de dois campos de futebol em relva sintética - Edifício de Apoio e Iluminação

FSUE - Incêndios 2003

Candidaturas e verificação de pedidos de pagamento

Designação do projecto/apoio:

- Reparação e Repavimentação da EM 525 entre Almaceda e o lugar da Partida
- Recuperação de caminhos destruídos pelos incêndios florestais – Freguesia de S. Vicente da Beira

- Recuperação de caminhos destruídos pelos incêndios florestais – Freguesia de Stº André das Tojeiras
- Recuperação de caminhos destruídos pelos incêndios florestais – Freguesia de Sarzedas
- Reconstrução de um dique/pontão na Ribeira da Lisga
- Reparação e Repavimentação de ligação entre o Ingarnal e o limite do Concelho
- Reparação e Repavimentação do caminho entre a Paiágua e Silvosa
- Limpeza e desobstrução de linhas de água, Ribeira de Almaceda e Ribeira do Alvito , no troço compreendido entre o Pomar e Sobrainho da Ribeira
- Reposição da sinalização rodoviária na EN 233 no troço compreendido entre Castelo Branco e Alvito da Beira.
- Reparação da ligação entre a EN 112 e o lugar de Paiágua, freguesia de Almaceda.
- Recuperação de um pontão na Ribeira da Partida, povoação do Mourelo, freguesia de S. Vicente da Beira.
- Reparação e consolidação das bermas do CM 1222 do lugar de Mourelo à EM 525
- Reparação do Caminho florestal entre Mourelo e Tripeiro.
- Reparação do sistema de captação de água, conduta e depósito em Ribeira de Eiras, freguesia de Almaceda.
- Reposição da sinalização rodoviária na EN 112 entre o Km 63.000 (limite do concelho) e o Km 94.620 Castelo Branco)
- Reparação da ligação entre o lugar de Ferrarias e a EM 546 na freguesia de Stº André das Tojeiras.
- Reparação e Repavimentação da ligação entre Vale Ramadas e Fonte Longa
- Reconstrução da Ponte sobre a Ribeira das Rochas ao Km 2.360
- Reparação e Beneficiação da Ligação entre o lugar de Azenha de Cima e Magueija, na freguesia de Sarzedas
- Reparação e Repavimentação do acesso a Silveira dos Limões.
- Reabilitação do Caminho Municipal 1240 entre a EN 112 e a Povoação de Chão da Vã.

- Reparação do caminho entre o Sesmo e o Sobrainho da Ribeira ao longo da Ribeira do Alvito.
- Reparação da ligação entre a Fonte Longa e o Gaviãozinho.
- Restabelecimento da ligação, com pavimentação do CM entre Stº André das Tojeiras e Monte Gordo.
- Reparação e Repavimentação do acesso à Aboboreira.
- Reparação do caminho de ligação entre o lugar do Sesmo e o Sesminho.
- Reparação e consolidação do caminho de ligação entre Azenha de Cima e o lugar de Gatas, freguesia de Sarzedas
- Reparação e Repavimentação do caminho de ligação entre Vale Ferradas e Maxial do Campo.
- Reparação e Repavimentação da ligação entre Lisga e a EM 351.
- Construção do reservatório da Fonte Longa
- Reparação e Repavimentação da ligação entre a EM 525 e os lugares de Violeiro, Rochas de Cima e Ribeira de Eiras
- Povoação Pé da Serra - Abastecimento de água.
- Reparação do troço compreendido entre a EM 546 e as Garridas
- Reparação e consolidação da ligação entre a povoação do Vale da Lancinha e o Sesmo, na freguesia de Sarzedas
- Reparação e Repavimentação do acesso ao Vale Chiqueiro.

ALDEIAS DE XISTO – Sarzedas

Candidaturas e pedidos de Pagamento

- Requalificação da Fonte da Vila
- Intervenção em Imóveis Particulares - 1ª Fase
- Intervenção em Imóveis Particulares - 2ª Fase
- Intervenção em Imóveis Particulares - 3ª Fase
- Intervenção em Imóveis Particulares - 4ª Fase

- Pavimento de Arruamento
- Remodelação da Rede Eléctrica de Baixa Tensão e de Telecomunicações - Abertura de vala
- Substituição da Iluminação Pública da Aldeia de Sarzedas
- Requalificação do Adro da Igreja de Sarzedas
- Reparação da fachada da Igreja da Misericórdia
- Recuperação e Requalificação do Campanário e Zona Envolvente

AIBT- Centros Rurais

Candidaturas e Pedidos de Pagamento

- Malpica do Tejo - Rua do Poço da Mina e do Castanheiro
- Requalificação do Centro Cívico de S. Vicente da Beira

***INTERREG IIIA* – Portugal/Espanha**

Pedidos de Certificação de Despesas

- Recuperação do Solar Ulisses Pardal em Alcains para Espaço Museológico e Actividades Culturais
- Recuperação e Reabilitação Paisagística e Ambiental da Zona Urbana Qta Pires Marques/Qta das Laranjeiras
- Requalificação Urbanística de Alcains

Concelho de Penamacor

QCA –III

Candidaturas e pedidos de Pagamento

- Piscina Coberta Municipal de Penamacor
- Requalificação da Envolvente ao Solar do Conde

- Reabilitação Urbana do Largo do Espírito Santo - Aldeia de João Pires
- Reabilitação do Núcleo Histórico de Penamacor - 1ª Fase

INTERREG IIIA – Portugal/Espanha

Pedidos de Certificação de Despesas

- EM 566 - Alargamento e Beneficiação entre Taliscas e Salvador

COIMBRA

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos o GAT, tem vindo a perder os seus técnicos sem que se verifique a sua substituição. Este problema é ainda mais grave, porque a perda se verifica essencialmente ao nível de técnicos superiores, o que adicionado à introdução de novas tecnologias e às exigências legais ao nível de novas especialidades, dificulta uma correcta distribuição de trabalho.

Durante o ano de 2004 saiu mais um técnico superior o que reduziu grandemente a sua capacidade de execução de trabalho de projecto e de fiscalização de obras.

Com a saída deste técnico, o GAT, para além de perder uma especialidade (Electrotecnia) desequilibrou ainda mais a sua relação entre técnicos superiores e técnicos.

2. Actividade Desenvolvida

A actividade desenvolvida divide-se fundamentalmente em três partes:

- Elaboração de projectos
- Assistência Técnica e fiscalização
- Levantamentos Topográficos

- Apoio Técnico ao POR da Região Centro

2.1 Elaboração de projectos

No que se refere a projectos elaborados e tal como já foi referido anteriormente, esta actividade, tem tido problemas no seu desenvolvimento derivados da falta de técnicos especialistas em diversas áreas.

Os projectos elaborados apresentam de forma sistemática falta de técnicos superiores habilitados em especialidades da área de engenharia que, paralelamente são adjudicadas pelas C.M. a técnicos externos.

Estes factos dificultam de alguma forma a coordenação das diversas especialidades e acarretam por vezes algum atraso no desenvolvimento do respectivo trabalho, uma vez que o GAT não tem autonomia para contratar directamente a adjudicação das especialidades em falta.

Em anexo apresenta-se um quadro indicativo dos projectos elaborados ao longo do ano com referência à fase de execução e ao valor do orçamento.

2.2 Assistência Técnica e fiscalização

O trabalho realizado nesta área refere-se essencialmente ao acompanhamento das obras projectadas pelo GAT.

No entanto, durante o período em que o GAT dispunha de Eng. Electrotécnico, este era por vezes solicitado para apoiar a fiscalização de obras das C.M. como é o caso da Piscina de Penacova.

No anexo pode verificar-se quais os trabalhos realizados neste âmbito.

2.3 Levantamentos Topográficos

Os trabalhos realizados nesta área foram genericamente de apoio aos trabalhos realizados pelo GAT.

É no entanto de referir que no decorrer deste ano foram executados dois trabalhos de grande dimensão e que se encontram referenciados no quadro anexo.

2.4 Apoio Técnico ao POR da Região Centro

No âmbito do POR Centro, o GAT fez o acompanhamento de 100 projectos dos quais 26 ficaram concluídos no decorrer do ano.

Estes processos deram origem a 138 pedidos de pagamento e 24 reformulações físicas e/ou financeiras.

Ainda no âmbito deste programa foi dado seguimento a 10 novas candidaturas.

Leiria

1 – EXECUÇÃO DE PROJECTOS

A EXECUÇÃO DE PROJECTOS DE OBRAS para os Municípios ou outras entidades por solicitação dos Municípios, sempre tiveram e continuam ainda a ter no presente, o peso mais significativo no conjunto de todas as inúmeras tarefas que nos são atribuídas, conforme decorre da análise do MAPA I.

MAPA I – EXECUÇÃO DE PROJECTOS DE OBRAS

MUNICÍPIO	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MONTANTE DO INVESTIMENTO A REALIZAR (€)	VALOR DO PROJECTO (De acordo com a tabela de honorários para projectos de obras públicas)
BATALHA	1. Conduto Adutora Gravítica R2 (Palmeiros/ Casal da Amieira) e troço R2 / Ribeira de Vale da Mata.	36.312	3.077
	2. Beneficiação da E.N. 362 (para futura desclassificação).	833.581	41.700
	3. Conduto Adutora Gravítica R149 (Caramulo) / R152 (Torre).	65.730	5.114
	TOTAL DE PROJECTOS EXECUTADOS 3	TOTAL DO INVESTIMENTO 935.623	VALOR TOTAL DOS PROJECTOS 49.891
LEIRIA	1 - Ampliação do Cemitério da Freguesia do Arrabal, com substituição dos muros de suporte de terras.	102.254	10.138
	2 - Sanitários Públicos e Quiosque para a Junta de Freguesia de Colmeias.	19.800	2.770
	3 - Edifício Polivalente em Caranguejeira (Alteração e Ampliação) – Pormenorização, Medições e Orçamento.	707.760	3.655

(continuação mapa I)

MUNICÍPIO	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MONTANTE DO INVESTIMENTO A REALIZAR (€)	VALOR DO PROJECTO (De acordo com a tabela de honorários para projectos de obras públicas)
LEIRIA	4. Centro de Convívio para a Associação Humanitária "Os Amigos de Colmeias" – Águas e Esgotos.	548.678	2.968
	5. Arruamento de Acesso ao futuro Centro de Convívio das Cortes.	123.694	5.748
	TOTAL DE PROJECTOS EXECUTADOS 5	TOTAL DO INVESTIMENTO 1.502.186	VALOR TOTAL DOS PROJECTOS 25.279
MARINHA GRANDE	1 - Rede de Águas Residuais Domésticas de Pero Neto, Marinha Pequena e Trutas.	838.345	41.914
	2 - Ampliação do Lar de 3ª Idade de Vieira de Leiria	424.976	20.925
	3 - Variante A8 / Litoral – 1ª Troço	498.800	27.483
	TOTAL DE PROJECTOS EXECUTADOS 3	TOTAL DO INVESTIMENTO 1.762.121	VALOR TOTAL DOS PROJECTOS 90.322
POMBAL	1 - Rede de Águas Residuais Pluviais do Bairro Agorreta (Cidade de Pombal)	10.475	1.071
	2 - Parque Industrial da Guia (Rede Viária, Redes de Abastecim. Água e Redes de Águas Residuais Domésticas e Pluviais).	955.034	50.563
	3 - Edifício para a nova sede da Junta de Freguesia de Pombal.	215.456	15.168
	4 - Rede de Águas Residuais Domésticas de Santiais, Cartaria, Viuveiro e Outros Lugares.	1.131.777	53.421
	TOTAL DE PROJECTOS 4	TOTAL DO INVESTIMENTO 2.312.742	VALOR TOTAL DOS PROJECTOS 120.223
PORTO DE MÓS	1 - Rede de Águas Residuais Pluviais da Rua Principal do Tojal	55.018	4.390
	2 - Extensão de Saúde de Serro Ventoso.	259.998	16.085

	3 - Aproveitamento do furo SL3 de Chão Pardo (Equip. Electrom.) e Conduta Elevatória SL3 / R237.	19.800	1.845
--	--	--------	-------

(continuação mapa I)

MUNICÍPIOS	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MONTANTE DO INVESTIMENTO A REALIZAR (€)	VALOR DO PROJECTO (De acordo com a tabela de honorários para projectos de obras públicas)
PORTO DE MÓS	4 - Abastecimento de Água ao Parque de Caravanismo e ao lugar de Casal da Nogueira (Equip. Electrom. do furo SL2 e ligação do furo SL2 do Reservatório R90).	65.435	5.451
	5 - Conduta Adutora Gravítica R237 (Chão Pardo) / ETA de Casais de Matos.	30.000	2.625
	6 - Extensão de Saúde do Juncal.	303.270	18.240
	7 - Reforço do Abast. Água à Zona Alta de Mira de Aire (Grutas).	15.000	1.453
	8 - Abast. Água à Zona N – NO de Mira de Aire.	30.500	2.409
	9 - Creche e ATL da Freguesia de Pedreiras.	348.500	20.426
	TOTAL DE PROJECTOS 9	TOTAL DO INVESTIMENTO 1.127.521	VALOR TOTAL DOS PROJECTOS 72.924
TOTAL GERAL	24	7.640.193	358.639

2 – APOIO À GESTÃO AUTÁRQUICA

A **Elaboração de Estudos e de Pareceres Técnicos**, principalmente na área de saneamento básico, tem constituído um instrumento que pensamos ser de grande

utilidade para a orientação das políticas a adoptar nesse âmbito por parte dos responsáveis autárquicos.

Trata-se, no essencial, em aproveitar a experiência adquirida por alguns técnicos do GAT em quase 30 anos de actividade, em que tiveram a oportunidade de projectar e acompanhar desde o início a maior parte dos investimentos realizados, permitindo-lhes assim um conhecimento impar da realidade actual e também das perspectivas de evolução futura dos sistemas que foram implementados.

Nesta vertente particular merecem especial destaque os Concelhos da Batalha e de Porto de Mós, cujo recurso aos nossos serviços assume um carácter quase contínuo.

O MAPA II resume o apoio prestado, por município, em termos de estudos e de pareceres técnicos elaborados.

MAPA II – ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS

MUNICÍPIO	N.º DE ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS	ÁREA DE ACTIVIDADE	
		SAN. BÁSICO	OUTRAS
BATALHA	15	14	1
LEIRIA	1	-	1
MARINHA GRANDE	-	-	-
POMBAL	2	1	1
PORTO DE MÓS	9	7	2
TOTAIS	27	22	5

3 – APOIO AO P.O. CENTRO

O apoio à gestão do P.O. CENTRO consubstancia-se no estudo técnico dos projectos candidatos, na análise e informação das candidaturas apresentadas, no acompanhamento regular das obras em curso e na verificação dos pedidos de pagamento.

A par da componente de Execução de Projectos, constitui uma das áreas com maior afectação de recursos e à qual se procura sempre dar prioridade.

No MAPA III identifica-se e quantifica-se, por município, o apoio disponibilizado ao P.O. CENTRO em 2004.

MAPA III – APOIO AO P.O. CENTRO

MUNICÍPIO	N.º DE CANDIDATURAS ANALISADAS E INFORMADAS	N.º DE PEDIDOS DE PAGAMENTO VERIFICADOS	TOTAL DE DESPESA PÚBLICA VERIFICADA NOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (€)
BATALHA	1	7	786.887,49
LEIRIA	4	25	7.415.120,12
MARINHA GRANDE	1	6	877.747,11
POMBAL	3	3	785.839,19
PORTO DE MÓS	3	6	615.890,68
TOTAIS	12	47	10.481.484,59

4 – OUTRAS ACTIVIDADES

Pelo seu significado merecem também uma pequena referência o apoio dado à **Gestão dos Contratos – Programa** no que concerne ao acompanhamento físico e financeiro dos investimentos e o acompanhamento dos projectos cofinanciados pelo **Programa URBCOM**.

Mais recentemente e por força do Despacho da Presidência do Conselho de Ministros N.º 24 833/2003 (2ª série) de 9 de Dezembro foi nomeado um técnico superior do GAT de Leiria para integrar a **Comissão de Fiscalização de Espaços de Jogos e Recreio do Distrito de Leiria**, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro.

O MAPA IV reflecte o trabalho realizado em 2004 nas vertentes citadas.

Mapa IV

MUNICÍPIO	CONTRATOS PROGRAMA	URBCOM	N.º DE VISTORIAS REALIZADAS (no Âmbito do Dec-Lei 379 / 97)
BATALHA	-	-	9
LEIRIA	1 - Remodelação do edifício dos Paços do Concelho Despesa Verificada: 226.946 €.	1 - Revitalização do Centro Histórico de Leiria Despesa Verificada: 0,00€	-
MARINHA GRANDE	-	1 - Revitalização da zona Comercial da M. Grande Despesa Verificada: 194.396 €.	6

POMBAL	1 - Construção do novo edifício na Rua da Filarmónica Artística Pombalense – Logradouro da Casa Manuel Henriques Despesa Verificada: 227.228 €	-	-
PORTO DE MÓS	-	-	5

MUNICÍPIO	CONTRATOS PROGRAMA	URBCOM	N.º DE VISTORIAS REALIZADAS (no Âmbito do Dec-Lei 379 / 97)
AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura	1 - Aquisição, Adaptação e Beneficiação do Edifício Sede para instalações da AMAE Despesa Verificada: 703.879 €	-	-
TOTAIS	3	2	20

Lousã

De acordo com o solicitado cumpre-nos informar que o GAT da Lousã, durante o ano de 2004 e face às solicitações das Câmaras Municipais e ainda à necessidade de

projectar, divulgar o trabalho desenvolvido e em simultâneo recolher experiências externas que possam no futuro ajudar a valorizar e a inovar o trabalho em causa, procedeu ao:

â 1 – Desenvolvimento de projectos de arquitectura e algumas especialidades, de equipamentos escolares, de saúde e colectivos e seu acompanhamento físico e ou financeiro. Emissão de pareceres, elaboração de auditorias, proceder a avaliações e outras eventuais solicitações das C. Municipais

â 2 – Acompanhamento físico e financeiro de obras financiadas pelo QCA III e ou pela Administração Central.

â 3 – Revisão dos 4 Planos Directores Municipais (Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Poiares)

â 4 – Actualização em S.I.G. de cartografia digital à esc. 1:2000, das principais áreas urbanas dos 4 concelhos (+- 10.000 Ha).

â 5 – Manutenção e actualização de aplicação informática sediada nas secretarias das Câmaras Municipais (atendimento ao munícipe) para viabilização automática de emissão de plantas de localização.

â 6 – Acompanhamento de estágios propostos pela Universidade de Coimbra, Instituto de Emprego, ITAP entre outros, nas áreas de Eng. Civil, Eng. Geográfica, Geografia e Arquitectura.

â 7 – Apresentação em digressão por várias cidades do país, em colaboração protocolada com o IGP, de acções de sensibilização para as vantagens de utilização de cartografia oficial à esc.: 1:10.000.

NOTA: O desenvolvimento das tarefas descritas, fundamentalmente na área do ordenamento, só têm sido possível graças ao entendimento e esforço conjunto das quatro Câmaras Municipais no âmbito de uma Associação de Municípios AMVCD -

Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça, com sede no edifício do GAT e com a mesma área geográfica de actuação.

Procurando seguir o articulado anterior, apresenta-se em anexo uma listagem/ exposição dos trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento.

1 – Desenvolvimento de projectos de arquitectura e algumas especialidades, de equipamentos escolares, de saúde e colectivos e seu acompanhamento físico e ou financeiro. Emissão de pareceres, elaboração de auditorias, avaliações e outras eventuais solicitações das C. Municipais

Projectos desenvolvidos

Requalificação Urbana da Area adjacente ao Convento de Semide – C.M. de Miranda do Corvo

Ampliação de Salão Polivalente – Sta C..da Misericórdia da Lousã

Pavilhão Multiusos – C.M. de V.N. de Poiares

Arranjo Urbanístico no Espinhal - Penela

Arranjo Urbanístico na Cumieira – Penela

Ante Projecto para Lar Residencial de Crianças Inadaptadas ARCIL Lousã

Requalificação / Ampliação do Edifício da C. M. de Penela

Projectos em desenvolvimento

Praia Fluvial na Ponte do Espinhal - Penela

Mercado Municipal de Semide

Multiusos e Auditórios Municipais de Miranda do Corvo

Novo Mercado Municipal da Lousã

Estudo de Requalificação e Valorização da Estação Arqueológica da Vila Romana do Rabaçal

Projectos em acompanhamento

Ampliação de salão Polivalente – Sta C..da Misericórdia da Lousã

Requalificação Urbana em V.N. de Poiares

Reconstrução da Capela de N. S. de Tábuas – Miranda do Corvo

Eco Museu da Serra da Lousã – Núcleo Sede

Estaleiro Municipal de Penela

Creche da Santa Casa da Misericórdia da Lousã

Pareceres, auditorias e outros Serviços

Estas prestações de serviços são de difícil contabilização, no entanto identificamos que os pareceres incidem fundamentalmente em questões ligadas ao ordenamento do território; as auditorias, a obras com problemas processuais, técnicos e ou trabalhos a mais e os outros serviços vão desde os simples apoios de cópias, passando pela topografia (levantamentos, implantações, georeferenciação, etc) até ao apoio informático (hardware e software).

2 – Acompanhamento físico e financeiro de obras financiadas pelo QCA III e ou pela Administração Central.

O Gat da Lousã acompanha física e financeiramente no âmbito do QCA III, eixo 1 e 2, 48 obras com valor global de investimento elegível de 20.285.626,46€ e uma comparticipação Feder associada de 14.165.358,54 €

Para melhor visualização apresenta-se o quadro seguinte

CONCELHO	N.º de projs.	INVEST.ELEGÍVEL	FEDER	
LOUSÃ	29	7.896.852,65 €	5.384.235,29 €	%
MIRANDA DO CORVO	12	3.074.989,05 €	2.084.583,88 €	%
PENELA	15	3.369.691,47 €	2.547.217,55 €	
VILA NOVA DE POIARES	6	5.944.093,29 €	4.149.324,82 €	
TOTAIS	48	20.285.626,46 €	14.165.361,54 €	

Procurando ir de encontro ao regulamento do PORC e na ausência de software “oficial” de controlo, este GAT desenvolveu uma série de procedimentos de controle de obras que lhe facilitam uma resposta mais eficaz.

3 – Revisão dos 4 Planos Directores Municipais (Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares)

Esta revisão foi iniciada no ano 2000 e encontra-se em processo de elaboração, faltando ainda as fases de reuniões com entidades, pareceres, consulta pública, aprovações e publicação.

Para uma melhor percepção indicam-se as fases em curso.

Elaboração da proposta (*em desenvolvimento*):

- Reformulação do Regulamento
- Actualização do Relatório 1 – Estudos de caracterização do território municipal
- Actualização e reformulação do Relatório 2 – Objectivos e estratégias – fundamentação e programação de execuções
- Reformulação das Cartas da RAN e da REN – documentos para reuniões de desafectação de áreas
- Proposta de Estrutura Ecológica Municipal
- Proposta de Planta de Enquadramento Regional
- Proposta de Planta de Condicionantes
- Proposta de Planta de Ordenamento.

4 – Actualização em S.I.G. de cartografia digital à esc. 1:2000, das principais áreas urbanas dos 4 concelhos (+- 10.000 Ha).

Este processo iniciado em 1994, actualiza em SIG todo e qualquer licenciamento municipal, enviado mensalmente pelas C. Municipais. Tendo em conta que apenas se dispõe de cartografia digital à esc. 1:2000 de cerca de 10.000 Ha, os licenciamentos que “caiam” nesta área contêm a mais que todos os outros a sua representação geográfica.

Decorrem conversações com IGP para criar modelo de actualização.

5 – Manutenção e actualização de aplicação informática sediada nas secretarias das Câmaras Municipais (atendimento ao munícipe) para viabilização automática de emissão de plantas de localização.

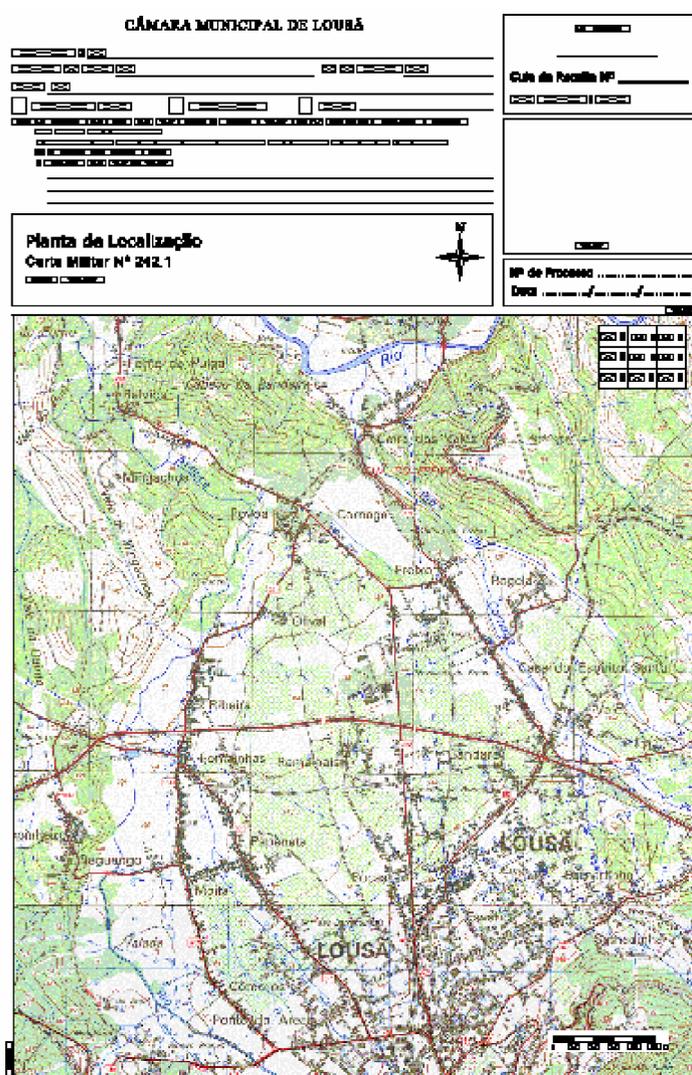
Desde 2000 que as câmaras municipais do agrupamento têm em funcionamento uma aplicação informática que disponibiliza automaticamente plantas de localização para efeitos de licenciamento municipal ou outros fins.

Esta aplicação tem vindo a ser mantida e actualizada pelo GAT, quer pela introdução de novas facilidades quer ainda pela sucessiva introdução de cartografia mais actualizada.

A cartografia de base consta de:

- Imagem *raster* das cartas militares à esc. 1:25.000;
- Imagem *raster* das cartas do PDM;
- Cartografia vectorial à esc. 1:2000 (em permanente actualização);
- Cartografia vectorial à esc. 1:10.000.

Apresenta-se de seguida uma planta de localização (tipo):



Santa Comba Dão

O trabalho desenvolvido pelo GAT de Santa Comba Dão ao longo de 2004 e à semelhança dos anos anteriores, pode-se dividir em quatro actividades principais:

- **Assessoria Técnica**
- **Elaboração de Projectos**
- **Serviços de Topografia**
- **Acompanhamento e Fiscalização das Obras participadas pelo P.O. Centro**

A **Assessoria Técnica** constou da emissão de pareceres técnicos diversos prestados às Câmaras Municipais referentes aos vários investimentos promovidos pelas mesmas e apoio técnico na preparação e elaboração de candidaturas a Programas de Financiamento Nacionais. Incluem-se também neste grupo os trabalhos de consultadoria efectuados à ADICES (Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Económicas e Sociais), a cujo Conselho de Administração o Coordenador de GAT pertence, e à AMRPB (Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão). Esta tarefa representou 7,5 % da actividade global do GAT.

A **Elaboração de Projectos** que continua a ser a principal actividade do GAT, e que representou 42,5 % da actividade global, constou da elaboração de Projectos de Engenharia solicitados pelas C.Ms. do Agrupamento. Estes Projectos podem ser divididos nas seguintes áreas:

- Projectos de Infraestruturas viárias e de saneamento básico .
- Projectos de Edifícios Sociais , Culturais e Desportivos .

Os Serviços de Topografia disseram respeito não só àqueles necessários para a elaboração dos projectos internos, mas também a muitos outros solicitados pelas Câmara Municipais destinados estudos de Urbanização e Planeamento. Esta tarefa representou 20 % da actividade global do GAT.

O Acompanhamento e Fiscalização das Obras participadas pelo P.O. Centro consistiu na análise e em muitos casos na elaboração das próprias candidaturas às diversas medidas do P.O., no acompanhamento das obras aprovadas e na verificação

dos pedidos de pagamento apresentados pela Câmaras Municipais. Esta tarefa representou 30 % da actividade global do GAT.

Sertã

ACTIVIDADES DIVERSAS (directamente produtivas)

CM OLEIROS

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006

Recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho (POC)
Construção do Posto de Turismo de Oleiros, Envolvente e acessos (POC)
Beneficiação da Rede Viária na Freguesia de Oleiros a Poente da EN351 (POC)
Piscina Municipal de Oleiros (POC)

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006 (Programa das Aldeias do Xisto)

PAX - Acesso à Praia Fluvial de Álvaro (POC)
PAX - Infraestruturas Eléctricas em Álvaro (POC)
PAX - Requalif Adro da Igreja e instalações sanitárias públicas de Álvaro (POC)
PAX - Requalificação do Largo de acesso a Álvaro (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 2ª fase (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 3ª fase (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 4ª fase (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 6ª fase (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 5ª fase (POC)
PAX - Recuperação de Imóveis Particulares em Álvaro - 1ª fase (POC)

Projectos comparticipados diversos

Incêndios 2003 - candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (27)

Diversos

Participação em Concurso de pessoal como membro de Júri

CM PROENÇA-A-NOVA

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006

Centro de Ciência Viva (POC)
Requalificação Urbana da Rua da Atamolha (POC)
Área de localização Industrial da Sobreira Formosa (POC)
Ligação entre Largo de Chão D'Ordem e Rua S. Margarida (POC)
ER 351 - Beneficiação da ligação entre a EN 241 e S. Pedro do Esteval (POC)
Construção do Centro de Interpretação de Fortes e Baterias (POC)

Projectos comparticipados diversos

Incêndios 2003 - candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (26)

CM SERTÃ

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006

Beneficiação da EM entre a EN 2 e a povoação do Trízio (POC)
Remodelação do Entroncamento da EN2 com a EM533 (POC)
Beneficiação do acesso ao centro Coordenador de Transportes (POC)
Beneficiação da EN 238 entre Quintã e Faleiros (POC)
Beneficiação da rede viária urbana da Sertã no Montinho / Abegoaria (POC)

Rede de drenagem de águas residuais domésticas de Senhora dos Remédios, Mosteiro Cimeiro e Mosteiro Fundeiro (POC)
 Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006 (Programa das Aldeias do Xisto)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 1ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 2ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 3ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 4ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 5ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 6ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 7ª fase (POC)
 PAX-Benef. Imóveis Particulares em Pedrógão Pequeno - 8ª fase (POC)
 PAX-Implantação do Pelourinho de Pedrógão Pequeno (POC)
 PAX-IE Requalif Pedrógão Pequeno - Rua do Figueiredo e da Rua do Cabril (POC)
 PAX-Alterações ao Mercado Municipal de Pedrógão Pequeno (POC)

Projectos comparticipados diversos
 Incêndios 2003 - candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (16)

Diversos
 Implementação do Plano de Aldeia de Pedrógão Pequeno
 Projecto de segurança da Escola Secundária da Sertã
 Beneficiação da Rua Cândido dos Reis – Sertã
 Arrumos do Mercado de Pedrógão Pequeno
 Recuperação do Centro de Culto católico do Viseu Fundeiro (candidatura ao PIDDAC)

CM VILA DE REI

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006
 Construção da Estrada Municipal entre Zaboeira e Fernandares, inc. ligações a Alcamim, Isna Nova e Seada (POC)
 Estrada de ligação entre Fundada e São João do Peso (POC)
 Museu da Geodesia (POC)
 Praia Fluvial e Parque de Campismo Rural do Bostelim - 2ª fase (POC)

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006 (Programa das Aldeias do Xisto)
 PAX-Beneficiação da acessibilidade a Água Formosa - Ribeiros (POC)
 PAX-Beneficiação da acessibilidade a Água Formosa - Vilar Chão (POC)
 PAX-Benef. da acessibilidade a Água Formosa - Vale das Casas (POC)
 PAX-Beneficiação dos Imóveis Particulares em Água Formosa - 1ª fase (POC)
 PAX-Beneficiação dos Imóveis Particulares em Água Formosa - 2ª fase (POC)
 PAX-Beneficiação dos Imóveis Particulares em Água Formosa - 3ª fase (POC)
 PAX-Beneficiação dos Imóveis Particulares em Água Formosa - 4ª fase (POC)
 PAX-Beneficiação dos Imóveis Particulares em Água Formosa - 5ª fase (POC)
 PAX-Ponte pedonal em Água Formosa (POC)
 PAX-Beneficiação da Fonte em Água Formosa (POC)

Projectos comparticipados diversos
 Incêndios 2003 - candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (3)
 Requalificação da Rede viária municipal (Contrato-Programa)

Diversos
 Implementação do Plano de Aldeia de Água Formosa

CM MAÇÃO

Projectos comparticipados pelo PO Região Centro 2000-2006
 Carvoeiro - Melhoramento do acesso à Praia Fluvial (POC)

Projectos comparticipados diversos
 Incêndios 2003 - candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (17)

ACTIVIDADES DIVERSAS (não directamente produtivas)

Visitas técnicas, seminários, conferências
 Expoconstroi, Batalha
 TEKTÓNICA, Lisboa
 Encontro Nacional - Betão Estrutural 2004, 17 a 19 de Novembro de 2004
 Jornadas SIG, Aveiro

EXECUÇÃO DE PROJECTOS CM OLEIROS

Parque de campismo em Açude Pinto

CM PROENÇA-A-NOVA

Beneficiação da ligação entre EN 241 e S. Pedro do Esteval
Centro Cultural dos Montes da Senhora
ASA Parque das Moitas
Extensão de Saúde de Montes da Senhora
Centro de Dia do Peral - Proj. de Segurança contra incêndios

CM SERTÃ

Centro de Dia de Palhais
Parque Infantil da Carvalha
Beneficiação das Infraestruturas da Rua Cândido dos Reis – Sertã
Levantamento arquitectónico da Capela de Santo António (Sertã)
Levantamento arquitectónico da Capela de S. João do Couto
Levantamento arquitectónico da Capela de Santo Amaro (Sertã)
Levantamento arquitectónico da Capela do Amioso

CM VILA DE REI

Abastecimento de Água a Melriça, Relva, Fundada
Beneficiação de Arruamentos em Sesmarias e Vale da Urra
Repavimentação da estrada de ligação entre S. João do Peso e Portela dos Colos
Acessos em Água Formosa (Ribeiros, Vale das Casas, Vilar Chão)

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS**CM OLEIROS**

Posto de Turismo de Oleiros
Arruamentos no Estreito
Recuperação dos Antigos Paços do Concelho
Rede de águas e esgotos em Vale Souto
Arruamentos em Oleiros - Pç. Município
Santuário nas Sesmarias

CM PROENÇA-A-NOVA

Ligação entre Largo de Chão D'Ordem e Rua S. Margarida
Centro de Dia do Peral
ER 351 - Beneficiação da ligação entre a EN 241 e S. Pedro do Esteval

CM SERTÃ

Beneficiação da Rua Cândido dos Reis (Sertã)
Beneficiação da rede viária urbana da Sertã no Montinho / Abegoaria (Sertã)

CM VILA DE REI

Infraestruturas do Loteamento em Vale Galego
Abastecimento de Água a Melriça, Relva, Fundada
Arruamentos em Água Formosa
Repavimentação da estrada de ligação entre S. João do Peso e Portela dos Colos

TRABALHOS TOPOGRÁFICOS**CM OLEIROS**

LT povoação de Álvaro

CM PROENÇA-A-NOVA**CM SERTÃ**

LT Cemitério de Pedrógão Pequeno
LT Escola Conde Ferreira - Sertã
LT Escola dos Ramalhos (Carvalhal)
LT Muro na carvalha
LT capela do Amioso
LT junto a Ponte do Ribeiro (P. Pequeno)

CM VILA DE REI

LT Conduta adutora Lavadouro-Fundada-Melriça

LT Água Formosa (completagem)
LT e cálculo de áreas em Isna Nova
LT Fonte em Água Formosa
LT Acesso em Água Formosa
Planta cadastral a norte da Zona Industrial do Carrascal
LT Açudes em Água Formosa
Implantação de lotes no Loteamento em Vale Galego
Implantação do Loteamento da Fundada

Águeda

Descreve-se sucintamente as actividades do Gabinete de Apoio Técnico de Águeda no ano de 2004.

1. INSTALAÇÕES

O GAT de Águeda funciona em instalações que são pertença, em partes iguais, das Câmaras Municipais do Agrupamento: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga. Estas instalações têm 10 espaços individualizados e uma área útil total de cerca de 260 m².

2. EQUIPAMENTO DISPONÍVEL

O GAT de Águeda está apetrechado com diverso equipamento necessário ao desempenho das suas funções, designadamente quatro viaturas, nove computadores com periféricos, dois aparelhos de topografia (1 estação total e 1 GPS) e três fotocopiadoras.

3. PESSOAL

O GAT de Águeda é constituído por nove elementos: 1 Director de Serviços, 3 Técnicos Superiores, 3 Técnicos Profissionais e 2 Administrativos.

4. RECEITAS E DESPESAS

Resumem-se as receitas e suas fontes, assim como a despesa efectuada em 2004:

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUTADO
Despesas com pessoal	199.904,00 €	189.867,45 €

Despesas de funcionamento	54.712,00 €	35.841,61 €
Receitas de funcionamento	^(a) 54.712,00 €	54.712,00 €

(a) – Totalmente proveniente das participações das Câmaras Municipais do agrupamento

5. TAREFAS E ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

A actividade do GAT desenvolveu-se essencialmente no campo da Elaboração de Projectos, Assessoria Técnica, Levantamentos Topográficos e Acompanhamento de Obras, salientando-se:

EXECUÇÃO DE PROJECTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo, Cobertura da Piscina e Arranjos Exteriores da Liga dos Amigos de Aguada de Cima (PG);
- Arranjo Urbanístico do Largo de S. Martinho, em Aguada de Cima (projecto de alteração).

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

- Complexo Desportivo de Alquerubim: Pavilhão Gimnodesportivo (FE);
- Reabilitação do traçado da E.N. 16 – 2 (*em curso*);
- Reabilitação do traçado da E.N. 16 – 3 (*em curso*).

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

- Centro de Dia “Maria Auxiliadora”, em Mogofores (PG, FE) (*em curso*);
- Centro de Dia, Creche e ATL de Vila Nova de Monsarros (PG alterações).

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRO

- Pavilhão Gimnodesportivo e Piscina Coberta do complexo da Escola Básica Integrada de Oiã (PG, FE) (*em curso*);
- Parque de Feiras e Exposições de Oliveira do Bairro (PG);
- Estudo da Sinalética para o edifício dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro;
- Beneficiação do traçado da E.M. 600, do Silveiro ao Rego;
- Projecto do Monumento aos Combatentes da Guerra do Ultramar, em Oliveira do Bairro (PG, FE);
- Edifício de Habitação e Serviços Municipalizados de Oliveira do Bairro (PG);
- Arranjo Urbanístico da Área Envolvente ao Mercado de Oliveira do Bairro (PG);
- Estudo Urbanístico da área envolvente ao Monumento do Universalismo Português, em Oliveira do Bairro.

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA

- Beneficiação e Ampliação do edifício dos Paços do Concelho de Sever do Vouga (PG, FE) (*em curso*);
- Aproveitamento da área inferior ao estacionamento em frente à Câmara Municipal de Sever do Vouga (PG);
- Ampliação da Zona Industrial de Cedrim;
- Piscinas Municipais ao ar Livre, em Sever do Vouga (PG) (*em curso*);
- Beneficiação da Igreja Paroquial de Talhadas e Recuperação do Adro (PG);
- Capela Mortuária da Igreja Paroquial de Talhadas (PG, FE).

Nota: PG – Projecto Geral de Arquitectura e coordenação de todas as especialidades
FE – Fundações e Estruturas

LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

- Apoio com GPS às Câmaras Municipais do Agrupamento na execução de poligonais.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Levantamento Topográfico do Aeródromo do Casarão.
- Levantamento Topográfico do Crossódromo de Águeda
- Georeferenciação dos depósitos e captações para os SMAS de Águeda

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

- Levantamento Topográfico da E.N. 16-2.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

- Georeferenciação dos lugares de Saído, Saidinho e Escoral;
- Levantamento Topográfico da povoação de Aguilim, para implantação de rede de saneamento;
- Implantação do campo de jogos de Avelãs de Caminho;
- Levantamento Topográfico e implantação da estrada das Laranjeiras, em Anadia;
- Levantamento Topográfico da estrada da Moita, em Anadia;
- Implantação de arruamentos e parques de estacionamento no loteamento da Póvoa;
- Levantamento Topográfico do matadouro de Anadia.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

- Levantamento Topográfico e implantação de lotes no Troviscal;
- Levantamento Topográfico do Parque de Oiã;
- Levantamento Topográfico para a implantação da nova Junta de Freguesia de Oiã;
- Levantamento Topográfico da E.M. 600, do Silveiro ao Rêgo;
- Levantamento Topográfico da Zona Industrial de Vila Verde;
- Levantamento Topográfico das instalações da Misericórdia de Oliveira do Bairro.

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA

- Levantamento Topográfico da Escola de Cedrim;
- Levantamento Topográfico do cemitério de Paradela;
- Levantamento Topográfico do Parque da Piolhosa, em Sever do Vouga;
- Levantamento Topográfico do cemitério de Couto Esteves;
- Levantamento Topográfico da igreja e zona envolvente de Talhadas;
- Georeferenciação para a futura Zona Industrial de Paradela;
- Levantamento Topográfico do Jardim Infantil de Sever do Vouga;
- Levantamento Topográfico da Estrada de Rocas

Verificou-se uma forte intervenção na aplicação do Quadro Comunitário de Apoio – Programa Operacional Regional do Centro, com a apreciação de candidaturas (93 candidaturas desde o início do QCA III), apreciação de pedidos de pagamentos e acompanhamento das obras (68 projectos no total, 47 projectos em curso). O conjunto de projectos homologados (Eixo I do P.O. Centro) até à data corresponde a um investimento no agrupamento de municípios de cerca de 60,7 milhões de euros.

QCA III – PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – EIXO I
SITUAÇÃO EM 31-12-2004 DOS PROJECTOS COM INTERVENÇÃO DO GAT DE ÁGUEDA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA		DESPESA A	DATA	
			ELEGÍVEL	APROVADA	LIQUIDADADA	%	JUSTIFICADA	%		JUSTIFICAR	HOMOL.
42-01-01-FDR-00021	(*) Execução de túnel sob a Av. Calouste Gulbenkian, em Águeda	I.1	1.234.133,02€	863.893,11€	863.893,07€	100,00%	1.234.133,02€	100,00%		03-11-00	12-06-03
42-01-04-FDR-00004	Reconversão da zona baixa da cidade – Arranjo urbanístico do Largo 1º de Maio	I.4	1.761.072,82€	1.320.804,62€	1.168.584,16€	88,48%	1.558.112,23€	88,48%	202.960,59€	10-11-00	31-08-01
42-01-01-FDR-00088	(*) Arranjo urbanístico da área envolvente à Igreja da Trofa	I.1	213.963,96€	149.774,77€	149.774,77€	100,00%	213.963,96€	100,00%		29-01-01	30-11-01
42-01-02-FDR-00048	(*) Despoluição da bacia hidrográfica do rio Cértima e Pateira de Fermentelos – Rede de esgotos de alimentação à ETAR Sul – Rede de drenagem de águas residuais da Forcada	I.2	359.172,10€	269.379,08€	264.843,32€	98,32%	353.124,43€	98,32%		26-03-01	20-09-04
42-01-02-FDR-00056	(*) Bacia de drenagem da ETAR de Águeda – Saneamento de Recardães (parcial) e rede de saneamento de Vale Domingos (conclusão)	I.2	515.492,16€	386.619,12€	386.618,91€	100,00%	515.491,88€	100,00%		12-11-02	31-03-03
42-01-02-FDR-_____	(a) Despoluição da bacia hidrográfica do rio Cértima e Pateira de Fementelos – Bacia de drenagem da ETAR Sul (parcial) – Componente A – Drenagem em alta (conclusão)	I.2								16-05-01	
42-01-02-FDR-00092	(*) Rede colectora de águas residuais do sector Norte – conclusão da bacia 1 e bacia 2	I.2	1.732.330,95€	1.299.248,21€	1.299.248,21€	100,00%	1.732.330,95€	100,00%		16-05-01	17-11-04
42-01-02-FDR-00093	(*) Saneamento em Fermentelos – conclusão da rede de drenagem	I.2	423.791,82€	317.843,86€	317.843,86€	100,00%	423.791,80€	100,00%		21-01-03	23-12-03
42-01-02-FDR-00094	(*) Sistema de drenagem de Belazaima do Chão – 1ª fase	I.2	153.166,62€	114.874,96€	114.874,97€	100,00%	153.166,64€	100,00%		14-08-01	07-05-04
42-01-04-FDR-00038	Adaptação da casa do castelo a estr da juventude	I.4	651.088,05€	488.316,04€	463.900,25€	95,00%	624.157,23€	95,86%	26.930,82€	28-12-01	01-03-02
42-01-01-FDR-00278	Arranjo urbanístico da zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho e capela de S. Sebastião – Rua Eng.º estr Portela	I.1	347.996,08€	226.197,45€	133.540,56€	59,04%	205.447,01€	59,04%	142.549,07€	12-11-02	31-07-02
42-01-02-FDR-00262	(*) Abastecimento de água ao sector das Chãs e Moita, incluindo sistema elevatório	I.2	280.290,56€	210.217,92€	201.703,11€	95,95%	268.937,48€	95,95%		20-03-03	07-07-03
42-01-02-FDR-00261	Saneamento das águas residuais da zona Noroeste de Águeda	I.2	380.180,82€	285.135,62€	223.075,61€	78,23%	368.555,79€	96,94%	11.625,03€	20-03-03	31-12-03
42-01-01-FDR-00317	Pavimentação da estrada das Serras – Freguesia de Castanheira do Vouga	I.1	240.232,24€	156.150,96€	148.343,40€	95,00%	236.316,76€	98,37%	3.915,48€	27-03-03	31-10-02
42-01-01-FDR-00313	Remodelação e ampliação do Estádio Municipal de Águeda	I.1	4.276.823,96€	2.138.411,98€	1.983.351,41€	92,75%	3.966.702,81€	92,75%	310.121,15€	27-03-03	01-02-04
42-01-01-FDR-_____	Via de ligação entre o Redolho e a Borralha pelo lado Sul do estádio	I.1	530.285,24€	265.142,62€		0,00%		0,00%	530.285,24€	05-11-04	31-12-04
TOTAL AGD			13.100.020,40€	8.492.010,32€	7.719.595,61€	90,90%	11.854.232,00€	90,49%	1.228.387,38€		

(a) Solicitado descompromisso do projecto (of. N.º 1027 de 12/06/2001)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA A VELHA

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA		DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%	JUSTIFICADA	%			
42-01-02-FDR-00058	Rede de drenagem de águas residuais de Vale Maior	I.2	928.856,63€	696.642,47€	661.810,35€	95,00%	908.205,65€	97,78%	20.650,98€	04-05-01	06-12-01
<i>42-01-03-FDR-00042</i>	<i>(*) Reparação de infraestruturas municipais – zona Norte</i>	<i>I.3</i>	<i>1.166.198,86€</i>	<i>874.649,14€</i>	<i>874.649,15€</i>	<i>100,00%</i>	<i>1.166.198,88€</i>	<i>100,00%</i>		<i>18-10-01</i>	<i>21-10-02</i>
42-01-02-FDR-00155	Rede de drenagem de águas residuais da Branca (fase A)	I.2	1.517.822,35€	1.138.366,76€	1.081.448,42€	95,00%	1.448.998,37€	95,47%	68.823,98€	28-12-01	04-06-03
42-01-02-FDR-00154	Rede de drenagem de águas residuais das freguesias de S. João de Loure e Alquerubim – fase A	I.2	1.628.626,06€	1.221.469,54€	1.160.396,07€	95,00%	1.602.273,02€	98,38%	26.353,04€	28-12-01	04-06-03
<i>42-01-01-FDR-00240</i>	<i>(*) Piscina municipal de S. João de Loure</i>	<i>I.1</i>	<i>582.516,14€</i>	<i>378.635,49€</i>	<i>378.635,49€</i>	<i>100,00%</i>	<i>582.516,14€</i>	<i>100,00%</i>		<i>28-05-02</i>	<i>04-03-04</i>
42-01-02-FDR-236	Rede de drenagem de águas residuais de Ribeira de Fráguas (fase A)	I.2	344.898,59€	258.673,94€	69.545,00€	26,89%	92.726,67€	26,89%	252.171,92€	12-11-02	30-05-03
42-01-02-FDR-263	Rede de drenagem de águas residuais da Branca (fase B)	I.2	842.904,16€	632.178,12€	539.588,36€	85,35%	719.451,55€	85,35%	123.452,61€	20-03-03	02-04-04
42-01-01-FDR-318	Centro Cultural da Branca	I.1	2.171.933,77€	1.411.756,95€	1.214.350,68€	86,02%	1.932.821,28€	88,99%	239.112,49€	27-03-03	31-01-03
42-01-01-FDR-00346	Piscina municipal da Branca	I.1	1.972.642,68€	986.321,34€	385.350,52€	39,07%	770.701,01€	39,07%	1.201.941,67€	09-10-03	31-08-04
TOTAL ALB			11.156.399,23€	7.598.693,76€	6.365.774,04€	83,77%	9.223.892,57€	82,68%	1.932.506,68€		

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA		DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%	JUSTIFICADA	%			
	(a) Construção do novo Mercado Municipal de Anadia	I.1								26-03-01	
42-01-02-FDR-00054	(*) Rede de drenagem de águas residuais de Ancas	I.2	276.343,99€	207.257,99€	207.257,99€	100,00%	276.343,99€	100,00%		04-05-01	30-08-01
42-01-07-FDR-00009	(*) Construção do Museu do Vinho – 2ª fase	I.7	1.248.065,41€	873.645,79€	873.645,79€	100,00%	1.248.065,41€	100,00%		19-07-01	18-06-03
42-01-02-FDR-00098	(*) Sistema de esgotos de SW (Sudoeste) do Concelho – 1ª fase	I.2	667.532,15€	500.649,11€	500.649,12€	100,00%	667.532,15€	100,00%		14-08-01	25-01-02
42-01-02-FDR-00143	(*) Rede de drenagem de águas residuais de Paredes do Bairro	I.2	481.909,85€	361.432,39€	361.432,37€	100,00%	481.909,85€	100,00%		08-11-01	19-05-04
42-01-02-FDR-00142	Rede de drenagem de águas residuais de Avelãs de Caminho (1ª e 2ª fases)	I.2	406.589,70€	304.942,28€	262.738,12€	86,16%	350.317,49€	86,16%	56.272,21€	08-11-01	31-12-01
42-01-02-FDR-00145	(*) Reforço do abastecimento de água ao sub-sector de Sangalhos	I.2	403.190,99€	302.393,24€	302.393,24€	100,00%	403.190,99€	100,00%		08-11-01	03-08-04
42-01-04-FDR-00041	(*) Arranjo urbanístico e paisagístico do centro da estr – Dr. Luís Navega	I.4	699.663,90€	524.747,93€	524.747,92€	100,00%	699.706,42€	100,01%		12-03-02	23-08-04
42-01-01-FDR-00325	Complexo desportivo de Anadia (1ª fase)	I.1	801.077,14€	520.700,14€	419.337,34€	80,53%	645.134,37€	80,53%	155.942,77€	20-03-03	31-08-03
42-01-01-FDR-00328	Modernização e beneficiação das acessibilidades e infraestruturas de acesso às termas de Vale da Mó	I.1	488.715,41€	317.665,02€	76.803,77€	24,18%	118.159,65€	24,18%	370.555,76€	20-03-03	31-08-03
42-01-01-FDR-00326	Construção do mercado municipal de Anadia	I.1	532.345,40€	266.172,70€	152.111,90€	57,15%	304.223,78€	57,15%	228.121,62€	20-03-03	30-11-03
42-01-07-FDR-00023	Requalificação urbana da Quinta dos Cabrais	I.7	2.710.964,99€	1.897.675,49€	1.478.818,25€	77,93%	2.112.597,61€	77,93%	598.367,38€	25-10-03	30-08-04
42-01-03-FDR-00109	Nova via de acesso (Sul) a Anadia (EN1/IC2 – EM619) – EN235	I.3	1.624.692,64€	1.218.519,48€	993.995,08€	81,57%	1.325.326,76€	81,57%	299.365,88€	25-10-03	31-12-03
42-01-01-FDR-00412	Construção do Pavilhão de Desportos de Anadia	I.1	1.926.897,65€	1.252.483,47€	573.258,04€	45,77%	881.935,45€	45,77%	1.044.962,20€	01-07-04	31-11-04
	TOTAL AND		12.267.989,23€	8.548.285,03€	6.727.188,93€	78,70%	9.514.443,92€	77,56%	2.753.587,82€		

(a) Solicitado descompromisso do projecto (of. N.º 9285, 6ª Secção, Proc. Nº 11-B/6 de 25/10/2001)

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA		DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%	JUSTIFICADA	%			
42-01-01-FDR-00019	(*) Rectificação do traçado da estrada de ligação da EM 596 ao Cercal	I.1	468.706,79€	328.094,75€	328.094,73€	100,00%	468.706,79€	100,00%		03-11-00	16-04-03
42-01-01-FDR-00003	(*) Arruamento de ligação dos Carris (Oiã) à Zona Industrial de Oiã	I.1	389.427,99€	272.599,59€	272.599,59€	100,00%	389.427,99€	100,00%		03-11-00	03-06-03
42-01-01-FDR-00020	(*) Execução do Pavilhão Gimnodesportivo de Oliveira do Bairro	I.1	715.341,04€	500.738,73€	500.738,72€	100,00%	715.341,04€	100,00%		03-11-00	28-05-02
42-01-02-FDR-00022	(*) Drenagem de águas residuais da Mamarrosa	I.2	644.462,59€	483.346,94€	483.346,91€	100,00%	644.462,59€	100,00%		19-12-00	01-10-02
42-01-02-FDR-00057	(*) Abastecimento de água e drenagem de águas residuais da Silveira – 1ª fase	I.2	221.220,08€	165.915,06€	165.915,04€	100,00%	221.220,08€	100,00%		04-05-01	01-04-03
42-01-02-FDR-00144	Abastecimento de água e drenagem de águas residuais do Troviscal	I.2	2.685.975,50€	2.014.481,63€	1.908.940,35€	94,76%	2.572.573,50€	95,78%	113.402,01€	08-11-01	31-12-03
42-01-01-FDR-00187	(*) Escola de música do Troviscal	I.1	666.232,57€	433.051,17€	433.051,17€	100,00%	666.232,57€	100,00%		28-12-01	16-07-04
42-01-04-FDR-00050	Qualificação do espaço público da zona desportiva de Oliveira do Bairro	I.4	294.670,97€	221.003,23€	209.953,07€	95,00%	289.598,58€	98,28%	5.072,39€	05-06-02	31-10-01
42-01-04-FDR-00055	(*) Qualificação do espaço público do centro da vila de Oliveira do Bairro	I.4	751.990,42€	563.992,82€	563.992,82€	100,00%	751.990,43€	100,00%		05-06-02	27-01-04
42-01-02-FDR-00214	Tratamento e destino final das águas residuais da zona Poente de Oliveira do Bairro	I.2	851.915,70€	638.936,78€	606.989,94€	95,00%	844.766,80€	99,16%	7.148,90€	05-06-02	31-12-03
42-01-01-FDR-00374	Beneficiação da rua das Sudas	I.1	214.037,71€	139.124,51€	132.168,28€	95,00%	206.634,84€	96,54%	7.402,87€	29-12-03	31-03-04
42-01-01-FDR-00365	Centro cultural do Troviscal – Museu de etnomusica e est de leitura	I.1	653.305,59€	424.648,63€	73.174,82€	17,23%	115.356,77€	17,66%	537.948,82€	29-12-03	01-09-05
42-01-01-FDR-00413	Infra-estruturas da zona industrial de Vila Verde	I.1	537.242,06€	268.621,03€	249.526,26€	92,89%	499.052,51€	92,89%	38.189,55€	01-07-04	31-12-04
42-01-01-FDR-_____	Requalificação da E.M. 596, na zona de Vila Verde	I.1	384.418,24€	192.209,12€		0,00%		0,00%	384.418,24€	05-11-04	31-12-04
TOTAL OLB			9.478.947,25€	6.646.763,98€	5.928.491,71€	89,19%	8.385.364,48€	88,46%	1.093.582,78€		

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA		DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%	JUSTIFICADA	%			
42-01-01-FDR-00022	(*) EM 570 – Lanço do Sôlgo ao Poço de Santiago (5ª fase)	I.1	434.581,57€	304.207,10€	304.207,10€	100,00%	434.581,57€	100,00%		10-11-00	01-06-01
42-01-01-FDR-00072	EM 554-1 – Rectificação dos Padrões à entrada de Vila Fria (1ª fase)	I.1	844.762,00€	591.333,40€	546.154,03€	92,36%	780.220,03€	92,36%	64.541,97€	19-12-00	01-12-01
42-01-07-FDR-00003	(*) Obras de adaptação do Cine-Alba (Casa da cultura, artes e espectáculos de Sever do Vouga)	I.7	1.814.707,88€	1.270.295,52€	1.270.295,50€	100,00%	1.814.707,88€	100,00%		29-01-01	16-10-02
42-01-02-FDR-00047	Abastecimento de água a Pessegueiro do Vouga – 2ª fase	I.2	277.794,08€	208.345,56€	182.354,67€	87,53%	243.139,56€	87,53%	34.654,52€	26-03-01	01-11-01
42-01-01-FDR-00097	(*) Arranjo urbanístico do Largo de Talhadas	I.1	218.795,12€	153.156,59€	153.156,58€	100,00%	218.795,12€	100,00%		04-05-01	28-08-02
42-01-04-FDR-00016	Centro Cívico da Vila (Piolhosa) – 1ª fase	I.4	2.053.560,92€	1.540.170,69€	809.650,67€	52,57%	1.079.534,22€	52,57%	974.026,70€	02-05-01	01-12-01
42-01-02-FDR-00067	(*) Abastecimento de água a Dornelas	I.2	561.962,83€	421.472,12€	421.472,09€	100,00%	561.962,81€	100,00%		16-05-01	03-06-04
42-01-03-FDR-00041	(*) Reparação de infraestruturas estruídas – intempéries	I.3	563.183,47€	422.387,61€	422.197,62€	99,96%	562.930,15€	99,96%		18-10-01	24-05-02
42-01-03-FDR-00073	(*) Reparação de infraestruturas estruídas – 2ª parte (intempéries)	I.3	241.018,49€	180.763,87€	180.763,87€	100,00%	241.018,49€	100,00%		05-06-02	20-09-02
42-01-03-FDR-00091	Rectificação da E.N. 16 – 2ª fase	I.3	1.180.944,33€	885.708,25€	825.284,15€	93,18%	1.123.171,92€	95,11%	57.772,41€	06-08-02	30-07-02
42-01-01-FDR-00270	Zona industrial de Cedrim – Infraestruturas (água, saneamento e pavimentação)	I.1	490.903,47€	245.451,74€	229.781,78€	93,62%	459.563,52€	93,62%	31.339,95€	06-08-02	30-10-02
42-01-01-FDR-00286	Rectificação da estrada do Vilarinho, em Talhadas	I.1	375.146,09€	243.844,96€	182.702,86€	74,93%	281.081,32€	74,93%	94.064,77€	12-11-02	30-05-03
42-01-01-FDR-00279	Estrada do Carvalhal ao Vale da Anta (rectificação)	I.1	257.438,78€	167.335,21€	142.337,34€	85,06%	218.980,52€	85,06%	38.458,26€	12-11-02	31-10-02
42-01-02-FDR-00237	Armazenamento, tratamento e distribuição de água domiciliária – substituição e manutenção das redes actuais, em Sever do Vouga	I.2	364.815,40€	273.611,55€	190.178,09€	69,51%	310.591,43€	85,14%	54.223,97€	12-11-02	31-08-02
42-01-01-FDR-00405	Rectificação e pavimentação da estrada de Cedrim a Penouços (E.N. 328)	I.1	498.633,30€	249.316,65€	48.945,69€	19,63%	122.897,13€	24,65%	375.736,17€	23-04-04	31-10-05
TOTAL SVR			10.178.247,73€	7.157.400,79€	5.909.482,03€	82,56%	8.453.175,67€	83,05%	1.724.818,71€		

ACOAG – Associação Comercial de Águeda

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA JUSTIFICADA	%	DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%					
	<i>(*) 3ª mostra de artesanato e gastronomia de Águeda</i>	1.5	20.689,55€	13.448,21€	13.448,21€	100,00%	20.689,55€	100,00%		05-04-01	13-06-01
	TOTAL ACOAG		20.689,55€	13.448,21€	13.448,21€	100,00%	20.689,55€	100,00%	€		

Comissão Vitivinícola da Bairrada

COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	MEDIDA	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA JUSTIFICADA	%	DESPESA A JUSTIFICAR	DATA HOMOL.	DATA CONCL.
				APROVADA	LIQUIDADADA	%					
42-01-05-FDR-00017	<i>(*) Topografias da vinha e do vinho – marketing e publicidade</i>	1.5	148.358,97€	91.314,74€	69.224,35€	75,81%	149.993,56€	101,10%		02-05-01	22-10-02
	TOTAL CVB		148.358,97€	91.314,74€	69.224,35€	75,81%	149.993,56€	101,10%	€		

AGRUPAMENTO B3

			INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO			DESPESA JUSTIFICADA	%	DESPESA A JUSTIFICAR	
				APROVADA	LIQUIDADADA	%				
	TOTAL AGRUPAMENTO B3		56.350.652,36€	38.547.916,83€	32.733.204,87€	84,92%	47.601.791,75€	84,47%	8.732.883,38€	
<i>(*) Projecto concluído</i>										

Refere-se também a intervenção do GAT na apreciação de pedidos de pagamentos e acompanhamento das obras relativas a Contratos Programa / Acordos de Colaboração entre os municípios e a administração central, conforme se discrimina:

CONTRATOS PROGRAMA / ACORDOS DE COLABORAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Acordo n.º 42/2003, D.R. n.º 269, de 20 de Novembro de 2003 “Acordo de colaboração – construção do centro municipal de canoagem, no município de Águeda”

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA A VELHA

- Contrato n.º 51/2003, D.R. n.º 11, de 14 de Janeiro de 2003 “Acordo de colaboração para o arrelvamento dos Estádios Municipais da Quinta do Agro, em S. João de Loure, e do Beira Vouga, em Frossos, no município de Albergaria-a-Velha”

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

- Contrato n.º 233/2003, D.R. n.º 18, de 22 de Janeiro de 2003 “Acordo de colaboração para conservação e beneficiação de diversas vias municipais no município de Anadia”

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

- Contrato n.º 22/2003, D.R. n.º 189, de 18 de Agosto de 2003 “Acordo de colaboração para a requalificação da zona envolvente ao Centro Cultural do Troviscal, no município de Oliveira do Bairro”
- Contrato n.º 23/2003, D.R. n.º 189, de 18 de Agosto de 2003 “Acordo de colaboração para a requalificação da zona envolvente à Igreja de Bustos, no município de Oliveira do Bairro”

De realçar ainda o apoio técnico prestado pelo GAT nas acções desenvolvidas pela Associação de Municípios das Regiões Bairrada–Vouga, destacando-se o processo em curso de obtenção de cartografia digital homologada à escala 1:10 000 para os territórios dos municípios da referida associação (Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Cantanhede, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga).